



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 147

IV Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 15 de julho de 2016

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves (substituída no decorrer da sessão pela Deputada Graça Silva) e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 15 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, entrou-se diretamente na Agenda da Reunião com o [Projeto de Resolução n.º 151/X – “Criação de um grupo de trabalho para avaliar e fiscalizar situações de abuso ao recurso de beneficiários dos programas de incentivo à empregabilidade para satisfação de necessidades permanentes de trabalho, nos órgãos da administração pública autónoma e autarquias”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Feita a apresentação do diploma pela Sra. Deputada Zuraida Soares, participaram no debate os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), a Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*) e a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

Submetido à votação o diploma foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto as Sras. Deputadas Zuraída Soares (*BE*), Graça Silveira (*CDS-PP*) e os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Joaquim Machado (*PSD*).

De seguida passou-se para o debate e votação do [Projeto de Resolução n.º 135/X – “Melhoria do transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as ilhas do grupo central”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Ana Espínola, intervieram no debate os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Jorge Macedo (*PSD*), André Rodrigues (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*).

Após o diploma ter sido rejeitado por maioria, proferiram declarações de voto a Sra. Deputada Ana Espínola (*CDS-PP*) e o Sr. Deputado André Rodrigues (*PS*). Sobre o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 162/X – “Recomenda ao Governo Regional que tome urgentemente as medidas necessárias para que, ainda durante o corrente Verão, a Graciosa passe a fazer parte das ilhas tocadas pelos navios da Atlânticoline no âmbito da sua linha lilás”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP, usou da palavra para justificar a urgência o Sr. Deputado Aníbal Pires, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

No debate do [Projeto de Resolução n.º 162/X – “Recomenda ao Governo Regional que tome urgentemente as medidas necessárias para que, ainda durante o corrente Verão, a Graciosa passe a fazer parte das ilhas tocadas pelos navios da Atlânticoline no âmbito da sua linha lilás”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP, usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), João Bruto da Costa (*PSD*), Ricardo Cabral (*PS*), José Ávila (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), a Sra. Deputada Ana Espínola (*CDS-PP*) e ainda o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*).

Colocado à votação, o diploma supracitado foi rejeitado por maioria.

Posteriormente foi apresentada a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 71/X - Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro – Regime Geral de Prevenção e Gestão de Resíduos](#) pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Neto Viveiros*).

Sobre este diploma usaram da palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves (*PS*) e os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*) e Luís Rendeiro (*PSD*).

Submetido à votação o diploma foi aprovado.

A [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 72/X - Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores \(PGRIA\)](#) recebeu a aprovação por unanimidade da câmara, não sem antes terem participado no debate os Srs. Deputados José Contente (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Luís Rendeiro (*PSD*), Francisco Coelho (*PS*), a Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Neto Viveiros*).

De seguida, passou-se para a [Apresentação do Relatório Final do Grupo de Trabalho “Acompanhamento do Fim do Regime de Quotas Leiteiras nos Açores”](#), o qual foi apresentado pelo Sr. Deputado António Parreira (*PS*).

Apresentado o diploma, intervieram no debate os Srs. Deputados Renato Cordeiro (*PSD*), Duarte Moreira (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), a Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Neto Viveiros*).

Sobre o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 159/X – “Pagamento Único aos Produtores Açorianos de Leite”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, usou da palavra a Sra. Deputada Graça Silveira, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

O [Projeto de Resolução n.º 159/X – “Pagamento Único aos Produtores Açorianos de Leite”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, foi

rejeitado por maioria, não sem antes ter participado no debate as Sras. Deputadas Graça Silveira (*CDS-PP*), Zuraída Soares (*BE*), os Srs. Deputados Duarte Moreira (*PS*), Francisco César (*PS*), Renato Cordeiro (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*) e o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Neto Viveiros*).

Após a votação do diploma supracitado, passou-se para o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 163/X – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, sobre eventuais sanções a aplicar a Portugal pelas instituições europeias, por incumprimento do pacto de estabilidade e crescimento no ano de 2015”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, o qual foi aprovado por unanimidade.

Tendo sido aprovado o pedido de urgência passou-se para o debate do diploma, tendo para tal participado no debate os Srs. Deputados Berto Messias (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), António Marinho (*PSD*), as Sras. Deputadas Zuraída Soares (*BE*), Graça Silveira (*CDS-PP*), bem como a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

O **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 165/X – “Resolve recomendar ao Governo Regional que altere as disposições, relativas ao procedimento concursal para docentes contratados, em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo, lançado no dia 30 de junho de 2016, que discrimina docentes entre si”**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE, foi também aprovado por unanimidade, tendo-se passado de imediato para o debate da iniciativa.

Sobre a mesma usou da palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*), o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), bem como a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

Submetido o diploma à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Por fim, foi também aprovada por unanimidade a **Proposta de Deliberação da Mesa que declara findo o período legislativo de julho.**

Os trabalhos terminaram às 23 horas e 52 minutos.

Presidente: Bom dia a todos.

Vamos começar pela chamada.

(Eram 10 horas e 15 minutos.)

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cecília do Rosário Farias Pavão

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da **Graça Oliveira Silva**

Marta Cristina Moniz do Couto

Miguel António Moniz Costa

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho

António Oldemiro das Neves Pedroso

Bruno Filipe de Freitas Belo

Cláudio Borges Almeida

Cláudio José Gomes Lopes

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Humberto Trindade Borges de Melo

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Joaquim Ferreira Machado

José Maria de Medeiros de Andrade

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Paulo Henrique **Parece** Batista

Paulo Jorge da Silva **Ribeiro**

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**

Maria da **Graça** **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Antes de iniciarmos a nossa Agenda, apenas dizer-vos, e penso que todos comungarão comigo quando digo que a Europa volta a lamentar e a chorar mortes e feridos decorrentes de atentados. Depois dos atentados na Turquia, no final do mês de junho, ontem, a França volta a confrontar-se com uma situação destas e isto tem que nos fazer a todos refletir que mundo é este que vamos

deixar aos nossos filhos. Portanto, fiquemos, hoje, com esta reflexão, que se impõe, ainda mais a quem exerce funções públicas.

Mas vamos dar início aos nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 7 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 151/X – “Criação de um grupo de trabalho para avaliar e fiscalizar situações de abuso ao recurso de beneficiários dos programas de incentivo à empregabilidade para satisfação de necessidades permanentes de trabalho, nos órgãos da administração pública autónoma e autarquias”**. Este projeto de resolução é apresentado pela Representação Parlamentar do BE e a todos foi distribuída uma proposta de substituição integral e é sobre esta que iremos debater e é também esta que será votada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE)**: Muito obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas deixar a nota, Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que o Bloco de Esquerda se associa ao seu alerta e à sua preocupação relativamente à situação europeia e ao mundo que todos nós estamos a ajudar a criar.

De facto, o Bloco de Esquerda apresenta a esta Câmara o projeto de resolução, como foi bem dito pela Sra. Presidente, que propõe a criação de um grupo de trabalho para avaliar e para fiscalizar situações de abuso ao recurso de beneficiários dos programas de incentivo à empregabilidade para satisfação de necessidades permanentes de trabalho nos órgãos da administração pública autónoma e autarquias.

A primeira versão desta iniciativa legislativa foi entregue, nesta Casa, em 27 de janeiro, e analisada em sede de Comissão de Política Geral a 7 de abril. Durante os trabalhos de Comissão, o Bloco de Esquerda informou os respetivos membros e o seu presidente de que não iria propor nenhuma entidade nem

nenhum membro do Governo para audição por considerar que a decisão em causa, positiva ou negativa, era estritamente política. Considerávamos isto em janeiro, Sras. e Srs. Deputados, e consideramos agora, em julho, exatamente a mesma coisa. A decisão de criar ou não criar este grupo de trabalho é única e exclusivamente política.

Nessa Comissão, o Partido Socialista, na pessoa do Sr. Deputado José San-Bento, informou que o Partido Socialista se iria abster na votação, com reserva de posição para o Plenário e em virtude de existirem algumas dúvidas jurídicas e políticas na parte resolutiva da iniciativa.

A mesma posição foi tomada pelo Grupo Parlamentar do CDS, tendo o Grupo Parlamentar do PSD votado favoravelmente a iniciativa, bem como, obviamente, o Bloco de Esquerda.

Nesse sentido, e em consequência desta votação, foi dado um parecer favorável, por maioria, em sede de Comissão, à iniciativa.

No Plenário de maio, aquando do debate e votação deste projeto de resolução, o Bloco de Esquerda fez chegar à Mesa uma proposta de substituição integral que alterava a parte resolutiva. Pensávamos nós, então, que, com a simplificação das recomendações feitas, a abstenção crítica do Partido Socialista poderia ser colmatada; obviamente, enganámo-nos.

Face às violentas e nem todas elas justas críticas que o Partido Socialista dedicou à iniciativa em apreço e face também a algumas dúvidas suscitadas por alguns outros partidos políticos, o Bloco de Esquerda pediu a baixa à respetiva Comissão do projeto de resolução, para que aí pudesse ser objeto de um mais completo e criterioso trabalho de análise, ainda convencido de que haveria, da parte do Partido Socialista, alguma margem de disponibilidade para fazer o que falta fazer nesta região, ou seja, fazer um levantamento rigoroso dos abusos no recurso a programas regionais de incentivo à empregabilidade, para

posteriormente pôr ordem nas casas protagonistas de tais abusos, casas que são exatamente os órgãos da administração pública autónoma e as autarquias.

Em sede de Comissão de Política Geral, este diploma voltou a ser analisado, a 17 de junho deste ano. Foram, então, propostas várias diligências, nomeadamente as estruturas representativas dos trabalhadores, a UGT-Açores, que deu parecer, a CGTP-IN, que não deu parecer, aliás, parece que começa a ser uma prática constante e lamentavelmente para nós, porque o parecer da CGTP-IN é absolutamente essencial para o Bloco de Esquerda, tal como o da UGT, mas mais uma vez a CGTP-IN não emitiu parecer, bem como a Inspeção Regional da Administração Pública, a Inspeção Regional do Trabalho e a Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional.

Já durante o decorrer dos trabalhos deste período legislativo, no passado dia 13, o Bloco de Esquerda voltou a entregar uma proposta de substituição integral, cuja parte resolutiva reza o seguinte: “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda que seja criado um grupo de trabalho no âmbito da Comissão Permanente de Política Geral, para o qual serão convidadas as duas centrais sindicais com atividade na Região Autónoma dos Açores, a Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial, a Inspeção Regional da Administração Pública, a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, a Delegação Regional dos Açores da Associação Nacional de Freguesias, a ANAFRE, a União Regional das Misericórdias dos Açores e a União das Instituições Particulares de Solidariedade Social, para aferição do número de beneficiários dos diferentes programas de incentivo à empregabilidade. Essa aferição de dados deverá contemplar uma informação discriminada por programa, por órgão da administração pública autónoma, por autarquia, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, por IPSS e Santa Casa da Misericórdia e por concelho.

Em segundo lugar, que o grupo de trabalho diligencie o levantamento das necessidades permanentes que estão a ser satisfeitas com recurso aos beneficiários dos programas regionais de incentivo à empregabilidade, cujo resultado será participado às entidades competentes em matéria de fiscalização e acompanhamento, quer as especificadas nos respetivos regulamentos dos diversos programas ocupacionais, quer todas aquelas com competência fiscalizadora em matéria laboral na RAA.

Em terceiro lugar, o grupo de trabalho recomendará às entidades com competência e fiscalização laboral na RAA as medidas necessárias com vista à integração nos quadros efetivos das entidades de acolhimento dos beneficiários dos programas de incentivo à empregabilidade que se encontrem comprovadamente a desempenhar funções correspondentes a necessidades permanentes.

Por último, em quarto lugar, que, em resultado da sua ação, este grupo de trabalho elabore um relatório, que deverá estar concluído no prazo de 1 ano a contar da data da publicação da presente resolução”.

Aqui chegados, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, haverá quem se questione se toda esta insistência da parte do Bloco de Esquerda não se resumirá a um jogo do gato e do rato, sendo que nesta simbologia não é fácil perceber a qual dos dois animais corresponde, por um lado, o Governo Regional e, por outro, o Bloco de Esquerda.

Deputado José San-Bento (PS): O Bloco de Esquerda é o rato!

A Oradora: Na verdade, Sras. e Srs. Deputados, a nossa teimosia em não desistir da pretensão enunciada, desde janeiro deste ano, resulta de uma súpula de factos indesmentíveis e reiteradamente denunciados, até por cartas endereçadas aos diversos grupos e representações parlamentares desta Casa, seja pelos trabalhadores (entre aspas), e ponho entre aspas, porque são trabalhadores, porque trabalham efetivamente, mas não são trabalhadores

porque o trabalho que realizam é uma espécie de benesse a que não assistem direitos praticamente nenhuns, denúncias, dizia eu, que veem quer por via dos próprios trabalhadores (entre aspas), quer por via de chamadas de atenção públicas e publicadas, feitas pelas estruturas representativas dos trabalhadores que chamam a atenção para o número exagerado de não trabalhadores que trabalham.

Importa ter presente, Sras. e Srs. Deputados, que o abuso se consubstancia na utilização destes programas para fazer face a necessidades permanentes de recursos humanos por parte das entidades de acolhimento. Um abuso tão mais grave quando ocorre em entidades públicas, como são os casos da administração pública autónoma...

Deputado José San-Bento (PS): E nas empresas privadas!

A Oradora: ... e as autarquias e os seus serviços dependentes.

As notícias que dão conta de números na ordem de milhares de beneficiários destes programas, nas autarquias e na administração pública, não podem ser desconsideradas como indicadores demonstrativos de que pelo menos parte destes beneficiários se encontram a desempenhar funções de carácter permanente.

A precariedade laboral em todas as suas formas, desde as mais tradicionais até às mais criativas, não tem criado emprego, antes pelo contrário, à medida que se tem desregulado o mercado laboral e se tem abusado e por isso transformado os programas de incentivo à empregabilidade em instrumentos de precarização laboral, o desemprego e o subemprego têm aumentado, na RAA, como em outras partes do país.

E, para já, Sra. Presidente, terminava a apresentação.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Passo a palavra ao Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento** (PS): Obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu começaria por me associar, Sra. Presidente, à reflexão que fez inicial sobre o atentado, ontem, em Nice, e relembrando apenas que não é à toa que os terroristas atacam esplanadas. No seu célebre livro, *A Ideia da Europa*, de George Steiner, um famoso parisiense, ele chama precisamente à atenção de que um dos traços identitários da Europa pode ser refletido nas esplanadas e nos cafés, precisamente por serem locais de convívio, de tolerância, de discussão, e isso são as bases do espírito democrático. Aliás, ele faz uma referência famosíssima dos cafés de Pessoa, em Lisboa, às esplanadas de Odessa, dos gangsters de Isaac Babel. Portanto, fica aqui o nosso reconhecimento pela sua referência, Sra. Presidente, a um crime hediondo, onde foram mortas dez crianças, uma notícia que nos perturbou imenso, e a mim, pessoalmente, confesso que não consegui dormir tranquilamente, mas, enfim, não irei, agora, divagar mais nesse assunto.

Indo ao cerne da questão, o nosso diploma aqui em discussão, de facto, este diploma já vai na sua segunda substituição integral, aliás, perfeitamente legítima, mas, Sra. Deputada, se me permite, e tentando dar um contributo para uma certa celeridade nos nossos trabalhos, não deixando, como é evidente, de contribuir para a discussão desse diploma, eu gostava de lhe dizer que, apesar desta segunda substituição integral, nós achamos que a vossa proposta continua a enformar dos mesmos vícios. E, de facto, nós temos que distinguir aqui dois planos perfeitamente distintos. Uma coisa é o objetivo da proposta. Basicamente, e se me permite o resumo, a criação de um grupo de trabalho no âmbito da Comissão de Política Geral com as duas centrais sindicais e com a Inspeção Regional da Administração Pública e mais algumas entidades, mas, portanto, com entidades externas à Assembleia, e depois uma data de

diligências para fazer o levantamento de problemas, de abusos, de preenchimento de necessidades permanentes, etc..

Nós, como digo, achamos que uma coisa é esse objetivo de avaliar, fiscalizar esses programas, que são muitos e que têm dado um resultado perfeitamente reconhecido ao nível de empregabilidade, outra coisa diferente é a forma como o Bloco de Esquerda propõe aqui, pela terceira versão, uma vez que houve uma original e duas substituições integrais, pretende atingir esse objetivo. E esta última proposta, Sra. Deputada, não merece o apoio do Partido Socialista, não terá o apoio do Partido Socialista, porque há aqui, aliás, várias questões, no plano jurídico, que a senhora não referiu na sua versão da história, correta, mas, enfim, com algumas omissões, se me permite, que, desde a primeira hora, eu tive oportunidade de expressar as nossas dúvidas jurídicas em relação à solução encontrada e, por exemplo, assumindo que esta terceira versão continua a enformar dos mesmos vícios, é referido, por exemplo, no parecer que é solicitado à Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional é dito claramente, “Somos de parecer que não há cabimento legal nem material para a criação do grupo de trabalho solicitado”.

A Inspeção Regional de trabalho diz, “Do ponto de vista material, afigura-se igualmente que o projeto de resolução em análise não se conforma com os poderes constitucionais e estatutários atribuídos aos órgãos de Governo próprio da região”.

E, finalmente, a Inspeção Regional da Administração Pública também refere, “A proposta de resolução extravasa estatutária e constitucionalmente a relação de competências com as autarquias locais, na medida em que se move através do Governo Regional...”, etc..

Portanto, há aqui, com esses pareceres, uma clara densificação das dúvidas iniciais que nós apresentamos. E é por isso, Sra. Deputada, entre outras razões, que este diploma não terá o nosso apoio.

Mas são criadas aqui, se me permite a citação, o Sr. Deputado Jorge Macedo não está na sala, várias impossibilidades jurídicas, um termo muito utilizado, para fundamentar uma votação do PSD.

Deputada Zuraída Soares (BE): Inconseguintos!

O Orador: Diga.

Deputada Zuraída Soares (BE): Inconseguintos!

O Orador: Isso era a outra senhora. Eu não a conheço.

Bem, mas não merecendo o nosso apoio, esta proposta de resolução, eu queria que ficasse absolutamente claro que é do interesse do Partido Socialista, e é um cuidado que nós temos tido permanentemente, que todos estes programas de emprego, e que são muitos, Sra. Deputada, são 19 programas, que eu saiba, e até, se calhar, podem ser mais, nós temos uma verdadeira bateria de programas para combater o desemprego. E aqui eu faço um parêntesis para saudar o inconformismo e a determinação do Governo Regional (Se me deixarem concluir, se calhar, fazer um elogio ao Governo incomoda-vos, mas acho perfeitamente justo!), na pessoa do Sr. Vice-Presidente, em apresentar uma verdadeira bateria de programas para combater o desemprego. Programas para combater o desemprego jovem, o desemprego de adultos, o desemprego de pessoas em situações de exclusão e também os programas para combater o desemprego de longa duração, nomeadamente o programa Recuperar, tantas vezes referido, e que está, aliás, inscrito na própria Estratégia 20/20, aliás, no último debate que tivemos com esse diploma, antes dele voltar a baixar à Comissão, eu tive oportunidade de referir precisamente isso. Portanto, está claramente inscrito num dos eixos da Estratégia 20/20, ou seja, isto foram medidas ponderadas, pensadas com antecedência, devidamente enquadradas e, portanto, nada disto cai do céu, nada disto são improvisos, nada disto são programas que desvirtuam aquilo que interessa muito ao PS, a dignificação do emprego e, desde logo, dos trabalhadores, como é evidente, e, portanto, nós

temos muita preocupação com isso, Sra. Deputada. Como lhe disse, não apoiamos a proposta, é verdade, mas para nós é muito importante assegurar o correto funcionamento desses programas, assegurar o direito de todos os beneficiários desses programas. Aliás, convém referir que todos esses programas têm regulamentos onde está claramente definido quais são os direitos, quais são as entidades a quem compete proceder essas fiscalizações, à fiscalização da execução dos programas. Portanto, todas essas componentes estão asseguradas nestes diversos programas que aqui referi.

Obviamente que nós também conhecemos, Sra. Deputada, algumas queixas que nos chegam. Estas cartas não são endereçadas só ao Bloco de Esquerda, agora, também lhe digo, Sra. Deputada, nós não podemos de um ou dois casos isolados, de uma situação que muitas vezes tem a ver com aspetos interpessoais de pessoas que estão nessas entidades de acolhimento, nessas entidades patronais e que, de facto, têm uma postura que não é correta, mas dizia eu, não podemos desses casos, que são circunscritos e devidamente limitados, generalizar para todos esses programas, estão mal enquadrados, há um enorme abuso sobre os trabalhadores ou sobre os estagiários, enfim, sobre os beneficiários desses programas. Isso não é verdade, Sra. Deputada, digo frontalmente, com toda a convicção, porque, como lhe digo, isto é uma grande preocupação do Partido Socialista, como também é uma segunda preocupação do Partido Socialista, que a senhora tenta abordar na vossa proposta de resolução, que é o preenchimento de necessidades permanentes. Obviamente que nós nunca defendemos, aliás, o PS tem uma história, um património riquíssimo nesta matéria, precisamente para dignificar o trabalho, nós nunca defendemos situações de subemprego ou de emprego encapotado, seja na administração pública regional, a administração pública local ou nas empresas. Estes programas não servem para isso e se alguma entidade abusa, para já, é difícil, atendendo à regulamentação dos programas, mas nós estaremos na

primeira linha para denunciar esses casos e combater esses casos, porque para nós é evidente que as necessidades permanentes são necessidades permanentes, aliás, já aqui tivemos essa discussão, várias vezes, a propósito da área da educação, mas esse é um princípio absolutamente claro para o Partido Socialista, Sra. Deputada.

Portanto, em síntese, a questão dos direitos dos beneficiários e a questão do preenchimento de necessidades permanentes, postos de trabalho permanentes, que a senhora pretendia também alcançar com essa proposta que nós não apoiamos, não apoiamos a proposta, mas estamos absolutamente firmes na defesa desses princípios e no apoio a estas medidas e a esses diversos programas que, aliás, têm dado um resultado muito claro e são programas de grande mérito.

Eu gostava também de sublinhar, já fiz isso na referência elogiosa, perfeitamente justa, ao Governo, mas gostava também de deixar esta nota, medidas no âmbito do autoemprego, medidas no âmbito dos programas estagiar, medidas no âmbito dos programas direcionados também para a agricultura, para pessoas em exclusão social, são programas que têm um enorme mérito e que estão a ajudar muitas pessoas, e bem. E, portanto, esse é também um trabalho que deve ser reconhecido, porque é justo e também tem a ver com muitos parceiros provados, autarquias, enfim, que também se envolvem nesses programas, obviamente que defendendo os seus interesses, legítimos, mas também dando um grande contributo, uma grande ajuda a esta recuperação dos Açores, a este desenvolvimento dos Açores e ao combate ao flagelo do desemprego, porque para nós, como sempre dissemos, esta é a primeira prioridade. Com a geração de emprego, tudo o resto é mais fácil de resolver e por isso é que para o Partido Socialista o combate ao desemprego é e será sempre uma grande prioridade, independentemente dos números do desemprego.

Para terminar, Sra. Deputada, se tudo aquilo que eu disse até agora não bastasse para convencer sobre os motivos do nosso voto contra, eu deixava aqui esta referência, Sra. Deputada, se me permite, com todo o respeito, e, como já disse, reconhecendo toda a legitimidade ao Bloco de Esquerda em apresentar essa proposta, que, no entanto, parece-me um pouco atabalhoada, para ser franco, é feita uma referência no ponto 4, Sra. Deputada, que me parece um erro grosseiro. E grosseiro porquê? Porque é dito que “o grupo de trabalho elabora o relatório, que deverá estar concluído no prazo de 1 ano a contar da data de publicação da presente resolução”. Oh, Sra. Deputada, com o fim das legislaturas, excetuando as petições,...

(Risos da Deputada Zuraida Soares e do Deputado Joaquim Machado)

Deputada Zuraida Soares (BE): Essa é demais!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Caiu como um patinho!

O Orador: ... as iniciativas caducam, Sra. Deputada. Isso não é, Sra. Deputada, um formalismo.

Não, eu já estou decidido, só estou a dizer...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não está decidido, não!

O Orador: Sra. Deputada, eu fundamentei claramente a posição do Partido Socialista, só deixo aqui essa última nota: isto é um erro grosseiro e um embaraço para o Bloco de Esquerda, Sra. Deputada. Isso não pode ser feito assim.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é!

O Orador: Aliás, eu gostava de ver, e vamos ver atentamente, qual será o sentido de voto dos partidos da oposição, de alguns dos partidos da oposição,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Está a tentar condicionar os votos dos partidos!

O Orador: ... depois daquilo que disseram, ontem, aqui, em relação a um outro diploma, como é que irão votar a favor de um diploma que apresenta este erro grosseiro, que é elaborar num prazo máximo de 1 ano, pois isso não é possível.

Deputada Zuraída Soares (BE): Está a enterrar-se!

O Orador: Não me estou a enterrar nada, senhora, a senhora é que já está só com a cabeça de fora.

Muito obrigado.

Deputada Zuraída Soares (BE): A minha cabeça está sempre de fora!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José San-Bento, muito obrigada pela sua análise. Eu começaria exatamente pelo último ponto, o quarto. Eu aqui tenho que dizer, não ao Sr. Deputado José San-Bento, mas, com toda a lealdade e franqueza, ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista: os senhores têm que se decidir se andam a brincar ou se andam a trabalhar a sério.

Deputado José San-Bento (PS): Não! A senhora é que tem que decidir!

A Oradora: Não! Oíçam! O Sr. Deputado, ainda agora, pediu para ser ouvido e eu, da minha parte, ouvi-o, agora peço-lhe exatamente a mesma coisa.

O Bloco de Esquerda tem, como é sabido, entregue em Comissão um projeto, uma iniciativa legislativa que propõe ao Governo que crie um grupo de estudo para a problemática da toxicod dependência...

Deputado José San-Bento (PS): Isso é diferente!

A Oradora: Oh, Sr. Deputado, oiça-me, se faz favor!

... na RAA. Esse grupo e essa iniciativa foram, aparentemente, bem acolhidos pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e no sentido dela poder ter um

voto favorável do Partido Socialista, que é aquele que determina se há ou não há estudo desta problemática,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem! Determina por enquanto!

A Oradora: ... foi proposto pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista que o estudo deveria ser feito no prazo de 1 ano a contar do momento da sua aprovação nesta Casa.

Ora, Sr. Deputado José San-Bento,...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Esse estudo é feito pelo Governo!

A Oradora: ... se a legislatura acaba...

Sra. Presidente, eu não vou gritar, mas gostaria de ser ouvida!

Deputado José San-Bento (PS): Vai ser ouvida, Sra. Deputada, com toda a atenção!

A Oradora: ... para um grupo de trabalho que faça, no seio da Comissão de Política Geral, o levantamento proposto nesta iniciativa, eu pergunto: a mesma legislatura não acaba para um grupo, um estudo e um levantamento feito, nesta região, sobre a problemática da toxicodependência, Sras. e Srs. Deputados? Podem fazer o pino, é exatamente a mesma coisa.

Deputado Berto Messias (PS): Não é!

A Oradora: E eu acredito que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não fez a proposta relativamente ao grupo da toxicodependência de má fé, fê-lo de boa fé, porque todos nós queremos, de facto, que a problemática seja analisada nesta região. Então, façam-me o favor, mais uma vez, organizem-se, porque não bate a bota com a perdigota.

Mas vamos ao conteúdo mais substantivo desta iniciativa.

Dizia o Sr. Deputado José San-Bento que esta segunda substituição integral continua a enformar dos mesmos vícios da primeira. Bom, Sras. e Srs. Deputados, entendamo-nos. Quando o Bloco de Esquerda pediu que a primeira

versão descesse a Comissão, para aí ser sujeita a um trabalho mais apurado de análise, de propositura, de correção, de audição de outras entidades, o Partido Socialista não fez uma única proposta para alterar coisa nenhuma, ou seja, se o Partido Socialista tivesse, na realidade, interessado e preocupado, como disse o Sr. Deputado José San-Bento, em saber qual é o nível do abuso relativamente a estes trabalhadores ou não trabalhadores, como lhes chamei, então, teria dado um contributo democrático fundamental, que, aliás, é uma das razões de ser da existência de uma Comissão. Se a Comissão não serve para isto, Sras. e Srs. Deputados,...

Deputado José San-Bento (PS): Isso não é leal da sua parte!

A Oradora: ... esta de Política Geral ou qualquer outra, então, as Comissões não servem para grande coisa.

Depois, o Sr. Deputado referiu também vários pareceres, e com certeza que foram pedidos, e bem, e que foram dados, mas, oh, Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe uma coisa: estes pareceres, na realidade, resumem-se a perguntar ou ao lobo mau se quer comer a avozinha ou à avozinha se quer comer o lobo mau, que é um inconseguimento e uma impossibilidade não jurídica, mas humana.

Deputado José San-Bento (PS): Oh, Sra. Deputada, o que é isto?

A Oradora: Porque, Sr. Deputado, quando se pergunta à UGT-Açores exatamente a mesma coisa, isto é, o que é que acham, como é que avaliam a iniciativa do Bloco de Esquerda, a UGT-Açores diz assim: “Considerando que a temática do projeto de resolução apresentado pelo Bloco de Esquerda vem ao encontro do que a UGT-Açores tem defendido publicamente relativamente aos beneficiários dos programas de incentivo à empregabilidade, emite-se parecer favorável ao projeto de resolução em causa, estimando-se que a mesma resolução seja aprovada em sede de Plenário da Assembleia Legislativa e que, deste modo, possa contribuir para uma adequada avaliação e fiscalização daqueles programas, que a UGT-Açores será um parceiro empenhado e ativo”.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, tudo depende a quem se pergunta, se ao lobo mau, se à avozinha.

Depois, diz também o Sr. Deputado José San-Bento que o Bloco de Esquerda está a fazer um caso de um ou dois casos, umas cartitas que nos escrevem, de vez em quando, aos grupos parlamentares, a fazer queixa de uma ou outra entidade empregadora. Bom, pegamos nas notícias públicas e publicadas, por exemplo, esta de abril, Sras. e Srs. Deputados, que diz assim: “Os decréscimos residuais das taxas de desemprego nos Açores têm sido feitos à conta dos 20 programas ocupacionais,...”

Deputado José San-Bento (PS): Pois, era aí que a senhora queria chegar!

A Oradora: São 20, Sr. Deputado!

“... entre eles o PROSA,...”

É a bateria!

“... os CTTS, o Estagiar L, U e T, Fios e o Integra, que abrangem atualmente oito mil pessoas, sendo que 5 mil 275 se encontram inscritos, desde fevereiro deste ano, nos Centros Regionais de Emprego”.

Não é um casito, Sras. e Srs. Deputados, não são dois casitos, são milhares de casitos.

Deputado José San-Bento (PS): Não são nada milhares! Oh, Sra. Deputada! Milhares são os beneficiários!

A Oradora: “Pela recolha efetuada, são atualmente...”

Oh, Sr. Deputado, deixe-me acabar. Está tão nervoso!

Deputado José San-Bento (PS): Não estou nada nervoso!

A Oradora: Afinal, estava tão calmo, no princípio, e, agora, de repente, está tão enervado! Ainda agora começou, Sr. Deputado.

Deputado José San-Bento (PS): A senhora diz coisas que são muito graves!

A Oradora: Tem que manter a clama!

“... 3 mil 241 pessoas que se encontram em programas ocupacionais, a prestar serviços na administração regional e local, deixando de constar nas estatísticas oficiais de emprego. Um cenário de exploração de mão de obra barata, considerando que assim se desvirtuam os objetivos iniciais que presidiram, e bem, à criação dos programas ocupacionais”.

Vou deixar outras notícias para mais tarde, que é para não esgotar o noticiário.

E nesta segunda intervenção, queria apenas dizer o seguinte. O Sr. Deputado José San-Bento diz que o Partido Socialista estará na primeira linha para denunciar...

Deputado José San-Bento (PS): Estará, não, está!

A Oradora: ... e combater estes casos. Oh, Sras. e Srs. Deputados, se o Partido Socialista quisesse estar na primeira linha para denunciar, combater, corrigir estes casos, ou teria feito um esforço para dar a tal legitimidade jurídica à proposta do Bloco de Esquerda, fazendo-o e, portanto, acomodando-a àquilo que lhe parece absolutamente necessário para esse desiderato, ou, então, senta-se de plateia a ver a primeira proposta, a segunda proposta, e garanto-lhe que há de haver uma terceira proposta, na próxima legislatura, que os senhores vão voltar a reprovar, e a quarta e a quinta. Portanto, vamos tirar, desde já, uma conclusão: o Partido Socialista não quer saber, sobretudo o Partido Socialista não quer que se saiba das situações de abuso que não são um caso, nem dois, nem três, em que estes não trabalhadores são explorados e respondem a necessidades permanentes. E se isto é um contributo para a empregabilidade e para a não precariedade laboral, eu dou-vos um conselho também, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: olhem à volta deste hemiciclo, não aqui dentro, mas lá para fora, olhem ali para cima, para aquilo a que nós chamamos o “Aquário”, e vejam quanta precariedade está quer aqui à volta, quer ali em cima, com programas, sem programas ou de qualquer outra maneira.

Se o Partido Socialista quer trazer rigor e justiça e moral e democracia a este tipo de programas, deve fazer este levantamento, e se não o fizer desta maneira, então, que diga como é que o vai fazer.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Para permitir que o Sr. Deputado José San-Bento faça o pino sugerido pela Sra. Deputada Zuraida, eu prescindo da palavra, neste momento.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada, eu fui absolutamente claro e sereno e transparente na argumentação que utilizei para chumbar a sua proposta e devo dizer-lhe que é muito estranho que a senhora faça a confusão que faz. Uma coisa, Sra. Deputada, é a constituição de um grupo de trabalho no âmbito desta Assembleia, nesta legislatura, com a duração de um ano, o que não pode ser feito, porque esta iniciativa caduca com o fim da legislatura, outra coisa completamente diferente é aprovarmos uma resolução que recomenda ao Governo que encomende, por sua vez, um estudo que, no prazo de um ano, caracterize o fenómeno da toxicodependência nos Açores. Sra. Deputada, desculpe que eu lhe diga, não há qualquer comparação possível e, como a senhora gosta de dizer, uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa, e o que eu esperava de si era que assumisse o erro e a falha.

E gostava também de lhe dizer uma coisa muito estranha, Sra. Deputada, eu não apreciei minimamente a insinuação que a senhora faz de que o PS não esteve de boa-fé, empenhado, na Comissão, a trabalhar sobre esta proposta, Sra.

Deputada. É muito injusto para o meu Grupo Parlamentar, para mim próprio e para os meus colegas da Comissão. E mais, Sra. Deputada! Isto é uma proposta de resolução. Nós não podemos alterar uma proposta de resolução; isto não é um DLR. E depois ela própria foi sendo sucessivamente sujeita a substituições integrais e, Sra. Deputada, eu deixei sempre claro, de uma forma leal, transparente, as nossas dúvidas em relação à solução jurídica. Se calhar não o fiz com um desenho ou com uma ilustração que pudesse dar mais ênfase às minhas palavras, mas isso foi feito. O Sr. Deputado Manuel Pereira também se referiu a isso várias vezes, nós debatemos isso, nós demos um contributo que me parece muito acertado, pelo menos foi isso que depreendi da própria intervenção do Sr. Presidente da Comissão em relação às entidades que deveriam ser consultadas, e geramos um consenso muito interessante, aliás, também dinamizado pelo Bloco de Esquerda, reconheça-se, para procedermos a essas diligências.

Portanto, eu não percebo a referência que a senhora faz, que é muito desagradável, porque não corresponde minimamente à verdade, sobre uma postura de reserva e desleal dos deputados do Partido Socialista. Nunca fazemos assim isso, Sra. Deputada. Não é esta a forma de atuar dos deputados do PS, em qualquer Comissão, tenho a certeza disso. Portanto, é uma referência que eu achei muito desadequada da sua parte.

Quanto aos beneficiários. Oh, Sra. Deputada, oito mil beneficiários, eu não tenho esses números precisos. São muitos, são milhares, claro que são, mas isso é precisamente o mérito desses programas, porque a questão tem que ser sempre vista... Quem enfatiza que esses números são elevadíssimos, que estamos a esconder o desemprego, oh, Sra. Deputada, nós estamos é a investir nas pessoas, na qualificação das pessoas. Esses programas servem é para isso, apostar no capital humano, apostar nas pessoas, reforçar as competências das pessoas, aumentar os níveis de empregabilidade, Sra. Deputada.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Esta é a estratégia.

São oito mil, pois que sejam oito mil; podiam ser dez mil! Essa é a estratégia, a estratégia certa, correta, que está a dar resultados, Sra. Deputada. Não percebo essa indignação. Oito mil! Fale ainda mais alto, apregoe ainda mais alto, agora, não pode, e isso aqui é também inaceitável, é tentar confundir e fazer uma insinuação porque há, segundo os seus números, oito mil beneficiários destes programas e são milhares de pessoas, abusos, exploração de mão de obra. Oh, Sra. Deputada, nós não estamos numa esplanada de Odessa dos gangsters de Isaac Babel, nós estamos no Parlamento dos Açores, Sra. Deputada. Esse tipo de acusações tem que ser fundamentado, desculpe que lhe diga.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem diria!

O Orador: Isso é inaceitável! É inaceitável esse tipo de postura, porque isso não é um contributo edificante para este debate, nem esclarece as pessoas, isso é um manto de suspeição sobre a administração pública, sobre todas essas entidades. A senhora já ouviu, já pensou o que é que um empresário privado, por exemplo, um amigo meu, que tem três pessoas, conheço perfeitamente, conheço os casos, conheço os nomes, sei onde é que as pessoas moram, tem três beneficiários desse tipo de programas, a senhora acha que uma pessoa dessas, que está a dar um esforço, que está a tentar levar o seu negócio para a frente, a vencer dificuldades, a ajudar a região a seguir em frente, ouve uma acusação dessas, que está a explorar mão de obra!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Então, se não está, não há que ter medo!

O Orador: Oh, Sra. Deputada, vamos ter aqui algum equilíbrio e, sobretudo, vamos resistir a essa tentação própria de período de pré-campanha de, de um caso ou outro, generalizar e fazer, como já referi, acusações que são absolutamente falsas, Sra. Deputada,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... e que não devem ser o registo, desculpe que lhe diga, de uma discussão frontal, leal e contundente, como eu gosto e como eu sei que a senhora também gosta, aqui, no nosso Parlamento, no coração da nossa autonomia.

Por isso é que eu lhe digo, Sra. Deputada, a senhora pode continuar com estas suas afirmações gratuitas e pode dizer, apregoar mil vezes uma mentira, de que no PS não quer que se saiba, o PS quer esconder, o PS não defende o rigor, isso é tudo mentira, Sra. Deputada. A senhora apregoar isso mil vezes, nunca será verdade. Mas, para além disso, o PS estará aqui mil e uma vezes para a acusar de não estar a dizer a verdade e com isso a prestar um mau contributo para o debate de um tema tão importante, tão central, como é a questão do desemprego nos Açores.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este projeto de resolução do Bloco de Esquerda tem grande atualidade e grande importância. A verdade é esta: todos nós conhecemos casos, eu conheço, e, além disso, tenho prova documental que demonstra que algumas direções regionais do Governo Regional estão a informar os organismos que tutelam, que essas direções regionais tutelam, a informar que os lugares do quadro estão a ficar vagos, não será autorizada a abertura do concurso para prover esses cargos, porque (e é respondido por escrito) esse organismo está a usufruir de

várias pessoas que se encontram em programas ocupacionais. Esta é a verdade. Existe um conjunto de situações desse tipo e são documentos que a administração regional está a fazer chegar a diversos organismos da administração regional. Isto é indesmentível. Há prova documental que é isto que se está a passar.

Ora, eu acho que isto é absolutamente inadmissível. Bem, podem dizer-me o seguinte: nos programas ocupacionais, está bem claro, por parte da definição destes programas, que isso não pode acontecer; está bem clara a definição que isso não pode acontecer, mas está a acontecer. A verdade é que está a acontecer. Portanto, é necessário fiscalizar este tipo de situações.

Deputado José San-Bento (PS): Claro que é!

O Orador: A verdade é esta. É absolutamente inadmissível, e a Sra. Deputada dizia, “Bom, isto provoca a precariedade, em diversos setores, nomeadamente na administração pública”. É verdade. Isto provoca também, e há várias situações deste tipo, que eu próprio também tenho documentadas, de exploração dos trabalhadores, em que, de facto, aquilo que se lhes está a exigir vai muito além do enquadramento legal destes programas. Isto está a suceder. E também temos prova documental em relação a essas matérias.

A questão aqui tem a ver é com o receio das pessoas e a situação em que as pessoas se encontram, porque muitas das pessoas, e até organismos, que nos fazem chegar a prova documental, dizem-me, “Por favor, não utilizem isso, porque isto é essencial para a minha sobrevivência”. Há medo! Medo em tornar estas situações públicas. As pessoas têm medo, têm medo de perder aquele sustento, têm medo de virem a ser perseguidas e por isso o Parlamento, nós temos essa capacidade de fiscalizar e de exercer aqui um papel importantíssimo, impedindo que as pessoas venham a ser perseguidas. Porque o que aqui me dizem, com muito à vontade, os Srs. Deputados, é que, “Então, torna essas situações públicas. Digam, protestem!”. As pessoas têm medo de tornar estas

situações públicas e temos que ser nós, os deputados, a efetuar esse trabalho. Dizem-me, “Bom, mas isso, numa sociedade como a nossa, não deveria acontecer”. Não deveria, mas acontece.

Quero referenciar o seguinte: aquilo que eu aqui disse, estou pronto para mostrar a prova documental e provar que, de facto, por parte da administração regional, neste momento, existem respostas em que se diz, “Este lugar do quadro está vago? Não se abre concurso”. Sabem por que é que não se abre concurso? Porque existem pessoas, existem programas ocupacionais nessa instituição, nesse organismo e isto é verdade. Portanto, a fiscalização deste tipo de situações, uma enorme quantidade de abusos que existe, a precariedade que estes programas provocam é algo que tem que ser fiscalizado.

E como bem dizia a Sra. Deputada Zuraida Soares, se este não é um mecanismo adequado, o desafio que ela lançou é que os senhores proponham aqui um mecanismo diferente, mas um mecanismo que contenha a independência suficiente para que este assunto possa ser analisado com rigor.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Uma palavra prévia para dizer que o PSD se curva perante a memória de dezenas de inocentes, ontem, vítimas de um hediondo ataque terrorista, em Nice, e associa-se à consternação que perpassa por todo o mundo ocidental, pedindo a Deus que alivie a dor de familiares e amigos dessas vítimas. E dizendo isso, também reafirma a sua forte convicção de que a democracia é a única solução para o desenvolvimento e para a paz.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso mesmo, devem ser combatidas todas as formas de totalitarismo, seja ele político, económico ou religioso.

Dito isto, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PSD reafirma o seu entendimento quanto à existência destes programas ocupacionais, dizendo que eles são necessários, são para continuar e devem ser melhorados enquanto a economia não for capaz de gerar os postos de trabalho que são necessários na nossa região. E entendemos também necessário apurar até que ponto está a ser feito bom uso destes programas, tanto por entidades privadas, que fazem acolhimento de trabalhadores desempregados, como por parte das entidades públicas ou de direito cooperativo e solidário.

E nessa medida, continuamos a apoiar a iniciativa do Bloco de Esquerda, que, aliás, desde a última sessão, fez acolhimento das sugestões produzidas pelo PSD quanto à composição da Comissão, do grupo de trabalho que deverá fazer este estudo.

De facto, são muitos os programas e a existência de 20 programas é demonstrativa da incapacidade e da insuficiência e da incompetência do Governo Regional a superar este flagelo que atormenta a região que é o desemprego, porque, se há muitos programas, é exatamente porque o desemprego continua a ser algo que está muito longe de ser resolvido na nossa região. E se esses programas têm as virtudes todas que o Sr. Deputado José San-Bento aqui apontou,...

Deputado José San-Bento (PS): E têm!

O Orador: ... então, nós não percebemos porque razão não se deverá fazer um estudo, porque razão não se deverá fazer uma avaliação.

Da parte do PSD, sempre houve este entendimento de que assim deveria ser feito e tanto é que, em 13 de janeiro deste ano, nós apresentamos ao Governo Regional um requerimento que pretendia obter, e vou citar, “Informação sobre o número de cidadãos que, em 31 de dezembro de 2015, estavam integrados nos diversos programas ou medidas de emprego, a saber: Recuperar, PROSA, Fios,

Reativar, Reativar Tecnológico e Colocação Temporária de Desempregados Subsidiários”.

O Governo Regional tinha até ao dia 15 de março para responder; sobre esse prazo que a lei lhe confere passaram-se mais quatro meses e não respondeu, comprovando aquela prepotência, a arrogância e o desrespeito por este Parlamento, que nós, ontem, aqui, denunciámos através de um voto de protesto. Aqui está mais um exemplo e quem não se sente não é filho de boa gente. Nós sentimo-nos, sentimos em nome do povo dos Açores, que aqui representamos. E quem não deve não teme, e o Governo Regional se teme, é porque deve alguma coisa nesta matéria.

Há, efetivamente, situações de abuso. Elas estão denunciadas na comunicação social. Até agora, que medidas foram empreendidas para combater, sancionar e evitar tais casos? Há situações em que desempregados estão a suprir necessidades permanentes de instituições públicas, de autarquias, do próprio Governo Regional. O que é que foi feito para evitar? Resta saber se o Partido Socialista quer ou não quer fazer a avaliação destes programas. Está disponível? Quer ou não quer? E se não quer, ainda que não explique as razões, os açorianos já as perceberam.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve consideração sobre o ataque terrorista perpetrado, ontem, contra cidadãos inocentes e que, de facto, nos deve preocupar a todos. Vivemos numa sociedade que queremos livre e que satisfaça as necessidades de todos e esta sociedade e este mundo estão a ser alvo de terror e importaria e importa não só identificar as causas que lhe estão na origem, mas sobretudo combatê-las, de

modo a evitar que situações como estas se possam repetir na Europa, em África, na Ásia e também no continente americano.

Relativamente à iniciativa que estamos aqui a discutir, eu julgo que o próprio Partido Socialista não pode continuar a fazer de conta que os beneficiários...

Deputado José San-Bento (PS): Aqui ninguém faz de conta, Sr. Deputado!

O Orador: ... dos programas ocupacionais não estão, efetivamente, a ser utilizados para suprir necessidades permanentes de trabalho.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Portanto, relativamente a esta questão, julgo que nem o próprio Partido Socialista tem essas dúvidas, importa saber o que fazer. Temos aqui uma proposta para se identificarem causas e abusos. Será um meio, pelos vistos, o Partido Socialista não gosta desta proposta, mas era bom que, tendo essa consciência, encontrasse, então, os meios para resolver este problema, porque a verdade é esta e a Representação Parlamentar do PCP está à vontade para falar sobre esta questão, porque, quer em fevereiro de 2015, quer em março de 2016, trouxemos a debate, neste Parlamento, através de declaração política, a situação dos abusos na utilização de beneficiários dos programas ocupacionais. Programas ocupacionais que, na sua génese, até estão bem desenhados, procuram qualificar e requalificar cidadãos e cidadãs para depois poderem entrar no mercado formal de trabalho.

Mas não é isso que está a acontecer, efetivamente. Todo o caráter de formação que têm alguns destes programas é completamente posto de lado, é completamente abandonado e os beneficiários destes programas, designadamente do programa Recuperar, são empurrados para situações...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor a dizer isso!

O Orador: ... não só de exploração, mas sobretudo...

Deputado José San-Bento (PS): O PCP não é o Bloco de Esquerda, acho eu!

O Orador: Oh, Sr. Deputado José San-Bento, eu não estou a dizer nada que não...

Deputado Francisco César (PS): Isto é um elogio!

O Orador: Sim, sim, eu sei!

... tivesse já dito anteriormente.

E há aqui algumas questões que importa reconhecer e que importa, sobretudo, encontrar soluções, porque isto não é promover o emprego.

(Aparte inaudível do Deputado José San-Bento)

O Orador: Pois, o problema é esse! Mas não se promove a empregabilidade se não se formam as pessoas, se não se requalificam as pessoas e, sobretudo, se a economia regional continua a viver à conta de salários baixos.

Deputado José San-Bento (PS): Então, não se faz nada!

O Orador: Ora bem!

Faz-se, sim senhor, Sr. Deputado! Tem que se fazer.

Deputado José San-Bento (PS): Qual é a solução?

O Orador: A questão é a seguinte. O Deputado Paulo Estêvão tem ali um exemplo que pode afetar alguns trabalhadores...

Deputado André Bradford (PS): Não é um, são muitos!

O Orador: ... que não são contratados, porque, entretanto, há o recurso aos beneficiários dos programas ocupacionais. A questão é a seguinte, é a própria administração pública regional, no caso que o Deputado Paulo Estêvão referiu, mas são casos conhecidos e denunciados, quer pelos próprios trabalhadores, quer pelo PCP. Eu lembro que relativamente ao hospital de Ponta Delgada, que fez um processo de seleção para o recrutamento de 49 assistentes operacionais ou auxiliares para o hospital, era uma necessidade permanente do hospital, aliás, devidamente autorizada pela Vice-Presidência do Governo Regional,

todos nós nos lembramos que aqui, talvez há dois anos, o Sr. Vice-Presidente anunciou algumas centenas de contratações,...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): 400!

O Orador: Exatamente!

... e nesse quadro, designadamente o hospital de Ponta Delgada, teve a devida autorização para contratar pessoal, porque dele tinha necessidade. Bem, fizeram uma seleção para admitir 49, apenas admitiram 20, 23, e depois acabou. O que é que aconteceu? Recrutaram-se, ou melhor, utilizaram-se 29 beneficiários do programa Recuperar.

Mas é mais grave ainda quando esses trabalhadores, e veja-se bem, aliás, o próprio programa não permite que façam um qualquer tipo de horário, mas esses beneficiários estão a fazer horário noturno, estão a trabalhar aos fins de semana e, às vezes, sem nenhum tipo de acompanhamento de pessoas, funcionários com qualificações.

Ora bem, se isto não é um exemplo acabado de uma necessidade permanente de trabalho, substituída por trabalhadores, por cidadãos que usufruem dos programas ocupacionais, então não sei o que é.

Mas há muito mais. Há nas escolas, há em todos os departamentos da administração pública situações como esta que eu agora, aqui, acabei de dizer. As escolas têm trabalhadores dos programas ocupacionais e as escolas necessitam de pessoal auxiliar para o seu quadro, para poderem fazer o respetivo apoio. Portanto, isto não é política de promoção de emprego. Aliás, este é um mau exemplo, até para o setor privado (é um mau exemplo para o setor privado). O setor privado, que, em algumas situações, também utiliza programas ocupacionais, cria também aqui uma perversão porque há, efetivamente, empresários da nossa região que contratam trabalhadores, que cumprem as obrigações sociais para com eles, aliás, há também empresários nesta região que pagam acima daquilo que está acordado e daquilo que é o

salário mínimo. Há bons exemplos de empresários, na nossa região, que fazem isto, mas quando V. Ex.^{as} lhes facilitam a entrada de trabalhadores de programas ocupacionais, estão a verter o próprio mercado de trabalho no setor privado. E mais! Estão a promover concorrência desleal.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Qual é o programa que se aplica às empresas?

Deputado José San-Bento (PS): Exatamente!

O Orador: Oh, Sr. Vice-Presidente, eu depois posso enumerar. Eu não tenho aqui a lista, mas são dezenas, dezenas de programas que foram criados e que...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Às empresas!

O Orador: ... podem, efetivamente, ser utilizados pelo setor privado. Teoricamente, não tem mal nenhum, desde que, efetivamente, isso sejam situações de formação, que sejam situações transitórias, para que depois esses cidadãos fiquem devidamente habilitados a entrar no mercado de trabalho formal. Portanto, isto é que não pode acontecer.

Eu percebo que esta é uma forma que o Governo do Partido Socialista encontrou para manter as pessoas ocupadas e com algum rendimento, mas isto não é trabalho.

Deputado Francisco César (PS): É, é!

O Orador: Ah, é? Mas é trabalho ou não é trabalho?

Deputado Francisco César (PS): É ocupação!

O Orador: É trabalho, mas não é trabalho.

Portanto, alguma coisa tem de ser feita para acabarmos com esta situação.

E há uma questão que me parece que é fundamental. São oito mil, serão até mais do que oito mil.

Deputado André Bradford (PS): Segundo as suas contas!

O Orador: Nos diferentes programas ocupacionais, nos estágios, nos estagiários de vários tipos, são mais de oito mil. Se lhe colocarmos em cima destes os

milhares de açorianos que saíram das nossas ilhas para ir trabalhar, quer para o continente, quer para os países europeus, quer para o Canadá, quer para os Estados Unidos, que continuam a acolher muitos açorianos, então, temos aqui um problema de emprego, ou de desemprego, conforme se quiser, muito grave e é preciso atentar a isto. Nós não podemos estar, e o apelo é este, Sr. Deputado, o apelo é este: nós não podemos continuar a varrer para baixo do tapete um problema desta dimensão e desta gravidade. É importante que se encontrem soluções para que as pessoas...

Deputado André Bradford (PS): O PCP é contra os programas ocupacionais!

O Orador: ... tenham dignidade e para que se promova o trabalho.

Deputado José San-Bento (PS): Nós encontramos as soluções!

O Orador: Não, nada disso. Então, oh, Sr. Deputado, se há necessidades identificadas,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar.

... por que é que não se contratam trabalhadores para essas necessidades, que equivalem, efetivamente, a um posto de trabalho permanente?

Deputado José San-Bento (PS): Isso é guerra sindical!

O Orador: Não é guerra sindical nenhuma, é uma preocupação que V. Ex.^{as} deviam ter à cabeça das vossas prioridades.

Deputado José San-Bento (PS): E temos!

O Orador: Deviam ter à cabeça das vossas prioridades e não podem continuar a varrer o problema para debaixo do tapete.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Esgotou o seu tempo para este debate.

Sra. Deputada Zuraida Soares, pede a palavra para?

Deputada Zuraída Soares (BE): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às vinte para o meio dia.

Eram 11 horas 26 minutos.

Presidente: [Corte na gravação] ... Sr. Vice-Presidente do Governo.

Eram 11 horas e 54 minutos.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Muito rapidamente, o debate sobre os programas de promoção de emprego e os seus resultados é um debate que já foi feito, há muito, nesta Casa, portanto, não vou repeti-lo. Os resultados, para nós, são claros, são objetivos e são concretos. Por isso, sobre esta matéria, não me vou pronunciar novamente, sob pena de estar a repetir aquilo que já foi dito e redito imensas vezes.

Apenas dois aspetos que têm a ver com a essência desta análise.

Foi referido que alguns programas de emprego estavam a substituir necessidades permanentes dos serviços. Portanto, a administração, no caso concreto, Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, estavam a substituir necessidades permanentes por funcionários desses programas. Em relação à administração regional e aquilo que é da direta responsabilidade em termos de administração pública, eu não vou entrar na retórica do é, do não é. Vou aos dados concretos, objetivos, que demonstram que assim não o é, porque, e gostaria aqui de anunciar, em 2014, a administração pública regional direta, indireta, incluindo as empresas que estão no seu perímetro de classificação, tinha 17303 trabalhadores; no final de 2015, aumentou para 17595; e a 30 de

junho deste ano, voltou a aumentar para 17914. Ou seja, nos últimos 18 meses, há mais 611 trabalhadores na administração pública regional. Esse dado, tão quantificado, tão objetivo, desmente totalmente toda a argumentação que, até agora, foi feita.

Deputada Arlinda Nunes e Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Factos são factos. Hoje, e nos últimos 18 meses, a administração pública regional tem mais 611 funcionários do que tinha no final de 2014. Portanto, todo esse argumentário cai por base, com estrondo, com estes números e com esta realidade.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Onde é que isso está publicado?

O Orador: Segundo aspeto, só para corrigir um outro aspeto em relação ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, à situação que referiu, que um serviço tinha dito que tinha lugares no seu quadro e que a administração tinha dito que não podia ser. Essa questão também cai por base, por uma simples razão. Há cerca de 7 anos que os serviços não têm quadros, deixou de haver quadros dos serviços, o que passou a haver, com a proposta desta Assembleia, é quadro regional de ilha e não há quadro de serviço.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É nos quadros de ilha!

O Orador: Portanto, não pode dizer que um serviço tinha lugar no quadro, porque não há quadros para os serviços, só há quadros por ilha.

Portanto, sobre essa matéria, está demonstrado. Portanto, se há o quadro de ilha, não é de nenhum serviço, nenhum serviço pode argumentar que tem lugar no quadro.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E os serviços têm os diferentes...!

O Orador: Mas isso é uma questão de pormenor!

A única questão, que é essencial....

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quer ir por aí, vamos por aí!

O Orador: ... e é a única questão que aqui deixo registada, é que a administração pública regional tem, hoje, mais 611 trabalhadores que tinha no final de 2014, ou seja, nos últimos 18 meses, passou de 17303 trabalhadores para 17914. Como é que com mais 611 trabalhadores na administração pública regional se pode dizer que as necessidades permanentes estão a ser satisfeitas com programas ocupacionais quando temos mais 611 trabalhadores no quadro?

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Secretários:

Isto é impressionante. Neste momento, não há iniciativa que venha a este Plenário que não tenha um problema ou de forma ou de oportunidade. Ou o PS concorda perfeitamente com o objetivo da iniciativa, mas não concorda com a forma, ou concorda com a forma, mas ou é precoce ou é extemporânea, portanto, nunca tem a oportunidade certa, temos que tentar encontrar aquela janela de oportunidade para que o PS nos possa aprovar as iniciativas.

Esta questão dos programas ocupacionais, o CDS tem-se pronunciado variadíssimas vezes sobre isto, o Sr. Deputado José San-Bento falava que tinha uma convicção de que tudo estava a funcionar bem. Tem exemplos de pessoas amigas onde funciona bem, o Deputado Paulo Estêvão tem outros exemplozinhos onde funciona mal. Exatamente para deixarmos de estar no nível das convicções e passarmos a estar no nível dos números, dos dados, da realidade que o Sr. Vice-Presidente tanto aprecia, por que não criar um grupo de trabalho, uma comissão, o que quiserem, para fazer o escrutínio da forma

alarmante que esta bateria de programas, como disse o Sr. Deputado José San-Bento, e muito bem, se está a alastrar na sociedade açoriana.

Ainda, quando (uma das últimas vezes que veio esta iniciativa a Plenário) foi questionado o Sr. Vice-Presidente por que é que, por exemplo, os estagiários que estão no estagiar L depois acabavam por ter uma taxa de adesão baixíssima de 15% ao PIIE, e este, sim, é das empresas privadas, que é o Programa de Incentivo à Inserção dos Estagiários. Sr. Vice-Presidente, na sua forma habitual, disse que a Sra. Deputada tinha caído que nem uma patinha com os dados que lhe tinha dado, porque os estagiários iam para a administração pública e empresas, para todos, e que, depois, para o PIIE só podiam ser as empresas. Portanto, quem caiu como um patinho foi o Sr. Vice-Presidente, que veio admitir aqui que já não temos empresas para empregar os jovens, porque vão todos para a administração pública estagiar e quando chega a altura de ir para as empresas, afinal, não há empresas e nem o Governo Regional pagando...

São os jovens qualificados que não querem trabalhar, Sr. Vice-Presidente? Ou, afinal, não há empresas sequer para empregar os estagiários? Portanto, há qualquer coisa que não está a funcionar e os nossos jovens, os açorianos não querem uma ocupação, querem um emprego. Quem quer ocupação são os reformados, que já têm a sua reforma, já têm um vencimento e, portanto, depois precisam de uma ocupação. Os jovens formados, qualificados e no ativo não querem uma ocupação, querem um emprego, condigno, querem uma carreira com tudo a que têm direito. Com progressão, com futuro, que é aquilo que os senhores não estão a dar aos açorianos. Os senhores cortaram o futuro dos nossos jovens e agora vêm com medidas destas mitigar e ainda dizer que os açorianos têm que estar agradecidos por terem algum vencimento ao fim do mês.

Deputado José San-Bento (PS): Ninguém disse isso!

A Oradora: Quer dizer, os senhores dão cabo da economia, não há empresas, não há emprego...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Por isso é que os senhores vão ganhar as eleições! Força!

A Oradora: Sr. Vice-Presidente, tem algum problema? Tem algum problema em ser escrutinado em relação a estes programas?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não!

Deputada Zuraida Soares (BE): Ah, tem, tem!

A Oradora: Então, se não tem, arranje uma forma que isso possa acontecer, porque nem é preciso dizer, como o Deputado Paulo Estêvão, que posso publicar e tornar públicas as denúncias. Há uma denúncia pública, no *site* da Vice-Presidência, que eu já tive oportunidade de ler, onde o Sr. Vice-Presidente, inclusivamente, admite a uma jovem que reclama do que se está a passar com o Estagiar L e que lhe diz que aquilo não pode acontecer, que, de facto, as empresas têm que ficar com 50% dos estagiários, que não estão a ficar, e que ia averiguar o que é que se passava.

Deputada Zuraida Soares (BE): Até hoje!

A Oradora: Nós gostávamos de saber qual é o resultado dessa averiguação. Mas isto é a prova de que a inspeção não está a funcionar. Os órgãos próprios que têm que fazer a inspeção não estão a funcionar. Ainda há pessoas, ainda, poucas, mas ainda há pessoas com coragem de, publicamente, denunciar estas situações.

Portanto, a realidade é que faz todo o sentido encontrar um mecanismo para fazer o escrutínio do que se está a passar, seja desta forma, ou de outra forma, agora ou depois. Srs. Deputados, é muito pouco passarem o tempo a esconder-se atrás da questão ou da forma ou da oportunidade. Arranjem forma de fazer o escrutínio de todos estes programinhas que andam a implementar.

Muito obrigada.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não farei tenções de debater para além desta, espero, última intervenção. Acho que os argumentos estão explanados, as posições estão definidas, anunciadas, mas não poderia deixar de fazer uma intervenção para saudar a evolução do PSD. Eu ainda sou do tempo, já depois do machado, em que Duarte Freitas afirmava que os programas ocupacionais serviam apenas para mascarar os números do desemprego.

Deputado Berto Messias (PS): É verdade!

O Orador: Hoje, o Sr. Deputado Joaquim Machado é um fervoroso adepto dos programas ocupacionais,...

Deputado Berto Messias (PS): É verdade!

O Orador: ... quer mantê-los, melhorá-los, aprofundá-los. Portanto, é na convicção do Sr. Deputado Joaquim Machado, também ilustre dirigente dos TSD, passam de críticos e céticos para a primeira linha de defesa destes programas, o que certamente nada tem a ver com o período que nós atravessamos, como é evidente.

Sr. Deputado, há aqui, em relação ao PSD, em relação também à intervenção da Sra. Deputada Graça Silveira e de outros partidos, realmente uma divergência insanável neste debate. Os partidos da oposição veem um abuso, nós constatamos oportunidade.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ah, sim! Oportunidade é seguramente, mas não é para os jovens açorianos!

O Orador: Portanto, essa é a grande diferença e isso acaba por fazer divergir as nossas posições para posições diametralmente opostas.

E há uma coisa, Sr. Deputado Joaquim Machado, que eu também lhe queria dizer. Este seu argumento, vindo de uma pessoa com o seu conhecimento e a sua experiência na área do emprego, é algo de incompreensível.

Sr. Deputado, quando diz que termos 20 programas é prova de que os programas não funcionam e que o desemprego é muito alto, oh, Sr. Deputado, nós temos (eu sei que os senhores não gostam de ouvir isso) das estratégias mais avançadas de combate ao desemprego na Europa, a nível de programas públicos.

(Risos do Deputado António Marinho)

O Sr. Deputado Marinho está a rir-se não sei de quê! Eu desafio a inscrever-se e a contrariar, com factos, aquilo que eu estou a referir.

Deputado António Marinho (PSD): Deixe-me continuar a rir! Eu acho-lhe graça! Tem uma desfaçatez!

O Orador: E precisamente essa estratégia alicerça-se numa segmentação dos diversos programas como respostas concretas aos diversos contextos socioeconómicos. Por isso é que há 20 programas, Srs. Deputados, é porque há esse objetivo de ter respostas focadas, rápidas e adequadas a cada um dos universos de desemprego.

Portanto, a situação é perfeitamente contrária àquela que refere. Estes programas existem neste número, porque correspondem a segmentações para atingir diferentes alvos e isso só prova que a estratégia que tem sido seguida é uma estratégia correta...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Programa de tiro ao alvo!

O Orador: ... e com mérito.

E queria também dizer uma outra questão. Sra. Deputada Graça Silveira, a senhora vem aqui num tom de apelo dramático,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Dramático? Oh, Sr. Deputado!

O Orador: ... “Encontremos uma forma, não encontremos uma forma!”.

Sim, tipo apelo dramático.

Nós estamos perante uma proposta concreta do Bloco de Esquerda, que já foi sujeita a duas substituições integrais. Portanto, a senhora se tem mais alguma coisa a acrescentar, pois o CDS que apresente uma proposta, que nós, como sempre, iremos apreciá-la com todo o cuidado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O senhor “apreçea” muito bem!

O Orador: Por último, Sr. Deputado Joaquim Machado, fala tanto a sua preocupação da avaliação. Eu já referi a nossa posição. Os regulamentos de todos esses programas definem as entidades e as formas como essa avaliação é feita; em nosso entender, é a maneira correta de apreciarmos estes programas. A Inspeção Regional do Trabalho também tem outras competências e a Inspeção Regional da Administração Pública ainda outras. Portanto, os mecanismos existem, os direitos dos trabalhadores e dos beneficiários estão assegurados, o que interessa, agora, aqui, se o senhor quiser insistir muito na questão da avaliação, não me leve a mal, mas pode começar, por exemplo, pelas próprias autarquias do PSD, porque esses programas, nós temos, em Ponta Delgada, 132 programas ocupacionais; na Ribeira Grande, 210; na Madalena, 73; em Vila do Porto, 54.

Portanto, eu acho, Srs. Deputados da oposição, particularmente do PSD, que estes ilustres autarcas do vosso partido poderiam dar-lhes uma grande ajuda a definirem uma outra opinião e um outro conhecimento sobre estas matérias.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Olhe que não, Sr. Deputado!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): E a Câmara do Nordeste, quantos tem?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Não resisto à tentação de fazer uma constatação do género daquela que, ontem, utilizava o Sr. Deputado Francisco Coelho. O Partido Socialista não teve mais ninguém para falar de desemparedo e de ocupados do que o Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Qual é o problema?

O Orador: Confesso o meu pecado, mas não consegui resistir a expressar este desabafo.

Deputado José San-Bento (PS): O que é que quer dizer com isso?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É uma indireta!

O Orador: Posto isto, quero dizer que a intervenção...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Deve ser por isso que tem que se sentar na terceira fila, para elevar o nível do debate!

O Orador: A Sra. Secretária quer participar no debate? Quer falar de nível de debate? Se quer, eu estou disponível para o fazer, não sei é se V. Ex.^a tem disponibilidade para isso, se tem elevação suficiente, o sentido da responsabilidade...

Presidente: Srs. Deputados, por favor vamos tentar levar os trabalhos com serenidade!

O Orador: ... política para o fazer. Fico à espera da sua réplica. Se não vier a debate, estamos conversados.

(Risos da Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares)

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Baixo nível é sempre baixo nível! Mas quanto mais o Deputado Joaquim Machado falar melhor para o PS!

O Orador: Dito isto, quero dizer, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional, que a intervenção do Sr. Vice-Presidente não pode passar sem os devidos reparos e, desde logo, para assinalar que o Governo Regional não respondeu a este Parlamento, como é seu dever, nem neste momento nem em momentos anteriores. Neste momento, não explicando por que razão não hão de a administração pública regional, a administração pública local e instituições de direito privado cooperativo e solidário ser sujeitos a um escrutínio quanto à utilização destes programas. Em segundo lugar, também perdeu a oportunidade para explicar por que razão, passados seis meses sobre a entrada de um requerimento, quatro meses sobre o prazo legal, continua a não dar a informação a que legalmente está obrigado. Portanto, foi mais um ato de prepotência e de desrespeito a este Parlamento.

Depois, o Sr. Vice-Presidente, como já tivemos oportunidade de dizer durante esta semana de trabalhos, utiliza sempre as meias verdades, faz sempre um truquezinho, e o truquezinho, hoje, foi falar do número de funcionários públicos, de março de 2014 até este momento. Desde logo, nós podemos ter a presunção de não acreditar nos números relativos a julho, porque eles não estão publicados; os únicos números que estão publicados, através da Direção Geral de Administração e Emprego Público, são relativos ao primeiro semestre deste ano. E a habilidade do Sr. Vice- Presidente, para além desse aspeto da questão temporal dos números, foi de ter falado da totalidade dos trabalhadores, isto é, incluindo serviços autónomos e empresas públicas. Se se tivesse concentrado no número de funcionários públicos apenas da administração pública regional, em dezembro de 2012, quando este Governo iniciou funções, verificava-se o seguinte: nessa altura, eram 11765; em março de 2016, repito, últimos números

divulgados pela Direção Geral de Administração e Emprego Pública, são 11705. Ou seja, menos 60 trabalhadores.

Portanto, se há um aumento efetivo...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Aumentaram nos últimos dois meses!

O Orador: ... foi nos últimos dois, três meses e é ao nível dos fundos e serviços autónomos e das empresas públicas.

Mas vejamos um outro pormenor, a outra habilidadezinha.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É só habilidades!

O Orador: É que o Sr. Vice-Presidente falou do total de número de trabalhadores, não distinguindo sobre a natureza do vínculo que eles têm à administração.

E verificamos também o que é que se passa entre dezembro de 2012 e março de 2016. Em dezembro de 2012, havia 1084 trabalhadores na administração pública regional a termo, isto é, com contrato; em março de 2016, eles são 1230. Ou seja, aumentou 13,5% a precariedade no Governo Regional, na administração pública regional.

Portanto, esta é que é a realidade.

Mas o Sr. Vice-Presidente também tem a desfaçatez política de dizer que não há trabalhadores de programas ocupacionais a desenvolver atividades que são necessidades permanentes da administração pública. É falso! É falsa essa observação! Em escolas desta região, e eu vou citar duas, há mais assistentes operacionais de programas ocupacionais do que do quadro.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Já não há quadro!

O Orador: Cito dois exemplos, para que não fiquemos apenas pelas insinuações, dois exemplos: Escola Básica e Integrada de Água de Pau e Escola Secundária Domingos Rebelo. Querem mais exemplos?

Depois, ainda em abril, nós tivemos o Presidente da AICOPA a dizer que os trabalhadores ocupados nas autarquias e Governo fazem obras que deviam ser adjudicadas a empresas de construção. É verdade ou é mentira?

Depois, mais um exemplo, este agora de uma autarquia, que podia tomar aquela junta de freguesia presidida pelo Sr. Deputado Pedro Moura, que, só ele, tem seguramente mais funcionários do que algumas câmaras municipais do PSD, mas eu não vou por aí. Eu vou dar um exemplo de um caso onde, efetivamente, se comprova também que nas autarquias há trabalhadores dos programas ocupacionais a suprir necessidades permanentes.

Deputado André Bradford (PS): Ribeira Grande!

O Orador: No Centro de Processamento de Resíduos aqui da ilha do Faial...

Deputado André Bradford (PS): Julgava que era Ribeira Grande!

O Orador: ... há 33 trabalhadores,...

Deputado André Bradford (PS): E Ponta Delgada?

O Orador: ... 15 são funcionários do quadro, 18 são ocupados. Portanto, das duas, uma: ou não fazem nada esses 18 ocupados ou, então, efetivamente, para o Centro de Processamento de Resíduos funcionar precisa desses trabalhadores e isso significa que trabalhadores em programas ocupacionais estão, efetivamente, a suprir necessidades permanentes. E esses trabalhadores dos programas ocupacionais são desempregados, ainda que não figurem como tal nas estatísticas. Repito: são desempregados que não figuram como tal nas estatísticas e que não beneficiam de direitos a que têm os demais trabalhadores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu penso que este debate ganhará se nós trouxermos exemplos de algumas das situações que todos e todas conhecemos, independentemente do partido que representamos.

No caso do Bloco de Esquerda, nós sabemos de casos de trabalhadores que, para receberem o subsídio de desemprego, as agências para a qualificação e emprego obrigam-nos a aderir ao programa SEI, sem que no final do programa, que pode ser prorrogado até um ano, tenham direito a este subsídio. Conhecemos casos de mulheres grávidas que se encontram a trabalhar, a preencher aqueles que deveriam ser postos de trabalho permanentes e que não têm acesso aos direitos na gravidez e maternidade, previstos no Código do Trabalho. Conhecemos casos de açorianos e açorianas que trabalham ao abrigo destes programas ocupacionais e que nem têm acesso às condições básicas de higiene e segurança no trabalho. Ainda bem que falou da Central de Resíduos aqui da Horta, Sr. Deputado Joaquim Machado, porque é um bom exemplo. Não têm, apesar dos programas o obrigarem, mas também não faria grande diferença, pois, como não se trata de um trabalho, mas sim de uma ocupação, não vale a pena fornecer-lhes nenhum tipo de direitos a este nível.

Como não são trabalhadores, não podem estar sindicalizados nem podem assistir a reuniões com dirigentes sindicais no local onde prestam serviços. Não têm direito à greve nem têm representação, pois não têm condições que lhes permitam negociar o que quer que seja com a entidade patronal, porquê? Porque simplesmente não têm entidade patronal.

Até podem receber menos, e recebem menos do que o salário mínimo, em muitas situações e todos os direitos laborais que, mesmo assim, no mundo do trabalho normal são cada vez menos, todos os direitos de trabalho não se lhes aplicam.

Não são voluntários, não são escravos, não são trabalhadores, estão numa espécie de limbo a aguardar por uma melhor vida, que, entretanto, não têm, enquanto vão sendo explorados.

Sabemos também que estes trabalhadores trabalham as mesmas horas, subordinados à mesma chefia, com as mesmas tarefas desempenhadas pelos restantes trabalhadores, que têm um contrato de trabalho e recebem um salário por inteiro. Sabemos também que há centenas de escolas, centros de saúde, hospitais, bibliotecas, refeitórios, centros de atendimento e dezenas de serviços públicos, incluindo a própria Segurança Social, que não funcionariam sem estes trabalhadores. Sabemos que há centenas de desempregados que desempenham funções nada temporárias de higiene e limpeza urbanas, serviços administrativos, de manutenção de vias, de apoio a cantinas e a espaços desportivos.

Sras. e Srs. Deputados, nós sabemos tudo isto; nós não podemos ignorar tudo isto. Só a maioria absoluta do Partido Socialista é que impede esta Câmara de pôr o dedo na ferida e de ir à procura dos abusos a que estas pessoas, porque são pessoas, não são números, como diria o Sr. Vice-Presidente, são pessoas, os abusos e a exploração a que são sujeitos, durante anos.

Mais! Diz o Sr. Vice-Presidente que estas oito mil pessoas que estão nos programas ocupacionais não existem, são invisíveis. Já não se trata de não terem direitos, também não têm matéria, são invisíveis. Porquê? Porque não estão em lado nenhum. Reparem bem: oito mil pessoas que não estão em lado nenhum.

Deputado José San-Bento (PS): Oh, Sra. Deputada, não é nada disso!

A Oradora: Não estão na administração regional, porque todos os que lá estão têm contrato de trabalho e até, nos últimos 11 meses, entraram tantos; não estão em sítio nenhum. Mas, Sras. e Srs. Deputados, onde estão oito mil açorianos e açorianas?

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Onde estão? Se o Sr. Vice-Presidente diz que eles, pura e simplesmente, não existem.

E, já agora, dizer o seguinte. Abusos e oportunidades são coisas completamente diferentes e a obrigação desta Câmara é distinguir uma e outra, porque transformar as oportunidades em abusos não honra a democracia, não honra os objetivos nobres destes programas ocupacionais, não honra esta Câmara e muito menos honra a maioria absoluta do Partido Socialista.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É pena que não esteja presente no debate o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional. Eu tinha dito que lhe apresentaria o exemplo concreto, por exemplo, se fosse necessário, e vou apresentar um exemplo concreto da administração regional. Vou ler o ofício. “Tendo presente o pedido de autorização para a contratação a termo resolutivo, tendo em conta o número de elementos em funções ao abrigo de programas ocupacionais, entende-se que estão supridas as necessidades do serviço.” Vou voltar a repetir.

Deputada Zuraída Soares (BE): Era bom!

O Orador: “... tendo em conta o número de elementos em funções ao abrigo de programas ocupacionais, entende-se que estão supridas as necessidades do serviço.”

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Oh, Sr. Deputado José San-Bento, não são os seus amigos? Que vergonha!

Deputada Zuraída Soares (BE): São as oportunidades!

O Orador: E são estes, é este o teor dos ofícios que estão a ser elaborados no âmbito da administração regional. Isto é um exemplo concreto. Portanto, este tipo de caso demonstra que os programas ocupacionais têm que ser fiscalizados, é urgente que sejam fiscalizados, é evidente que estão a introduzir precariedade, e nós compreendemos por que é que estes programas ocupacionais foram criados, estes oito mil postos de trabalho é que fizeram baixar, de forma muito significativa, os números do desemprego na região. Porque o que era desejável era que a economia real tivesse criado estas oportunidades e estes empregos, mas a verdade é que isso não aconteceu e como não aconteceu e estamos a poucos meses das eleições, o Governo implementou este tipo de programas, que estão a ter consequências, em muitos casos, gravosas e que vão (obviamente, até no âmbito da administração regional é um caso bem evidente, acabei agora de mostrar aqui um exemplo) causar precariedade no âmbito do exercício de funções na administração regional e, evidentemente, vão criar dificuldades acrescidas aos trabalhadores açorianos.

A questão fundamental é esta. Nós acabámos aqui de demonstrar, vários deputados deram vários exemplos de como é necessário proceder à fiscalização desta situação. É lamentável que o Governo não o queira fazer e que o Partido Socialista também não.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Três notas prévias. A primeira para me dirigir ao Sr. Deputado Joaquim Machado, a quem quero pedir desculpa se o meu aparte o ofendeu, na certeza, porém, de que ele teve a mesma elevação do que o seu comentário que motivou o aparte que eu fiz.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Fica, de qualquer forma, e com todo o respeito institucional que, enquanto deputado desta Casa, me merece, o reparo que faço a mim mesma.

Uma segunda nota para explicar, Sr. Deputado Paulo Estêvão, que obviamente que os trabalhos têm decorrido ao ritmo a que tem sido possível, mas os Srs. Membros do Governo tinham um conjunto de compromissos, que foram encaixados numa expectativa de agenda que tínhamos para hoje, não era nossa expectativa que, neste momento, estaríamos ainda no ponto 7...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas eu não fiz nenhuma crítica!

A Oradora: Não, não! Eu estou só explicando!

... e que, portanto, face ao ritmo a que os trabalhos acabaram por decorrer, o Sr. Vice-Presidente teve que se ausentar, mas, se não estou em erro, avisou previamente a Sra. Deputada Zuraída Soares, na qualidade de proponente desta iniciativa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu não critico isso!

A Oradora: Eu sei, mas, Sr. Deputado, compreenderá, os trabalhos têm transmissão na net, temos um conjunto de pessoas a assistir, a quem julgo que é devida esta explicação.

Uma terceira nota para pedir ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, porque não tenho conhecimento pessoal e direto do ofício, se poderia fazer o favor, através da Mesa, de me fazer chegar, enquanto membro do Governo que aqui estou, esse ofício, para que possamos perceber de que situação é que estamos...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Faça-lhe chegar diretamente!

A Oradora: Agradeço-lhe!

Relativamente à matéria que tem sido objeto deste debate, ao longo desta manhã, eu julgo que, independentemente das leituras que cada um tem feito sobre a forma como a aplicação destes programas decorre, que independentemente de, obviamente, nem tudo correr como gostaríamos e de

haver sempre, com certeza, aspetos que urge corrigir e melhorar, ninguém questionará o papel que estes programas têm desempenhado e desempenharam, sobretudo ao longo dos últimos anos, num contexto de enorme dificuldade. Obviamente que, e isso tem também sido assumido pelo Governo, não é esta a via pela qual queremos resolver em definitivo a situação pessoal de cada um destes cidadãos afetados por situações de desemprego e que acabam por ser encaminhados para este tipo de programas como forma de lhes garantir, não apenas uma remuneração, mas uma ligação ao mundo do trabalho, uma qualificação e, por essa via, melhorar a sua própria condição de empregabilidade. E esse é um compromisso do Governo. Obviamente que não posso deixar de concordar com aquilo que disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Aquilo que nós precisamos é que a economia crie ainda mais empregos. E é para isso que o Governo está a trabalhar e continuará a trabalhar, mas enquanto não recuperamos completamente da tempestade que assolou o mundo e que nos assolou também, porque também julgo que é importante fazer o devido enquadramento desta problemática do desemprego, julgo que a Sra. Deputada Zuraida Soares, pelo genuíno interesse e empenho que tem nestas questões do emprego, deve acompanhar com regularidade, por exemplo, os relatórios que a Organização Internacional do Trabalho tem feito sobre estas questões do desemprego a nível mundial, e aquilo que nós verificamos é que este é um desafio para todos os continentes, é um desafio para todos os tipos de economias, inclusivamente para as economias desenvolvidas.

Portanto, isto para dizer que infelizmente não estamos sozinhos nesta luta, mas estamos absolutamente disponíveis para travá-la.

Agora, há aqui uma questão que eu não gostaria de deixar de passar em claro, até porque, tanto quanto me recordo, o objeto deste debate é uma iniciativa do Bloco de Esquerda, que, e permita-me que faça este reparo, ao contrário da questão da toxicodependência, onde se recomenda ao Governo Regional que

realize um estudo, aqui pretende-se criar, no seio da Assembleia, designadamente no âmbito da Comissão de Política Geral, um grupo de trabalho. Portanto, não se recomenda a criação.

Deputada Zuraida Soares (BE): De janeiro, estamos em julho! Ainda não se cumpriu uma resolução de janeiro!

A Oradora: Oh, Sra. Deputada, deixe-me concluir.

Deputada Zuraida Soares (BE): Deixo!

A Oradora: Se nas versões anteriores sinalizamos problemas de usurpação de competências de órgãos da administração pública regional, uma violação que eu diria grosseira das regras básicas de avaliação de queixas, porque a usurpar essas funções e ao extraí-las do procedimento onde elas devem ser avaliadas, ficava esse mecanismo destituído de qualquer sistema de garantias para as partes. O que temos, hoje, aqui, é um modelo diferente; é um modelo que junta fiscalizador e fiscalizado, que junta fiscalização política com fiscalização inspetiva, mas a Sra. Deputada lá saberá onde...

Deputada Zuraida Soares (BE): É como os abusos e as oportunidades! Está tudo junto, Sra. Secretária!

A Oradora: ... é que quer chegar.

Da parte do Governo, Sra. Deputada, quero deixar-lhe a seguinte mensagem.

O Governo não se acomoda nem se acomodará nunca com todas as violações de que tenha conhecimento relativamente aos direitos e às garantias das pessoas que participam destes programas, que são por nós entendidos como uma ferramenta a caminho de uma situação de empregabilidade estável, que é aquilo que nós desejamos para todos os açorianos.

Deputada Zuraida Soares (BE): A caminho! Em trânsito!

A Oradora: E o trabalho que temos feito e que continuaremos a fazer é de continuar a dotar a nossa economia de condições para que possa continuar neste ciclo de recuperação que já se regista, criar empregos, porque é a economia, é a

iniciativa provada, são os empresários e as empresas que criam empregos, e podemos, por essa via, almejar um futuro melhor e mais próspero para todos os açorianos.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado José San-Bento. Dispõe de cerca de 2 minutos.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, obrigado.

Telegraficamente só para referir que foi feita aqui (eu respeitarei o facto do Bloco de Esquerda não poder responder) uma acusação fazendo novamente uma mistura de números que não são corretos. Nós temos que distinguir os postos de trabalho efetivo daquilo que são programas de incentivo ao emprego e daquilo que são, dentro destes, os programas ocupacionais. E os oito mil são os programas ocupacionais...

Deputada Zuraída Soares (BE): A totalidade!

O Orador: ... e a totalidade dos 20 programas.

Não, não foi isso que a senhora fez!

E, portanto, essa é uma confusão que lhe convém por questões mediáticas...

Deputada Zuraída Soares (BE): São oito mil pessoas!

O Orador: ... e é óbvio, Sra. Deputada, que esses programas ocupacionais, que, no fundo, foi, aliás, como se previa, o centro desta fase final do debate, correspondem àquilo que é o eixo 9 da Estratégia 20/20, “Inclusão social de combate à pobreza”. Passo a ler o objetivo específico: “Aumentar o acesso de grupos vulneráveis ao mercado de trabalho e as competências de grupos em situação de particular desfavorecimento para a sua integração no mercado de trabalho, bem como dotá-las de competências de base mínimas que facilitem a sua inserção social e profissional”. Sra. Deputada, isso implica que muitos desses programas ocupacionais, obviamente, as pessoas estarão em contexto de

trabalho, lado a lado com pessoas que têm um vínculo efetivo nesses locais. Isso tem a ver com a própria lógica...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isso cria situações muito complicadas!

O Orador: ... do programa e com a estratégia e com a resposta que se pretende dar.

Portanto, não se façam aqui confusões de que uns estão efetivos, os outros estão a suprir. Não, Sra. Deputada, isso é um logro! Esse programa tem como lógica precisamente dotar essas pessoas das competências de base mínima e é nesse sentido que há esta...

Deputada Zuraida Soares (BE): Isso é criar precariedade!

O Orador: ... são convivência entre as pessoas com esses dois estatutos diferentes. E, Sra. Deputada, esses programas ocupacionais visam abranger desempregados de longa duração, pessoas numa situação muito fragilizada.

Portanto, Sra. Deputada...

Deputada Zuraida Soares (BE): E ainda os fragilizamos mais!

O Orador: Não ficam. Nem pense nisso! Fale com eles, Sra. Deputada, e pergunte se preferem estar nesses programas, a fazerem qualificação, a engrandecer as suas competências ou se preferem ficar em casa...

Deputada Zuraida Soares (BE): Passos Coelho não diria melhor! Passou a legislatura a dizer isso! É lamentável!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... à espera de um telefonema.

Esse seu registo demagógico é lamentável e nada adianta para este debate.

Deputada Zuraida Soares (BE): É lamentável que o Partido Socialista venha dizer isto!

Deputado Francisco César (PS): Tenha calma, Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PS também esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A intervenção da Sra. Secretária Regional da Presidência não foi aproveitada para fazer exatamente aquilo que devia ter feito. A saber: explicar por que razão o Governo Regional continua a não responder a um requerimento...

Deputado André Bradford (PS): Já nem os seus colegas podem ouvir isso!

O Orador: ... que já ultrapassou em quatro meses o prazo para a sua apresentação. Quatro meses! Não aproveitou a oportunidade para justificar a razão. Mas, não tendo feito, ainda era possível fazer outra coisa: desmentir os três exemplos que aqui mencionei do uso indevido de trabalhadores abrangidos por programas ocupacionais que estão efetivamente a fazer a supressão de necessidades efetivas e constantes da administração pública regional e local. Mas também não tendo feito isso, ainda teve a oportunidade para fazer uma outra coisa, para desmentir que esses trabalhadores não são desempregados. Esses trabalhadores, como foi dito pela Sra. Deputada Zuraida Soares, não usufruem de direitos elementares, como subsídio de refeição, direito a férias, não estão ao abrigo do regime de faltas...

Deputado José San-Bento (PS): Isso é uma coisa!

Deputada Zuraida Soares (BE): É verdade ou é mentira?

O Orador: ... e licenças previstas para a generalidade dos trabalhadores,...

Deputada Zuraida Soares (BE): É verdade ou é mentira?

Deputado José San-Bento (PS): Seja séria!

Deputada Zuraida Soares (BE): É verdade!

Deputado Berto Messias (PS): *Shame on you!*

O Orador: ... não têm remuneração acrescida por trabalho noturno e há trabalhadores de programas ocupacionais a fazer trabalhos noturnos, designadamente em hospitais, além de que a maioria deles, do programa

Recuperar, não fazem efetivamente uma experiência profissional enriquecedora do seu currículo e sobretudo capaz de conferir-lhes mais competências profissionais.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Deputado António Marinho (PSD): Mão de obra barata!

O Orador: Eles são desempregados que não figuram nas estatísticas do desemprego e quem o diz não é o PSD,...

Deputado José San-Bento (PS): Diga isso à Comissão Europeia!

Deputada Zuraida Soares (BE): Não existem!

O Orador: ... é o próprio Governo Regional que diz isto, em ofício também: “Os ocupados do programa Recuperar dificilmente poderão ser considerados na acessão jus laboralista, são, sim, desempregados colocados num programa que não lhes atribui qualquer vínculo laboral”.

O Sr. Deputado José San-Bento diz que não são oito mil os ocupados. Fazendo fé, e temos que fazer, nos dados oficiais publicados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, naturalmente fornecidos pelo Governo Regional, só de janeiro a maio deste ano aumentou em 800 o número de trabalhadores ocupados nos Açores. Isto é, só de janeiro a maio cresceu 13,7% e isso diz bem duas coisas:...

Deputado José San-Bento (PS): Os senhores são a favor ou são contra? Eu ainda não percebi!

O Orador: ... diz bem da incapacidade do Governo para resolver o problema do desemprego e diz bem quanto à forma que está a ser usada para baixar a taxa de desemprego, porque, de facto, desde que este Governo Regional iniciou funções,...

Deputado José San-Bento (PS): Então, qual é a solução?

O Orador: ... de dezembro de 2012 a maio de 2016, o número de trabalhadores ocupados cresceu 450%, quatro vezes e meia! Passou de 1290

para 5820, o que significa que juntando os 5820 ocupados, que são efetivamente desempregados, mais os que figuram nas estatísticas como desempregados, 14953, em março, nós temos, na região, mais de 21 mil desempregados.

Deputada Zuraída Soares (BE): E os que já desistiram?

O Orador: Agora, percebemos a razão pela qual o Partido Socialista e o Governo Regional...

Deputada Zuraída Soares (BE): E os que emigraram?

O Orador: ... não querem aprovar a constituição deste grupo de trabalho.

Disse.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Alhos com bugalhos!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, se, de facto, estes programas criados pelo Governo visam uma oportunidade de empregabilidade estável e duradoura, nas suas palavras,...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Não percebeu nada do que eu disse!

A Oradora: ... subentende-se que empregabilidade estável e duradoura...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Eu vou repetir-lhe o que eu disse! Seja séria!

A Oradora: ... é que estes jovens e menos jovens, ao abrigo destes programas, vão acabar nos quadros da função pública...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Seja séria e diga aquilo que eu disse, está bem?

A Oradora: Ai, não?

Então, o que é que é a empregabilidade estável e duradoura? Não, estável e duradoura pressupõe que vão passar a fazer parte dos quadros da função pública.

Pergunto-lhe: o Governo, quantas vagas, na função pública, sabendo quantos estão em cada um dos programas,...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Assim não! Assim não vamos lá, Sra. Deputada!

A Oradora: ... quantas vagas o Governo está disponível para abrir, por ilha, este ano e para o ano, para que estas pessoas...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Escusa de fazer esse sorriso que não me comove!

A Oradora: ... que estão nestes programas e que são uma grande oportunidade, nas suas palavras, de uma empregabilidade estável e duradoura, o Governo está disponível para abrir quantas vagas na função pública, por ilha, este ano e para o ano?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Secretária Regional, tem agora a palavra.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Graça Silveira, quando quiser usar as declarações de alguém para interpelar, e tem todo o direito de o fazer, faça o favor de ouvir com atenção e de perceber...

Deputado José San-Bento (PS): Seja rigorosa!

A Oradora: ... o que as pessoas disseram. Aquilo que eu disse foi que estes programas, proporcionando a manutenção do contacto com o mundo do trabalho e a aquisição de competências, melhoravam as condições de empregabilidade...

Deputado José San-Bento (PS): Exatamente!

A Oradora: ... e que o Governo continuaria a trabalhar por uma situação em que todos os cidadãos que se encontravam, agora, ao abrigo de programas pudessem beneficiar de estabilidade na sua vida profissional. Foi isso que eu disse. Portanto, a Sra. Deputada fará o favor de reconhecer que a sua pergunta é totalmente destituída de sentido.

Mas a sua intervenção deixou-me uma questão interessante que é: para quem entende que o Estado pesa de mais, que é preciso cortar nos serviços públicos, que é preciso dar tudo à iniciativa privada, a senhora reclama que lugares para a administração pública?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Os que estão a ser ocupados com os programas por exemplo! Oito mil lugares!

A Oradora: Para fazer o quê? Ainda não percebi.

Sr. Deputado Joaquim Machado, não vou eternizar este debate, que já vai longo, mas queria sublinhar que foi graças também a estes programas que foi possível, nas situações extremamente adversas que o país viveu e a região também, durante os últimos anos, garantir a milhares de açorianos uma fonte de rendimento, a manutenção de uma situação de contacto com o mundo de trabalho, como já referi. E por isso responderão cada um dos açorianos que beneficiaram desses programas.

Agora, o Sr. Deputado tem uma questão que eu acho que seria interessante que o PSD esclarecesse, que é, se isto é tudo tão mau, por que é que os senhores entendem, e já disseram aqui, hoje, que estes programas são bons, são para manter, são para continuar?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E os autarcas do PSD!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): “Melhorar”!

A Oradora: Há aqui qualquer coisa que não joga.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Há essa palavrinha: “melhorar”!

A Oradora: E, então, os senhores vão transformar estes programas em quê? Seria interessante que pudéssemos conhecer detalhadamente...

Deputado Luís Garcia (PSD): Quando é que a senhora vai responder ao requerimento?

A Oradora: ... qual é a vossa proposta para esta tipologia de programas.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, eu percebo que tenha vindo emendar as suas declarações...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Eu não emendei as minhas declarações!

A Oradora: ... e eu emendo a minha pergunta, não tenho problema absolutamente nenhum. Na forma como refez as suas declarações, diz que o Governo vai trabalhar para que estas pessoas,...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Não! Tem trabalhado e vai continuar a trabalhar!

A Oradora: ... tem trabalhado, continuará a trabalhar para que estas pessoas que fazem parte destes programas passem a ter um emprego estável e duradouro. Eu pergunto-lhe: que trabalho é esse? Se calhar o trabalho era abrir exatamente vagas na função pública para que eles passassem a ter um emprego estável e duradouro. Não será assim? Ou qual é o trabalho que a Sra. Secretária pensa que o Governo está a fazer para alcançar esses objetivos?

Mas, já agora, fazendo uso do mesmo repto que me fez de seriedade, quando se vem a debate, eu peço-lhe exatamente a mesma coisa. Sra. Secretária, sabe quantos desta bateria de programas são para as empresas? É que esta bateria de programas é para a função pública,...

Deputado José San-Bento (PS): Não são, não!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): A senhora está enganada!

A Oradora: ... o único que é para as empresas é o PIIE e nós sabemos qual é a taxa de adesão que tem: 15% dos estagiários vão para as empresas, porque não há empresas.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): A senhora está enganada!

A Oradora: Portanto, a senhora tem que ser séria, porque estes programas são para a função pública, não é o CDS que está a querer pesar e onerar a função pública, os senhores é que criaram uma administração pública enorme, que agora está a ser alimentada com estes programas. Portanto, quem tem que ser séria é a senhora. Vai ou não vai abrir vagas para que o Governo, com o seu trabalho, que tem vindo a ter e que vai continuar a ter, proporcione empregabilidade estável e duradoura?

Muito obrigada.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Oh, senhora, quem gere emprego é a economia! E isso devia ser um princípio seu!

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Ah, pois é! A economia que os senhores destruíram!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra. Dispõe de cerca de 2 minutos.

(*) **Deputado Joaquim Machado** (*PSD*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Rapidamente, fazendo uso do tempo que ainda dispomos.

Sra. Secretária Regional, insinuou que estes programas foram criados para fazer face a dificuldades...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Não, eu não insinuei isso!

A Oradora: ... trazidas pelo país e pela situação nacional. Bom, se assim é, vai ter de explicar por que é que este ano, quando tudo corre bem, numa região que não em problemas, só este ano há mais 800 ocupados, desde janeiro até maio. Por que é que isso cresceu 13,7%?

Mas, nesta última intervenção, necessariamente, tenho de reafirmar aquilo que o PSD tem dito e diz há muito tempo, que estes programas são necessários porque o Governo Regional foi incapaz de criar condições para que a economia gerasse os postos de trabalho necessários e, como tal, devem continuar,...

Deputado José San-Bento (*PS*): O que é que vocês fizeram na República?

O Orador: ... não podem terminar, mas devem e serão melhorados quando o PSD for Governo. Os programas não são maus, o que tem sido má é a governação.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa, de momento, não tem mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos, então, votar este projeto de resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O projeto de resolução apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS; 17 a favor do PSD; 2 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Eu peço aos líderes e à Sra. Secretária Regional o favor de se abeirarem da Mesa, por favor.

Peço desculpa. A Sra. Deputada Zuraida Soares pediu a palavra para uma declaração de voto. Sendo assim, tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Registrar esta votação unânime, obviamente, unanimidade que não incluiu o Partido Socialista, mas unânime nas oposições, e constatar o seguinte. Durante quatro anos, os açorianos e açorianas, bem como todos os portugueses e portuguesas, ouviram um Governo da República dizer-lhes diariamente assim: tudo a que podem almejar é a um empregozinho, sem direitos, bem precário, bem explorado, bem no fim da tabela de tudo aquilo que é civilidade e contentem-se, portugueses, porque é melhor isto do que nada. É melhor ter um emprego que não é coisa nenhuma do que ter zero na mão. Portanto, comam e calem-se.

Aquilo que o Partido Socialista aqui fez com o seu sentido de voto e com várias intervenções da bancada do Partido Socialista, Passos Coelho e Paulo Portas não teriam feito melhor.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José San-Bento, para uma declaração de voto.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados:

O Partido Socialista votou contra esta proposta do Bloco de Esquerda apesar de, como disse, comungar de preocupações ao nível da defesa dos direitos dos beneficiários desses programas de empregabilidade e também ao nível da sua devida utilização, não preenchendo lugares de necessidade permanente. O PS tem, de facto, essas preocupações, mas não podíamos apoiar uma proposta que tinha erros grosseiros e que não tinha qualquer mérito para poder ser levada à frente. Basta referir que uma das coisas que nos era proposto era que a Assembleia fizesse um grupo com a duração de um ano, sendo certo que ele caducaria daqui a três meses.

Deputada Zuraída Soares (BE): A proposta foi em janeiro, estamos em julho!

O Orador: Portanto, foi um completo desnorte da parte do Bloco de Esquerda.

E o Partido Socialista reafirma que não é como certas esquerdas e certos partidos, partidos que parece que preferem que as pessoas não tenham...

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas precisam deles! Coisa curiosa!

O Orador: ... oportunidades, parece que defendem que os desempregados de longa duração não tenham uma oportunidade de formação...

Deputada Zuraída Soares (BE): Tem dias!

O Orador: ... e, assim, condenam as pessoas ao Rendimento Social de Inserção. Parece ser esse o caminho que o Bloco de Esquerda e outros partidos aqui propõem.

O PS diz não, o PS está na primeira linha...

Deputada Zuraída Soares (BE): Haja paciência!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Condenar as pessoas ao RSI é uma coisa interessante!

O Orador: ... da defesa de políticas de emprego, de políticas de qualificação e de políticas que vão permitir que nós continuemos a vencer a batalha do desemprego.

Estaremos, como sempre estivemos, na primeira linha da defesa dessas políticas e da defesa dos açorianos nessa condição, que nós acreditamos ser temporária.

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas referências muito breves. A primeira é que o PPM votou favoravelmente, porque nós próprios tínhamos casos, que apresentamos no âmbito desta discussão, que demonstram claramente que na administração regional, em termos até de documentação produzida, há, neste momento, um conjunto de situações em que os lugares dos diversos organismos das entidades administrativas regionais não estão a ser colocados a concurso, utilizando, para isso, como argumento a existência de um conjunto de trabalhadores que estão incluídos nos programas ocupacionais e, portanto, que a presença desses trabalhadores inviabiliza ou torna desnecessária a contratação de trabalhadores para esses organismos. Isto cria, evidentemente, precariedade. Ficou demonstrado que existem essas situações e nós considerámos que é importantíssimo fiscalizar e verificar qual é a amplitude destes casos, quais são os números de casos e, fundamentalmente, impedir que eles possam suceder.

A segunda questão fundamental, que também presidiu à nossa orientação de voto, tem a ver com a perceção que nós temos em relação aos programas ocupacionais. Nós consideramos que os programas ocupacionais são a melhor prova de que o Governo Regional não consegue criar emprego na economia real, não consegue. Não conseguiu criar as condições para que a economia pudesse arrancar e que pudesse criar um conjunto de empregos, de qualidade, empregos qualificados, empregos que dessem segurança e formação aos trabalhadores e que significassem um futuro, uma boa remuneração também para os trabalhadores. Este emprego de qualidade não foi criado ao longo da atual conjuntura.

Deputado André Bradford (PS): No mundo inteiro!

O Orador: Portanto, todos estes programas ocupacionais foram criados evidentemente para enfrentar uma situação grave, mas é uma situação grave que a governação do Partido Socialista não conseguiu resolver. Eu considero que este ponto é um ponto absolutamente fundamental.

O que é que é necessário fazer? Deixo apenas esta referência final, o que é necessário é realmente promover o crescimento real da economia e com o crescimento real da economia absorver o conjunto de pessoas que se encontram em programas ocupacionais, que aqui também ficou provado, no âmbito deste debate, em que não há uma formação efetiva destes trabalhadores, em que não há uma qualificação efetiva destes trabalhadores, são mal remunerados, são explorados e, portanto, a manutenção desta situação é algo absolutamente intolerável nos Açores. O que temos que fazer é colocar a economia a crescer e, dessa forma, criar emprego e gerar emprego real.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este debate sobre esta iniciativa que nos trouxe, hoje, aqui, o Bloco de Esquerda da necessidade de fazer um escrutínio à bateria de programas que existem, neste momento, na região, que deviam ser uma exceção para alguns e que, perigosamente, se generalizaram na nossa sociedade, deixou muito claro que, efetivamente, 20 anos de governação socialista deram cabo da economia açoriana,...

Deputado Francisco César (PS): Oh, Sra. Deputada!

A Oradora: ... empurraram os açorianos para o desemprego, mas, mais grave, ainda acham que quem tem direito a ter algum rendimento pela via destes programas se devia sentir agradecido por ter algum rendimento.

Deputado André Bradford (PS): Oh, senhora, isto é para explicar o seu sentido de voto!

A Oradora: E quando o Governo é questionado sobre a conversa de que o Governo sempre trabalhou e vai trabalhar para que, afinal, estes jovens e todos os que fazem parte destes programas, um dia, tenham emprego estável, o Governo não tem resposta.

Deputado Francisco César (PS): É preciso ter lata! Quem esteve no Governo de República!

A Oradora: E, portanto, é só conversa e os açorianos já estão cansados da conversa desta governação socialista.

Afinal, quais são as medidas e o trabalho que este Governo está a fazer para deixarmos de ter emprego precário para passar a dar um futuro, uma carreira condigna aos jovens formados que, neste momento, o único rendimento que têm é por via de um programa assistencialista.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Em três anos e meio de governação, este Governo Regional aumentou em 4530 o número de ocupados, isto é, quatro vezes e meia, o que diz bem da sua incapacidade para induzir na economia dos Açores os dinamismos necessários para que ela gerasse os empregos que tanta falta fazem aos nossos concidadãos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar, constatar que o Governo Regional não produziu qualquer estudo sobre este fenómeno e, confrontado com essa possibilidade, em sede de Parlamento, o Partido Socialista usou todos os meios regimentais para atrasar e, agora, impedir, através do seu voto, que tal acontecesse. E nós estamos a falar de 5820 pessoas, pelo menos, aquelas que estão registadas como tal oficialmente, que são desempregadas, sem direitos, sujeitos e abusos das entidades acolhedoras, em alguns casos, satisfazendo necessidades permanentes, seja da administração pública regional, seja da administração local.

Estes programas, infelizmente, são necessários, como tal, devem continuar, e com o PSD, certamente, serão melhorados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições para declaração de voto.

Gostaria apenas de informar a Câmara que, conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes, nós recomeçaremos os trabalhos às 15h, debatendo o ponto 11 e seguiremos com o debate do ponto 12 e, eventualmente, o 13, caso a urgência seja aprovada. O ponto 11 e, depois, o 12, que é o pedido de urgência do PCP, e, caso seja aprovada a urgência, avançaremos para o ponto 13.

Um bom almoço a todos, regressamos, então, às 15 horas.

Eram 13 horas e 02 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, já temos quórum, vamos, por isso, dar início à Agenda da parte da tarde.

Eram 15 horas e 06 minutos.

Começamos pelo ponto 11, conforme tive oportunidade de informar, antes de irmos para almoço: **Projeto de Resolução n.º 135/X – “Melhoria do transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as ilhas do grupo central”**. Este projeto de resolução é apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP e tem a palavra a Sra. Deputada Ana Espínola.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Senhora Presidente; Senhoras e Senhores Deputados; Senhoras e Senhores membros do Governo:

O Programa do XI Governo dos Açores, aprovado por esta maioria socialista, compromete-se a *“Implementar um circuito regular de passageiros e mercadorias, pela empresa da Região, em sistema de carga rodada, entre as ilhas do Grupo Central e com os novos navios de 40mts e com um tarifário equilibrado que sirva de regulador do mercado”*.

Ora, de facto, a política de transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as ilhas dos Açores, em particular entre as chamadas ilhas do Triângulo – apesar de grande tradição, durante anos não se realizaram – e foi novamente implementada pelos Governos do Partido Socialista.

Os Açores, enquanto região arquipelágica, só se desenvolvem de forma harmoniosa com uma boa, eficiente e eficaz rede de transportes, aéreos e marítimos.

Infelizmente, muitas têm sido as dificuldades em implementar uma política de transportes que seja consentânea com os níveis de desenvolvimento que se pretende alcançar nos Açores.

Nos últimos anos, apesar de melhorias introduzidas ao nível da comodidade e conforto dos passageiros que circulam na rede marítima de transportes, muitos têm sido os percalços verificados em torno da aquisição de novas embarcações para assegurar o serviço público regular de transporte marítimo de passageiros e viaturas nos Açores.

Desde o “Atlântida” ao “Anticiclone”, passando pelos novos mega-barcos que a Região ainda não desistiu de mandar fazer (mas sempre sem sucesso – agora voltou-se a adiar a conclusão deste processo para 2019) salvaram-se o “Mestre Simão” e o “Gilberto Mariano”, mas continuam a apresentar diversas lacunas os serviços prestados pela empresa de capitais públicos Atlânticoline.

É certo que funcionam relativamente bem as ligações regulares entre São Jorge, Pico e Faial, mas também é certo que o potencial do Grupo Central não pode deixar de fora, constantemente, as ilhas Terceira e Graciosa, nem sequer se pode resumir a ligar o Triângulo à Terceira apenas durante algumas semanas de verão.

Verifica-se, tendo por base os mais recentes resultados publicados pela Atlânticoline, que houve um aumento de passageiros na rota Velas-Horta-Velas, fruto, essencialmente, do encaminhamento de doentes e utentes do Serviço Regional de Saúde de São Jorge para o Hospital da Horta, como também se verifica uma diminuição de passageiros na rota Velas-São Roque-Velas, por causa do cancelamento de mais de 170 viagens entre aqueles portos, resultado do acidente registado em Novembro de 2014 com cabeços de amarração no porto comercial da ilha do Pico.

Constata-se também que os consumos de combustíveis são o segundo fator de maior peso nas contas da empresa pública de transportes marítimos.

Ora, sabendo-se que os navios Mestre Simão e Gilberto Mariano consomem cerca de 500 litros de combustível por hora, percebe-se que a operação que liga as ilhas de São Jorge e Faial poderia ser muito mais rentável, sob o ponto de vista operacional, caso se registassem mudanças na forma de assegurar esta ligação, aliás, perfeitamente defensáveis e até enquadráveis no espírito do famigerado PIT – Plano Integrado de Transportes.

Assim, o CDS-PP apresenta a esta Assembleia este Projeto de Resolução que visa recomendar ao Governo Regional que:

1 – Dê orientações à Atlânticoline para que uma das embarcações adstritas ao serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as “ilhas do Triângulo” (“Gilberto Mariano” ou “Mestre Simão”) passe a fazer base no Porto Comercial da ilha de São Jorge, no Concelho das Velas;

2 – Que, na sequência, desta alteração, a respetiva embarcação assegure, duas vezes por dia, durante todo o ano, ligações marítimas entre os portos das Velas de São Jorge e de São Roque do Pico, preferencialmente de manhã e ao fim do dia, garantindo que os passageiros que pretendam seguir de São Jorge para o Faial, ou vice-versa, tenham uma ligação assegurada por via intermodal, nomeadamente via terrestre, entre os portos da São Roque e Madalena, ou vice-versa, combinados os horários das rotas Horta – Madalena – Horta e Velas – São Roque – Velas;

3 – Que, em dias a determinar, consoante o verdadeiro interesse económico e comercial das respetivas rotas e ilhas, sejam asseguradas ligações semanais entre as ilhas de São Jorge, Terceira e Graciosa, durante todo o ano;

4 – Que seja definido um preçário socialmente justo e economicamente atrativo nas novas ligações a criar, para que as rotas registem níveis significativos de procura;

5 – Que sejam rapidamente desbloqueados os processos conducentes à construção das rampas *ro-ro* prometidas, e agora amplamente necessárias, nos

portos de Angra do Heroísmo (Porto das Pipas) e da Calheta de São Jorge, para que toda a operação a desenvolver possa decorrer dentro dos parâmetros de qualidade que já se verificam nos restantes portos do Grupo Central, assim como a construção ou melhoria das Gares Marítimas de passageiros nos terminais marítimos em causa.

Com esta iniciativa, para além de reduzir os custos operacionais nas ligações entre as ilhas do Triângulo, o CDS-PP entende que poderia ser significativamente melhorada a regularidade das ligações entre as ilhas de São Jorge, Pico e Faial e a ligação destas ilhas à Terceira e Graciosa, melhorando as ligações entre todas as ilhas do Grupo Central e fomentando a economia de um segundo triângulo deste grupo de ilhas – o triângulo São Jorge-Terceira-Graciosa.

Está, pois, tudo nas mãos da maioria socialista!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Miguel Costa (PS): Ainda bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, eu agradeço que se inscrevam. Acho que não há necessidade de estarmos neste compasso de espera, senão, vamos, então, passar à votação.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa que o Grupo Parlamentar do CDS nos traz aqui e que foi apresentada pela Deputada Ana Espínola faz todo o sentido. Não é aceitável que com a capacidade instalada que a região tem não olhe para a região e, particularmente, para esta parte da região, de uma forma integrada e que sirva, efetivamente, todas as nossas ilhas e que nenhuma delas fique à margem, como, infelizmente, temos verificado. O Governo Regional considera que algumas ilhas parece que não fazem parte da RAA.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quais?

O Orador: E, portanto, é fundamental que o Governo Regional tenha em consideração esta iniciativa e planifique a operação marítima de forma a que ela sirva, efetivamente, não só a coesão regional, mas que potencie as ligações marítimas entre as nossas ilhas. Aliás, poder-me-ão dizer que relativamente às ligações aéreas elas, efetivamente, hoje, aumentaram a frequência,...

Deputado Francisco César (PS): E o senhor elogia isso, certamente!

O Orador: ... aumentou-se a qualidade do voo...

Certamente! É o que eu estou a fazer! Oh, Sr. Deputado, é o que eu estou a fazer. Qual é o problema? Se é para reconhecer que melhorou, por que é que não o havemos de reconhecer? Efetivamente, melhorou, assim como houve a introdução de melhorias significativas com os dois ferries, o Mestre Simão e o Gilberto Mariano. Pena é que eles não estejam a ser utilizados com todo o seu potencial e toda a sua capacidade operacional, e é disso que se trata.

Trata-se aqui do seguinte: o transporte aéreo tem o seu papel e o transporte marítimo tem um papel que não é substitutivo. Nem o transporte marítimo é substitutivo do transporte aéreo, nem o contrário. Eles devem ser, sim, complementares.

Depois, há aqui uma outra questão que julgo que também é importante ter em consideração e, mais uma vez, até para satisfação do Deputado Francisco César, dizer o seguinte. A introdução dos dois navios, do Gilberto Mariano e do Mestre Simão, julgo eu que aumentou a procura nas diferentes rotas que esses navios fazem nas ligações do triângulo. E aumentou a procura porquê? Porque às vezes o argumento para não fazer mais é porque não há procura. Aumentou a procura porquê? Porque se melhorou o serviço, se diversificou a oferta e, ora bem,...

Deputado José San-Bento (PS): A oferta gera procura!

O Orador: Exatamente! Está a ver, Sr. Deputado? Portanto, não venha da bancada do Partido Socialista nem da bancada do Governo qualquer tipo de argumentação relativamente à ausência de procura ou à questão da satisfação das necessidades por via do transporte aéreo, não venha. Esse argumento não serve, porque o transporte marítimo não é nem pretende ser, não se pretende que seja, na perspetiva do PCP, substitutivo do transporte marítimo nem o transporte marítimo substitutivo do transporte aéreo. Como tal, eles devem complementar-se, até porque existe procura, quer para o transporte aéreo, quer para o transporte marítimo, assim a oferta seja adequada e sirva os interesses dos açorianos, independentemente das ilhas onde residem.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sras. e Srs. Deputados, nós não vamos estar assim toda a tarde.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mudámos a ordem para o Governo poder participar!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É preciso ter lata! Alterámos a ordem para o Governo poder falar!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP)**: Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao detalhe que a proposta do CDS-PP traz ou consagra, na opinião do PCP, julgo que esse detalhe, sendo legítimo da parte do CDS-PP, não deixa margem ao poder executivo para poder, aceitando um projeto de resolução desse tipo, gerir da melhor forma a operação, satisfazendo o objetivo que o projeto de resolução do CDS-PP aqui nos traz. Portanto, esse detalhe, julgo eu, deveria ter sido deixado para que o Governo Regional pudesse operacionalizar. Mas é um projeto de resolução, fica apenas esta chamada de atenção, eventualmente, depois de ouvirmos o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, que, na minha opinião, deveria ser mais dos transportes e menos do turismo, e de ouvirmos, eventualmente, o Deputado Francisco César falar sobre a questão dos transportes, se, eventualmente, o Partido Socialista colocar apenas a questão das Velas como um problema, eu aconselhava o CDS-PP a fazer essa pequena alteração.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa continua sem inscrições.

Sr. Deputado Jorge Macedo, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Francisco César (PS): Não devia ser alguém do triângulo a falar?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Nós é que decidimos!

Deputado Francisco César (PS): Se chamassem o Sr. Deputado Joaquim Machado a falar, ele também falava sobre isso!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Jorge Macedo está no uso da palavra!

Deputado António Marinho (PSD): Sra. Presidente, aqueles senhores estão na brincadeira. Está na hora do recreio!

O Orador: Sra. Presidente, muito obrigado.

Em 2008, no programa eleitoral do PSD, o PSD apresentou uma proposta escrita no seu programa eleitoral que contemplava uma ponte marítima no triângulo Faial-Pico-São Jorge e a criação e dinamização de um segundo triângulo, São Jorge-Graciosa-Terceira, cujo vértice comum seria a ilha de São Jorge. Está escrito no programa eleitoral de 2008 do Partido Social Democrata. Na altura, se bem se lembram, discutia-se se no triângulo e no Grupo Central se deveria optar ou não por transporte misto de passageiros e viaturas ou apenas passageiros. O PSD insistiu que deveria ser passageiros e viaturas e dinamizando dois triângulos, como, há pouco, referi.

Acresce também o facto de no programa eleitoral do PSD, já de 2012, estar prevista a implementação, criação, dinamização, como se queira chamar, daquilo que o PSD chamou de região económica e que na linguagem do Partido Socialista se chamava mercado interno, dinamização do mercado interno, só que o Partido Socialista, que governa, não implementou nem uma coisa nem outra, com exceção de ter optado, e na nossa opinião bem, por navios mistos de passageiros e viaturas para fazerem as ligações no triângulo e também essas ligações foram estendidas à ilha Terceira, a partir de São Jorge.

O que é que falta no meio de tudo isso? Falta a Graciosa. A Graciosa, neste momento, é a ilha que, no Grupo Central, fica claramente penalizada pela inexistência de transporte regular todo o ano de passageiros e viaturas por via marítima.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A possibilidade de, consolidado o mercado do triângulo de 40 mil açorianos que vivem nas ilhas do Faial, Pico e São Jorge, podermos alargar esse

mercado e dar-lhe a dimensão de cerca de 100 mil açorianos acrescentando também a Graciosa e a Terceira com transporte regular todo o ano.

Portanto, sob o ponto de vista dos princípios, o PSD não só está de acordo com a proposta que foi apresentada pelo CDS-PP, como tem no seu património, quer em 2008, quer em 2012, as ideias que estão consagradas na proposta que foi apresentada pela Deputada Ana Espínola do CDS-PP.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Poderá argumentar-se que, neste momento, e foi esse o argumento do Sr. Presidente do Governo na visita estatutária à ilha Graciosa, não havia meios, mas quando qualquer um de nós passeia na marginal da cidade da Horta o que não falta (E já vou, depois, corrigir, Sr. Deputado Lizuarte Machado!) são barcos, o que não falta são navios.

Deputado Lizuarte Machado (PSD): Corrigir-me a mim? Eu não disse nada!

O Orador: Pois não, mas quando nós dizemos barcos, o Sr. Deputado corrige-nos, e bem, que não são barcos, são navios e eu estava simplesmente a utilizar essa sua expressão e essa sua correção para dizer uma coisa e depois corrigir, aproveitando a oportunidade para nomeá-lo. Nessa circunstância, o argumento que o Sr. Presidente do Governo utilizou na visita estatutária também não colhe, porque nós temos o Cruzeiro das Ilhas e o Cruzeiro do Triângulo, depois temos o Mestre Simão e o Gilberto Mariano...

Deputado Miguel Costa (PS): O Cruzeiro das Ilhas e o Cruzeiro do Canal!

O Orador: E o Cruzeiro do Canal. Muito obrigado, Sr. Deputado Miguel Costa!

E depois temos um Expresso, que ninguém sabe bem se existe, se não existe, o que é que existe, o que é que faz. Está parado!

Nessas circunstância, quem governa tem que encontrar as soluções e as soluções existem, estão à vista de todos, nem é preciso importar mais nenhum navio, é preciso, apenas, dar utilidade aos navios que estão estacionados, uns

parados e outros apenas estacionados, no porto da Horta, na baía do Porto da Horta.

Desse modo, o PSD, concordando com os princípios, referindo e reforçando que esses princípios já existem no nosso património, votará favoravelmente a proposta apresentada pelo CDS-PP.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Excelentes referências à ilha Graciosa! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado André Rodrigues.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma das curiosidades que tinha, hoje, na apresentação deste projeto de resolução, para além de perceber qual seria o posicionamento de todos os partidos desta Casa, era também perceber qual seria a postura do CDS-PP face ao transporte marítimo de passageiros na RAA, porque, segundo o projeto de resolução, são a favor, são a favor do transporte marítimo de passageiros e viaturas na RAA, onde reconhece, por exemplo, que foram os Governos socialistas que retomaram este serviço e o transporte marítimo de passageiros,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... que fez com que, neste momento, tenhamos uma operação sazonal, que liga, através de dois navios fretados, oito ilhas da nossa RAA, e que temos duas operações regulares, através de cinco navios que ligam as Flores e o Corvo e as ilhas do triângulo e, sazonalmente, a ilha Terceira.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Os Cruzeiros não foram para o lixo, como os senhores queriam!

O Orador: De facto, estamos também de acordo que o setor dos transportes assume um papel fundamental no desenvolvimento económico e social da nossa região e que é a capacidade de mobilidade das pessoas e dos bens que potencia a dinamização de transações económicas, o que se traduz no incremento da competitividade das empresas e na melhoria da qualidade de vida das nossas pessoas,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Qual atividades das empresas?

O Orador: ... sendo um instrumento claro para a coesão social, económica e territorial dos Açores.

E reconhece também o CDS no seu projeto de resolução que isto não foi um percurso fácil, tivemos percalços, é verdade. O PS sempre reconheceu que é um percurso difícil. Estamos numa região arquipelágica, no norte do Oceano Atlântico...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A norte de São Jorge fica a Graciosa!

O Orador: ... e, portanto, é difícil, é uma operação difícil de se manter com regularidade, com fiabilidade, mas é isso que o PS tem feito todos os dias na sua governação.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

O Orador: E foi feito um trabalho primeiro de infraestruturação, primeiro de melhoria das condições dos portos, de adaptação dos portos...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas isso nós já sabemos!

O Orador: ... às características do modelo de transporte que nós queríamos, com a construção das rampas, foram feitos investimentos nas gares, foi feito investimento também no aumento da mobilidade e das acessibilidades às ilhas com aumento do número de viagens a serem realizadas para todas as ilhas. Portanto, o PS felicita o CDS por reconhecer todo este trabalho do Partido Socialista nos Açores.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Falta a Graciosa!

O Orador: O CDS também reconhece na sua proposta de resolução que foram introduzidas melhorias de comodidade, de conforto, nomeadamente com a aquisição dos dois novos navios.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Falta é a Graciosa!

O Orador: O CDS também reconhece que as ligações funcionam bem entre o Pico, Faial e São Jorge e querem isso para o resto do Grupo Central. Pois bem, o PS também quer. Da mesma forma que o PSD tem como pressuposto e princípios este princípio de querer transportar a realidade que existe no triângulo para as outras ilhas da região, o Partido Socialista também o quer e estamos cá para o fazer. Ao contrário de outros, que vão estar cá para o propor, o Partido Socialista estará cá para o concretizar.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Onde é que nós todos divergimos?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Nós todos?

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Ouça, Sra. Deputada!

O Orador: Nós, Partido Socialista, divergimos da proposta de solução do CDS. Na solução apresentada, claramente, porque tanto o PS e os parceiros sociais que foram ouvidos em Comissão, todos colocaram em causa esta proposta.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Porquê?

O Orador: Colocaram em causa esta proposta, porque estávamos a colocar em causa uma operação que está a correr bem no triângulo para potenciar uma não solução para a Graciosa e para a Terceira.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Ah, pois é!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Navios é o que não falta!

O Orador: Isso foi dito claramente em Comissão, toda a gente ouviu muito bem aquilo que foi dito em Comissão.

Estamos a falar de uma solução que desfaz a realidade do triângulo...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não é para transportar a realidade, é para transportar passageiros, Sr. Deputado!

O Orador: ... para uma suposta má solução para a Graciosa: aumenta custos operacionais, diminuiu a mobilidade e a acessibilidade no triângulo, estrangula e condiciona o transporte de viaturas no triângulo.

Mas para a Graciosa o PS também já disse como quer fazer.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Os jorgenses vão gostar muito de ouvir o senhor falar!

O Orador: O PS, neste momento, está a fazê-lo de forma sazonal para a Graciosa e já disse que a proposta para passar para o ano inteiro é depois de adquirir os dois novos navios para a região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quando? Quando é que virão dois novos navios?

O Orador: Portanto, toda a gente sabe como é que o Partido Socialista irá concretizar esta situação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quando é que vai adquirir os dois novos navios?

O Orador: Por todos estes motivos, votaremos contra.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Disseste isso muito envergonhadamente!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No decorrer desta legislatura, promovemos a maior reforma de sempre ao nível das acessibilidades e mobilidade de todos os açorianos. Foi através do modelo de acessibilidades à região, foi através da revisão das obrigações de serviço público do transporte aéreo inter-ilhas, foi através da definição de obrigações de serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas.

Estas foram medidas estruturante e cujos principais indicadores revelam o sucesso das mesmas. Senão, vejamos: no transporte aéreo e ao nível dos passageiros embarcados, só em relação ao transporte inter-ilhas, em 2012, tínhamos 423693 passageiros; no final de 2015, tínhamos 502494 passageiros. Ou seja, mais 78801 passageiros, um incremento de 19%. Ao nível dos voos territoriais, ou seja, das ligações com o continente português, em 2012, tínhamos 324920 passageiros; em 2015, tivemos 468149 passageiros, ou seja, um incremento de 143229 passageiros,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Grande Sérgio Monteiro!

O Orador: ... mais 44%.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, estamos a falar de ligações marítimas!

O Orador: Ao nível dos voos internacionais, esse crescimento foi de 24828, ou seja, mais 44%. Significa que no total, de 2012 para 2015, tivemos mais 246858 passageiros desembarcados na nossa região, mais 29%.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Estamos a falar de barcos!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E satélites?

O Orador: E se olharmos para o primeiro semestre deste ano, o ritmo de crescimento continua o mesmo, mas já lá vamos, Sr. Deputado. Ao nível do transporte marítimo, os passageiros transportados no triângulo, em 2012, eram 385444,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso não é culpa de Vasco Cordeiro!

O Orador: ... no final de 2012, temos 448982 passageiros transportados, mais 63538 passageiros...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Está a ver como temos razão, Sr. Deputado?

O Orador: ... transportados no triângulo, ou seja, mais 16,5%. E esse crescimento verificou-se tanto na linha azul como na linha verde.

Se olharmos para o transporte de viaturas, tínhamos 6138 viaturas transportadas, em 2014; em 2015, tivemos 11476 viaturas transportadas só no triângulo. E este ritmo continua no primeiro semestre de 2016. No primeiro semestre de 2016, temos mais 3232 passageiros transportados no triângulo e temos mais 1621 viaturas transportadas também nesta zona do arquipélago, ou seja, um crescimento de 48%.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Essa parte a gente já sabe! Graciosa!

Deputado Bruno Belo (PSD): E quantos passageiros desembarcaram na Graciosa?

O Orador: Isto revela as boas medidas e o sucesso que tem existido ao nível do transporte, quer aéreo, quer marítimo, na nossa região.

E no âmbito...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Falta agora dar continuidade às boas medidas, que é para continuarmos a crescer!

Presidente: O Sr. Secretário está no uso da palavra, Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mau uso da palavra!

O Orador: Naturalmente que no âmbito da definição das obrigações de serviço público do transporte marítimo inter-ilhas, há que ter em conta a qualidade do serviço prestado e, naturalmente, a boa gestão dos recursos públicos, por isso se fez uma clara adaptação e ajuste da oferta à procura, a que levam que haja um incremento das taxas de ocupação, tanto na linha azul, como na linha verde.

Aquilo que esta proposta de resolução apresenta, e nomeadamente no que se refere a criar uma base em São Jorge, é uma medida claramente do ponto de vista operacional, que, para além do incremento de custos que foi referido na Comissão pelo Presidente do Conselho de Administração da SATA,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ai, a boca a fugir para a verdade!

O Orador: ... da Atlânticoline, não se consegue vislumbrar quais os benefícios...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): SATA? O que é isso?

O Orador: ... para os utentes que esta medida traria. Ou seja,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está aqui está a falar da Transmaçor!

O Orador: ... os 26331 passageiros que foram transportados das Velas para a Horta, o que é que ganhavam com o facto de termos uma base operacional nas Velas? O que é que ganhavam os 35662 passageiros que foram transportados entre as Velas e o Pico por existir uma base operacional no Pico?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Quantos é que vieram da Graciosa?

O Orador: Isto é que é a questão que tem que ser colocada. O que é que se ganha com uma medida destas, do ponto de vista da qualidade e da gestão do serviço.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E da Graciosa quantos vieram?

O Orador: Já lá vamos, Sr. Deputado.

Em relação ao alargamento para a Terceira e para a Graciosa de uma forma regular, há que ter em conta aqui dois aspetos fundamentais. Por um lado, a gestão da oferta e da procura; por outro lado, aquilo que é a parte operacional da implementação de uma solução destas.

Para fazer um triângulo com estas características, dependendo do circuito a efetuar, estamos a falar de 12 ou de 14 horas para fechar o circuito, com início e fim nas Velas, e isso põe logo a descoberto toda a operação naquele que é, hoje, um mercado consolidado ao nível do transporte de passageiros e viaturas no triângulo,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Como assim? Explique lá!

O Orador: ... para além de que causa outro constrangimento fundamental. A grande procura que existe em termos de transporte de viaturas é entre a Madalena e a Horta e entre a Horta e a Madalena. Com esta solução, fazia com

que tivesse que haver uma transferência das viaturas de São Roque para a Madalena para, depois, prosseguirem, ia estrangular, naturalmente, o transporte ou de umas ou de outras, causando, naturalmente, a prestação de um mau serviço a todos aqueles que o utilizam com regularidade.

Agora, há aqui uma questão que para nós é clara, uma opção política que está definida. O Governo dos Açores entende que o transporte marítimo de passageiros e viaturas é fundamental para toda a região, não só para as ilhas do Grupo Central, para toda a região, e esta é a nossa opção. Ao contrário daquilo que disse o Sr. Deputado Jorge Macedo, que revelou qual era a ambição do PSD, que é apenas estender o transporte marítimo para o Grupo Central, a opção política do Governo dos Açores é estender o transporte marítimo de viaturas e passageiros a todo o arquipélago,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Melhoras!

O Orador: ... criando uma dinâmica ou extrapolando a dinâmica que, hoje, se vive no triângulo para todas as ilhas...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso vai dar muitas horas, então!

O Orador: ... do nosso arquipélago. Para isso é preciso ter meios e é preciso ter meios com qualidade e isto será feito no âmbito da aquisição dos dois navios,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quando?

O Orador: ... que, como os senhores sabem, está num processo de verificação junto da Comunidade Europeia, que, quando tiver...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Há quanto tempo?

O Orador: ... a respetiva validação, irá para concurso. Agora, o que não podemos querer...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A gente quer é saber quando! As pessoas lidam é com quando! Com expetativas! Diga lá quando!

Deputado Jorge Macedo (PSD): 2019!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Em 2019, já se acabaram os fundos!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... é, sob determinados pretextos, criar um serviço de má qualidade, que não responde aos princípios que estão inerentes à definição do mesmo, que é a dinamização do mercado nos Açores.

Mas, Sr. Deputado, especificamente em relação à Graciosa, não nos podemos esquecer do que é que está a ser feito. No âmbito da operação sazonal, foi feito um reforço nas ligações à Graciosa de mais 7% no número de toques que são efetuados na Graciosa, respondendo claramente àquelas que são, hoje, as necessidades.

No âmbito de uma operação de ano inteiro,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que é que lhe disseram quando esteve lá?

O Orador: ... não existe, neste momento,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Esteve lá há pouco tempo!

O Orador: ... condições nem meios adequados para a poder testar com a devida qualidade e respondendo àquilo que é o princípio...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A gente já fala a seguir!

O Orador: ... que nós temos definido como instrumento para o desenvolvimento económico do mercado interno na nossa região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A gente já fala a seguir!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa, de momento, não tem inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM apoia esta iniciativa do CDS-PP, irá votar favoravelmente a iniciativa, fundamentalmente, por dois motivos: concordamos com uma das questões estratégicas que foram aqui referenciadas e que são aqui referenciadas no âmbito do projeto de resolução em análise.

A primeira delas tem a ver com a perceção que todos temos que existe um potencial que não está a ser devidamente aproveitado de ligação entre as ilhas do triângulo e as ilhas Terceira e Graciosa. Evidentemente que a articulação entre estes dois polos tem uma importância absolutamente fundamental, como temos vindo a verificar, o potencial do triângulo, através das melhorias que têm vindo a ser introduzidas, este potencial não era meramente teórico, como muita gente referenciava, em muitos artigos de opinião e em muitos discursos parlamentares, toda a gente acabava por dizer ou por afirmar, no âmbito das suas análises, que o triângulo era um conceito teórico que tinha pouco potencial prático. A verdade é que se tem vindo a demonstrar que cada vez que se é proactivo, no âmbito do reforço das ligações no triângulo, que estas ligações têm tido um efeito muito positivo e têm aumentado uma das questões que são fundamentais do ponto de vista da análise do crescimento económico destas ilhas, que, fundamentalmente, tem a ver com a melhoria do mercado interno, com a integração do mercado interno, tendo em conta o peso demográfico relativamente baixo das nossas ilhas, o quantitativo populacional relativamente reduzido que nós temos.

Portanto, nesse sentido, a aposta na integração destes mercados e o reforço do mercado interno, por esta via, é absolutamente fundamental.

O mesmo princípio se deve aplicar nas ligações e na melhoria do potencial que existe em relação às ligações com a Terceira e a Graciosa. E, de facto, aqui o que se perspectiva é que o potencial está muito longe de ter sido atingido.

Há uma segunda questão que me parece absolutamente evidente, e eu, que vivo na ilha do Corvo, tenho que reconhecer que há uma ilha que tem estado fora da criação de ligações regulares que as possam favorecer com o conjunto do arquipélago tem sido a Graciosa. A Graciosa, apesar do lugar central que ocupa do ponto de vista geográfico, temos que fazer justiça a quem, no âmbito de todos os partidos, tem dito...

Deputado José Ávila (PS): Mas o senhor conhece os horários? Quantas escalas há?

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Quantas escalas tem para a Graciosa?

O Orador: O que é? Mas não concorda? Não concorda? Oiça! Oh, Sr. Deputado, não concorda? O que eu estou aqui a fazer é um reconhecimento, na minha perspetiva, que a ilha Graciosa merece ligações regulares melhores.

Deputado José Ávila (PS): Quantas tem?

O Orador: Ou o senhor não concorda? O que eu aqui faço é defender os interesses dos Açores e das populações dos Açores ou o senhor acha que está tudo bem? Por amor de Deus! Quer dizer!

Deputado André Bradford (PS): Quantas tem?

O Orador: Oiça! O senhor acha que está tudo bem? Se acha que está tudo bem, essa não é a minha opinião.

Deputado André Bradford (PS): Diga lá quantas tem!

O Orador: E acho que o senhor está a servir mal a ilha que defende. Quer dizer, o senhor aqui, eu estou a ver o seguinte. O senhor cada vez que faz uma referência, e eu estou a fazer por uma questão de justiça, que tem a ver,...

Deputado André Bradford (PS): Diga lá quantas escalas é que tem?

O Orador: ... de facto, com o reconhecimento que eu faço analisando os dados que tenho à minha frente que eu acho que é possível melhorar a articulação da Graciosa com as outras ilhas e o senhor vem dizer-me que está tudo bem? Não fale nisso, isso não é aceitável, pelo amor de Deus.

Deputado Francisco César (PS): Como é que isso se faz?

Deputado José Ávila (PS): Quantas escalas?

O Orador: Oiça! Oiça o que eu lhe digo!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Eu agradeço que moderem o som dos apartes para que o Sr. Deputado Paulo Estêvão não necessite de gritar para se fazer ouvir.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça o favor de continuar a sua intervenção.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Era só o que faltava que alguns deputados aqui, nesta Assembleia, achassem que aquela ilha e as políticas em relação àquela ilha são da sua prerrogativa pessoal.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O que eu tenho a dizer-lhe é que eu não aceito censuras de nenhum tipo, nem ideológicas nem do ponto de vista territorial. Nós somos deputados do conjunto dos Açores e eu,...

Deputado José Ávila (PS): Mas o senhor é intocável?

O Orador: ... como defendo os interesses da ilha pela qual fui eleito,...

Deputado André Bradford (PS): Quantas escalas é que tem?

O Orador: ... também considero que é o meu dever, considerando que existe ali um potencial que não está desenvolvido, fazer essa referência e até a estava a fazer de uma forma positiva, tendo dito que as coisas têm vindo progressivamente a melhorar, mas que, em relação à ilha Graciosa,...

Deputado André Bradford (PS): Quantas escalas semanais é que tem?

O Orador: ... notava que esse potencial é um potencial que está subaproveitado e que há um conjunto de ligações que devem ser intensificadas e que devem ser melhoradas...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: ... e a mim parece-me isto absolutamente natural e eu não aceito que alguns deputados neste Parlamento considerem que essa discussão não se pode fazer porque eu é eu sou o dono da ilha. Isso é absolutamente inaceitável.

Deputado José Ávila (PS): Perguntei se o senhor sabia quantas escalas é que tinha! Pelos vistos, o senhor não sabe!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Espínola.

(*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Depois desta primeira ronda de intervenções em que já sabemos como quase todos os partidos se posicionam, à exceção do Bloco de Esquerda, que ainda não fez a sua intervenção, mas que, certamente, o fará, todos estamos de acordo que é preciso melhorar e é necessário incentivar um segundo triângulo existente no Grupo Central.

Dizem o Partido Socialista e o Sr. Secretário, os únicos, aliás, discordantes desta iniciativa, que não, que isto é muito mau, porque desarticula as viagens e o que já está instituído no triângulo, que isto vai estrangular o transporte de viaturas, que esta iniciativa acarreta custos, uma série de impedimentos para o Partido Socialista votar favoravelmente esta iniciativa. E o CDS entende que esta iniciativa não faz nada disso.

Para o CDS, nós entendemos que se mantém a regularidade, melhora-se, até, a regularidade do transporte marítimo entre São Jorge e o Pico, mantendo-se as ligações com a Horta, como o senhor muito bem sabe; melhor, articulam o transporte entre São Roque e a Madalena, por via intermodal, por via transporte terrestre, provocando ou causando, reduzindo o tempo de viagem, com maior comodidade para o passageiro e diminuindo, ainda, os custos com combustível.

O facto de ficar um navio no Porto de Velas permite, ainda, disponibilizar esse navio para articular-se com um outro triângulo, um segundo triângulo, que

importa dinamizar e que, até agora, ainda nunca teve efeito, que é o do triângulo Graciosa-São Jorge-Terceira, que, infelizmente, apesar de termos uma linha lilás, que diz que liga todas as ilhas do Grupo Central, não o faz e exclui a Graciosa, penalizando esta ilha de um transporte marítimo de passageiros e viaturas, durante todo o ano.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado José Ávila (PS): Viaturas, Sra. Deputada?

(Aparte inaudível da Deputada Graça Silveira)

A Oradora: Diz o Partido Socialista, “Porque esta iniciativa aumenta os custos com a operação com São Jorge”. Quanto aos custos, que são definidos pelo Sr. Presidente da Atlânticoline, ele tanto diz que são 600 mil euros, como também, logo a seguir, diz que são 700 mil euros, portanto, quanto a contas do Sr. Presidente, a gente fica bem a saber da razão efetiva, do montante efetivo que ele pensa que são os custos desta alteração.

E sobre esta matéria, eu devo dizer que, já em 2006, quando o Governo anunciava a vinda dos novos navios para a região, dizia o então governante do Partido Socialista, o Sr. Secretário Duarte Ponte: “O transporte marítimo de passageiros nas ilhas do triângulo vai passar a ser assegurado durante todo o ano por dois navios de 40 metros, orçados em 6 milhões de euros [na altura] e que terão a capacidade...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Andamos a pagar essa herança!

A Oradora: ... da ordem dos 300 passageiros e 15 viaturas”. E dizia ele, segundo explicou: “Um destes navios ficará sedado no Porto de Velas”. E os custos com a operação? E a regularidade do transporte?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Quem é que disse isso?

A Oradora: O Secretário Duarte Ponte!

Não havia? Ia diminuir as viagens? Ia diminuir o transporte de passageiros? Ia estrangular? Isto era a opinião do Partido Socialista, que isto era melhor, na altura. Hoje, o Partido Socialista não acredita nisso.

Diz o senhor que isto vai desarticular o transporte? Pois, o que a gente quer é articular transportes, aliás, até como tem no manifesto eleitoral do Partido Socialista, que diz assim: “Melhorar as ligações marítimas”. Não, melhorar a articulação e a adaptação da oferta entre os diversos modos de transporte marítimo, aéreo e terrestre. Pois, o que é que o CDS faz? Articular transportes marítimos e terrestres, até de acordo com o famigerado PIT. Diz o Partido Socialista ainda no seu manifesto eleitoral: “Melhorar as ligações marítimas de passageiros e viaturas com todo o Grupo Central”. Oh, Sr. Deputado, que eu saiba, o Grupo Central ainda inclui a Graciosa.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ai, tal carrete!

A Oradora: Já não inclui para o Partido Socialista?

Portanto, eu penso que a iniciativa até vai ao encontro daquilo que são as ideias do Partido Socialista, o Partido Socialista é que não está de acordo com aquilo que pensa.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem, Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado André Rodrigues, tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista votará contra a proposta do CDS-PP por, em primeiro lugar, onerar os custos da operação entre 600 a 700 mil euros, mesmo que sejam 600 mil euros, Sra. Deputada, só com a deslocação dos funcionários e trabalhadores da Atlânticoline para a nova base operacional no Porto de Velas, já descontando os combustíveis que poupam...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Essa gente ganha muito!

O Orador: ... e não contabilizando os custos com as 14 horas que a Sra. Deputada agora propõe que esse navio comece a fazer.

Votará contra, porque, para a ilha do Faial, elimina a ligação a São Jorge, o que representa 42% dos passageiros transportados entre Velas e Faial, Faial-Velas. Reduz a acessibilidade aos jorgenses ao hospital e ao aeroporto...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: ... da ilha do Faial. Reduz a capacidade de transportar viaturas entre a ilha do Faial e a ilha do Pico.

Esta proposta é negativa para a ilha do Pico, porque reduz o número de oferta e de possibilidade de transportar viaturas entre o Pico e o Faial, estrangulando todas as viaturas que queiram deslocar-se de São Jorge para o Faial no Porto da Madalena.

Esta proposta é negativa para a ilha de São Jorge, porque obriga que 42% dos passageiros que iniciam o seu trajeto para a ilha do Faial a passar pela ilha do Pico, com duas transferências intermodais, quando, neste momento, tem uma acessibilidade muito melhor, muito mais cómoda e muito mais confortável.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

O Orador: Votaremos contra esta proposta, porque esta proposta não apresenta uma boa solução para a Graciosa.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Não é solução para a Graciosa ter o transporte de inverno com as características e com o barco que o CDS propõe para a ilha Graciosa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Qual é?

O Orador: A proposta do CDS-PP obriga todas as pessoas que queiram regressar do Faial à ilha de São Jorge, de inverno, atenção, a fazer essa viagem às 11h30 da noite, Sr. Deputado. Acha que isto é melhorar o transporte marítimo no triângulo?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso não é verdade!

Deputado Manuel Pereira (PS): É verdade, é!

O Orador: A proposta em causa faz com que o navio, que deveria estar a servir e que está a servir bem as ilhas do triângulo, esteja a navegar a norte de São Jorge, com condições climatéricas mais adversas e com muito menor rentabilidade, como é óbvio.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sr. Deputado André, é muito difícil explicar aos jorgenses o que é inexplicável!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Deputada Graça Silveira, a proposta do CDS deveria ter proposto era o Cruzeiro para a Graciosa! A Sra. Deputada veio a esta Casa defender que os Cruzeiros eram os que, verdadeiramente, estavam adequados à nossa realidade! Estranhámos isso também na proposta do CDS! Por que é que o CDS não propõe o Cruzeiro, então, para a ilha Graciosa?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Os senhores tiveram 20 anos para resolver isso!

O Orador: Não propõe, não é?

O CDS-PP,...

(Aparte inaudível da Deputada Graça Silveira)

Deputado Manuel Pereira (PS): Oh, Sra. Deputada, tenha calma!

O Orador: ... para o transporte sazonal, que serve a Graciosa e que foi melhorado para a ilha Graciosa, ao longo desta legislatura, diz que é atirar dinheiro ao mar; para propor um barco em São Jorge, atirando ao mar mais 700 mil euros, já não há problema nenhum.

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Deputada, Srs. Deputados do CDS-PP, o que o CDS-PP faz com esta proposta é dar com uma mão e tirar com as duas.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

O Orador: Dar com uma mão, porque coloca um barco a dormir em São Jorge, mas tira com as duas, porque desfaz um triângulo que funciona bem para não arranjar uma boa solução para a Graciosa.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Há aqui mais uma pergunta que eu gostaria de fazer, nomeadamente ao PSD. Então, qual é a solução que propõem para servir a Graciosa? É fretar um navio grande o ano inteiro? Ou são a favor ou contra o fretamento?

Deputado Miguel Costa (PS): Eles não sabem ainda!

O Orador: Não sabemos.

A única proposta do PSD que nós conhecemos é que, havendo mais dinheiro da região, vai ser para alugar um barco mais pequeno, mais rápido, para ligar a Madalena e a Horta. Onde é que fica a Graciosa, Sr. Deputado? Zero! Para a Graciosa, zero!

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: E atenção, esta proposta é dita e redita e logo, no dia a seguir, há um comunicado do próprio PSD a dizer que o setor público empresarial regional será gerido com projetos financeiramente razoáveis, ou seja, quando há

mais dinheiro, vão colocá-lo outra vez onde já existe dois barcos a funcionar bem, encostando barcos novos, que transportam viaturas, para colocar lá um barco rápido. Esta é a boa proposta do PSD.

Deputado André Bradford (PS): Telecomandados!

O Orador: E diz ainda mais, que vai duplicar a oferta, mas é na Horta, entre a Horta e a Madalena, onde existe uma taxa de ocupação de 32%. Para a Graciosa, outra vez, zero!

Por isso, Srs. Deputados, o Partido Socialista está muito tranquilo sobre as opções que toma a nível do transporte marítimo de passageiros e continuará a fazê-lo todos os dias da sua governação.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,...

Deputado Francisco César (PS): Oh, Jorge, vê se emendas isso!

Deputado André Bradford (PS): Um barquinho telecomandado!

O Orador: ... Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado André Rodrigues,...

Deputado Francisco César (PS): Diga lá: “Tem que reconhecer...!”

O Orador: ... se o Governo do Partido Socialista tivesse quatro anos,...

Deputado José San-Bento (PS): E tem! Três anos e meio!

O Orador: ... nós diríamos, “Ainda não tiveram tempo de fazer”; se tivessem oito anos de governação socialista, nós diríamos, “Se calhar, vão fazer nos próximos quatro”; se tivessem 12 anos de governação socialista, nós diríamos,

“Já era tempo de terem feito”; mas têm 20 anos de governação socialista, que deixam a Graciosa sempre a norte,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... deixam a Graciosa sempre isolada,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... deixam a Graciosa sempre fora de mão.

Sr. Deputado André Rodrigues, não foram quatro anos para resolver os problemas do transporte marítimo, no Grupo Central, não foram oito,...

Deputado André Bradford (PS): Os senhores é que acabaram com os transportes marítimos!

O Orador: ... não foram 12, foram 20 anos, muitos deles, e esse aqui é que é o problema, completamente sem norte, porque ou os navios não funcionavam ou os navios chegavam tarde ou não se sabia que navios é que se queria. Sr. Deputado André Rodrigues, desculpas podemos arranjar todos, desculpas podemos inventá-las todas, agora, depois de 20 anos, continua a Graciosa mal servida, mais a norte, fora de mão, por exclusiva responsabilidade dos governos do Partido Socialista.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

Deputado André Bradford (PS): Se fossem Governo, tiravam a Graciosa do norte?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Sra. Deputada Ana Espínola, tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado André, não precisa ter um discurso tão inflamado, pode aclamar-se porque a gente está aqui para discutir e debater, mas não precisa,...

Deputado José Ávila (PS): Sra. Deputada, a senhora tem exemplos no seu Grupo Parlamentar de discursos inflamados!

A Oradora: ... porque não é isso que lhe dá mais razão.

O senhor afirma aqui que tem barcos novos,...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

(Burburinho geral)

A Oradora: ... fez aqui um rasgado elogio aos barcos novos que tinham vindo para a região, porque iam ligar todo o Grupo Central e que tinham condições e que eram mais confortáveis e que eram mais cómodos,...

Deputado Miguel Costa (PS): E são!

A Oradora: ... servem para o Grupo Central, mas não servem para ligar à Graciosa? Mas, afinal, o Grupo Central continua a excluir a Graciosa no Governo do Partido Socialista?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem, Sra. Deputada!

A Oradora: Diz o Sr. Deputado que é muito desagradável fazer um transbordo intermodal e que fazer esta ligação via terrestre que é um desconforto para o passageiro! Desconforto é levar três horas de São Jorge para as Velas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Desconforto é ter uma viagem, é ter ligações...

Deputado André Bradford (PS): Três horas?

A Oradora: Das Velas para a Horta, peço desculpa.

Desconforto é ter um horário, um itinerário que diz Velas- São Roque e está sempre, constantemente, quase diariamente, a ser desviado para a Madalena. Desconforto é a Graciosa continuar fora das ligações marítimas de passageiros e viaturas; transtorno e desconforto é continuar a ligação Calheta-Angra sem a possibilidade de fazer transporte de viaturas porque as rampas ro-ro foram prometidas e até agora nunca foram construídas.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Isso é que são verdadeiros desconfortos, Sr. Deputado, e depois venha-me falar de falta de, que o Partido Socialista (Como é que o senhor disse?) já tinha solução para o transporte marítimo para a Graciosa.

O voto de protesto que foi viabilizado pelo Partido Socialista na Graciosa diz exatamente ao contrário, que estão descontentes com as ligações para a Graciosa,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... que é preciso melhorar, que é preciso...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Tal carrete!

A Oradora: Portanto, eu não sei se o partido na Graciosa tem uma opinião e aqui vai ter outra.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem! Isto é que é uma Deputada para defender a sua terra!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa, de momento, não tem mais inscrições.

Sr. Deputado André Rodrigues, tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Jorge Macedo, parece que um ano, dois anos, quatro anos, oito anos, 12 anos e 20 anos na oposição ainda não foram suficientes para este PSD propor boas soluções para o transporte marítimo na RAA.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS)

O Orador: Os senhores não deixaram a Graciosa de fora, os senhores deixaram todas as ilhas dos Açores de fora do transporte marítimo de passageiros. Os senhores terminaram com este transporte.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS)

O Orador: Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Deputado Bruno Belo (PSD): Vinte anos depois e temos sempre a mesma coisa!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Vocês é que governam e a gente é que vai resolver!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vai fazer a defesa da honra da intervenção do Deputado André Rodrigues!

O Orador: ... Sra. e Sr. Membros do Governo:

Apenas para dar alguns esclarecimentos à Câmara relativamente a algumas questões que foram aqui levantadas.

Em relação ao transporte marítimo de passageiros e viaturas com a ilha Graciosa, houve um incremento no número de toques no transporte sazonal de 69 para 74 toques este ano, ou seja, mais 7%. Isto garante que durante o período do transporte sazonal temos praticamente todas as semanas cinco ligações com a ilha Graciosa.

Em relação ao inverno e ao transporte marítimo, os meios que nós temos atualmente não são adequados para fazer esta ligação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Boa!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quem é que os comprou?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Quem será que comprou esses meios?

O Orador: A opção de fazer a ligação de ano inteiro, tanto com a Graciosa como com todas as outras ilhas, passa pela aquisição de dois novos navios, que garantem condições adequadas para a realização dessas ligações.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Há 10 anos!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor só pode estar ao serviço da oposição!

O Orador: Mas ao contrário do que foi aqui dito, nós não nos esquecemos da Graciosa nem deixamos a Graciosa para trás, nós não deixamos ninguém para trás, e para garantir acessibilidade e mobilidade à Graciosa, no âmbito da revisão das obrigações de serviço público de transporte aéreo inter-ilhas, incrementamos o número de ligações com a Graciosa, que passou a ter duas ligações diárias durante o inverno, à exceção do sábado e do domingo...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Dependente de? Diga lá!

O Orador: ... e que durante o verão se alargam para 14 ligações diárias. A opção é esta, garantindo, assim,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Diga o que é que fica pendente para o ano?

O Orador: ... a interligação com todas as ilhas e as ligações com o exterior da região, tal como está preconizado nas obrigações de serviço público.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que é que pôs lá mais?

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, só para terminar. Ao longo desta legislatura, por várias vezes, o Governo era acusado de ingerências porque dava indicações à empresa A ou empresa B para fazer uma determinada operação ou deixar de a fazer; depois desta resolução, quanto a ingerências, estamos conversados.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Sra. Deputada Ana Espínola pediu a palavra para uma interpelação. Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para informar a Câmara que o CDS-PP integrou à Mesa uma proposta de substituição integral deste projeto de resolução no sentido de limar algumas arestas para que o Partido Socialista possa votar favoravelmente esta iniciativa do CDS-PP.

Penso que o objetivo é comum a nós todos,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

A Oradora: ... é melhorar o transporte marítimo no Grupo Central e nesse sentido é que apresentamos esta proposta de alteração.

Presidente: Obrigada pela informação, Sra. Deputada.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Para que possam votar favoravelmente a nossa proposta!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Mesa recebeu a proposta de substituição integral e, entretanto, até, já a fez distribuir por todos, portanto, penso que já estão todos unidos da nova proposta, que será aquela que, efetivamente, vamos votar.

A Mesa, de momento, não tem inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O projeto de resolução apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS; 17 a favor do PSD; 2 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Sra. Deputada Ana Espínola, para uma declaração de voto, não é? Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS-PP, mais uma vez, trouxe a esta Casa uma iniciativa que visava dar um contributo, tendo em conta o nosso perfil, que, aliás, temos sido uma oposição

crítica, mas também construtiva, temos apresentado soluções (quando apresentamos críticas também apresentamos soluções) e, nesse sentido, apresentamos esta iniciativa, que visava a melhoria do transporte marítimo no Grupo Central, até indo ao encontro daquilo que eram ou que foram e que são as promessas do Partido Socialista.

O CDS queria o navio sediado no Porto de Velas como uma forma de dinamizar também um segundo triângulo e ter viagens mais rápidas para a vizinha ilha do Pico, aliás, também o Partido Socialista já o tinha prometido com a vinda dos dois novos navios, um deles ficaria sediado no Porto de Velas. Portanto, o Partido Socialista, há uns anos, tinha uma ideia, agora, mudou de ideia, já não tem essa ideia.

O CDS-PP previa também nesta iniciativa melhorar e articular o transporte marítimo e terrestre com as outras ilhas, aliás, no espírito daquilo que é o Plano Integrado de Transportes e daquilo que é o manifesto eleitoral do Partido Socialista, aliás, vamos ao encontro daquilo que é o pensamento, neste caso, do Partido Socialista, mas, neste caso, o Partido Socialista, afinal, não quer melhorar o transporte nem a articulação dos transportes aéreos nem marítimos nem terrestres; queríamos melhorar as ligações marítimas de passageiros e de viaturas com todo o Grupo Central, e o Grupo Central inclui a Graciosa,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... o Partido Socialista não quer, embora conste no seu manifesto eleitoral, ficou aqui provado que não quer. E não quer porquê?

Deputado André Bradford (PS): Não quer da maneira que os senhores querem!

A Oradora: Porque, como bem responde no requerimento ao CDS-PP...

Presidente: Sra. Deputada Ana Espínola, está no âmbito de uma declaração de voto, portanto, não pode referir matérias que não tenham a ver com o debate, Sra. Deputada.

A Oradora: As razões que justificam, então, para não fazerem a viagem marítima para a Graciosa e para todo o Grupo Central é porque, durante o período de inverno, as condições de agitação marítima são fortes, as viagens com os atuais navios de 40 metros seriam desconfortáveis para os passageiros e o risco de cancelamento elevado, constituindo um entrave ao incremento da procura nessas rotas. Portanto, novos navios que não se adequam à nossa região.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem, Sra. Deputada!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado André Rodrigues, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Aníbal Pires (PCP): Justificar o injustificável!

O Orador: O Partido Socialista votou contra a proposta do CDS-PP, porque ela é uma não solução e não melhora as condições de transporte marítimo nas ilhas do triângulo e no Grupo Central. É uma proposta que prejudica os jorgenses, os picarotos, os faialenses, reduz a sua mobilidade, a sua acessibilidade e as suas ligações, que tão bons resultados têm dado nos últimos anos.

Devo reconhecer que o CDS tem sido dos partidos da oposição que mais propõe e que mais tenta também soluções de consenso, mas, de facto, Sra. Deputada, todos os pressupostos que a senhora indicou a favor da sua proposta não eram concretizados na realidade.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: E por isso não podemos votar a favor desta solução.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 12 da Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 162/X – “Recomenda ao Governo Regional que tome urgentemente as medidas necessárias para que, ainda durante o corrente verão, a Graciosa passe a fazer parte das ilhas tocadas pelos navios da Atlânticoline no âmbito da sua linha lilás”**. Este pedido de urgência é apresentado pela Representação Parlamentar do PCP e, para a justificar, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP)**: Sra. Presidente,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Vou perguntar à Sra. Presidente se posso falar sobre a Graciosa!

Deputado Francisco César (PS): Fala do Corvo e não é do Corvo!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Podes falar?

Deputado José Ávila (PS): Não seja mauzinho!

O Orador: ... Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A própria epígrafe deste projeto de resolução justifica a urgência, isto é, a Representação Parlamentar do PCP recomenda ao Governo que, ainda durante o verão, a linha lilás possa ser alterada, de modo a que inclua a Graciosa nestas rotas da linha lilás. Como tal, sendo este o Plenário de julho, e para esta recomendação poder surtir efeito, julgo que a urgência e o pedido de dispensa de exame em Comissão está perfeitamente justificado.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos, então, passar à votação deste pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado este pedido de urgência, dou novamente a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires para, então, agora, sim, apresentar a iniciativa.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A ilha Graciosa tem sido, ao longo dos anos, uma ilha esquecida,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não diga isso!

O Orador: ... uma ilha abandonada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não diga isso!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não pode!

O Orador: Tem sido uma ilha esquecida, uma ilha abandonada e não é apenas ao nível dos transportes, é também noutros setores muito importantes para a pequena economia da ilha Graciosa, mas qualquer desenvolvimento que a ilha Graciosa possa ter, tem sido estrangulada pela falta de investimento em iniciativas produtivas que poderiam contribuir para inverter um ciclo de declínio populacional a que estamos a assistir e urge tomar medidas para que a Graciosa inverta este ciclo de declínio.

Este projeto de resolução foi apresentado durante a minha última visita estatutária à ilha Graciosa e resultou da clareza com que me foi colocada esta questão pela generalidade dos graciosenses com quem falei. Mais uma vez, o poder regional esqueceu-se da Graciosa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Mais uma vez, o poder regional excluiu a Graciosa do Grupo Central. Mais uma vez, ficámos à margem de qualquer hipótese de nos afirmarmos como destino turístico, como uma pequena economia, mas que tem um contributo importante para dar à RAA.

E se é certo que a dimensão populacional e territorial da ilha Graciosa é a que todos sabemos, a verdade é que é obrigação dos poderes públicos decidir e ter políticas que integrem todas as nossas parcelas territoriais e que lhes deem os meios para que elas se possam desenvolver. Mas a verdade é que em relação à Graciosa têm sido apenas promessas, promessas, promessas. Veja-se a Marina da Barra, que, já durante este Plenário, foi referido; veja-se o projeto da Adega; veja-se o falhanço das Termas do Carapacho; veja-se, agora e mais uma vez, a exclusão da Graciosa da ilha lilás.

Mas a Representação Parlamentar do PCP constatou também que a Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa, aliás, concelho cujas fronteiras confinam com a fronteira da ilha, aprovou um voto de protesto exatamente porque a Graciosa tinha sido excluída da ilha lilás.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Linha lilás!

Deputado Berto Messias (PS): Ninguém excluiu a Graciosa da linha lilás!

O Orador: Da linha lilás.

Julgo que a Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa conta com muitos eleitos do PS, julgo, até, que a maioria dos deputados municipais de Santa Cruz da Graciosa são eleitos do PS e que proporcionaram a aprovação deste voto num claro sinal de que esta foi uma decisão errada, foi uma decisão que deixou os graciosenses, deixou a Graciosa excluída, à margem, e foram os próprios deputados municipais do Partido Socialista que deram esse sinal claro e inequívoco ao poder executivo.

E é com esta situação que V. Ex.^{as} têm que se confrontar: ou querem colocar a Graciosa no mapa do Grupo Central e no mapa da região ou querem excluir a Graciosa, que é aquilo que têm vindo a fazer, ao longo destes anos.

A Graciosa enfrenta problemas muito complexos, quer pelo envelhecimento da sua população, quer pela desertificação, quer o problema da escassez de água, quer o problema de investimentos reprodutivos da economia reprodutiva,...

Deputado José Ávila (PS): Era com isso que o senhor se devia ter preocupado!

O Orador: ... que V. Ex.^{as} têm vindo, ao longo dos anos, a adiar. Portanto, a responsabilidade vai inteirinha para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e para o Governo do Partido Socialista. Aquilo que se pretende é a inclusão da ilha Graciosa numa rota que liga todas as ilhas do Grupo Central e isto pode não compensar economicamente, pode, certamente, estar associada alguma despesa,...

Deputado André Rodrigues (PS): Está a falar da linha amarela!

O Orador: ... mas a verdade é que nós estamos a falar de obrigações de serviço público. E será que os graciosenses não têm direito a essas obrigações de serviço público? E V. Ex.^{as} escusam de vir com a desculpa de que há mais toques por via dos ferries de verão que as ligações têm, aumentaram a frequência, porque esses argumentos não colhem. Esta é uma perspetiva diferente, é uma linha para ligar todas as ilhas do Grupo Central e a Graciosa é uma ilha do Grupo Central e V. Ex.^{as} estão a excluir a ilha Graciosa do Grupo Central e da RAA.

Aliás, mesmo em termos de turismo, Sr. Secretário Regional,...

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Fale disso, fale disso que é bom! Sobretudo este ano! 97%!

O Orador: ... este ano, V. Ex.^a vai poder apresentar, daqui a alguns dias, um crescimento das dormidas na ilha Graciosa. Mas é que, o ano passado,...

Deputado José Ávila (PS): Quando desce é mau, quando sobe é o mesmo!

O Orador: ... foi tão mau, tão mau, tão mau, que basta a visita estatutária do Governo Regional à Graciosa, que aconteceu recentemente, para que a estatística aumentasse.

Deputado José Ávila (PS): Mas há outra do mês seguinte: 97% no mês seguinte. Essa foi do mês anterior!

O Orador: Portanto, Sr. Secretário, também não venha com esse argumento. A verdade é que V. Ex.^{as} têm votado a Graciosa ao esquecimento, ao abandono,...

Deputado José Ávila (PS): É falso!

O Orador: ... ao abandono,...

Deputado José Ávila (PS): É falso!

O Orador: ... e os deputados do Partido Socialista eleitos pela ilha Graciosa e pelo círculo eleitoral da ilha Graciosa,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Só há um!

O Orador: ... que eu espero que venham a debate, e justificar perante os graciosenses como é que permitiram, não é que não aprovelem esta iniciativa, como é que permitiram que esta decisão tivesse sido tomada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Como é que V. Ex.^{as} são capazes de encarar os graciosenses?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): É de cabeça baixa!

O Orador: É isso que eu quero perceber nas vossas intervenções.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Está em grande forma!

Deputado Francisco Coelho (PS): Estão todos!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Secretários Regionais:

Nesta minha primeira intervenção, eu quero apenas, de forma breve, felicitar o Partido Comunista Português por duas razões. A primeira razão para felicitar V. Ex.^a, Sr. Deputado Aníbal Pires, pela oportunidade de trazer a esta Casa uma resolução que reflete o sentimento que está presente nos graciosenses unanimemente. É um sentimento unanime de que a Graciosa não pode ficar excluída desta linha lilás.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: E por isso felicito-o pela oportunidade da sua visita oficial à ilha Graciosa ter coincidido precisamente com o momento político em que se alertava para esta situação, que já vem de trás. Também o conselho de ilha da ilha Graciosa chamou à atenção ao Governo para esta situação.

E aqui passo para a segunda razão para o felicitar. É que V. Ex.^a, com esta resolução, vai conseguir uma coisa inédita nesta Casa; V. Ex.^a vai conseguir que o Grupo Parlamentar do PS, se quiser dar voz ao Partido Socialista da ilha Graciosa, se quiser dar voz aos graciosenses, vote contra a opção do Governo de não incluir a ilha Graciosa nesta rota da linha lilás. E por isso está de parabéns, Sr. Deputado, porque vai conseguir uma proeza inédita neste Parlamento.

Muito obrigado.

Deputado José Ávila (PS): Tal frete ele fez! Gente assim eu já conheço há muitos anos!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Ricardo Ramalho.

(*) **Deputado Ricardo Ramalho (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Falamos, então, na Graciosa, com muito orgulho.

A política de transportes numa região arquipelágica como a nossa é determinante e fundamental para alcançar o desenvolvimento harmonioso das nossas ilhas. Neste sentido, o Partido Socialista tem implementado na nossa região uma política de transportes que se tem revelado eficiente e eficaz, tendo em conta a nossa especificidade de região insular, situada no meio do Oceano Atlântico.

Nos últimos anos, e no caso particular da ilha Graciosa, tem-se verificado uma significativa melhoria das acessibilidades, nomeadamente com o aumento das frequências, aumento da disponibilidade de lugares, ajuste de horários e, por via da implementação das novas obrigações de serviço público nos transportes aéreos, verificou-se também uma significativa redução nos preços das passagens aéreas. Exemplo disso mesmo foi a implementação, no ano anterior, do melhor horário de inverno IATA da SATA, que foi somente o melhor horário de sempre que a ilha Graciosa alguma vez teve, com 12 rotações semanais, e que entrou em vigor em simultâneo com a maior redução no preço das passagens inter-ilhas.

Ainda nos transportes aéreos, o atual horário de verão IATA da SATA é também o melhor horário de sempre que a ilha Graciosa teve, provando, assim, o empenho do Partido Socialista na constante melhoria das acessibilidades de e para a Graciosa.

Relativamente ao transporte marítimo de passageiros, e reportando-me apenas à atual legislatura, para além da inauguração da rampa *roll on – roll off* do porto comercial da Vila da Praia, teve um aumento de escalas na ordem dos 40%, tendo em conta que, no ano 2013, tivemos 53 escalas e, no presente ano, estão programados 74 toques, na ilha, no período em que decorre a operação, entre 29 de abril e 19 de setembro, o que, na prática, significa, em média, uma escala a cada 1,9 dias.

Assim, e de acordo com os dados publicados pela Atlânticoline, já foram realizadas uma viagem no mês de abril, dez em maio, 13 em junho, e estão programadas 20 escalas em julho, 22 em agosto e oito em setembro.

Para além do aumento do número de escalas, em 2016, a programação deste ano teve em conta também as Festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres, que decorrem de 11 a 16 de agosto, estando prevista uma ligação diária entre os dias 8 e 16 de agosto, exceto no dia 14, domingo.

Além disso, na segunda-feira, 15 de agosto, o navio atracará na Graciosa às 16h30 e só largará às 23h45, permitindo, assim, às pessoas provenientes de outras ilhas assistirem normalmente à última tourada da feira taurina da ilha Graciosa.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Estes ajustes no horário vêm ao encontro das reivindicações e expectativas dos graciosenses, que, uma vez mais, ficam, assim, integralmente satisfeitos.

Em suma, podemos afirmar que a ilha Graciosa tem vindo, ao longo dos anos, a melhorar as suas acessibilidades, quer ao nível dos transportes marítimos de passageiros, quer ao nível dos transportes aéreos, e os resultados estatísticos assim o demonstram, pois, de acordo com os últimos dados do Serviço Regional de Estatística dos Açores, relativamente ao desembarque de passageiros, a ilha Graciosa teve um aumento superior a 20%, no primeiro semestre de 2016, e, segundo os mesmos dados, o mês de junho foi histórico para o aeródromo da Graciosa,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas vai votar a favor ou contra?

O Orador: ... tendo o número de passageiros batido o record dos seus 35 anos de operação,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vai votar a favor ou contra? Diga lá!

O Orador: ... ou seja, em junho de 2016, desembarcaram 2329 passageiros, o que corresponde a uma variação homóloga positiva de 40%.

É certo que uns entenderão que é sempre pouco, por sinal, os mesmos de sempre;...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Diga lá!

O Orador: ... os mesmo que quando estavam no Governo dos Açores a ilha Graciosa nem tinha aviões todos os dias, muito menos havia vários voos por dia e o preço das passagens era exorbitante.

Relativamente aos transportes marítimos de passageiros, nem podemos falar, pois, em 1996, quando o Partido Socialista venceu as eleições, simplesmente não existiam.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários Regionais: Muitos dos argumentos que podia utilizar já foram utilizados na discussão do ponto anterior, no entanto, eu gostaria de dar aqui duas ou três notas, nomeadamente em relação àquilo que já tive oportunidade de aqui dizer, o reforço que foi efetuado, em termos de ligações, do transporte sazonal com a Graciosa, disponibiliza cerca de 46700 lugares para o período sazonal deste ano, assim como a capacidade de transporte de 13100 viaturas. Isto, do ponto de vista da oferta, supera em muito aquilo que é atualmente a procura.

Ao longo desta legislatura, também por várias vezes se ouviu, nesta Casa, os Srs. Deputados, e bem, dizerem que era necessário racionalizar os meios que estavam disponíveis, nomeadamente evitando que houvesse duplicação de viagens entre aquilo que era o transporte sazonal e aquilo que era o transporte regular nas ilhas do triângulo.

Julgo que esta premissa, quanto a mim, está correta, também se aplicará a ligações a outras ilhas, nomeadamente à Graciosa, daí que o que quero depreender desta proposta do PCP, aquilo que se está aqui a preconizar é que as atuais ligações que, hoje, já estão previstas no âmbito do transporte sazonal de passageiros, que ligam a Graciosa à Terceira e às restantes ilhas do Grupo Central, como já foi aqui dito, devem ser substituídas pelos barcos de 40 metros, em detrimento dos barcos de maior dimensão. Isto claramente não responde àquilo que são os índices de procura e, portanto, achamos que é claramente desajustada esta proposta, porque aquilo que está aqui preconizado e na lógica do que foi sempre defendido por esta Casa, e bem, de haver uma racionalidade dos meios, não haver sobreposição de oferta do transporte regular com o transporte sazonal. Julgo que é isto que está aqui proposto e não será, naturalmente, aquilo que é pretendido por todos os Srs. Deputados, ou seja, ninguém pretende que haja uma redução da disponibilidade de lugares, tanto de passageiros, como de viaturas, nas ligações que são efetuadas no período sazonal entre a Graciosa e a ilha Terceira e entre a Graciosa e as restantes ilhas do Grupo Central. Porque todas as ligações que são efetuadas com a Graciosa no âmbito do transporte sazonal fazem esta ligação com a Terceira e com as restantes ilhas do Grupo Central.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, afinal, parece-me ter que retirar a segunda parte das felicitações que lhe enderecei, porque, segundo depreendi do discurso do Sr. Deputado Ricardo Ramalho, aparentemente, o Partido Socialista, afinal, vai chumbar esta proposta, porque os argumentos utilizados são os mesmos que utilizaram para chumbar a proposta anterior. Portanto, é uma pena que assim seja.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ficamos amigos na mesma, Sr. Deputado!

O Orador: É uma pena que assim seja, porque, como sabem, foi aprovado um voto de protesto na Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa, com a abstenção dos deputados municipais do Partido Socialista, voto esse que foi distribuído por todas as Sras. e Srs. Deputados. Mas o Partido Socialista, aparentemente, ficou embaraçado com essa aprovação e teve que, no dia seguinte, fazer um comunicado a esclarecer o seu sentido de voto. E eu vou só citar aqui um parágrafo desse comunicado: “Os membros do Partido Socialista na Assembleia Municipal optaram pela abstenção,...”, eu estou a citar, “... uma vez que não concordam na íntegra com o voto de protesto, mas, sim, no fundamental, ou seja, que seria a integração da Graciosa na referida rota”. Ou seja, daquilo que foi o voto de protesto apresentado, na Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa, o Partido Socialista da Graciosa, pelo menos os seus deputados municipais, só concordavam com uma coisa, que era a integração da Graciosa na rota linha lilás, operada pela Atlânticoline. Portanto, das duas, uma, ou o senhor deputado que interveio antes de mim está-se pouco marimbando, perdoem-me a expressão, para aquilo que pensam as pessoas da Graciosa ou, então, só sabem o que é que é bom para a Graciosa aqueles que lá não vivem, porque os senhores acham que tudo o que é bom para a Graciosa os senhores é

que sabem e as pessoas que lá estão ninguém sabe o que é que é melhor. Mas isto tem um histórico.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Não é verdade!

O Orador: Há aqui um histórico nesta situação. Há um ano, isto foi discutido, este assunto, porque há um ano esta linha funcionou para a ilha Terceira e a justificação foi precisamente a mesma. Não! A Graciosa vai ficar melhor servida com mais toques por parte dos navios fretados sazonalmente. E eu pergunto: então, se isso aconteceu, o ano passado, se a Graciosa ia ser melhor servida, o que é que se passa na cabeça das pessoas da Graciosa, dos do conselho de ilha, das pessoas que fazem parte do conselho de ilha, dos deputados municipais do Partido Socialista, de todas as pessoas que reivindicam esta entrada da Graciosa nesta rota, para, do ano passado para este ano, terem mudado de opinião, outra vez? É porque este ano, outra vez, queremos a Graciosa inserida nesta rota. Portanto, há aqui alguma coisa que não está bem e o que não está bem é que, no meio desta situação, há dois navios fretados pela região para a operação sazonal, um deles, mais recente, um navio mais moderno, que é o Paraguana, vai quatro vezes à Graciosa durante toda a operação, quatro vezes, faz quatro toques na Graciosa durante toda a operação. E, portanto, a Graciosa fica entregue a um navio que está a cair aos bocados, que já avariou o ano passado e que prejudicou seriamente a operação. Portanto, basta uma pequena avaria nesse navio para a Graciosa ficar outra vez dependente de nada, de soluções de recurso, de falta de fiabilidade na operação. Portanto, para a Graciosa o que os senhores querem é dar os restos, dar o pior que existe, dar aquilo que sobra. Eu percebo isso, porque esse pensamento político do Partido Socialista não é novo. Também, há cerca de um ano, os senhores achavam que um deputado, só porque era da Graciosa, não podia presidir a uma Comissão de Inquérito sobre transportes marítimos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Bem lembrado!

O Orador: E, portanto, os senhores acham realmente que a Graciosa nada tem a ver com transportes marítimos. É isso que os senhores pensam.

Mas também há mais.

Deputado José Ávila (PS): Não era por ser da Graciosa! O senhor está a faltar à verdade!

Deputado Luís Rendeiro (PDS): Então, era perseguição pessoal! Que ainda é pior!

Deputado José Ávila (PS): Se for a falar a nível pessoal!

O Orador: É que quando se invocam essas razões, quem fica sempre a perder...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Concretize lá isso, Sr. Deputado!

O Orador: ... é a ilha Graciosa, mas estamos habituados a isso, estamos habituados a que as pessoas que era suposto, no Partido Socialista, defenderem a ilha Graciosa ponham-se sempre do lado...

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: ... do Governo.

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: O problema...

Quando se acalmarem e quiserem fazer uma pesquisa sobre as razões que invocaram para não quererem deputados da Graciosa a presidir uma Comissão sobre transportes marítimos, estejam à vontade, que eu conheço bem o histórico, como sabem, eu era o visado.

Mas deixem-me dizer-vos que isto não é inédito, esta vossa posição, principalmente do deputado eleito pela ilha Graciosa nas listas do Partido Socialista, não é inédita. É que, há um ano, quando apresentámos um voto de protesto sobre as termas estarem fechadas, o Partido Socialista votou contra com uma justificação: era oportunismo político, porque as obras nas termas iam começar. Um ano depois, está tudo na mesma, não aconteceu nada. É sempre a mesma coisa.

(Aplausos dos Deputados do PSD)

Quando o PSD vem falar e defender os problemas da Graciosa, quando houve falta de medicamentos, nunca se ouviu a voz do Partido Socialista; quando denunciámos problemas de acesso a cuidados de saúde, nunca se ouve a voz do Partido Socialista; quando denunciámos os prejuízos para os pescadores na distribuição de quota pelas ilhas, nunca se ouve a voz do Partido Socialista; nunca o Partido Socialista defende a ilha Graciosa, estão sempre ao serviço dos diretórios partidários, das ordens dos membros do Governo...

Deputado José Ávila (PS): É mentira!

O Orador: ... e daquilo que vos interessa em termos de gestão da frota da Atlânticoline ou de qualquer outro assunto que diga respeito à Graciosa.

Deputados Bruno Belo e Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Com este Governo, desculpem que vos diga, a Graciosa, tal como disse o partido que apresentou esta proposta, é uma ilha adiada, é uma ilha esquecida, é uma ilha isolada, é uma ilha que cada vez tem perdido mais em termos das suas potencialidades.

Com este Governo, temos o pior Governo de sempre para a ilha Graciosa e temos, infelizmente, apenas, alguns a defender a ilha Graciosa nesta Casa e não são eles os deputados do Partido Socialista.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria começar por agradecer ao Deputado João Costa os cumprimentos que me endereçou na primeira intervenção e dizer ao Deputado Ricardo Ramalho que concordo com a generalidade da sua intervenção, da importância dos transportes marítimos e aéreos numa região insular e arquipelágica como a nossa e até das melhorias que, efetivamente, sofreu o transporte marítimo e aéreo na região. Concordamos, aliás, já o afirmei aqui por diversas e variadas vezes.

Já não concordo, nem consigo, Sr. Deputado, nem com o Sr. Secretário Regional, é com a confusão, não que estão a fazer, porque eu sei que distinguem isto, mas que estão a tentar introduzir nesta discussão. É que uma coisa é a operação sazonal feita pelos ferries, de verão, outra coisa é a linha lilás, e, portanto, que são operações com características diferentes, com públicos diferentes e com objetivos diferentes, ainda que se trate do mesmo tipo de oferta. Mas não é a mesma coisa, tem características diferentes.

Depois, há aqui uma questão que... Eu, como perceberam, portanto, não entrei em detalhes relativamente como é que seria, quantos toques, uma vez por semana, duas, se seria num sentido, se seria no outro, não entrei nesses detalhes exatamente porque julgo que não o deveria fazer e, por outro lado, porque aquilo que estou a recomendar é para que se tomem as medidas necessárias para que ainda, durante o verão, a Graciosa possa ser incluída na linha lilás. Portanto, não entrei nesses detalhes.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O mapa socialista!

O Orador: Não há mapa socialista, há o mapa do PS!

Mas, Sr. Secretário, eu gostava de fazer-lhe uma pergunta e V. Ex.^a estará, certamente, habilitado a fazê-lo e, se não estiver, facilmente conseguirá a

informação que eu lhe vou pedir. Quantas horas está atracado, antes de reiniciar viagem, o navio (É navio, não é, Sr. Comandante?) na Terceira?

Deputado José Ávila (PS): E quantas horas de descanso precisam ter as tripulações?

O Orador: Eu, depois, gostaria de saber quantas horas é que o navio está atracado na Terceira. Mas peça, por favor, peça! Peça...

Deputado José San-Bento (PS): Também quer saber a grossura dos cabos?

O Orador: Não, senhor. Muito obrigado, isso eu dispenso, não sou técnico, não quero ser, a minha missão e aquilo para que estou mandatado é para defender os açorianos, seja na Graciosa, seja em São Jorge, seja em São Miguel. Portanto, gostaria de saber qual é a resposta à pergunta que lhe fiz.

E, Sr. Secretário Regional, assumam de uma vez por todas que o problema da exclusão da Graciosa da linha lilás tem apenas a ver com um argumento, que é um argumento que não é aceitável e que é: não vale a pena porque custa dinheiro.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: Não vale a pena. Esse é o argumento, Sr. Secretário: não vale a pena! Oh, Sr. Secretário, vale a pena não deixarmos quatro mil Graciosenses à margem e é isto que o Partido Socialista está a fazer.

Há aqui uma questão que, de facto, é incontornável e eu tenho de voltar a referi-la. Os deputados municipais só não votaram favoravelmente o voto de protesto, porque não gostaram muito de alguns considerandos, mas no que era fundamental, e o que é fundamental naquele voto é a inclusão da Graciosa na linha lilás, aí os deputados municipais do Partido Socialista concordam.

Portanto, V. Ex.^{as} estão aqui com um problema para resolver.

Deputado André Bradford (PS): Olhe que não!

O Orador: Mas, como eu não sou procurador do PS, esse problema terão V. Ex.^{as} de o resolver...

Deputado José Ávila (PS): Estou cá para isso!

O Orador: ... e os resultados veremos depois, no dia 16 de outubro, o que é que vai acontecer.

Deputado José Ávila (PS): É o que vamos ver!

O Orador: Pode ser que V. Ex.^{as} tenham algumas surpresas relativamente à Graciosa. É que os graciosenses começam a estar fartos,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já estão! Muito!

O Orador: ... fartos da asfixia que é feita...

Deputado José Ávila (PS): Da oposição!

Deputado Luís Maurício (PSD): Da oposição socialista!

O Orador: ... na Graciosa, da pressão que se exerce sobre os cidadãos. Mais!

Deputado José Ávila (PS): Sr. Doutor, bem-vindo ao debate. Fale dos seus doentes da Graciosa!

O Orador: E começa a estar farta de ser excluída. Os graciosenses são açorianos e têm estado à margem, porque V. Ex.^{as} fizeram muito investimento público na Graciosa,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nestes quatro anos, olhe que não!

O Orador: ... mas não fizeram aquilo que era essencial. Não têm investimento nos graciosenses e no capital endógeno da Graciosa. Não o fizeram e por isso mesmo a Graciosa está na situação em que está e que os graciosenses começam a estar fartos. Certamente se lembrarão daquilo que aconteceu com Santa Maria, há muitos anos. Certamente se lembrarão! V. Ex.^{as} estão a correr exatamente esse risco.

Deputado José Ávila (PS): E o projeto?

O Orador: O projeto, Sr. Deputado José Ávila, é muito simples: que o Governo Regional faça o esforço necessário para que a Graciosa seja incluída na linha lilás.

Deputado José Ávila (PS): Este ano!

O Orador: Este ano!

É tão simples como isto. Uma vez por semana, duas, o que entenderem. Incluam a Graciosa. Deem aos graciosenses esse sinal, pode ser só um sinal, mas deem-lhes esse sinal. É isto, um sinal aos graciosenses que podem acreditar que o futuro pode ser diferente e que aquela ilha pode ser incluída no mapa da RAA.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado André Bradford (PS): Quem o ouve falar até parece que o senhor tem lá muitos votos!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Ávila, tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários Regionais:

Eu queria dizer ao Sr. Deputado Aníbal Pires, que agora transformou as suas visitas em visita estatutária, acho bem, suponho que é uma visita oficial,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas não está consagrada no Estatuto?

O Orador: Está consagrada! Exatamente!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ah! É porque se está consagrado no Estatuto é estatutária!

O Orador: O senhor pode chamar aquilo que quiser.

Mas eu queria dizer que o senhor, de facto, vai lá e às vezes acompanho-o, não foi o caso desta vez, e o senhor diz até nos seus comunicados que ouviu diretamente a população, durante aqueles dias que lá esteve, para ouvir as suas preocupações, mas eu queria dizer, e até digo isto com alguma humildade, que o senhor vai lá uma vez por ano, está lá dois dias e ouve, efetivamente, a população. Há quatro pessoas aqui, nesta Assembleia, que estão lá 365 dias e que ouvem diariamente a população, ouvem os seus problemas e, à sua maneira,

tentam resolver as suas situações. Portanto, queria dizer-lhe isto para o senhor não ficar convencido que pelo facto de ir à Graciosa um dia que o transforma no artista preferido dos graciosenses.

Deputado Pedro Moura (PS): Muito bem!

O Orador: Não é o caso.

Relativamente à maneira que o Sr. Deputado João Costa se refere à questão de como é que se ouve a nossa voz, pois, Sr. Deputado, o que eu oiço os membros do Governo dizerem é que “quem nos dá trabalho são os nossos”. Portanto, por aí, já poderá saber o que é que acontece.

É evidente que a nossa postura perante as nossas comunidades, estando na posição ou na oposição, é diferente, mas já era assim quando o PSD estava no Governo, era exatamente a mesma coisa e as críticas são nesse sentido.

O Sr. Deputado não pode, nem deve, acho eu, pensar que defende a Graciosa melhor do que os outros todos. Sr. Deputado, isso não acontece, o senhor não tenha essa ideia.

Também queria dizer que, embora o Sr. Deputado tenha dito em aparte que o Sr. Deputado Ricardo Ramalho não era eleito pela Graciosa, eu queria dizer-lhe que o Sr. Deputado Ricardo Ramalho tem todo o direito de falar na Graciosa como tem qualquer outro deputado desta Casa, inclusivamente o Sr. Deputado Paulo Estêvão,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu também!

O Orador: ... o Sr. Deputado Jorge Macedo e o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Relativamente à questão da Graciosa adiada,...

Deputado Bruno Belo (PSD): O Valdemiro também foi eleito pela Graciosa!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ele vive numa ilha lilás!

O Orador: Eu disse que eram quatro, nesta Casa. Muito obrigado, mas o senhor estava desatento.

... eu gostaria era que voltássemos um pouco atrás para saber o que era a Graciosa.

Aqui, há bem pouco tempo, nós tínhamos uma lixeira a céu aberto na cabeceira de uma pista, tipo Terceiro Mundo. Isto só se encontra no Terceiro Mundo. Nós tínhamos na Graciosa, já não temos, já se acabou com isso.

Mas queria dizer outra. Viver numa ilha adiada era viver numa ilha onde, por exemplo, os autarcas queriam mandar abater os animais errantes à pistola, isso é que era viver no Terceiro Mundo, quase.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Também queria dizer que uma ilha isolada e uma ilha adiada é quando não tinha barco nenhum, não tinha navio nenhum,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E agora, onde é que estão os barcos?

O Orador: ... nem para trás nem para a frente nem em linha nenhuma, de cor nenhuma. E não é há muitos anos, meus amigos.

Também queria dizer que a Graciosa era uma ilha isolada quando, por exemplo, não tinha avião nem ao sábado nem ao domingo...

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Pois, claro! Isso é que era um atraso!

O Orador: ... e os autarcas locais, todos do PSD, diziam que isso era um bom motivo para aumentar as estatísticas das dormidas. Vejam só o que era, de facto, uma ilha adiada e nas mãos de quem estava!

É evidente que agora, quando se passa para a oposição, é exigências atrás de exigências. É claro! Nós gostaríamos de ter mais toques, é evidente que gostaríamos de ter mais toques,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Estamos na oposição há 20 anos! Não sei se é tempo suficiente para exigir alguma coisa!

O Orador: ... mas eu vou voltar aqui à questão do projeto, que é o que está em causa, que tem a ver... Mas antes também queria dizer ao Sr. Deputado Aníbal Pires: eu confesso que se o senhor ainda tivesse aqui, na Assembleia, que

duvido, quando fosse inaugurada a marina, a Adega e as Termas do Carapacho, quando ficassem com o seu problema resolvido, eu gostaria muito de o convidar para a inauguração, mas eu suponho que o senhor não vai estar aqui nessa altura. Tenho muita pena.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): O senhor é que convida?

O Orador: Relativamente ao que se passa na Graciosa, na questão do voto de protesto...

(Burburinho geral)

O Orador: Oh, Sra. Presidente, assim eu não tenho condições para continuar!

... que foi apresentado à Assembleia pelo PSD, nós temos uma particularidade, é que cada um pensa pela sua cabeça, nós temos essa vantagem. Não temos o problema, Sr. Deputado Aníbal Pires, não é o Comité Central que diz como é que devemos fazer; nós temos esta particularidade, cada um pensa por si e se os meus colegas resolverem viabilizar aquele voto de protesto, eu não tenho nada contra. Portanto, é assim que funcionamos. Eu sei que no seu partido é muito mais complicado, mas o senhor vai ter que aprender a viver em democracia, vai ter que aprender isso.

Mas voltando aqui à questão do voto, muito embora nós... O preâmbulo de um projeto não é votado, eu já sei, mas há aqui uns considerandos que convém esclarecer. Por exemplo, diz lá que a situação da Graciosa, aliás, “a situação geográfica da ilha Graciosa impõe constrangimentos profundos”. Sim, senhor, Sr. Deputado, estamos os dois do mesmo lado, é verdade. A ilha Graciosa está a norte do Grupo Central, fora das rotas lineares, mas esse facto por si só não pode ser considerado uma fatalidade. Aliás, há outros sítios, eu não sei a sua freguesia qual é, mas de certeza que deve haver zonas da sua freguesia que devem ter também algum problema. É o caso das fajãs de São Jorge, também

têm problemas, têm condicionalismos diferentes, o Nordeste, as próprias Flores e o Corvo, têm constrangimentos diversos. É verdade, a Graciosa também tem, não podemos fugir.

E tanto é assim que o Governo tem feito um esforço, e eu aqui corro o risco de repetir algumas coisas que já foram ditas, para compensar alguns constrangimentos nos transportes e isso ninguém pode negar, porque é visível. O número de voos, por exemplo, aumentou de 450, em 2013, para 634, em 2016, um aumento de 41%; os lugares oferecidos aumentaram 40%; a capacidade de carga aumentou 42%. É falso, por exemplo, o Sr. Deputado, aqui, nos considerandos, dizer que as ligações aéreas da Graciosa e para a ilha Terceira não dão resposta suficiente às necessidades dos graciosenses. Oh, Sr. Deputado, pelo amor de Deus! Vá ver as estatísticas e retire isso. O senhor não pode dizer uma coisa dessas, isso é uma barbaridade, sabendo as taxas de ocupação que existem nos transportes aéreos de e para a Graciosa. Oh, Sr. Deputado, isto assim é atirar coisas para o ar à sorte.

Neste momento, Sr. Deputado, temos 14 rotações semanais, nunca tivemos uma situação destas.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: O senhor diz que também os transportes marítimos não dão resposta suficiente. Oh, Sr. Deputado, o Sr. Deputado Ricardo Ramalho já disse que, em 2016, nós temos 74 toques, dá um toque por cada 1,9 dias. É claro que podia ser mais, podia, é evidente que podia. Podiam ser dois toques diários, podia ser mais, é claro que podia. Aí estamos de acordo. Mas também é falso o senhor dizer que a Graciosa, pelo facto de não ser servida pela linha lilás, afeta as ligações com São Jorge, Pico e Faial. O senhor diz isso no seu preâmbulo. Sr. Deputado, dos 74 toques que os barcos dão na Graciosa, cinco fazem vai e vem com a Terceira; oito passam duas vezes na Graciosa, no mesmo dia, uma vez da Terceira e outra vez do Faial, Pico e São Jorge. Dos outros 69 toques, um

número curioso, cerca de metade faz Faial, Pico, São Jorge e depois vai para a Graciosa e os outros fazem exatamente ao contrário, isto no mesmo dia. Oh, Sr. Deputado, o que o senhor diz aqui, que os transportes não são suficientes, não é verdade! O senhor pode dizer que era bom a Graciosa estar incluída na linha lilás. Sim, senhor, o senhor tem toda a legitimidade para dizer isso, mas não pode é arranjar argumentos desses, porque não são corretos,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... Sr. Deputado, o senhor não os pode fazer, porque corre o risco de, depois, quando se souber estas coisas o senhor ficar mal visto.

Para além disto, Sr. Deputado, o transporte de mercadoria. Vamos ao transporte de mercadoria. Temos uma ligação quinzenal com Lisboa, como é sabido, do Serviço de Capotagem Insular, e temos duas ligações semanais com a Terceira, no verão, e uma semanal com a Terceira também do tráfego local; a partir da Terceira, temos ligações para todas as ilhas.

Relembro que todos os anos o Governo, na elaboração dos horários, tanto dos transportes marítimos como dos transportes aéreos, faz um esforço para introduzir algumas melhorias. É verdade que algumas vezes tivemos problemas, eu reconheço que tivemos problemas, mas o que temos que fazer, todos os dias, é tentar corrigi-los, e isso temos feito. Ainda existem problemas para resolver? Está tudo bem? Não está! É evidente que não está.

Vamos à parte resolutiva, que parece que ninguém falou. O PCP quer que a Assembleia recomende ao Governo que tome medidas necessárias para que, ainda durante este verão, a Graciosa passe a fazer parte das ilhas tocadas pelos navios da Atlânticoline, no âmbito da sua linha lilás, com a frequência e horários adequados. Bem, Sr. Deputado, o senhor diz, também no preâmbulo, que esta exclusão da Graciosa não tem nada a ver com problemas técnicos e eu pergunto ao PCP, porque quando se faz uma proposta tem que se estudar aquilo que se está a trabalhar, o senhor já desenhou um horário para estas ligações da

maneira que propõe? E quantos toques é que propõe desta linha com a Graciosa? Para saber se é possível, porque a gente tem que saber se o senhor o que pede para fazermos aqui é exequível, porque se não for exequível, a gente não pode votar a favor, nem ninguém consciente.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Pergunto também, neste momento, e com a proposta que o senhor faz, este ano, eu volto a referir, o senhor pede para este ano, não pede para o ano,...

Deputado André Bradford (PS): Para o ano não há eleições!

O Orador: eu quero saber quantas viaturas é que os navios da linha lilás podem levar da Graciosa para a Terceira e vice-versa. Estas são duas perguntas que eu gostava...

Eu pergunto ainda mais. Há tempo útil para, ainda este ano, alterar os horários, quando se sabe que a Atlânticoline é, muitas vezes, criticada por apresentar os horários fora de tempo, nomeadamente no mês de fevereiro, como aconteceu o ano passado? Houve grandes críticas relativamente a isso.

Sr. Deputado, eu, depois destas perguntas e sem esperar pelas respostas, vou dizer-lhe uma coisa, porque a gente esteve a fazer contas: esta proposta não é exequível; esta proposta é extemporânea; esta proposta é demagógica; esta proposta é eleitoralista; esta proposta é irresponsável.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

O Orador: Eu vou passar a explicar.

(Aplausos do Deputados do PS e dos Membros do Governo)

E passo a explicar, Sr. Deputado.

É inexecuível, porque não é possível, numa altura destas,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito arrogantes!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Alteraram para uma festa!

O Orador: ... alterar, não é possível a meio de uma operação alterar os horários,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muita arrogância! Um bocadinho mais de humildade!

O Orador: ... porque os operadores,...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... não é possível a meio, exatamente a meio de uma operação, alterar os horários com muitas vendas já feitas, não é possível. O que o senhor queria era alterar horários a partir de agora, que não há uma outra maneira de fazer isso.

Esta proposta é extemporânea, porque, para ter alguma eficácia, o senhor devia-a ter feito há um ano, mas eu sei por que é que o senhor fez agora, sei perfeitamente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eu fiz há um ano!

Deputado André Rodrigues (PS): Onde é que está essa proposta?

O Orador: É demagógica, porque o senhor vem para aqui com esta proposta precisamente para iludir as pessoas de uma coisa e, afinal, isto é outra. E digo que é eleitoralista e até digo populista, porque significa que o PCP só a apresenta, neste período, a pensar em arrecadar uns votos e para fazer o frete a alguém.

E, por fim, eu digo que é irresponsável por ser uma proposta feita por um partido político que sabe que esta proposta, apresentada desta maneira, nunca poderia ser aprovada numa casa destas.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos do Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, prescindo para que o Sr. Deputado Aníbal Pires possa responder adequadamente a um discurso deste tipo, absolutamente arrogante e inaceitável.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas, antes de mais, um pequeno esclarecimento para que não fique no ar qualquer dúvida. Todos podem, e eu agradeço, defender, falar e tratar dos assuntos da Graciosa. Quem me dera a mim que em todas as Sessões Plenárias houvesse deputados, fossem eles quais fossem, a falar da Graciosa, que bem precisa.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Há um que não fala! Há um que não está cá, está de férias!

O Orador: Portanto, não há cá qualquer monopólio do PSD sobre esse assunto. Aliás, quando eu referi que os únicos que defendiam a Graciosa eram os outros, eram todos os outros, menos o Partido Socialista, conforme ficou provado neste momento. O que ficou provado depois da intervenção do Sr. Deputado José Ávila é que é lamentável que o Sr. Deputado não seja capaz de defender com garra a sua terra, a sua ilha, para que a sua ilha deixe de ficar adiada,...

Deputado André Rodrigues(PS): Isso não é verdade!

O Orador: ... deixe de ter o problema de desertificação que tem e deixe de ser uma ilha isolada no contexto do Grupo Central, no contexto dos Açores. Isso é lamentável.

Deputado Duarte Moreira (PS): Os graciosenses sabem que isso não é verdade!

O Orador: É curioso. O Sr. Deputado diz que, agora, na oposição, nós reivindicamos tudo. Agora, na oposição?! Oh, Sr. Deputado, os senhores estão no Governo há 20 anos! Já é tempo de a gente poder reivindicar alguma coisinha, ou não? Os senhores já estão no Governo há 20 anos; deixe-nos lá reivindicar uma coisinha, porque acho que temos também esse direito.

Só faltou o senhor dizer que quando a Graciosa não tinha internet a culpa era nossa!

Deputado André Bradford (PS): Foi ideia sua a internet?

O Orador: Só faltou mesmo o senhor dizer isso. É que o senhor disse para aí tanta coisa que não havia no século passado,...

Deputado José Ávila (PS): Os animais errantes!

O Orador: ... que só faltou dizer que não havia internet por culpa nossa.

Também disse que o Governo se queixa (nunca ouvi, defeito meu) muito que os senhores lhe dão muito trabalho. Oh, senhor, onde é que está o trabalho do Governo? É que, nos últimos quatro anos, o senhor tem uma obra para poder afirmar que foi feita na Graciosa, uma! Uma estrada, logo por azar uma estrada que são os senhores que se queixam que foram retiradas dos fundos comunitários. Enfim!

Deputado Ricardo Ramalho (PS): E a creche?

O Orador: A creche é da legislatura passada, senhor. Tome atenção! É que a creche é da legislatura passada. Tome atenção àquilo que diz, tenha lá calma!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Em quatro anos, este foi o Governo que menos fez pela Graciosa, este foi o Governo que mais afastou a Graciosa. Por alguma razão, o Conselho de Ilha da ilha Graciosa elegeu, nesta visita estatutária, o principal problema da

ilha a desertificação humana, por alguma razão! Porque há um total insucesso das vossas políticas em fixar pessoas na Graciosa.

Deputado André Bradford (PS): Como é que se resolve? Diga lá!

O Orador: Os senhores não conseguem implementar políticas, porque estão deixando a Graciosa para trás e isso, infelizmente, é aquilo que todos os graciosenses sentem.

O senhor tem razão numa coisa: houve um aumento grande do número de voos.

Deputado André Bradford (PS): É só deitar a baixo!

O Orador: Nunca ouvi um deputado do Partido Socialista, nesta Casa, pedir aumento de voos para a Graciosa. A realidade é essa. Nunca o Partido Socialista pediu aumento de voos; foram sempre os outros deputados;...

Deputado Duarte Moreira (PS): Não é verdade!

O Orador: ... foram sempre os outros partidos que reivindicaram, todos os anos, ano após ano, no verão IATA, no inverno IATA, queixando-se dos horários, alertando o Governo para os maus horários. Sempre os outros! Mas há um problema que o Sr. Secretário também não falou: as obrigações de serviço público aumentaram, de facto, a frequência de voos, mas também não faz depender essa frequência de voos do futuro da taxa de ocupação? Não está lá a taxa de ocupação como condição? Atenção,...

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): É incremento da oferta!

O Orador: ... porque, daqui a um ano,...

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): É um incremento de oferta! Isso é mentira!

O Orador: ... se aquelas obrigações de serviço público fizerem depender a taxa de ocupação da frequência de voos,...

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Isso não é verdade!

O Orador: ... vamos andar para trás novamente.

E, portanto, é um alerta que eu deixo.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Onde é que isso está escrito?

O Orador: Naqueles folhetos que foram enviados sobre as obrigações de serviço público...

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Não é verdade!

O Orador: ... que era preciso ter cuidado de não fazer depender a taxa de ocupação da frequência de voos.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Não é verdade! Onde é que está?

O Orador: E é verdade. O aumento de voos aumenta, de facto, o desembarque de passageiros. Óbvio! Nós andamos a dizê-lo há anos e, de facto, passámos de uma média de 30 voos para uma média de 50, e ainda bem, porque era isso que nós queríamos, foi isso que nós pedimos durante anos e, finalmente, aconteceu.

Deputado José Ávila (PS): Oh, senhor, pelo amor de Deus! Isso é demagogia! Demagogia mentirosa!

O Orador: Portanto, deixa-nos satisfeito e com isso também queremos dar nota dessa satisfação.

Outra coisa, para terminar, que o Sr. Deputado José Ávila disse e que devia ter tomado atenção ao que disse. Disse ao Sr. Deputado Aníbal Pires, “Se o senhor tivesse feito esta proposta há um ano, agora, podíamos estar a implementá-la”, ou qualquer coisa do género,...

Deputado José Ávila (PS): Não foi isso que eu disse!

O Orador: ... que devia ter feito esta proposta há um ano para ser implementada este ano.

Deputado José Ávila (PS): Isso é outra coisa!

O Orador: Nós falámos disto há um ano. Pode não ter entrado uma proposta formal, mas o senhor escusou-se, na Graciosa, juntamente com o Partido Socialista da Graciosa ou, pelo menos, o líder do Partido Socialista na Graciosa, a dizer que não era preciso, não fazia falta, estávamos melhor servidos com o Santorini. Pois, vê-se agora que tudo isso não era verdade.

Eu queria, realmente, lamentar estas desculpas frequentes, recorrentes, habituais e cansativas para continuarem a pôr a Graciosa de parte.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Enfadonhas, até que já são!

O Orador: Os senhores lançaram um concurso público, internacional para a aquisição de dois navios financiados por fundos comunitários para adquirir o Gilberto Mariano e o Mestre Simão e esse título desse concurso era “Aquisição de dois navios para o transporte de passageiros e viaturas no Grupo Central”, no Grupo Central! E os senhores excluíram a Graciosa do Grupo Central de uma forma vergonhosa e definitiva e isso não é aceitável e só quando os senhores saírem do Governo podemos corrigir essa situação.

(Aplausos dos Deputados do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao contrário do que possa...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pensa que me assusta com os seus apartes?

Deputado André Bradford (PS): Quem fez a sondagem foram vocês!

(Pausa)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia algum silêncio para que o Sr. Deputado Aníbal Pires pudesse fazer a sua intervenção.

O Orador: ... parecer e, aliás, aqui, neste Plenário, isso não transparece, certamente, mas, digamos, é uma qualidade que me é reconhecida por quem me conhece bem é que eu tenho uma, ouço, sei ouvir. Aliás, gosto mais de ouvir do que falar, embora, como disse, ninguém diria, aqui, no Plenário. E, talvez por isso, vou só uma vez por ano à Graciosa,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E faz muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: ... mas consigo ouvir aquilo que quem lá reside e vive 365 dias por ano, ou à volta disso, não consegue. Não consegue ouvir o descontentamento dos seus conterrâneos e se calhar é por aí que reside a diferença, é na capacidade de ouvir e na capacidade de interpretar e propor, dar voz àquilo que nos é transmitido.

Oh, Sr. Deputado José Ávila, eu, sabe, tenho muita consideração por si e não vou, de maneira nenhuma, responder-lhe da mesma forma, utilizando os argumentos que V. Ex.^a utilizou comigo,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... que foram desde o funcionamento interno do PCP...

Deputado José Ávila (PS): O senhor falou do funcionamento interno do PS!

O Orador: ... ao facto de prever que eu não estaria cá para a inauguração quer da Marina da Barra, quer das Termas do Carapacho,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Só se for por uma questão de idade! Não é eterno!

O Orador: ... quer da Adega, eventualmente,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Só se for por uma questão de idade! O senhor não é eterno!

O Orador: Eu não estou... V. Ex.^a utilizou os argumentos, eu só estou a... Eventualmente não estarei, isso depende do povo açoriano, mas depende de uma outra coisa (Não, não! Depende de uma outra coisa!), é que depende da concretização das obras. Há oito anos, o projeto da Adega Cooperativa era uma realidade. A primeira pedra foi lançada o ano passado e as obras começaram uns diazinhos antes do Governo Regional lá ter ido. Portanto, eu não espero estar cá daqui a oito anos e, portanto, é bem possível que eu não esteja para... Mas, oh, Sr. Deputado José Ávila, até pela amizade que nos une, pode convidar-me mesmo eu não estando aqui. Está bem?

Deputado José Ávila (PS): Sim, sim!

O Orador: Então, convide-me, que eu irei com todo o gosto à inauguração da Marina da Barra, da Adega, e das Termas do Carapacho e ofereçam-me lá, depois, umas massagens nas Termas do Carapacho.

Mas V. Ex.^a ainda utilizou um outro argumento, que tem a ver com a questão do transporte aéreo, que eu, aliás, referi que aumentou de qualidade. Sr. Deputado José Ávila, já agora, vamos lá, nunca ouviu dizer que os graciosenses não estão muito satisfeitos com o facto das ligações para a Terceira e, depois, para São Miguel, para quem quer viajar para o exterior e quem quer viajar para o continente? Nunca ouviu essas queixas? É que eu ouvi. Mas, Sr. Deputado, não há dúvida nenhuma que melhoraram significativamente as ligações aéreas com a Graciosa.

Deputado José Ávila (PS): E pode melhorar mais!

O Orador: Pronto! Então, dê-nos o direito de contribuir com propostas para essas melhorias.

Mas não é só isso. Há aqui uma questão que continua a perverter este debate. Aquilo que é a operação dos ferries de verão não é a mesma coisa da ilha lilás. Aliás, falou também no transporte de mercadorias, e já não é a primeira vez que o afirmo aqui, e V. Ex.^a, na altura, confirmou aquilo que eu disse, aliás, há aqui

um segmento da população e até a proximidade histórica entre a Graciosa e a ilha Terceira que leva, por exemplo, a que haja procura nos TMG (Transportes Marítimos da Graciosa) utilizando a ligação marítima comercial para viajar entre a Graciosa e a Terceira e vice-versa. Aliás, o próprio Deputado José Ávila utilizou, durante muitos anos, para ir e vir à Terceira em serviço. Isto para dizer o seguinte.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): E funciona bem!

O Orador: Não estamos a falar da mesma coisa, estamos a falar apenas desta. Depois, o Deputado José Ávila disse ainda uma outra coisa, falou nos pormenores técnicos. Aliás, eu estou à espera da resposta do Sr. Secretário, mas a questão é a seguinte. É evidente que propositadamente eu não fui para os detalhes técnicos, não me cabe a mim fazer isso; a mim cabe-me interpretar aquilo que são os anseios dos graciosenses e transmiti-los aqui, transformá-los em propostas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por isso é que a proposta deixa ao critério do Governo!

O Orador: E deixo isso ao critério do Governo.

Mais! Há pouco, na intervenção anterior, aquilo que eu disse, que seja uma vez por semana, mas ao menos integrem a Graciosa no mapa do Grupo Central e no mapa dos Açores.

Finalmente, Sr. Deputado José Ávila, há uma coisa que me parece que tenho de dizer-lhe, com todo o respeito que me merece, mas que tenho de dizer-lhe e que é o seguinte.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Eu vou já terminar, Sra. Presidente.

As pressões, a asfixia, os condicionalismos e os condicionamentos que o Partido Socialista exerce sobre a população da Graciosa têm de acabar. Sr. Deputado, têm de acabar.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): O senhor tem que provar isso!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nós provamos todos os dias!

O Orador: Mais! Eles vão acabar, porque os graciosenses vão dar esse sinal de que não têm medo, não têm medo!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Os graciosenses vão dar esse sinal em outubro. Não têm medo e o Partido Socialista vai ter de perceber o quão errada tem sido a sua atuação relativamente à Graciosa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PCP esgotou o seu tempo neste debate.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Ana Espínola.

(*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS-PP naturalmente que vai votar favoravelmente esta iniciativa do PCP, até porque esta iniciativa visa ligar todo o Grupo Central, da mesma forma que eram os objetivos do Grupo Parlamentar do CDS-PP, incluindo a Graciosa na linha lilás.

E é aqui que eu estou surpreendida com esta posição do PS, porque julguei que iam votar favoravelmente também esta iniciativa. Os argumentos que usaram na iniciativa anterior era que tinha mais custos, ficava nas Velas, porque desarticulava transportes, piorava as ligações no atual triângulo...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tudo levava a crer!

A Oradora: ... e, afinal, esses argumentos que serviram para chumbar a iniciativa do CDS e que nesta iniciativa do PCP não se encontram em nenhum dos pontos resolutivos, portanto, é por essa razão que eu estou verdadeiramente estupefacta,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estupefacta!

A Oradora: ... menente.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nemente! Perplexa!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Perplexa.

Então, a única justificação que eu encontro é, afinal, o Partido Socialista deve ter um mapa do arquipélago diferente de todos nós aqui dentro...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É verdade!

A Oradora: ... e a Graciosa não pertence ao Grupo Central e por essa razão é que não será incluída na linha lilás, como todo o Grupo Central, à exceção da Graciosa. Agradeçam ao Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Até campanha fizeram!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deixem-me começar por fazer uma abordagem em relação ao tom deste debate e à forma como ele está a decorrer.

Eu acho, sinceramente, que o Sr. Deputado José Ávila presta um mau serviço ao seu partido, ao Partido Socialista, porque o Partido Socialista, da forma como encarou o debate, com o dogmatismo e a forma insultuosa como se dirigiu ao Sr. Deputado do PCP...

Vozes de alguns Deputados do PS: Oh, Sr. Deputado!

Deputado Duarte Moreira (PS): O senhor é o líder dos insultos!

O Orador: Demagogo e populista não é ser insultuoso?

O que eu quero dizer é que eu vi o Governo Regional e o Partido Socialista...

Deputado José Ávila (PS): Uma proposta demagógica! O senhor nunca considerou aqui uma proposta demagógica?

O Orador: ... realizarem um esforço grande no sentido de tentarem demonstrar aquela que é a sua estratégia, demonstrar que tem uma maioria absoluta diferente, que é uma maioria absoluta que não era a mesma que em 96 perdeu o poder, que era uma maioria absoluta dialogante, que não era uma maioria absoluta dogmática, que não era uma maioria absoluta, porque este tipo de debates está, e eu tenho feito esse trabalho, porque estou a fazer uma história do Parlamento, das intervenções parlamentares, o tom deste tipo de debate era o que era utilizado pela maioria do PSD antes de 96, exatamente a mesma coisa. O senhor, se ler aquelas intervenções, poderá verificar que era esse o tom utilizado, o tom de quem achava que nunca ia perder o poder absoluto, mas perderam, ao fim de 20 anos, perderam.

Portanto, a forma, a abordagem a este debate é completamente errada e demonstra, mais uma vez, que os senhores têm, de facto, que perder a maioria absoluta, porque nós, na vida e na política,...

Deputado José Ávila (PS): E a proposta?

O Orador: ... não podemos perder nunca de vista uma questão essencial, a humildade, porque não somos mais do que os outros, porque não somos os únicos detentores da verdade e que temos o dever de escutar opiniões dos outros, mesmo que não concordemos com elas ou que se ache que os seus argumentos não são argumentos certos ou exequíveis, mas temos o dever de dialogar e de ouvir os outros e o senhor nesta forma como abordou esta questão e a forma como se dirigiu aos deputados da oposição é completamente incorreta e demonstra uma arrogância inaceitável.

Eu quero dizer-lhe o seguinte. Eu, nesta questão, o que fiz foi ouvir e tentar ler o que é que diziam as instituições representativas da Graciosa e da Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa, onde foi viabilizado um voto que diz o

seguinte: “Acresce que a empresa pública Atlânticoline lançou recentemente uma campanha de promoção de viagens a que intitulou ‘Estamos mais perto do Grupo Central promovendo a sua linha lilás’. Faz viagens entre a Horta, São Roque, Velas, Calheta e Angra do Heroísmo, mas que deixa de fora a Graciosa”. E, depois, na parte resolutiva diz: “A Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa [Não é o PSD!] manifesta o seu mais veemente protesto pela exclusão da ilha Graciosa das rotas efetuadas com os navios adquiridos pela região e operados pela Atlânticoline”. Isto é uma posição populista e demagógica, os deputados do Partido Socialista...

Deputado Duarte Moreira (PS): Quer que a gente vá buscar os Diários das Sessões?

O Orador: ... que viabilizaram, na Assembleia Municipal de Santa Cruz, foram demagógicos e populista quando deixaram que esta comunicação,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: ... que este voto saísse e que nos fosse dirigido a todos nós, porque, aliás, o segundo ponto é remeter a todos nós. Isto é ser populista e demagógico? Não.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Eu acho que isto é a opinião da Assembleia Municipal e eu respeito esta opinião.

Eu pergunto o seguinte. Em relação também ao Conselho de Ilha, qual é a opinião do Conselho de Ilha? Nós temos aqui, por exemplo, a Rádio Graciosa, que transmite o seguinte: “Nos transportes, a preocupação é com o transporte marítimo de passageiros, com a Graciosa a ficar de fora da linha lilás”. É uma preocupação. Esta é uma preocupação demagógica e populista? O Conselho de Ilha, que, de acordo com as notícias,...

Deputado José Ávila (PS): Mas o senhor sabe do que é que nós estamos falando?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está falando a verdade!

O Orador: ... aprovou por unanimidade esta questão. Ou seja, a pergunta que eu faço é: estes órgãos representativos dos graciosenses são demagógicos e populistas? Não! Isto é opinião, é respeitável. O senhor não concorda? Está no seu direito democrático, mas não pode, de forma nenhuma, ofender quem pensa de forma diferente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Portanto, fundamentalmente, esta é a minha opinião. Eu considero que este conjunto de opiniões, que reflete aquele que é o sentir da população, é, na minha opinião, justificado. E nesse sentido, a este sentimento da população e dos seus órgãos representativos, eu vou dar um voto favorável.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem, Sr. Deputado! Não fez nenhum frete!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Orador: Apenas para dar aqui nota ao Sr. Deputado Aníbal Pires de duas situações.

A linha lilás funciona, hoje, com carácter sazonal também, portanto, está englobada naquela que é a oferta sazonal do transporte marítimo inter-ilhas. Pelas suas palavras, poder-se-ia depreender que estávamos a falar de coisas diferentes, mas não o é. Estamos a falar de transporte sazonal.

O Sr. Deputado Bruto da Costa referiu que, no fundo,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quantas horas fica parado?

O Orador: Duas horas. Fica parado duas horas em Angra. É a informação que eu tenho, Sr. Deputado. A informação que eu tenho, que obtive aqui, foi que fica parado duas horas, e fica parado duas horas para acerto de horário.

O Sr. Deputado Bruto da Costa disse que havia alguns que, não estando presentes, tinham a mania que sabiam mais do que aqueles que estão diariamente. Permita-me dizer que não é o meu caso, eu não tenho a pretensão de saber tudo, mas tento informar-me e, com base naquilo que são os meios que temos à nossa disposição, tomar as melhores decisões para satisfazer naturalmente as necessidades de todas e de todos os açorianos. É este o princípio que nós tomamos. Naturalmente que há sempre aspetos a melhorar. Neste caso concreto e com esta proposta que aqui está, o nosso entendimento é que aquilo que é proposto não melhora aquilo que já existe, e não melhora aquilo que já existe porque a oferta que foi desenhada, nomeadamente para este ano, ao nível do transporte...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): As pessoas de lá pensam diferente! É só isso!

O Orador: Sr. Deputado, como eu lhe disse, nós, com os meios que temos, tentamos tomar sempre as melhores decisões.

A oferta que foi desenhada em termos de acessibilidades marítimas para a Graciosa no âmbito do transporte sazonal, e a linha lilás funciona também no período sazonal, foi de reforço das ligações com os barcos de maior dimensão,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Um barco!

O Orador: ... quer da Terceira com a Graciosa, quer da Graciosa com as restantes ilhas do Grupo Central. Esta foi a opção, tendo como base os meios que nós temos ao nosso dispor no sentido de darmos as melhores respostas...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Um navio velho!

O Orador: ... àquilo que são as necessidades efetivas de cada uma das nossas ilhas, neste caso concreto da Graciosa, mas isso aplica-se, naturalmente, a todas as ilhas do arquipélago.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Essa é a sua opinião!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não estava para falar agora, mas, depois da intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu, sinceramente, não estava à espera que isso viesse de si, podia vir de outra pessoa qualquer, mas de si não estava à espera sinceramente, porque o tom de voz que eu utilizei aqui não é em nada diferente do seu...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O conteúdo!

O Orador: ... e as expressões que eu utilizei foram sempre relativamente à questão da proposta e nunca relativamente ao Sr. Deputado Aníbal Pires. O Sr. Deputado Aníbal Pires é um deputado desta Casa que eu respeito muito, já sou amigo dele há algum tempo....

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O que faria se não fosse!

O Orador: ... e nunca era capaz de fazer uma coisa destas.

Mas, Sr. Deputado, e também lhe digo outra coisa, também nunca andei aqui nos corredores atrás de ninguém.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E eu andei?

O Orador: Mas, também tem essa vantagem.

Relativamente à questão da proposta, eu quando disse que esta proposta era demagógica,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E eu andei?

O Orador: ... eu disse que era demagógica, eu quando disse que não era exequível tem a ver com um facto muito importante, tem a ver com o que está aqui escrito. O que está aqui diz assim: “Assim, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores resolve recomendar ao Governo Regional que tome urgentemente as medidas necessárias para que, ainda durante o corrente

verão, a Graciosa passe a fazer parte das ilhas tocadas pela linha lilás. É isto que eu acho que não é exequível. Os Srs. Deputados se acham que isto é exequível, vão ter que explicar, então, como é que criticam tanto a Atlânticoline quando, no mês de fevereiro, ainda não tem os seus horários feitos, porque os operadores assim o exigem. Exigem fazer a programação de toda a sua atividade cerca de um ano antes.

Portanto, eu acho que o que está aqui em causa é, de facto,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é por isso que o senhor não concorda!

O Orador: ... uma grande alteração de horários e se for para manter a questão da linha lilás da maneira que está, fazendo só a extensão à Graciosa, eu também fico, sinceramente, sem perceber o que é que podemos ganhar com isso. Repare, no mês de junho, a linha lilás, e estou a falar do mesmo período, que é 18 de junho a 17 de setembro, que é o período sazonal em que funciona a linha lilás, com a ligação com a Terceira, no mês de junho, a linha lilás tem quatro toques com a Terceira, portanto, estendendo à Graciosa, seriam quatro toques à Graciosa também; a linha amarela tem oito, no mesmo mês; no mês de julho, a linha lilás tem, portanto, neste caso, até à Terceira, seria extensão até à Graciosa, oito toques; a linha amarela com a Graciosa, neste mês de julho, tem 18 toques, tem mais do dobro; no mês de agosto, a linha lilás tem nove toques com a Terceira...

Sr. Deputado, diga.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é para tirar de um e pôr noutro!

O Orador: Não, mas isso é que é preciso explicar bem!

Em agosto, nós temos nove toques na linha lilás, 23 na linha amarela com a Graciosa; no mês de setembro temos quatro e com a linha amarela temos o dobro, oito, precisamente.

Portanto, aqui, estas questões de saber como é que ficaríamos melhor, este ano, eu não tenho dúvidas nenhuma que ficaremos melhor da maneira que estamos, porque, este ano, não é possível operar de outra maneira, senão daquela que já está devidamente programada e é claro que se tem de fazer alguns ajustes. Por exemplo, a Atlânticoline vai fazer uma viagem extraordinária à Graciosa, da próxima segunda-feira a oito dias, na altura do rali, porque o navio está completamente cheio e vai fazer mais uma viagem. Portanto, os casos que têm aparecido têm sido resolvidos e louvo a administração da Atlânticoline, que tem tido muita atenção relativamente a questões como esta, por exemplo, e têm sido resolvidos de maneira satisfatória, de modo que, neste momento, não é possível...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já o ano passado foi assim!

O Orador: ... o Sr. Deputado Aníbal Pires dizer, como diz aqui, que, e eu vou ler, “As linhas aéreas com a ilha Terceira e as ligações marítimas estabelecidas pela empresa Atlânticoline através da sua linha amarela, embora de importância estratégica, não dão resposta suficiente”. É contra isto que eu manifesto. Eu digo que esta proposta não é exequível, porque, feita nesta altura, não é possível alterar as regras do jogo a meio do jogo...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas a Atlânticoline já disse isso? Isto é uma recomendação ao Governo para tentar!

O Orador: ... e, portanto,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Então, abstenha-se!

O Orador: Mas, ainda relativamente às questões dos transportes, eu lembro-me que havia uma injustiça que era institucional quase, por exemplo, uma ligação da Graciosa para o Pico custava mais 40% por irmos à Terceira e foi o Partido Socialista que acabou com essa regra, que era uma regra perfeitamente discriminatória e que nunca ninguém falava nela.

Relativamente à questão dos nossos compromissos eleitorais, eu queria também dizer ao Sr. Deputado João Costa que há de chegar o dia do Partido Socialista prestar contas com a oposição relativamente a essa questão e queria dizer-lhe que estou muito orgulhoso da taxa de execução, que foi para casa das pessoas, há relativamente pouco tempo, que ultrapassa os 80%.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sim, se o senhor acha que as termas estão em funcionamento, é uma boa taxa de execução!

O Orador: Oh, Sr. Deputado! O senhor é o rei dos apartes!

Queira dizer-lhe também que se...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É um aparte! Se o senhor considera que as termas são uma medida em andamento, é normal que as taxas aumentem!

O Orador: Eu não me admiro nada de o senhor pensar que eu não defendo a Graciosa com garra, mas, Sr. Deputado João Costa, o senhor ainda vai ter algum caminho para fazer,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado!

O Orador: ... porque o senhor pensa que falar mais alto do que os outros é que lhe dá o direito de ser um grande defensor da Graciosa, mas isso não é assim.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É uma obrigação!

O Orador: Eu queria dizer que todos os dias defendo a minha ilha,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é o que as pessoas dizem!

O Orador: ... desde que estou aqui na Assembleia Legislativa Regional, e há de ser exatamente até ao último dia. E, Sr. Deputado, não se faz defesa dos pescadores...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado!

O Orador: É nossa e minha. Também posso tratá-la como minha!

E depois, só queria, para terminar, dizer que, infelizmente, o problema da desertificação não é só da Graciosa, é de regiões inteiras deste país, é de outras

ilhas como as nossas, infelizmente, isto é um problema difícil de resolver e já vários municípios se queixaram desse facto e não foram capazes de fazer nada. Portanto, isto é uma obrigação de todos nós, não é da posição, é também da oposição.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 17h55.

Eram 17 horas e 40 minutos.

Eram 18 horas e 04 minutos.

(Após o intervalo, a Deputada Bárbara Chaves foi substituída na Mesa pela Deputada Graça Silva)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então continuar os nossos trabalhos.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Já foram aqui, no âmbito deste debate, aduzidos praticamente todos os argumentos.

Para encerrar (vamos ver se é!) a intervenção do PPM gostava de dizer o seguinte.

Sr. Deputado José Ávila, quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que não conseguiu fragilizar a proposta do PCP nesta matéria. Os seus argumentos não têm qualquer tipo de sustentação.

O senhor como não teve argumentos refugiou-se no insulto.

Deputado André Rodrigues (PS): Isso não é verdade!

O Orador: O senhor como não teve argumentos refugiou-se no insulto!

Até acusou aqui o Sr. Deputado que apresenta a proposta de estar a fazer um frete. Acabei de ir verificar o que é que o senhor disse.

Deputado André Bradford (PS): O que é que isso tem de insultuoso!

O Orador: Tenho aqui para reproduzir o que é que o senhor disse.

O senhor disse que o Sr. Deputado estava aqui a apresentar a proposta para fazer um frete e, portanto, o senhor quando não tem argumentos refugiou-se na arrogância, no insulto e na intimidação.

Eu quero dizer-lhe o seguinte só para terminar.

Deputado André Bradford (PS): Sim, sim!

O Orador: Eu não me deixo condicionar em nenhuma situação. Eu não tenho medo de nada, nem de ninguém e não me deixo intimidar. Nem é o senhor, nem ninguém que me intimida.

Deputado Francisco Coelho (PS): Isso é que é humildade!

Deputado André Bradford (PS): Ninguém liga nada a isso!

O Orador: A posição do Partido Popular Monárquico é uma posição daquilo que consideramos que é justo ou que não é justo, daquilo que consideramos que é exequível ou que não é exequível. Agora, há argumentos que em democracia não são aceitáveis, que é o insulto e a intimidação.

Deputado André Bradford (PS): Está bom!

O Orador: E aqui com o Partido Popular Monárquico o senhor não tem sorte nenhuma e comigo pessoalmente então muito mais. Esse tipo de argumentos não veicula. Sabe que eu não cedo à política do sertão.

Deputado Francisco Coelho (PS): É muita força!

Presidente: Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver inscrições.

Sras. e Srs. Deputados, agradeço algum silêncio, porque não havendo inscrições vamos então passar à votação.

(Pausa)

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 23 votos contra do PS, 13 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Encerramos assim este ponto. Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto oito da nossa Agenda, vamos retroceder um pouco:

Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 71/X - Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro – Regime Geral de Prevenção e Gestão de Resíduos”.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Neto Viveiros):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Colega de Governo:

Decorridos desde a entrada em vigor do Decreto Legislativo Regional 29/2011/A que estabelece o regime geral aplicável à prevenção, produção e gestão de resíduos e aprova o regime jurídico de licenciamento e concessão das operações de gestão de resíduos constata-se a necessidade de proceder a alguns

ajustamentos a este diploma tendo em consideração que dentro em breve será implementado a nível nacional o novo modelo de licenças de gestão de resíduos, de embalagens com o surgimento de mais uma entidade gestora.

Nesta fase de transição importa assegurar, com base na experiência colhida nos últimos anos, por um lado que este novo modelo se adequa à infraestrutura de gestão de resíduos implementada na Região, e por outro a existência de um mecanismo justo e uniforme de pagamento do custo de transporte dos materiais retomados, tendo em vista uma maior harmonização no grau de recuperação de custos e a obtenção de níveis de eficiência crescentes por parte dos sistemas regionais de gestão de resíduos urbanos.

Assim, através da alteração dos artigos 184.º e 185.º do Decreto Legislativo Regional 29/2011/A propomos que para além dos processos já existentes e que continuam a estar previstos de licenciamento e de autorização para a operação de uma entidade gestora nos Açores seja possível estender à Região uma licença emitida por autoridade nacional, de forma a evitar que a operação do nosso arquipélago fique exclusivamente dependente da vontade ou interesse destas entidades.

Por outro lado, e considerando que são os sistemas de gestão de resíduos urbanos de cada ilha que asseguram toda a operação de transportes até ao porto mais próximo do local da retoma e que nos termos da legislação vigente, designadamente o n.º 6, do artigo 185.º deste diploma apenas têm sido imputadas às entidades gestoras os custos de transporte marítimo, deixando mesmo a determinação desse valor no campo livre da livre negociação entre estas e os sistemas de gestão dos resíduos urbanos, o que tem conduzido à aplicação de valores diferentes de ilha para ilha, propomos que seja criado um mecanismo justo e uniforme de cálculo do valor a pagar para cada tipo de material.

Da formulação proposta para o n.º 9 do artigo 185.º resultaria um aumento médio de 15% relativamente aos valores de apoio ao transporte marítimo atualmente praticados pela Sociedade Ponto Verde.

Entrando agora na especialidade por uma questão de economia de tempo, se a Sra. Presidente me permitir, e considerando os pareceres emitidos de que devem ser as entidades gestoras a suportar a totalidade dos custos inerentes à operação de transporte dos resíduos de embalagens, desde o local da triagem, até ao local da retoma, acompanhamos a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS e que penso que já é do conhecimento de todas as Sras. e Srs. Deputados no sentido de serem consideradas todas as componentes da operação na determinação do valor do subsídio ao transporte.

Conforme já referido, a presente alteração do Decreto Legislativo Regional 29/2011/A, de 16 de novembro, visa assegurar que a Região dispõe, no quadro da entrada em vigor das novas licenças das entidades gestoras de resíduos e de embalagens, de todos os instrumentos necessários à implementação do Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos nos Açores, o PEPGRA, aprovado neste Parlamento no passado mês de março.

Por último, permitam-me que destaque o trabalho efetuado na Região, o qual resultou numa redução de 5%, cerca de 6.500 toneladas na produção de resíduos urbanos nos últimos três anos, bem como um aumento significativo da valorização de resíduos urbanos, sendo que passamos de 13% em 2012 para 31% em 2015, o que nos dá boas expectativas de podermos atingir com sucesso as metas europeias em 2020.

Na componente dos resíduos de embalagens, objeto da presente iniciativa legislativa, saliento que de acordo com os dados da Sociedade Ponto Verde referente ao ano de 2015 cada açoriano enviou em média para reciclagem 42 kgs de embalagens oriundas de recolha seletiva por ano, claramente acima da média nacional que ronda, neste momento, os 35 kgs por habitante.

Estamos, pois, no bom caminho tendo em conta os objetivos estratégicos definidos e as metas que nos propusemos nesta matéria tão importante e tão emblemática na nossa Região.

Disse.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Bárbara Chaves tem a palavra.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A gestão dos resíduos nos Açores tem merecido por parte dos governos do Partido Socialista uma atenção especial e tem sido uma prioridade, atendendo aos nossos objetivos também ao nível da qualidade ambiental e assim potenciar-se a atividade turística e económica nas nossas ilhas.

Esta é uma evidência explícita quando se analisam dados que nos transportam desde, por exemplo, o ano 2000 (para não falar mais para trás) ao nível da gestão dos resíduos e ao nível da qualidade que temos hoje na gestão dos nossos resíduos e percebermos o caminho feito desde essa altura até agora.

Éramos uma Região em que praticamente a totalidade dos resíduos produzidos nas nossas ilhas tinha como destino final a eliminação em aterro, tínhamos cerca de 15 lixeiras e apenas três aterros sanitários (e não nas condições totalmente aceitáveis) e hoje temos uma rede de centros de processamento de resíduos e sistemas de resíduos com tecnologias modernas, adequadas a uma eficaz gestão dos resíduos produzidos nas várias ilhas.

Hoje temos um conjunto de operadores licenciados na Região, licenciados mediante um conjunto de normas técnicas, regulamentadas e em consonância com o que acontece no resto da Europa e também no resto do país.

Hoje temos mais de 80 operadores licenciados na Região que de um modo muito correto e muito responsável fazem a gestão dos resíduos dos Açores e transformaram o que era simplesmente resíduos ou lixo em matéria prima e com um desenvolvimento económico já reconhecido nos Açores.

Em 2000, por exemplo, não existia qualquer operador de gestão de resíduos nos Açores.

O mesmo acontece com as entidades gestoras de resíduos. No ano 2000 não existiam entidades gestoras de resíduos, especialmente porque essas entidades gestoras eram licenciadas para o todo nacional e infelizmente não tinham em conta o nosso carácter insular, arquipelágico e ultraperiférico e foi por isso necessário trabalhar-se com o então Instituto dos Resíduos de forma a definir-se um modelo que se adequasse à nossa realidade e que procedesse dessa forma à extensão das licenças (que são só atribuídas a nível nacional pelo Governo da República que se estendesse essas licenças, dizia eu) à Região.

Hoje todas as entidades gestoras que existem no continente português têm atividade nos Açores, têm uma extensão da sua licença à Região e suportam os custos associados ao transporte e à retoma desses resíduos recolhidos seletivamente nos Açores.

Estou a falar não só dos resíduos de embalagem, que é o caso mais concreto aqui, mas também, por exemplo, da gestão dos óleos usados, dos pneus, dos veículos em fim de vida, das pilhas, dos resíduos dos equipamentos elétricos e eletrónicos, só para falar em alguns.

Importa referir também que aquando da primeira extensão da licença da Sociedade Ponto Verde à Região, que gere as embalagens a nível nacional, era o Governo Regional que pagava 50% dos custos de transporte para escoamento desses resíduos. Hoje a realidade é que é essa entidade gestora, a Sociedade Ponto Verde, que de um modo igualitário paga esses custos associados a esse transporte.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que estamos aqui a analisar hoje pretende permitir que as entidades gestoras que já existem no continente (e através de um novo modelo apresentado a nível nacional e outras que venham a existir) possam ver as suas licenças como uma extensão à Região Autónoma dos Açores, aos Açores, com igualdade de critérios para todas as ilhas, para todas as entidades e todos os operadores de gestão de resíduos.

Este diploma introduz e bem no nosso entender uma fórmula de cálculo para o transporte marítimo de forma a não ficar esse custo associado ou dependente das negociações entre as entidades gestoras, os operadores e a Sociedade Ponto Verde.

Julga-se, no entanto, e nós já apresentámos uma proposta de alteração a esse nível, que existe um aspeto que pode ser ainda melhorado neste diploma e que se refere ao transporte terrestre.

Este foi aliás um aspeto referido nos pareceres que a Comissão responsável recebeu e que representava uma preocupação que para nós é legítima e que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista é sensível a ela e apresentou, por isso, esta proposta de alteração.

Apresentámos assim uma proposta à Mesa que permite imputar os custos de transporte terrestre às entidades gestoras com carácter nacional e que representa assim um decréscimo dos custos associados à gestão dos resíduos na Região. Esse decréscimo será bem-vindo, especialmente nos sistemas onde são os municípios a fazer essa gestão ou as empresas que fazem esse tipo de trabalho na Região, diminuindo esses custos do transporte terrestre entre os locais de triagem até ao porto e também no continente português do porto até aos locais de tratamento.

Apresentamos assim uma fórmula de cálculo como existe também para o transporte marítimo, mas que confere ao transporte terrestre uma uniformização

de custos em todas as ilhas, à semelhança de como já referi acontece a nível nacional.

Bem sei que este é um aspeto bastante técnico, mas, no entanto, julgo que todos são sensíveis ao facto do nosso objetivo ser essencialmente diminuir os custos associados à gestão dos resíduos por parte dos operadores da Região.

Obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Da apresentação que foi feita, quer pelo Sr. Secretário Regional, quer pela Sra. Deputada Bárbara Chaves, ficamos a perceber que esta alteração ao regime de prevenção de resíduos se prende com a possibilidade da entrada de um novo operador nacional também na Região Autónoma dos Açores.

Eu não sei se foi referido o nome desse operador nacional, mas penso que não estarei enganado se disser que esse novo operador se chama Novo Verde.

É assim, Sr. Secretário?

É assim, Sra. Deputada Bárbara Chaves?

Novo Verde!

Aparentemente tudo estaria bem, até porque a sociedade que existe é a Sociedade Ponto Verde que sendo uma empresa privada, não tem fins lucrativos, mas efetivamente detém o monopólio da gestão de resíduos.

Agora, há aqui uma questão que é a seguinte: porque é que aparece a Novo Verde?

A Novo Verde aparece porque a Jerónimo Martins deve alguns milhões, não muitos, vários, digamos que uma dívida substantiva, à Sociedade Ponto Verde.

Então o que é que a Jerónimo Martins fez?

Em parceria com uma empresa francesa criou a sociedade Novo Verde e, portanto, aquilo que se está a fazer é a dar o aval (já foi dado ou está para ser dado a nível nacional, este processo de licenciamento desta nova empresa iniciou-se no anterior Governo, mas já tem o aval do Governo atual), portanto, o que se trata ...

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

O Orador: O Governo é vosso!

Deputado Francisco César (PS): Para o que interessa!

O Orador: Vai desculpar-me, mas o Governo é vosso. O Governo é um Governo de iniciativa do PS.

Portanto, é bom que se perceba o que é que se está a tratar. Está a tratar-se de uma manobra da Jerónimo Martins para evitar pagar à Ponto Verde criando uma nova sociedade, a Novo Verde.

Deputada Zuraída Soares (BE): Tudo verde!

O Orador: Mais! Uma nova empresa que não tem nenhuma rede de recolha, portanto, não tem capacidade instalada para entrar no mercado.

Isto cria-me aqui algumas dúvidas, sabendo que a Jerónimo Martins ... A preocupação é a que é, todos sabemos, é legítima, mas que tem feito algumas opções que claramente prejudicam o nosso país, ...

Deputada Zuraída Soares (BE): E algumas malandrices também!

O Orador: Algumas malandrices!

... designadamente o facto de ter transferido a sua sede, salvo erro, para a Holanda para não pagar impostos em Portugal.

Portanto, isto deixa-me aqui algumas dúvidas relativamente ao processo.

Percebo a alteração que o Governo está aqui a introduzir, mas temos que contar esta história. Ela tem ainda outros contornos, mas para já ficam estes.

De qualquer forma, como é sabido também o PCP não votou favoravelmente (antes pelo contrário, votou contra este diploma quando ele aqui veio à Assembleia) e manterá exatamente a mesma posição sobre ele, mas isso é uma discussão que não vou agora aduzir aqui os argumentos que levaram a Representação Parlamentar do PCP a votar contra este diploma e hoje esta iniciativa, porque introduz uma alteração que também tem esta história subjacente (e é bom que se perceba) e o PCP não dará o apoio a esta alteração que aqui nos é trazida pelo Governo Regional.

Voltarei ao debate se for necessário, principalmente depois de ouvir mais alguma intervenção por parte da Deputada Bárbara Chaves e eventualmente do Sr. Secretário Regional, ou de outros deputados do Partido Socialista que estão a dar o aval à Jerónimo Martins.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Pode ser que se vejam algumas contas a que os vossos presidentes de câmara estão a dar aval lá em Lisboa!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós estivemos aqui a ouvir a apresentação do documento que foi feita de forma sucinta pelo Sr. Secretário Regional e bastante menos sucinta por parte da Sra. Deputada Bárbara Chaves e estamos esclarecidos com aquilo que está aqui em debate e não precisávamos da resenha histórica, porque nós conhecemos o

documento, conhecemos o PEGRA, as suas virtudes, os seus defeitos, nomeadamente ao nível dos seus atrasos, das suas dificuldades de cumprimento, do facto de haver aqui alguns problemas nos centros de processamento de resíduos, como aquele que foi denunciado recentemente no Faial com recurso a mão de obra dos programas de ocupação temporários de emprego para cumprir necessidades permanentes do serviço, mas não é disso que aqui se trata. Não disso que aqui se trata!

Aqui trata-se de uma operação pontual, de correção do documento, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Utilização de mão de obra escrava!

O Orador: Posso continuar, Sr. Deputado?

... de uma correção pontual do documento com vista a permitir a operação na Região de um operador de resíduos, uma vez que a Região não tem competências ao nível do licenciamento, esse licenciamento é nacional.

Quanto às questões que aqui foram levantadas pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, eu estou confiante de que o que está aqui a ser apresentado é um processo legal.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sim, sim!

O Orador: Portanto, não tendo em conta aqui nenhuma suspeita de legalidade quanto a nenhuma das instituições aqui envolvidas, julgo que não estamos aqui a tratar de questões ilegais e se estivermos vamos fazer fé que o Governo socialista dos Açores e o Governo socialista, bloquista e comunista na República se encarregarão de combater qualquer ilegalidade que venha a surgir neste processo.

Portanto, as responsabilidades são de quem irá fazer o licenciamento na República e a autorização da operação na Região.

Quanto àquilo que nos foi dito pela Deputada Bárbara Chaves acerca do PEGRA, ou PEPGRA neste momento, sabemos que se começou de uma base zero na Região. Isto também já foi aqui discutido. Não se tratava de resíduos na Região, não se tratava de resíduos no país e foi com a adesão à União Europeia

que as diretivas comunitárias e a transposição do direito comunitário fizeram com que o país e a Região se aproximassem daquilo que nos países mais avançados no seio da União Europeia se começou a fazer no que diz respeito a sustentabilidade ambiental e tratamento de resíduos. Portanto, foi um processo natural que veio com o passar dos anos e não com nenhuma opção política *sui generis* do Partido Socialista.

É uma alteração simples, necessária, pontual, prática e como tal o PSD não tem nenhuma objeção a fazer e vai votar a favor do documento.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente** (*Luís Neto Viveiros*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho pena do Sr. Deputado Aníbal Pires não estar neste momento na sala, porque queria prestar alguns esclarecimentos relativamente a insinuações que o Sr. Deputado fez.

Dentro do seu, às vezes, habitual tom de criar suspeição em tudo aquilo que vamos fazendo queria clarificar o objeto, centrar e clarificar o objeto desta alteração que estamos aqui a propor e que tem apenas, de uma forma muito simples, dois objetivos, conforme tive oportunidade de referir: primeiro, em consequência de um alargamento a outros operadores a nível nacional que são licenciados pelo Governo português que é quem detém a competência nesta matéria para esse efeito. Nós estamos aqui a introduzir a possibilidade dos Açores obrigarem a extensão destas licenças a todo o espaço regional.

É fundamental que assim seja, sob pena de podermos de um dia para o outro ficarmos sem nenhum operador com obrigatoriedade de operar na nossa Região. Com um segundo objetivo esta alteração cirúrgica tem a ver com o repor da justiça relativamente ao pagamento do transporte de todas as ilhas da Região

para o continente, incluindo (por via da proposta de alteração que o PS colocou, que não estava até agora) o transporte terrestre entre os centros de processamento de resíduos de cada ilha e os portos mais próximos em cada uma das ilhas, o que significa que fica todo o percurso desde que os resíduos partem dos centros de processamento de resíduos nas nossas ilhas até ao seu destino final coberto por esse valor que é depois suportado pelas entidades gestoras.

Portanto, é tão só isto que estamos aqui a apresentar e é isto que colocamos à consideração do plenário.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa não tem mais inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Vamos começar pela votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada foi aprovada com 23 votos a favor do Partido Socialista, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 abstenção do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passamos agora para o debate e votação na especialidade.

Começamos pelo artigo 1.º desta Proposta que propõe alterar o artigo 184.º, 185.º e 235.º do diploma original.

Vamos votar em primeiro lugar a proposta de alteração apresentada pelo PS aditando um n.º 9 e 10 ao artigo 185.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 23 votos a favor do Partido Socialista, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Votamos agora o artigo 1.º da Proposta com a alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 1.º foi aprovado com 26 votos a favor do Partido Socialista, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 abstenção do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vou colocar agora à votação os artigos 2.º e 3.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 27 votos a favor do Partido Socialista, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 abstenção do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 27 votos a favor do Partido Socialista, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 abstenção do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos avançar com a Agenda. Entramos agora no ponto nove: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 72/X - Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores (PGRIA).**

Para a apresentação tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente** (*Luís Neto Viveiros*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Proposta do Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores designada por PGRIA resulta de um processo de elaboração amplamente divulgado e participado.

Desde logo foi criada uma Comissão Consultiva que acompanhou todo o processo de elaboração da Proposta constituída por representantes da administração regional, incluindo o Laboratório Regional da Engenharia Civil e o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, bem como por representantes das câmaras municipais da Ribeira Grande, Povoação, Angra do Heroísmo, Praia da Vitória e Lajes das Flores, da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, da Federação Agrícola dos Açores e das organizações não governamentais de ambiente.

Paralelamente o plano foi sujeito à avaliação ambiental estratégica no sentido de se assegurar a gestão e monitorização dos efeitos ambientais da respetiva execução.

Por último, o plano foi submetido a um processo de discussão pública que teve início no dia 9 de dezembro de 2015 e que se prolongou por um período de 22 dias úteis, isto é, até 11 de janeiro de 2016.

O Plano de Gestão de Riscos de Inundações é um instrumento de natureza setorial com uma abordagem marcadamente preventiva que se destina à avaliação, prevenção, proteção e gestão do risco de inundações nas bacias hidrográficas de maior risco na nossa Região.

Com efeito, sabemos que nos Açores as situações de inundação mais frequentes são originadas na sua maioria por cheias rápidas, geralmente resultantes de episódios de precipitação muito intensa, por vezes devastadora, especialmente quando ocorrem em áreas urbanizadas e localizadas em leitos de cheia.

Este tipo de cheias que é de difícil previsão exige, por isso, uma estratégia integrada, com incidência no ordenamento do território e especialmente focada em áreas urbanas, localizadas em leitos de cheias que não dependem, nem se esgotam no Plano de Gestão de Riscos de Inundações.

No âmbito do plano deve por isso ser analisado à luz das obrigações decorrentes da Diretiva Inundações.

Neste contexto, começámos por fazer uma avaliação preliminar do risco de inundações, caracterizámos as zonas críticas, delimitámos as zonas inundáveis e avaliámos a sua suscetibilidade.

Tudo isto com a imprescindível colaboração e conhecimento do Centro de Vulcanologia e Avaliação de Riscos Geológicos da Universidade dos Açores.

Foram assim identificadas cinco bacias hidrográficas com riscos potenciais significativos, nomeadamente as bacias hidrográficas da Ribeira Grande e da Povoação na ilha de São Miguel, da Ribeira da Agualva e da Ribeira do Testo na ilha Terceira e da Ribeira Grande na ilha das Flores.

A seleção destas cinco bacias baseou-se em três critérios conjugados.

Primeiro: o registo histórico de cheias e inundações, considerando a sua reincidência, o número de vítimas mortais e o número de pessoas afetadas.

Segundo: os cursos de água referenciados nos Planos Municipais de Emergência como passíveis de constituírem perigo para as populações.

Em terceiro lugar: os cursos de água que intercetam zonas urbanas definidas nos Planos Diretores Municipais.

Em consequência foram elaboradas cartas de zonas inundáveis e cartas de risco de inundações e é sobre estas que se desenvolve o PGRI, o qual no essencial apresenta um programa de cerca de 28 medidas, agrupadas em cinco tipos distintos: prevenção, proteção, preparação, resposta de emergência e recuperação.

São medidas devidamente calendarizadas, espacializadas e orçamentadas.

Incluem, designadamente, a implementação de um sistema de monitorização e alerta de cheias, a sensibilização das populações para os riscos de ocorrência de inundações, o aprofundamento do conhecimento específico sobre os riscos de ocorrência de inundações na Região hidrográfica dos Açores, a execução de empreitadas de intervenção em diversas ribeiras e infraestruturas e, finalmente, a articulação com os instrumentos de ordenamento e planeamento do território de recursos hídricos e de emergência.

Trata-se, pois, de um instrumento de informação, planificação e gestão fundamental na tomada das melhores decisões técnicas, financeiras e políticas nesta matéria, visando a segurança e a proteção das populações, do ambiente, do património edificado e das atividades económicas para as áreas abrangidas determinadas de acordo com os critérios da Diretiva Inundações.

Também como já foi referido, a atuação da administração regional no que diz respeito à prevenção dos riscos de inundações com o objetivo das perdas e danos resultantes de fenómenos meteorológicos extremos vai muito para além do âmbito deste plano.

Nesse sentido, desenvolvemos e temos implementado instrumentos de monitorização e planificação em função das particularidades destas ocorrências nas nossas ilhas e das especificidades da situação geográfica, da orografia, do clima, da forma de ocupação do território e dos recursos hídricos em todo o arquipélago.

Nesse contexto, importa destacar a rede hidrometeorológica dos Açores que ainda este ano passará a contar com 99 estações automáticas distribuídas pelas nove ilhas e por exemplo também o relatório do estado das ribeiras dos Açores que contempla uma avaliação anual de cerca de 400 kms de linhas de água abrangendo quase duas centenas de bacias hidrográficas distintas.

Todo este trabalho de planeamento e monitorização tem sido acompanhado por uma rigorosa aplicação dos dois Planos de Ordenamento do Território e das regras de utilização do domínio público hídrico, bem como pelo incremento do investimento público na nossa rede hidrográfica.

Por um lado, efetuamos o reforço das equipas operativas da Direção Regional do Ambiente, garantindo uma maior capacidade de resposta e intervenção. São cerca de 300 colaboradores entre operacionais, técnicos dos serviços de recursos hídricos e dos serviços de ambiente de ilha e de vigilantes da natureza que desenvolvem uma ação relevante de interesse coletivo.

Por outro lado, mais do que duplicamos entre 2012 e 2016 o investimento anual em intervenções de reperfilamento e outras obras hidráulicas nas linhas de água da Região.

Atualmente temos em execução, ou em fase de contratação, um vasto conjunto de obras nas ilhas Terceira, São Miguel, Pico, São Jorge e Flores.

O Plano de Gestão de Riscos de Inundações é pois mais uma peça importante na gestão da rede hidrográfica da Região Autónoma dos Açores e na prevenção dos riscos que lhe estão associados.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

(Neste momento, a Deputada Bárbara Chaves voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado José Contente tem a palavra.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários e Sra. Secretária Regional:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apoia esta iniciativa e este Decreto Legislativo Regional, ou esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, porque considera que tecnicamente este é um diploma bem construído, desde logo bem construído porque teve o apoio e o suporte de várias entidades, não só de entidades que têm a ver com questões mais científicas como o Centro de Vulcanismo e Averiguação de Riscos Geológicos da Universidade dos Açores, mas também outras entidades que integram esta avaliação diária dos riscos, como as autarquias e como organizações não governamentais ligadas à questão ambiental e naturalmente também o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

Este diploma, que é o cumprimento da Diretiva Comunitária Inundações, teve um cuidado que nos parece que deve ser realçado em termos da caracterização da Região Autónoma dos Açores, nomeadamente quando considera que foi importante para a formulação do diploma ter em conta vários aspetos, por exemplo, a elevada densidade de drenagem da Região, a reduzida dimensão das bacias hidrográficas que a maior é da Povoação com cerca de 30 kms² e naturalmente também um conjunto de passos que esta diretiva acabou por impor

numa lógica linear como o Sr. Secretário acabou por dizer, começando na avaliação preliminar e identificação das áreas prioritárias, da avaliação do perigo, dos elementos expostos e do risco para aquelas áreas, incluindo a cartografia e a elaboração de planos de risco.

Por isso, este diploma merece-nos toda a credibilidade, mas merece sobretudo também a ideia de que sobre a Região Autónoma dos Açores, como sobre qualquer sítio, impedem riscos naturais que por serem imprevisíveis representam também a necessidade destes planos serem de algum modo reavaliados com o tempo e o próprio diploma aponta para a sua reavaliação num espaço de tempo daqui a dois anos, no ano 2018 esta reavaliação será feita, e tem também em conta as características hidrográficas do nosso território que como sabe está fortemente dependente de múltiplos fatores em matéria de risco, como sejam o clima, a geomorfologia, a geologia e a própria ocupação de solo. Este diploma é de facto um diploma que atende e entende a grande profundidade de cada uma das nossas ilhas que vai ao ponto de se prender com o regime pluviométrico de cada uma das nossas ilhas, distinguindo as ilhas onde esse regime é mais intenso, e tem também uma abordagem muito lógica na seleção de cada uma das zonas críticas baseada num instrumento chamado *Natural Hazards in Azores*, ou seja, um plano dos perigos dos Açores, que permitia uma visão diacrónica desde 1588 com o livro de Gaspar Frutuoso “*As saudades da terra*” até ao ano 2012.

Após isso inclui mesmo a existência de fenómenos como aquele que aconteceu na Terceira, no Porto Judeu, na Canada do Tapete, que de algum modo são também fenómenos que já vieram depois da formulação deste plano, mas que depois acabaram por ser incluídos também nesta abordagem metodológica.

Portanto, nós estamos perante um instrumento dinâmico, um instrumento que é mais um bloco de construção no edifício de estabilidade e segurança que o

Governo, com este diploma, quer também fundar na Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Atendendo a que este documento foi criticado pela AMRAA, pela Associação dos Municípios da Região Autónoma dos Açores, no sentido de que as câmaras municipais não foram ouvidas na elaboração deste documento, acusando mesmo o facto de isto coartar os princípios da autonomia e cito “coartar os princípios da autonomia local e as competências localmente instituídas dos municípios e que estas eram as principais entidades visadas no que respeitava à questão da gestão de riscos e da proteção civil”, dizendo que havia a necessidade e “reiterando a importância de serem ouvidos os municípios de forma afetiva e conseqüente aplicando-se um princípio e geral de coordenação das intervenções na elaboração daquele tipo de planos [deste documento hoje aqui trazido], endereçando que os municípios fossem chamados diretamente a participar em todas as fases do processo que demandassem modelos, especialmente os mais visados pela definição das cinco bacias hidrográficas definidas na proposta deste diploma”, a questão que eu coloco é se o Sr. Secretário considera que este diploma está em condições de ser discutido, analisado e votado hoje, aqui, neste Parlamento.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Luís Rendeiro prescinde.

Sendo assim passo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Manuel Pereira (PS): Prescinde!

Deputado André Bradford (PS): Prescinde cá nada!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM ao longo desta legislatura e também na outra tivemos sempre uma preocupação muito grande com esta matéria, tanto é assim que em relação às propostas de alteração que apresentámos em relação ao Plano Anual Regional eu tenho aqui quatro propostas que apresentámos sistematicamente ao longo desta legislatura, prevendo sempre o reforço de verbas no âmbito da gestão de riscos de inundações na Região Autónoma dos Açores.

Portanto, esta foi sempre uma preocupação do PPM ao longo da legislatura e a sistematização desta matéria, o estudo e a análise que foi efetuado, e também o conjunto de documentação que acaba por ser aqui apresentado de forma, na minha perspetiva, bem justificado merece, da nossa parte, o voto favorável.

Portanto, o PPM vai votar favoravelmente esta iniciativa tendo em conta que nós consideramos que de facto o Governo fez bem em avançar nesta matéria, que o conjunto de documentos que estão aqui trabalhados evidentemente têm a possibilidade de existir alguma melhoria, há zonas que aqui não são consideradas e que se pode vir a problematizar uma alteração nesse sentido, ou seja, que se venha a provar que de facto é possível melhorar e introduzir algumas melhorias e equacionar mais duas ou três zonas da nossa Região que também apresentam riscos consideráveis, mas de qualquer das formas eu penso que esta legislação é um passo muito importante, um avanço muito importante nesta matéria, que é uma matéria da maior importância. Evidentemente que se entretanto forem provadas, se existir também até a própria intervenção mais ativa dos municípios nesta questão, se se vierem a verificar que há que introduzir mais zonas e que há que classificar de forma diferente, se se vierem a demonstrar que existem dados nesse sentido, penso que depois podemos fazer isso através do processo legislativo normal, mas para já acho que é um avanço muito significativo, é uma boa sistematização e corresponde àquele que é o

objetivo político do PPM nesta matéria que, como disse, apresentou ao longo da legislatura, no âmbito do Plano Anual, sistematicamente iniciativas no sentido de reforçar as verbas para esta temática.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Neto Viveiros*): Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Membro do Governo:

Gostaria de esclarecer, aliás, tive oportunidade na minha intervenção inicial de referir a abrangência com que este documento foi elaborado no respeito pelo que determina a Diretiva Inundações da União Europeia e do Decreto-Lei n.º 115/2010 que transpõe essa diretiva para o direito nacional.

Concluídas as várias fases que eu gostaria de uma forma necessariamente genérica referir aqui da elaboração deste plano, foram envolvidas e eu tive a oportunidade de referir, penso que a Sra. Deputada Graça Silveira deve ter estado com atenção, o envolvimento direto na Comissão Consultiva onde estavam representantes da administração pública, do Laboratório Regional de Engenharia Civil, do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros, um conjunto de câmaras municipais onde de facto este plano mais incide, designadamente e repito, a Câmara Municipal da Ribeira Grande, a Câmara Municipal da Povoação, a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, da Praia da Vitória e Lajes das Flores que são de facto as zonas onde este plano incide.

Gostaria também de referir que as opções que se aprovaram durante a vigência da sua elaboração resultam de um trabalho muito apurado com base científica,

considerando o histórico daquilo que aconteceu nos Açores como o Sr. Deputado José Contente (e muito bem referiu) desde há longos séculos atrás.

Foram, para a seleção das zonas críticas, analisadas 727 bacias hidrográficas do arquipélago dos Açores o que contempla uma extensão total de linhas de água de cerca de 7 mil kms.

Numa segunda fase foram incluídos os Planos Municipais de Emergência, foram corrigidos todos os cursos de água identificados como possíveis de constituir perigo para as pessoas ou bens. Não foi o Governo que fez, foi esta Comissão, foi este grupo devidamente credenciado, com cientistas que deram seguimento a todo este trabalho.

Foram selecionadas as zonas que intersejam zonas urbanas inseridas nos perímetros urbanos conforme estão delimitados nos Planos Diretores Municipais.

Foi considerada, numa segunda fase, o registo histórico de cheias e de inundações, foram considerados os cursos de água referenciados nos Planos Municipais de Emergência como passíveis de constituir perigo para as populações. Foram também considerados os cursos de água que intersejam as zonas urbanas definidas nos PDMs e de todo este trabalho foram elencadas as zonas de risco: zonas de risco elevado, zonas de risco moderado e zonas de risco baixo, conforme consta no plano nos seus diferentes aspetos.

Depois, sobre as zonas de risco elevadas foram hierarquizadas, de acordo com a reincidência de eventos, com o número de vítimas mortais que infelizmente entretanto ocorreram e com o número de pessoas afetadas por esses eventos e é de toda esta análise, de toda esta avaliação que resultam as cinco bacias hidrográficas que fazem parte deste plano.

Para além disso, gostaria também de dizer que no âmbito da discussão pública todo o cidadão, toda a organização que entendesse, poderia ter opinado e feito as sugestões que entendessem relevantes e também devo dizer que no âmbito da

Comissão da CAPAT a AMRAA foi chamada e também teve oportunidade de se manifestar.

Portanto, penso que estão naturalmente reunidas todas as condições para que este plano possa ser aqui aprovado pelo seu mérito, pela forma como foi elaborado, pela abrangência que tem, pela importância que tem para os Açores e, por isso, não vejo qualquer entrave à sua aprovação.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, eu registei aquilo que nos disse aqui de que a legalidade deste documento estava assegurada e, portanto, ele estava em condições de ser discutido, votado e aprovado nesta Casa, mas nós temos aqui neste momento uma dúvida que é importante esclarecer e que tem a ver com a audição do representante da AMRAA em sede de comissão parlamentar, porque o representante da AMRAA que foi ouvido na CAPAT levantou algumas questões acerca da importância da participação, da colaboração e da auscultação dos municípios na elaboração deste documento num tom construtivo dentro da Comissão, mas depois cá fora, à comunicação social, à televisão e à imprensa prestou um conjunto de declarações que foram diferentes daquelas que estão vertidas no relatório e que correspondem à realidade, porque todos nós estávamos presentes na comissão, e que levantou aqui um conjunto de problemas, que não foram desmentidos nem pelo Governo Regional, nem pela Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores e que dizem o seguinte.

O título é «Parlamento insiste com Plano de Risco de Cheias sem ouvir as câmaras».

“Este Plano Municipal é criticado pela Associação de Municípios dos Açores de maioria socialista por as câmaras municipais não terem sido ouvidas antes da sua elaboração. Esta posição das autarquias poderá levar a que o Representante da República peça a inconstitucionalidade do diploma e que o Tribunal Constitucional o devolva à Região para que as câmaras municipais da Região sejam ouvidas.”

Isto é verdade ou isto é mentira?

É que até agora não foi desmentido nem pela AMRAA, nem pelo Governo Regional.

Segunda preocupação: “O representante da Associação de Municípios dos Açores ouvido na comissão parlamentar deixou mesmo claro que a proposta de plano viola o direito comunitário e o direito nacional ao coartar os princípios da autonomia local e as competências legalmente instituídas dos municípios e que estas eram as principais entidades visadas no que respeitava às questões de gestão de riscos de proteção civil.”

Isto não foi o que o representante da AMRAA disse na comissão e que todos os presentes ouviram, mas não foi desmentido pela AMRAA, nem foi desmentido pelo Governo Regional.

“O representante da Associação de Municípios dos Açores foi mesmo à comissão parlamentar enfatizar a necessidade e a importância de se ouvir os municípios de forma efetiva e conseqüente, aplicando-se um princípio geral de coordenação das intervenções na elaboração daquele tipo de planos, endereçando que os municípios fossem chamados diretamente a participar em todas as fases do processo que demandassem modelos de concertação territorial e de planeamento, especialmente os mais visados pela definição das cinco bacias hidrográficas definidas na proposta de diploma.

Ora, nestes termos, o Parlamento dos Açores poderá aprovar o Plano de Gestão de Riscos de Inundação da Região Autónoma dos Açores que está à partida

condenado a ser devolvido pelo Tribunal Constitucional para que as câmaras municipais da Região sejam ouvidas na elaboração do diploma.”

Estas declarações são imputadas ao representante da AMRAA, não foram desmentidas pela AMRAA, não desmentidas pelo Governo Regional e datam do dia 13 de julho último. A publicação das mesmas reportam ao dia da audição em comissão, mas foram publicadas a 13 de julho e ninguém aqui disse nada acerca disto.

Portanto, a nossa preocupação é: está este diploma em condições legais de ser aprovado ou estamos aqui a cometer alguns erros?

Depois, quanto ao conteúdo do documento. Este é um documento que é importante para a Região, que é importante aprovar e que nós queremos aprovar e apoiar, porque aquilo que lá está vertido está correto e está bem feito desde que a legalidade tenha sido cumprida na elaboração do documento, mas é um documento coxo. O documento é coxo por aquilo que eu tive oportunidade de referir na comissão.

De acordo com a explicação corretíssima dada pelo Deputado José Contente há uma zona que ficou fora (pelo menos uma, haverá outras noutras ilhas, mas pelo menos uma que é grave), que é a zona do centro histórico de Angra do Heroísmo pela sua suscetibilidade a fenómenos de riscos de inundações e pela densidade populacional que tem. Relembro ao Sr. Secretário Regional que a sua Secretaria vai investir muito dinheiro no reperfilamento da Ribeira de São Bento que foi uma das últimas que veio por fora, que tem um historial de desgraças, de mortes, de perdas materiais e humanas, e que veio por fora nas cheias de setembro último, da mesma maneira que uma enxurrada afetou o centro histórico, que inundou o centro histórico com consequências na baixa de Angra e na baía de Angra também, que tem a ver com o percurso antigo da Ribeira dos Moinhos, e que também não está referida neste documento como zona de risco de inundação. É recente, ao mesmo tempo é antiga e é histórica.

Se toda essa gente consultada e se todas essas instituições fizeram um trabalho de pesquisa do passado como é que foi possível esquecer a zona que tem maior densidade populacional de todas estas que aqui estão?

Portanto, Sr. Secretário, o que está no documento está bem, o que está mal é o que está fora do documento, mas isso pode ser corrigido e acrescentado em revisão do diploma como aqui foi dito e foi salientado quer pelo Sr. Secretário, quer pelo Deputado José Contente. O problema é quando o diploma é aprovado e já precisa de ser revisto e depois é preciso ver se o diploma cumpre a lei e está em condições de ser aprovado e não vai ser devolvido a esta Assembleia e não vamos fazer aqui um trabalho inútil e pouco competente.

Muito obrigado, Sr. Secretário.

Deputados Bruno Belo e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

A intervenção do Deputado Luís Rendeiro vem na senda das questões que eu ia levantar exatamente ao Sr. Secretário.

Eu ouvi com atenção quem foi auscultado. Aliás, o representante da AMRAA vai à CAPAT dar a sua opinião sobre um documento fechado e elaborado. Aquilo que é dito aqui é que os municípios tinham que ter participado ativamente na elaboração deste documento, até porque são os principais gestores das questões relacionadas com risco e todas as questões da legalidade associadas, porque o CDS não está disponível para atropelar quem quer que seja e vir aqui a este plenário discutir e votar um documento que não está em condições legais de o fazer.

Deputado André Bradford (PS): Ontem, no Orçamento Participativo não houve problema nenhum!

A Oradora: Portanto, eu agradecia que para em consciência poder votar este documento que o Sr. Secretário me garantisse que estas críticas e queixas levantadas pela AMRAA não fazem qualquer sentido.

Como o Deputado Luís Rendeiro já disse e bem nunca foi desmentido pelo Governo, mas o Sr. Secretário tem oportunidade agora, aqui, de desmentir, dizer que isto não corresponde à verdade e que não faz qualquer sentido estas críticas da AMRAA.

Muito obrigada.

Deputado André Bradford (PS): Não me diga que está preocupada com ilegalidades!?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José Contente tem a palavra.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Penso que já foi admitido e também penso que bem e com bom senso que este diploma tecnicamente é irrepreensível, que é muito importante para a Região Autónoma dos Açores e que independentemente de algumas coisas que foram levantadas aqui ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E que são graves!

O Orador: ... que temos esse consenso nesta matéria.

Mas também gostaria de dizer que para nós, deputados, acho que há dois espaços de debate: um primeiro foi na comissão, na CAPAT, em que ouvimos o representante das autarquias, elaborámos um relatório, que foi aliás elaborado depois da audição do representante das autarquias. Como o Sr. Secretário disse há pouco, os presidentes de câmaras, ou os seus representantes foram ouvidos naquelas autarquias que inicialmente fizeram parte do Conselho Consultivo onde havia bacias hidrográficas selecionadas por critérios objetivos e técnico

científicos e, portanto, estava, como está, garantida a primeira validade e fiabilidade do documento que nós estamos a aprovar.

Por isso, há aqui um momento da audição do representante das autarquias e depois há naturalmente um relatório que é produzido que transita para aqui.

Eu penso que não há ilegalidade nenhuma, porque nós temos de trabalhar com a matéria escrita que trazemos de um relatório final em que podia ter havido mais dúvidas posteriores e não as houve, por isso é que o relatório aqui está, e por isso estamos em condições de ter como séria e como correta a informação dada em sede de audição.

Por outro lado, também gostava de dizer que este diploma está sendo aprovado aqui, nesta Casa, com os cuidados que também já foram ditos aqui, ou seja, as situações que foram de algum modo consideradas importantes, Sr. Deputado Luís Rendeiro, estão elas propriamente previstas no próprio diploma, porque há um dinamismo neste diploma que aliás até é acrescido com duas obras que estão em curso de cerca de 2 milhões de euros, uma das quais é mesmo na Ribeira de São Bento, que é de 1,7 milhões de euros. Por isso, até essa parte já está sendo contemplada pelo facto disto estar em curso.

Também foi dito aqui que o Governo Regional não vai ficar preso a este diploma se entretanto numa região como a nossa acontecer um outro problema pontual fora até destas bacias hidrográficas que estão aqui registadas.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Então o diploma não serve para nada!

O Orador: Não! O diploma serve, mas serve exatamente para ser utilizado com base nos critérios que aqui foram explicitados com muita clareza em relação a cada uma dessas bacias hidrográficas e em cada uma dessas bacias hidrográficas os critérios são objetivos, são claros, são exaustivos e por isso serviram para identificar as bacias e permitir que houvesse naturalmente medidas de prevenção e de mitigação de riscos se fosse o caso disso.

Agora, também foi dito aqui no princípio que este diploma parte do princípio que nós estamos numa região onde os riscos são naturais e de vez em quando há impossibilidade de os prever, são imprevisíveis, mas isso não coarta o Governo, nem a ação do Governo, como nunca coartou agora, nem no passado, para intervir em caso de situações de emergência ou de urgência.

Por isso, nós pensamos que o diploma não perde nenhuma validade, não perde nenhuma fiabilidade, nem nenhuma objetividade e não perde nenhuma autoridade legal também pelo facto de haver uma audição que foi feita e que está registada, que foi transitada para a Assembleia Legislativa Regional e que não foi contestada, porque efetivamente foi tida como fiável e como útil para a discussão em apreço neste momento.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Nesta altura temos que aqui esclarecer algumas questões. Fiquei ainda mais preocupado depois de ouvir o Deputado José Contento do que estava antes, isto porquê?

Porque o Sr. Deputado José Contento pela descrição que fez quase que diz que o diploma não serve para nada. “Temos aqui um papel, tem umas coisas previstas, mas se acontecerem coisas que não estão previstas, que não estão agendadas ...”

Um documento destes acaba por não ter a utilidade que era preciso ter.

Depois: gasta-se 1.7 milhões de euros numa obra de reperfilamento de uma ribeira que por aquilo que disse afinal não é de risco, não está contemplada numa zona de risco e ao mesmo tempo o documento deixa de fora uma zona que é mais densamente povoada que qualquer uma daquelas que está dentro do diploma. Portanto, o diploma em si está coxo à partida.

Quanto às questões de legalidade, oh, meus senhores, vamo-nos entender! A partir do momento em que a gente tem o representante da AMRAA que vem dizer uma coisa à comissão e outra coisa diferente aos órgãos de comunicação social, das duas, uma: ou não teve credibilidade a audição do representante da AMRAA porque ele não sabe o que diz, ou então tem credibilidade porque o Governo não sabe o que faz.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Deputado Francisco Coelho (PS): O fundamental é que esta Assembleia sabe o que faz!

O Orador: Isso tem que ser esclarecido aqui.

Oh, Sr. Deputado Francisco Coelho, o senhor é presidente da comissão devia estar muito preocupado com isto que aconteceu ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e com as declarações do representante da AMRAA, porque as audições da AMRAA dão sempre barraca na sua comissão. Já viu a chatice!?

Em vez de estar ...

Deputado Francisco Coelho (PS): “Sua comissão”! O senhor é bairrista!

O Orador: Na comissão que o Sr. Deputado preside.

O Sr. Deputado em vez de estar com esses apartes divertidos e jocosos (isto é uma barraca!) devia estar preocupado com os trabalhos da sua comissão.

Muito obrigado.

Deputado Francisco Coelho (PS): Mas qual é a barraca?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

(Aparte inaudível)

O Orador: Até porque não há machado que corte a raiz ao pensamento.

Vamos esclarecer.

Sr. Deputado Rendeiro, eu percebo o entusiasmo da sua intervenção, mas é preciso algum cuidado e alguma calma.

Desde logo quero esclarecê-lo: eu não tenho aqui nenhuma comissão minha, não tenho esse sentido proprietário.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A comissão que o senhor preside!

O Orador: Não tenho esse sentido proprietário!

Ponto dois: eu tenho sempre a esperança e até devo dizer que é a impressão que me fica por aquilo que vejo, que os Srs. Deputados do PSD estão com empenho e com sentido construtivo na CAPAT como espero que estejam noutras comissões.

Que eu saiba, Sr. Deputado, aquilo que cada um diz não sei porque é que é uma barraca para a minha comissão.

Eu não estou a ver aqui barraca nenhuma, nem vou referir a deselegância do seu repto para mim por acaso coincidir com a única reunião da CAPAT em que por motivos meteorológicos eu não estive presente, nem sequer vou por aí, porque acho que não é necessário. Independentemente disso as suas palavras são obviamente desnecessárias e objetivamente deselegantes.

Depois, Sr. Deputado, talvez seja melhor ...

O PSD é sempre assim! O que existe nunca chega.

Quando no tempo do PSD não havia nada estávamos bem.

No tempo do PSD, por exemplo, não tínhamos nenhum problema com programas ocupacionais. Eles não existiam. Está a perceber-me?

Portanto, estava tudo ótimo.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Fale desse diploma, Sr. Deputado!

O Orador: O Sr. Deputado acha talvez que nós estamos melhor ao nível de proteção civil sem haver critérios, previsões concretas sobre zonas de risco que mais que não seja ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Reveja este diploma! O Sr. Deputado é licenciado em direito!

(Apartes dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Quando o terceiro anel do PSD se calar ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Depois de 20 anos ainda dá que falar!

O Orador: Que mais que não seja, dizia eu, podem ser aplicadas por analogia. Também não percebo bem (aliás, eu percebo!) a sua angústia existencial ao nível técnico-jurídico acerca deste diploma.

Este diploma que eu saiba é um Decreto Legislativo Regional.

A Sra. Deputada Graça Silveira disse de uma forma um bocadinho pitoresca que na comissão o diploma já estava fechado.

Eu gostava de esclarecer a câmara que neste momento podem entrar propostas de alteração a este diploma. Portanto, este diploma não está fechado.

As propostas de alteração, segundo o nosso Regimento, podem entrar até ao fim do debate na generalidade que é onde estamos.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Estou a referir-me aos princípios!

O Orador: O que é que aconteceu a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional ao nível dos seus trabalhos preparatórios de acordo com o Regimento desta Casa?

A AMRAA foi ouvida. A AMRAA foi ouvida! Ponto.

Não vejo qual é a dúvida formal acerca deste diploma.

Muito obrigado.

Deputado José Contente (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco Coelho, dou-lhe de barato que o meu uso da palavra “barraca” possa ter sido excessivo neste Parlamento.

Deputado Francisco Coelho (PS): Foi genuíno!

O Orador: Dou de barato!

Agora, também registei que não é nem a primeira vez, nem a segunda, nem talvez a terceira que o Sr. Deputado faz comentários jocosos a coisas que correm mal.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): É preciso ter lata! Chama-se ironia!

O Orador: E correu mal! Já vou explicar.

Segundo uma notícia de jornal que não foi desmentida nem pelo Governo, nem pela Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores que prestou declarações na comissão, declarações as quais todos nós ouvimos (o Sr. Deputado que preside à comissão não estava presente, mas estava muito bem representado pela Sra. Secretária/Relatora que presidiu aos trabalhos e não é motivo de brincadeira) ...

Deputado Francisco Coelho (PS): E por todos os deputados!

O Orador: ... um conjunto de declarações do responsável da AMRAA que não levantaram nenhuma das questões da gravidade das que estão noticiadas ao nível da legalidade e do direito e sendo o presidente da comissão licenciado em direito pelo menos não devia brincar com as questões que estão aqui a ser levantadas, porque voltamos ao início.

O relacionamento da nossa comissão e dos trabalhos que temos feito com aquilo que são os depoimentos pedidos à AMRAA não tem sido fácil. Há de dar-me essa de barato também, porque também é genuíno.

Deputado Francisco Coelho (PS): Mas quer falar sobre isso? Quer fazer psicanálise?

O Orador: Não tem sido fácil!

Eu não vou fazer psicanálise nenhuma, porque eu não sofro desse tipo de patologia, agora pelos vistos aqui nas declarações dadas dentro e fora da comissão alguém sofre, porque volto ao mesmo: ou o representante da AMRAA não sabe o que diz, ou o Governo não sabe o que fez.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Se calhar é as duas coisas!

O Orador: E isso é que temos de esclarecer, porque de facto os diplomas têm de estar em condições de ser aprovados de legalidade e o conteúdo tem de ser o mais abrangente possível.

Deputado André Bradford (PS): Mas o que vale mais: o que ele disse em comissão ou aos jornais? O homem foi à comissão e disse que estava tudo bem!

O Orador: Claro que este diploma pode ser suscetível de propostas de alteração, mas duvido que haja algum grupo parlamentar que tenha os meios quer técnicos, quer humanos para poder fazer um levantamento das deficiências deste diploma para o corrigir com as capacidades que têm os departamentos do Governo. O Sr. Deputado também sabe isso muito bem.

Portanto, vamos tratar de ser sérios na discussão das coisas.

Nós estivemos na comissão e o Sr. Deputado assistiu a parte dos trabalhos, a sua Secretária/Relatora assistiu à totalidade dos trabalhos. Todos os grupos parlamentares tiveram uma postura extremamente construtiva na abordagem deste diploma, continua a ser, mas isso não faz com que nenhum de nós se demita da responsabilidade que tem no tratamento disto, agora com estes factos que vieram a lume no dia 13 e é essa a questão que a gente tem de colocar.

Muito obrigado pela sua atenção, Sr. Deputado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não queria eternizar esta discussão, até porque gostaria de ouvir da boca do Sr. Secretário uma confirmação em relação a esta situação, mas não percebi muito bem a adjetivação de “pitoresco” da minha intervenção, penso que pouco feliz da sua parte, até porque em relação ao Sr. Deputado Francisco Coelho não tenho qualquer reparo a fazer. É sempre da maior correção na comissão da qual faço parte.

Aquilo que eu disse e se ouviu bem foi que os municípios aquilo que queriam e pretendiam era ter participado, a AMRAA queria ter participado de uma forma ativa na elaboração do documento e que à AMRAA só lhe foi dada a possibilidade de ter ido à comissão ser ouvida quando o documento já estava fechado.

Sr. Presidente, nós sabemos que em termos de trabalho parlamentar o documento continua aberto. Eu estava a referir-me à AMRAA.

Agradeço a sua explicação pedagógica sobre o funcionamento das comissões, mas não percebeu bem aquilo que eu estava a querer dizer.

Deputado Francisco Coelho (PS): Percebi, percebi! A Sra. Deputada é que continua sem perceber!

A Oradora: Agradecia que o Sr. Secretário respondesse à questão que lhe coloquei.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente** (*Luís Neto Viveiros*):

Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Gostaria de centrar o debate naquilo que de facto aconteceu ao longo da elaboração deste documento que é um plano setorial que respeitou todas as fases que um plano desta natureza respeita à semelhança de tantos outros que ao longo desta legislatura já subiram à discussão neste plenário.

Portanto, quero aqui dizer com toda a clareza que foram respeitados todos os preceitos legais que um plano desta natureza exige.

E mais! Estive novamente a reler aquilo que disse em audição o Sr. Representante da AMRAA em que diz que “o Sr. Representante enfatizou a necessidade e a importância de se ouvirem os municípios de forma efetiva” e por aí abaixo. Ora, é importante que eu o diga (já repeti e volto a repetir), que os municípios afetados foram incluídos na Comissão Consultiva que acompanhou todo o processo. Portanto, melhor acompanhamento, melhor envolvimento do que este, Sras. e Srs. Deputados, não me parece que possa existir.

Queria garantir à câmara que foram respeitados todos os preceitos legais que um diploma desta natureza exige e que foram envolvidos de forma efetiva os representantes das autarquias mais diretamente envolvidos neste processo.

Aquilo que dizem os representantes aos órgãos de comunicação social naturalmente que é da responsabilidade de cada um.

Muito obrigado.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado José Contente tem a palavra.

(*) **Deputado José Contente** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu só volto ao debate porque queria reafirmar duas coisas que já disse aqui.

Em primeiro lugar, e o Sr. Secretário acabou por dizer, este diploma em matéria processual até chegar aqui até foi sindicado várias vezes. Portanto, nós estamos a falar de um diploma que teve várias etapas de audição de muitas entidades e que foi construído, como já foi também admitido aqui, numa base técnica fundamentada e científica.

Portanto, eu acho que nós estamos um bocadinho a atermo-nos a uma situação que nem sequer foi tida dentro da comissão parlamentar que avalia a legalidade destas questões, que depois mais nenhum partido, mesmo depois dessas declarações, suscitou dúvidas ao Sr. Presidente da CAPAT para se fazer uma nova comissão para eventualmente dirimir essas dúvidas ou essa eventual contradição e, por isso, isso significa que o relatório foi tido como bom até agora e já se passou o tempo suficiente para que pudesse ter havido uma segunda reunião da CAPAT para eventualmente dirimir qualquer dúvida que ficasse a qualquer partido.

Portanto, nós estamos a falar aqui de facto de um processo altamente construtivo, num processo bem fundamentado, num processo que foi visto por toda a gente como um processo legislativo de um diploma que é importante, que faltava na Região, que nos pode permitir a atuação em zonas de risco grave. Depois, eu também não vejo nenhum problema de haver algumas situações, algumas estão em obras, ou que são importantes na ótica de qualquer partido e que eventualmente estejam fora dessas zonas consideradas de maior risco, porque elas estão classificadas com base em critérios objetivos e não é pelo facto de nós entendermos que há uma situação que para nós é importante que ela é mais importante do que aquela que conduziu à classificação objetiva dessas bacias hidrográficas.

Por isso, Sr. Deputado Luís Rendeiro, eu também não penso que seja por nós conhecermos (e eu conheço o que é que aconteceu, porque até vivi na Terceira

na altura, em São Bento, na altura que houve a inundação) uma situação pontual

...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não é pontual!

O Orador: ... e que eventualmente considera e é considerada ...

Mas não é só essa Ribeira de São Bento! Como a Ribeira de São Bento, talvez a da Casa da Ribeira, talvez também da Ribeira dos Regatos e em outras ilhas há algumas que também de vez em quando transbordam e que estão a ser integradas neste processo global de gestão do risco e, por isso, o que nos parece é que o diploma tem todas as condições para ser aprovado e é um diploma também, como já se viu aqui, que está aberto a retificações para além daquilo que é mais importante, que é a mitigação do risco através dos serviços e do Governo Regional (oxalá que nunca aconteça) quando acontecer alguma situação inesperada ou grave que, independentemente deste articulado e deste diploma, vai ter resposta imediata e própria, como tiveram todas as catástrofes na Região Autónoma dos Açores e sempre terá que ser assim.

Por isso, não é uma questão do diploma não servir. É uma questão deste diploma estar construído com bases técnicas, científicas e objetivas e como disse (e bem) se o grupo parlamentar do PSD e os outros grupos não têm agora instrumentos técnicos, nem fundamentação técnica para poder arranjar propostas de alteração, é porque eu acho que consideram que as propostas que aqui estão são fundadas ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O problema não é o que está no diploma, o problema é o que não está!

Deputado António Marinho (PSD): Não tem nada a ver com isso!

O Orador: ... em aspetos técnicos e aspetos que garantem a fiabilidade do diploma.

Não percebo de facto porque é que essas dúvidas foram levantadas neste momento, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Eu já lhe vou explicar!

O Orador: ... porque o diploma na sua globalidade é um diploma positivo, tecnicamente bem fundamentado e tem legalidade, como já foi dito aqui, para ser aprovado, mas nós sabemos também no Partido Socialista que às vezes nesta altura a paciência é amarga, mas o fruto é mais doce.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

Deputado Francisco Coelho (PS): Sra. Presidente, eu estou inscrito? Eu já me inscrevi há 10 minutos!

Presidente: Eu peço desculpa, Sr. Deputado, mas não reparei que se tinha inscrito, mas irei inscrevê-lo de imediato.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Contente, o Governo Regional de maioria socialista e a AMRAA de maioria socialista tiveram desde o dia 13, ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Ah! Devia começar por aí! Já percebemos!

O Orador: Eu sei que o Sr. Deputado já está inscrito e certamente vai poder dirimir argumentos no debate em que já está a participar.

Deputado Francisco Coelho (PS): Os apartes são regimentais! Não são só desse lado!

O Orador: A AMRAA e o Governo Regional de maioria socialista tiveram desde o dia 13 até hoje oportunidade para fazer aquilo que o Sr. Secretário hoje fez, que foi desmentir as declarações do representante da AMRAA.

Portanto, quando eu perguntei ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Sim, senhor! A gente trabalha para a comunicação social!

O Orador: Não, não! Para esclarecer a verdade!

... o que é que se tinha aqui em mãos: se era um representante da AMRAA que não sabia o que diz, ou um Governo que não sabia o que faz, ficámos hoje a saber que o representante da AMRAA não sabe o que diz. Foi isso que ficou aqui clarinho como água.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: É que pelos vistos o Governo sabe o que faz, por aquilo que foi dito pelo Sr. Secretário e também pelo Deputado José Contente, mas o representante da AMRAA não sabe o que diz e também é importante que isso fique esclarecido aqui e que os senhores não se entenderam e não clarificaram perante a opinião pública. Primeiro ponto.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado José Contente (PS): Os senhores ficam presos às miniconferências!

O Orador: Segundo ponto.

Sr. Deputado José Contente, eu vou repetir-lhe mais uma vez, porque o senhor está a fazer de contas que não percebeu e eu sei que o senhor percebeu.

O problema do documento não é o que lá está e o modo como foi elaborado e estudado o que lá está.

Deputado José Contente (PS): O que lá não está são as ilhas todas!

O Orador: O problema do documento é o que não está e o que não está no documento é uma zona que é objetivamente de risco, que tem a história, que tem o historial, que tem a tragédia e que é apenas a segunda zona mais densamente povoada da Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado José Contente (PS): Sabe quantas ribeiras existem nos Açores?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS)**: Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu pedi novamente a palavra porque creio que há aqui algumas questões que são importantes esclarecer.

Desde logo e relativamente à Sra. Deputada Graça Silveira, não está na sala, mas eu esclareço-a na mesma, há de ler depois nos jornais. O Sr. Deputado Luís Rendeiro há de fornecer-lhe daqui a três ou quatro dias a revista de imprensa.

Eu queria lembrar ou relembrar à Sra. Deputada Graça Silveira que os documentos, ...

Deputado António Marinho (PSD): Está deslocada!

O Orador: Pois, deslocada prejudica-me um bocado a perceção imediata.

... que os Decretos Legislativos Regionais têm todos as mesmas regras e que, portanto, o Decreto Legislativo Regional que aqui estamos a analisar pode, neste momento, sofrer, ao serem apresentadas em tempo, propostas substantivas, radicais (substantivas em qualidade e em quantidade) acerca do seu conteúdo.

Isto para dizer que qualquer alteração está em tempo, qualquer parecer ou qualquer exercício substantivo de influência também está neste momento em tempo e é bom que isto fique claro.

Também queria deixar absolutamente clara outra coisa.

A CAPAT na sua convocatória, nos seus trabalhos preparatórios, nesta reunião, como na generalidade das suas reuniões fez o que tinha a fazer, fê-lo bem e fê-lo em tempo.

Aliás, se há coisa que eu até esperava e esperava que houvesse aí alguma unanimidade é que os deputados todos da CAPAT estivessem de consciência tranquila acerca do trabalho da CAPAT.

O Sr. Deputado Luís Rendeiro numa altura de maior emoção e quiçá de maior verdade veio lembrar-nos qual é a postura que ele tem relativamente à CAPAT.

Não fique preocupado, Sr. Deputado. Nós temos consciência do trabalho da CAPAT e também sabemos sempre que em última análise, porque a maioria é isso também, nós somos os responsáveis.

Eu quero dizer-lhe que assumimos essa responsabilidade da primeira à última reunião e vamos continuar a assumi-la. Podemos assumi-la sozinha se preciso for, porque estamos, a este respeito, perfeitamente à vontade. A CAPAT fez bem.

Agora, o Sr. Deputado, ao fim de quatro anos já fez alguma aprendizagem de uma velha tática do PPD que é: a angústia do Sr. Deputado não é a CAPAT. A angústia do Sr. Deputado é a comunicação social.

O Sr. Deputado ficou dúvidas. O Sr. Deputado não sabe o que é que há de fazer.

Deputado António Marinho (PSD): Não tem nada a ver!

O Orador: Sr. Deputado, penso que V. Exa. e o seu grupo parlamentar precisam de uma consulta, mas vão ter que arranjar consultores.

O Partido Socialista e os membros do Partido Socialista nesta comissão não têm qualquer dúvida acerca da regularidade formal deste diploma. Portanto, para nós o problema está resolvido.

A angústia existencial que o PSD, pela voz de V. Exa., tem vão ter que a resolver e que vão ter que a votar.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Rendeiro inscreveu-se para o debate?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ainda tenho tempo para debater, Sra. Presidente?

Presidente: Tem, Sr. Deputado

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu tinha-me inscrito inicialmente para um protesto, mas uma vez que ainda tenho tempo para debater vou tentar ser o mais sucinto possível, porque julgo que as posições já estão todas dirimidas, mas não posso deixar de fazer uma pequena referência a esta última intervenção do Sr. Deputado Francisco Coelho. Eu podia ter pedido um protesto, podia ter pedido a defesa da honra, mas acho que há afirmações que ficam com quem as profere.

Eu não vou fazer nenhum tipo de referência à sugestão de consulta que o Sr. Deputado aqui fez, porque foi feia e não dignifica o Sr. Deputado, ...

Deputado Francisco Coelho (PS): É feia, é! Barraca é que fica bem!

O Orador: ... o seu percurso nesta Casa, a antiguidade que tem e as responsabilidades que teve. Não dignifica!

Depois, o meu termo barraca, que eu já admiti como tendo sido excessivo, veio de uma outra questão também menos feliz da sua parte. É que a preocupação dos partidos da oposição e do PSD não foi a comunicação social, foi a legalidade do diploma.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Então tivesse dito isso!

O Orador: Foi a legalidade do diploma!

E porque o Governo não teve coragem de em tempo útil desmentir o socialista que representou a AMRAA na comissão e que prestou declarações à comunicação social veio para aqui fazer piadinhas, que é aquilo que o Sr. Deputado Francisco Coelho faz quando lhe falta em conteúdo. Foi isso que aconteceu.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, os partidos nos quatro anos e o Luís Rendeiro como deputado na CAPAT nos quatro anos tem tido sempre uma postura construtiva, como teve aqui hoje. A preocupação é de legalidade. Pelos vistos a preocupação

de V. Exa. não foi e estas afirmações que fez ficarão consigo. Foram muito infelizes.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver inscrições. Sendo assim vamos passar à votação.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para o debate e votação na especialidade.

Julgo, perante a unanimidade na generalidade, que poderei colocar à votação conjunta todos os artigos do diploma.

Julgo não haver oposição.

Sendo assim vamos então votar em conjunto todos os artigos que compõem esta Proposta de DLR.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos então agora à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Concluimos assim o ponto nove da nossa Agenda. Passamos para o ponto 10: **Apresentação do Relatório Final do Grupo de Trabalho “Acompanhamento do Fim do Regime de Quotas Leiteiras nos Açores”**.

Para este relatório cada bancada parlamentar, assim como o Governo, dispõe de cinco minutos que podem utilizar uma única vez e dou a palavra ao Sr. Deputado António Toste Parreira para a apresentação do relatório.

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA GRUPO DE TRABALHO

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO FIM DO REGIME DE QUOTAS LEITEIRAS NOS AÇORES

O presente Grupo de Trabalho surge na sequência da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 6/2015/A, de 23 de fevereiro, que dispõe, na sua parte resolutiva:

“1 – Encarregar a Comissão Permanente de Economia de acompanhar o impacto social e económico do fim do regime de quotas leiteiras nos Açores.
2 – Em resultado deste acompanhamento, deverá ser elaborado um relatório final que deverá ser apresentado na Sessão Plenária de julho de 2016.”

Para efeitos do disposto na Resolução acima referida foi criado o Grupo de Trabalho constituído pelos seguintes Deputados:

- Duarte Moreira – PS – Coordenador
- António Toste – PS – Relator
- Rogério Veiros – PS (substituído pelo Deputado André Rodrigues - PS)
- Renato Cordeiro – PSD

- Graça Silveira – CDS/PP
- Lúcia Arruda – BE (substituída pela Deputada Zuraida Soares - BE)
- Paulo Estevão – PPM

Audições e visitas realizadas

- Indústrias Leiteiras dos Açores;
- LactAçores;
- Federação Agrícola dos Açores;
- Associações de Produtores dos Açores;
- Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA);
- Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas dos Açores (IAMA);
- Alta Autoridade da Concorrência;
- Comissão Especializada em matéria de Agricultura da Assembleia da República;
- Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural;
- Secretário Regional da Agricultura e Ambiente;
- Autoridade de Segurança Alimentar Económica (ASAE).

O regime de quotas leiteiras foi criado no ano de 1984 pela então Comunidade Económica Europeia, como resposta à acumulação de excedentes de produtos lácteos e evitar, pela limitação de produção, a queda dos preços resultante de uma oferta superior à procura e conseqüente aumento da competitividade do sector.

O sistema de quotas permitiu, em todo o espaço da União Europeia, o desenvolvimento sustentado da produção de leite, contribuindo para adequar a oferta à procura, permitindo a sustentabilidade ao longo de toda a fileira do leite.

Mais de 90% da produção europeia de leite, antes do fim do regime de quotas leiteiras, era consumido no todo do espaço europeu, o que é demonstrativo desse equilíbrio entre a procura e a oferta que o regime de quotas permitiu.

Nos Açores, ao longo do tempo da vigência do regime de quotas leiteiras, assistiu-se a uma evolução notável, quer em termos quantitativos, quer qualitativos, fruto do esforço de modernização e reestruturação da estrutura produtiva, com reflexos no número de explorações e de efetivos, modernização da estrutura produtiva, ganhos de rentabilidade e produtividade, tendo a produção global da Região aumentado cerca de 40% ao longo desse período.

Na agroindústria verificou-se um conjunto muito significativo de investimentos que levaram à sua modernização, permitindo um assinalável aumento da sua capacidade produtiva, aumento da qualidade e, embora em menor grau, no aparecimento de alguns produtos de maior valor acrescentado.

Na Região Autónoma dos Açores é evidente a concentração da estrutura da produção primária e da indústria agro transformadora na fileira do leite e desde há 15 anos que a fileira do leite apresenta um enorme dinamismo.

Fruto desta evolução, o setor primário tem uma importância na economia regional muito elevada quando comparada com as médias nacionais e europeias, verificando-se o aumento do seu VAB – Valor Acrescentado Bruto entre os anos de 2008 e 2011.

Com um contributo decisivo para esta importância do setor primário e para o seu peso na economia Regional, está toda a fileira do leite que representa 70% do peso do sector primário na economia Regional, mais de 30% da produção nacional de leite e 50% da produção de queijo.

O peso da fileira do leite nos Açores, o facto de não existir uma alternativa imediata à produção de leite e atendendo às condições edafoclimáticas favoráveis à produção de pastagem, merecem que a Assembleia Regional se

debruce sobre este setor e faça o acompanhamento dos efeitos económicos e sociais do fim do regime de quotas leiteiras.

De forma a contribuir para o melhoramento do setor agropecuário Açoriano que atravessa algumas dificuldades, decorrentes de uma diversidade de fatores, foi elaborado o presente Relatório, onde se pretende demonstrar a atual situação, em particular a fileira do leite, as expetativas e as possíveis soluções a desenvolver num setor fundamental e estratégico para a economia dos Açores; Assim, após diversas audições realizadas a industriais, a cooperativas, a organizações de produtores, ao Secretário Regional da Agricultura e Ambiente, ao Ministro da Agricultura e a Autoridade de Segurança Alimentar, foram referidas dezenas de questões, quer comuns quer específicas, se afiguram relevantes para que sejam expostas a título de conclusão, de modo a que a partir delas se possam definir estratégias e orientações para a melhoria do setor.

Conclusões

- O setor agropecuário Açoriano assenta a sua atividade na produção pecuária, sendo a produção de leite a principal e mais importante atividade;
- A produção de leite nos Açores é a atividade que se encontra melhor organizada numa lógica de fileira, estruturada numa indústria modernizada;
- Apesar da modernização verificada na indústria de lacticínios, existe ainda algumas unidades industriais com necessidades de investimentos, que permitam a transformação do leite em novos produtos e de maior valor acrescentado;
- A produção de leite excede cerca de 5 a 6 vezes a procura local, representando 32,5% do total do leite produzido por Portugal, em apenas 2% da Superfície Agrícola Útil (SAU) nacional;
- A expedição de leite e produtos lácteos faz-se essencialmente para o continente Português;

- A produção de leite nos Açores aumentou de forma muito expressiva nos últimos 20 anos, passando de 350 milhões de litros para 609 milhões de litros em 2015, a maior produção de sempre entregue nas fábricas;
- O processo de reestruturação do setor tem sido contínuo, verificando-se uma diminuição dos produtores e um aumento persistente da produção total e da produção média por exploração, que se situou, em 2015 nos 220 mil litros;
- Este aumento foi conseguido através da melhoria da produtividade, pela implementação de melhores práticas de manejo das explorações, pela melhoria das infraestruturas e sobretudo devido ao redimensionamento das explorações conseguido em grande medida com processos de reformas antecipadas e resgates leiteiros;
- Houve uma assinalável melhoria da qualidade do leite entregue nas fábricas pelos produtores, quer ao nível de células somáticas quer ao nível microbiano;
- O Governo dos Açores tem vindo a implementar medidas que visam um setor da produção de leite mais moderno e competitivo, o qual tem vindo a se modernizar e a profissionalizar, muito pelos investimentos efetuados pelos produtores nas suas explorações;
- Apesar da modernização verificada na agroindústria, há ainda a necessidade de apostar mais em produtos de maior valor acrescentado e diferenciadores no mercado;
- O peso da produção de leite na economia dos Açores obriga a uma atenção cuidada por parte das autoridades Nacionais e Comunitárias, relativamente aos impactos que o fim do regime das quotas leiteiras estão a ter na economia Regional, sendo que a atual situação dos mercados dos produtos lácteos aponta para que o fim do regime das quotas leiteiras continue a provocar impactos muito negativos nas explorações leiteiras dos Açores;

- É uma evidência, resultante quer das audições quer das estatísticas, o impacto que a situação internacional dos mercados, nomeadamente o embargo Russo, a restrição de consumo por parte da China, bem como a crise económica de alguns países produtores de petróleo, aliado ao aumento da produção que a liberalização da produção de leite provocou, está a ter no rendimento dos produtores;
- Desde o final de 2014 que o rendimento dos produtores tem vindo a diminuir de forma acentuada, tendo diminuído de 2014 para o primeiro trimestre de 2016, 8,87%, contrariando uma tendência positiva e de constante aumento do preço do leite, verificado desde 2011 até 2014;
- A evolução do preço médio do leite pago aos produtores, segue, nos Açores, a mesma tendência de diminuição acentuada que se verifica a nível nacional e comunitário, resultante do excesso de oferta de leite no mercado europeu e mundial, entre outros;
- Face à atual situação de mercado e ao aumento da produção a nível europeu, as indústrias dos Açores já estão a se confrontar com dificuldade no escoamento dos seus produtos, existindo já restrições aos produtores na entrega de leite por parte de algumas indústrias;
- É importante continuar a reduzir os custos de produção, nomeadamente através do incentivo ao emparcelamento, ao melhoramento das pastagens e à produção de melhores forragens (milho e erva);
- Relativamente à implementação do PCOL (Plano de Controlo Oficial de Leite Cru) nos Açores, trouxe bastantes benefícios à qualidade do leite;
- Os produtos dos Açores comercializados como marca branca, são uma má estratégia para o setor, uma vez que possuem margens de lucro inferiores do mesmo produto comercializado com as respetivas marcas açorianas.

Recomendações

- A atual situação do setor dos lacticínios nos Açores e em toda a Europa exige uma resposta firme e célere da Comissão Europeia. Importa que a Comissão intensifique esforços no sentido de desenvolver um instrumento capaz de regular o preço do leite pondo cobro à volatilidade de preços a que temos assistido. Só desta forma será possível proteger os produtores de leite europeus, sobretudo aqueles cuja produção assenta em pressupostos de qualidade e de sustentabilidade ambiental, como é o caso do leite produzido na Região. Defende-se, por isso, que a CE se dote dos meios financeiros necessários para que o instrumento a desenvolver possa fazer face à desregulamentação da produção e do mercado que se vive atualmente;
- Recomendar ao Governo da República que continue a desenvolver esforços no sentido de que a União Europeia não desista de assumir uma política agrícola comum;
- Reforçar, ao nível europeu e nacional mecanismos de regulação da produção e o controlo de preços ao longo de toda a cadeia alimentar, criando regras claras no relacionamento entre a produção, a transformação e a distribuição evitando, por esta via, o esmagamento de preços e a injustiça na distribuição do rendimento na cadeia de valor.
- Defender a aprovação de uma regulamentação europeia que permita a adoção generalizada de denominação de origem do leite nos produtos láteos, extensiva a produtos que incorporam leite, tornando obrigatória a identificação da origem do leite.
- Incentivar a UE a tomar medidas de estímulo ao aumento do consumo de produtos lácteos no espaço europeu;
- Exigir da UE discriminação positiva para as RUP's, com reforço do POSEI;

- Continuar a apostar e reforçar a imagem dos produtos dos Açores, ligada ao bem-estar animal e ao ambiente natural, desincentivando a intensificação;
- Desenvolver campanhas de promoção e comunicação, explorando as características únicas do leite dos Açores e do seu modo de produção, como o são a qualidade ambiental, o bem-estar animal (gado de pastagem) e a qualidade nutritiva do leite. O selo da marca Açores deve ser tido em conta nestas campanhas.
- Incentivar a diversificação e especialização das unidades industriais, de modo a desenvolverem produtos com maior valor acrescentado e com maior rentabilidade;
- Recomendar ao Governo da República que integre as indústrias Açorianas nas missões diplomáticas/empresariais, sempre que estejam em causa interesses para a fileira do leite dos Açores;
- Definir países alvo para a entrada em novos mercados, fora dos mercados tradicionais;
- Reforçar as exportações para o mercado da saúde, nomeadamente para os EUA e Canadá;
- Reforço das medidas que incentivem a produção de pastagens e forragens, reforçando apoio às culturas arvenses, diminuindo a dependência das importações para a alimentação animal;
- Reforçar o investimento em infraestruturas agrárias, designadamente em caminhos agrícolas e rurais, abastecimento de água e eletrificação das explorações leiteiras, como via para a diminuição de custos das explorações;
- Reforçar o relacionamento entre centros de investigação, entre eles, a Universidade dos Açores, e a Indústria, no sentido de encontrar produtos

diferenciados, assim como na certificação de características já existentes (CLAA e Ómegas 3);

- Continuar a incentivar o consumo de produtos regionais, entre eles os lácteos, na restauração local e a hotelaria, assim como a sua promoção;
- Reforçar o aconselhamento técnico das explorações, continuando a apoiar as associações de produtores com os necessários meios técnicos e financeiros;
- Criar mecanismos de fiscalização, nomeadamente ao nível da legislação, que garantam um maior controlo sobre a grande distribuição, de forma a evitar que os produtores sejam sistematicamente prejudicados.

O Relatório foi apreciado e votado na reunião do Grupo de Trabalho a 4 de julho de 2016, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na ilha de São Miguel, por maioria, com os votos a favor do PS, PSD, BE, com a abstenção do CDS/PP e com o voto contra do PPM.

O referido Relatório foi votado na Comissão de Economia a 5 de julho de 2016, no mesmo local acima mencionado, por maioria, com os votos a favor do PS, PSD, BE e com a abstenção do CDS/PP, estando ausente, justificadamente e sem direito a voto, na Comissão o PPM.

O Relator do Grupo de Trabalho, António Toste Parreira

O Coordenador do Grupo de Trabalho, Duarte Moreira

O Presidente da Comissão, Francisco Vale César

[\(Para consulta integral do Relatório do Grupo de Trabalho seguir o link\)](#)

Presidente: Obrigada, Sr. Relator deste Grupo de Trabalho.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Renato Cordeiro tem a palavra.

Deputado Renato Cordeiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

O estado em que encontramos o setor leiteiro Açoriano é de facto preocupante. Para além da situação difícil que se vive, há o receio do que será o futuro desta fileira, que cresceu com mérito próprio, evoluiu e atingiu um patamar que talvez nunca se imaginou que fosse possível, mas também ficou sujeita às oscilações de um mercado volátil e de políticas, tanto próximas como distantes, que quando alteram regras aqueles que mais sofrem são geralmente os que estão na base da fileira.

Apesar de tanto ouvir este Governo socialista, assim como o partido que o sustenta, falar em obra feita na lavoura, não faltou a reclamação dos representantes dos lavradores da falta de água, caminhos e eletrificação. O trabalho que os socialistas afirmam que tem sido feito, de facto não chega a todos, não é à toa que o lema do PS da campanha que se aproxima seja “fazer o que ainda não foi feito”.

Deputado Manuel Pereira (PS): Fazer o que está feito é uma coisa impossível!

O Orador: O mesmo se pode dizer do acompanhamento e formação dos produtores de leite. As formações que têm ocorrido, são na sua maioria, da responsabilidade das suas associações, onde aqui se faz o mérito da iniciativa e vontade dos nossos lavradores, queixando-se da inexistência de acompanhamento nas explorações pelas instituições públicas. O problema não está nos técnicos que aí trabalham, mas sim nos meios que disponibilizam. A extensão rural ainda é uma linha distante ao fundo do horizonte.

Nos Açores produz-se um dos melhores leites do mundo, acreditamos e defendemos isso.

Mas onde está a certificação das qualidades únicas dos nossos produtos?

Deputados Humberto Melo e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Onde está o que realmente os distingue?

Com a Autonomia, nasceu também a Universidade dos Açores, onde não foi por acaso que se definiu a necessidade de haver os departamentos de Ciências Agrárias e de Biologia. Este Governo deveria ter sido a ponte entre esta instituição, a produção e a indústria para que as características dos nossos laticínios fossem a razão de procura e não de forma indigna, estarem a concorrer por prateleiras pelo preço mais baixo. Faltou um verdadeiro incentivo para que esta relação fosse uma realidade, certificando de forma objetiva quais os benefícios de um produto criado e transformado em ilhas como as nossas.

Assim como faltou uma estratégia política para a agricultura.

Não é dito apenas pelo PSD Açores, os próprios representantes dos produtores de leite dos Açores é que o afirmam. De forma repetida, alarmante até, a Federação Agrícola dos Açores afirma que o sector do leite está perante um Governo que não é proactivo, que aquele que é o grande motor da economia Açoriana apresenta cerca de 60% dos produtores em falência técnica. Ao que chegamos!

Foi dito pelo Presidente do Governo dos Açores, que “não estamos perante um problema de produção, mas sim de mercado”, concordo, mas pergunto: O que fez o Governo em relação ao mercado existente e ao alcance de novos mercados?

Apregoam uma série de medidas, sempre bem-vindas à produção, mas em relação ao mercado e à distribuição dos nossos produtos lácteos, assiste-se a uma ausência de pro-atividade deste Governo, que se ocupa em arranjar desculpas e culpar quem os convém.

Se até ao final de 2015 a culpa do estado da agricultura se devia ao Governo da República e a Bruxelas, a partir de 2016 a culpa é só de Bruxelas.

Na visita realizada ao ministro Capoulas Santos foram colocadas duas questões: “com a redução de 50% do pagamento da Segurança Social por parte dos jovens

agricultores até ao dia 31 de dezembro de 2016, como iria proceder o Governo a 1 de janeiro de 2017?” Deu como resposta que era matéria da responsabilidade do Ministro das Finanças ou da Segurança Social, logo não tinha qualquer resposta. Não se pode admitir que esta situação se arraste, tendo sido criada pelo Governo da República em 2009, penalizando todos os jovens agricultores que iniciaram atividade a partir de 2011.

Nem se pode admitir que um representante do Governo não saiba o que irá acontecer daqui a uns meses, num assunto a que tem responsabilidade.

Também foi questionado da situação dos pagamentos por conta em sede de IRS e IRC, está em causa cerca de 1,8 milhões de euros, que no próximo dia 20 de julho irá sair dos bolsos dos nossos produtores, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... causando problemas de tesouraria, porque irão pagar a referência de 2014. Também não houve resposta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: São vários os apelos nesta matéria, tanto pelo PSD, como pela Federação Agrícola, e agora, quando deveria haver um entendimento entre os dois governos que são da mesma filiação política, não existe, quando a culpa não é de Bruxelas e somente do Governo da República.

Verificou-se no decorrer deste trabalho a falta de estratégia política, a falta de coragem para implementar políticas, assim como de contradizer os seus homólogos na República. Falta uma estratégia para a diversificação e certificação da produção Açoriana, o que permitia que esta se libertasse da concorrência pelo preço e se afirmasse pela sua qualidade.

Faltou um Governo que acompanhasse a vontade e iniciativa dos produtores Açorianos elevando-os ao lugar que merecem.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desde 2008 que está oficial e formalmente decidido por Bruxelas o fim das quotas leiteiras, mas como é hábito o Governo Regional entrou em processo de negação, de que isso não iria acontecer, de que tudo faria para que isso não acontecesse.

A verdade é que não havia nada que pudessem fazer para reverter esta decisão comunitária e aquilo que poderiam ter feito, que era preparar a Região para o fim das quotas leiteiras, não o fez.

O CDS sempre alertou que o modelo de desenvolvimento para o setor em que as explorações leiteiras para se tornarem economicamente rentáveis teriam que o fazer à custa do aumento do volume da produção com o fim das quotas leiteiras era um modelo que se tinha tornado obsoleto e que continuar a insistir, como foi feito, era no mínimo irresponsável.

Aliás, uma das conclusões deste relatório é que a estratégia da Região para o setor do leite terá que passar pela valorização e diferenciação dos produtos lácteos açorianos.

A verdade é que o Governo não implementou uma única medida para promover a qualidade do nosso leite pela via da valorização dos seus atributos nutricionais, que como nós sabemos é resultante de uma alimentação em pastagem. Ao contrário, apoiou a intensificação, nomeadamente subsidiando estabulação.

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Viveiros): Isso não é verdade!

A Oradora: Esta conclusão não consta do relatório.

Mais! As ajudas do POSEI à produção não contemplam qualquer incentivo à qualidade, mas sim à quantidade.

Mais! Só é possível produzir leite com qualidade com a implementação do plano de controlo oficial de leite cru que deveria ter sido implementado na Região desde 2008 e que só com o fim das quotas leiteiras é que se começou a implementar. Tarde demais! Esta é outra conclusão que não consta do relatório, porque o PS vetou.

Em várias das conclusões deste relatório refere-se uma indústria modernizada que não reflete de todo a auscultação feita ao setor.

Antes pelo contrário. Uma das principais dificuldades que foi sistematicamente transmitida na maioria das ilhas mais pequenas foi exatamente a existência de fábricas sobredimensionadas, projetadas para fazer produtos de baixa gama como o queijo barra e financiadas pelo Governo Regional ao longo dos últimos anos.

Estas são conclusões com as quais o CDS não se identifica.

A comercialização dos produtos lácteos foi identificada como um dos principais problemas do setor e a este respeito é importante lembrar que a LactAçores foi criada exatamente para identificar nichos de mercados dispostos a pagar mais pela excelência do nosso leite e dos nossos produtos lácteos e encontrar canais de comercialização diferenciados e o que fez foi comercializar nas grandes superfícies a nossa joia da coroa, o queijo de São Jorge, como produto de marca branca.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, enquanto a bancada socialista estiver mais preocupada em proteger o Governo, tentando esconder as consequências de uma falta de estratégia para o setor do leite não estão seguramente a defender os interesses de quem os elegeu e para com quem têm de facto responsabilidades e neste caso os produtores de leite e o setor da lavoura açoriana.

Muito obrigada.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto de há inscrições.

Sr. Deputado Duarte Moreira tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O setor do leite nos Açores atravessa de facto um dos seus períodos mais difíceis.

O relatório que aqui hoje se apresenta demonstra essa realidade, uma realidade que é o resultado de uma política europeia de liberalização do mercado do leite, num entendimento que o mercado tudo resolve e de outros importantes fatores de carácter político, como o embargo russo, ou questões financeiras de muitos países, ou ainda o resultado de uma restrição no consumo de produtos que está a provocar um desequilíbrio entre a oferta e a procura, inundando de leite o mercado europeu, ou seja, a atual crise do setor de lacticínios que se verifica desde final de 2014 e que se agravou já em 2016 resulta de fatores exteriores à Região e negá-lo ou querer minimizar esta realidade é não só falso, como politicamente desonesto.

Aliás, pode verificar-se da análise do relatório que até 2014 o preço médio de leite nos Açores vinha a aumentar de forma consistente e que a partir de 2015 esse preço diminuiu drasticamente, como se pode ver num gráfico que consta do relatório, mas para todos os Srs. Deputados terem conhecimento do mesmo

...

(Neste momento, o Sr. Deputado mostra um gráfico à câmara)

... desde 2011 até 2014 o preço do leite subiu consistentemente, muito para 2014, sendo que a partir de 2014 para 2016 diminuiu drasticamente, coincidindo com os problemas de mercado e com o fim do regime das quotas leiteiras.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Está um bocadinho fatiado!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Este é ralado!

O Orador: Aliás, é o próprio diretor internacional da *Farm Comparison Network* que refere algumas razões para a crise do preço do leite no mercado global.

“Um, por um lado,[diz ele] os elevados preços dos alimentos animais e condições climatéricas adversas levaram a uma queda da produção em 2012, o que levou ao aumento do preço. Esse aumento do preço provocou um aumento da produção global em 2013/2014. Em 2014/2015 uma série de fatores, nomeadamente redução de consumo e substituição da gordura do leite, o desempenho económico de quase todos os países mostraram um decréscimo, a Rússia impôs um embargo a alimentos devido a motivos políticos, o consumo na China decaiu.”

Outro motivo, aponta este responsável, “em 2015 a União Europeia aboliu as quotas da produção de leite o que levou ao aumento da produção na Europa.”

De referir que, por exemplo, só em janeiro de 2016 a recolha de leite na Europa aumento 5,2% em relação a janeiro de 2015 e que alguns países tiveram aumentos superiores a 20%, como a Irlanda, Holanda, Bélgica, Luxemburgo ou República Checa.

Em 2015 a produção europeia já havia aumentado 2,5%.

Como se pode verificar são fatores externos aos Açores que estão a provocar a atual situação que não é exclusiva dos Açores ou de Portugal.

O setor do leite está em crise por toda a Europa e existem já vários países que defendendo inicialmente o fim de quotas colocam agora em dúvida essa medida e pedem para se corrigir essa trajetória.

Recentemente diversas cooperativas de seis países, nomeadamente Portugal, Espanha, França, Itália, Finlândia e a Áustria pediram às autoridades europeias para aplicar medidas que travem a atual crise no setor do leite europeu que contribuam para estabilizar, reduzir e planear a produção, ou seja, este é um problema europeu, cuja solução só pode ser europeia pelo que temos de continuar a exigir às instâncias europeias uma resolução efetiva do problema, adotando medidas adequadas que terão que ter uma atenção particular para as regiões ultraperiféricas e em particular mais ainda para os Açores onde a produção de leite é a base da sua economia com um peso social transversal a toda a sociedade.

A própria eurodeputada Sofia Ribeiro (alguém insuspeito, penso eu, para o PSD nesta matéria) afirmou no Parlamento Europeu que “a responsabilidade dos Açores na atual situação do setor é nula”. Citei.

Mais disse a eurodeputada Sofia Ribeiro: “Apesar de algumas medidas paliativas que podem ser tomadas pelos estados membros a solução terá de ser europeia para evitar o abuso do poder negocial das indústrias e da distribuição.” Defendeu a eurodeputada.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Ao longo dos últimos 15 anos a nossa produção leiteira ultrapassou com sucesso enormes desafios resultantes do atraso com que partiu quando comparado com outros países europeus. São exemplos desse sucesso, do ponto de vista da produção, da sanidade, da fitossanidade, a qualidade nutricional do leite entregue nas fábricas, do dimensionamento das explorações, do manejo animal, do melhoramento genético, entre muitos outros.

A indústria modernizou-se. Temos hoje leite de mais qualidade, explorações melhor apetrechadas e com capacidade de produção mais ajustada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas os senhores não têm mérito nenhum!

O Orador: Mas há ainda mais e melhor a fazer em particular nesta fase de maior dificuldade.

O Partido Socialista, esta bancada e o Governo dos Açores, conhecendo profundamente o setor, sem demagogias ou eleitoralismos fáceis, reconhece o momento difícil atual, mas é de consciência tranquila quanto ao trabalho efetuado que estabeleceu um conjunto de objetivos e medidas no seu programa eleitoral recentemente apresentado.

Em conjunto com os agricultores e as suas estruturas representativas, com a indústria e com a comunidade científica e com outros agentes da fileira tem de se continuar a reforçar (e passo a citar o documento que referi) “o trabalho da valorização do leite açoriano, tarefa que deve convocar as nossas maiores capacidades de planeamento, ação e concretização. Uma noção clara das dificuldades, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Tem que terminar, Sr. Deputado!

O Orador: ... mas também a certeza das qualidades e potencialidades ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já vou terminar, Sra. Presidente.

... da nossa produção deve constituir a força convergente para os compromissos necessários ao envolvimento de todos no caminho a prosseguir e nos objetivos a atingir.”

É por isso que foram estabelecidos diversos objetivos tais como: internacionalização, os mercados, o marketing, imagem e valorização, organização das fileiras, diversificação, formação, investigação aplicada e inovação, acrescentar valor aos nossos produtos, apostar no natural, na

produção integrada, no biológico, fazer a integração entre a natureza dos Açores e o agroalimentar, aumentar as exportações e diminuir as importações.

Sras. e Srs. Deputados, caros açorianos, caros agricultores:

Hoje como no passado o Partido Socialista como partido responsável irá continuar a trabalhar com os agricultores de toda a fileira do leite.

Hoje como no passado não utilizaremos as dificuldades atuais de muitos produtores de leite de forma demagógica para efeitos eleitoralistas.

Hoje como no passado os produtores de leite dos Açores, bem como todos os outros agricultores ...

Presidente: Sr. Deputado, tem mesmo que terminar.

O Orador: ... sabem que podem contar com o Partido Socialista.

Disse.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero começar por felicitar o coordenador deste Grupo de Trabalho pelo excelente trabalho que realizou e pela forma impecável como acompanhou e como coordenou estes trabalhos.

Deputado André Bradford (PS): Isso é simpático! Ninguém disse isso!

O Orador: Em segundo lugar, gostaria de felicitar também todos os que integraram estes trabalhos e participaram com maior regularidade. Não foi o meu caso por razões de agenda e por muitas outras tarefas do ponto de vista

político e parlamentar. De qualquer das formas é uma felicitação que gostaria de alargar a todos os membros da comissão que participaram com regularidade. O documento que está aqui em análise é um bom documento que eu penso que constitui um bom referencial, quer em relação às recomendações, quer em relação ao trabalho de análise que foi efetuado.

Apesar de tudo, apesar do que acabei de dizer e de reconhecer a excelência do trabalho realizado, a minha discordância é uma discordância não de carácter técnico, mas de carácter político. Por isso é que o PPM foi o único partido que votou contra o relatório.

Votámos contra o relatório porque consideramos que falta aqui reconhecer no âmbito das conclusões que o Governo Regional também tem responsabilidades, ou seja, há aqui uma responsabilização da conjuntura em relação à conjuntura externa que com o fim efetivo do regime de quotas que teria este impacto, mas este é o segredo mais mal escondido da história da agricultura dos Açores. Toda a gente sabia, mesmo aqueles que não são especialistas, que o fim do regime de quotas teria um efeito devastador na agricultura dos Açores.

Eu estou aqui há oito anos neste Parlamento e isso era algo que estava previsto por todos. Portanto, não é algo de surpreendente.

Em relação a outras questões do ponto de vista conjuntural, como por exemplo o embargo russo, é preciso ver que os russos não eram grandes consumidores dos nossos produtos. O que acontece foi que a sua retirada do mercado europeu fez com que outras zonas que consumiam os nossos produtos deixassem de o fazer, porque passaram a adquirir produtos de outros países, como por exemplo a Holanda ou a Polónia.

Mas a questão fundamental aqui é que isso também era previsível e não é de forma nenhuma algo que seja uma verdade incontestável que se um dia terminar o embargo russo com uma retirada da Rússia da Crimeia, que é uma coisa absolutamente impensável a curto prazo, portanto, não devem alterar-se os

pressupostos do embargo russo, mas seja como for se isso, por hipótese absurda neste caso, pudesse vir a acontecer isso também não alteraria os dados do problema.

Portanto, a nossa questão aqui é que isto não é apenas um fator algo de inesperado, algo que tivesse surpreendido os seguidores políticos europeus, portugueses e também aqui no âmbito do nosso sistema político.

O que eu acho que é fundamental e para nós essa responsabilidade pertence ao Governo Regional também, ou seja, há uma quota parte de responsabilidade do ponto de vista da ineficácia, da insuficiência das respostas regionais.

O Governo Regional ao longo destes anos em que nós já sabíamos que este impacto seria um impacto profundo, que seria um impacto que penalizaria muito os nossos agricultores, não conseguiu desenvolver uma estratégia que conseguisse atenuar de forma eficaz estes efeitos.

Alguns podem dizer-me: “verdadeiramente não temos os instrumentos do ponto de vista político, não temos os instrumentos do ponto de vista jurídico e até do mercado para poder ter feito alguma coisa a esse nível”.

Não é verdade. O conjunto de recomendações que nós temos aqui ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina, Sra. Presidente.

... se tivessem sido aplicadas com mais intensidade, com melhor qualidade, poderia ter atenuado o impacto desta crise. Eu não digo que ela fosse evitável. Acho que não. Muito honestamente acho que em qualquer circunstância, por melhores que fossem as políticas regionais, nós teríamos sempre um impacto significativo.

O que eu acho é que este impacto poderia ter sido de facto atenuado se as respostas do Governo Regional tivessem sido mais eficazes, por isso, eu penso que um pouco de autocrítica no âmbito da governação, no âmbito da nossa própria atividade, fica sempre bem e é algo que corresponde à realidade, ou

seja, não foi feito tudo e o que foi feito não foi executado com a eficácia necessária.

Portanto, falta esta componente: reconhecer que nem tudo se deve à conjuntura externa, nem tudo se deve às responsabilidades da República e da União Europeia e aos mercados mundiais. Nós também temos, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... neste caso o Governo Regional, também tem uma responsabilidade objetiva nesta matéria.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Por fim, tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente** (*Luís Neto Viveiros*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por felicitar o Grupo da Comissão Permanente de Economia pelo trabalho efetuado e que conduziu à apresentação deste relatório que hoje estamos aqui a apreciar após uma auscultação de cerca de 36 diferentes entidades.

Da sua análise aprez-me em primeiro lugar relevar o reconhecimento generalizado de que a crise que presentemente assola o setor leiteiro nos Açores foi provocada pela conjuntura internacional, associada à diminuição do consumo, agravada também pelo embargo russo, pela crise do petróleo e pelo fim do regime de quotas leiteiras. Foram estes, da leitura do relatório, os principais fatores que apontam como responsáveis por esta crise.

Constata-se aliás, como já sabíamos, que não se trata de uma questão estrutural, nem sequer exclusiva dos Açores.

O que se passa na Região acontece em todo o espaço europeu, diria mesmo que estamos a viver, sim, um momento de forte conturbação no mercado de leite a nível mundial.

Criticam muito o Governo alegando que os produtores dos Açores não se preparam para o embate previsto face ao desmantelamento do regime de quotas. Isso não é verdade.

Os produtores e a agroindústria açoriana em tempo oportuno desencadearam um significativo conjunto de investimentos com o objetivo de se tornarem mais competitivos no mercado nacional e no mercado europeu. Prova disso, é a aproximação progressiva do preço do leite pago aos produtores dos Açores relativamente ao do continente, verificando-se mesmo em alguns períodos um preço superior na nossa Região.

Quero, por isso, deixar aqui uma nota relevante relativamente ao esforço feito na infraestruturização e na modernização do setor que pode muito bem evidenciar-se pelo balanço do PRO RURAL.

Assim, no período de 2007 a 2013 gostaria de destacar que se instalaram como jovens agricultores 203 novos agricultores, reformaram-se 197 produtores, foram aprovados 1.017 projetos de modernização das explorações que no seu conjunto representam um investimento de quase 80 milhões de euros. Foram também aprovados 30 projetos de modernização de agroindústria que representam mais 103 milhões de euros. Investiram-se ainda mais 30 milhões de euros na melhoria e desenvolvimento de infraestruturas, designadamente quase 12 milhões em caminhos, 16 milhões em abastecimento de água e 1,5 milhões em fornecimento de energia elétrica às explorações.

Se transpusermos o mesmo raciocínio para o PRO RURAL + que agora corre e que está em vigor até 2020 no âmbito do qual já existem 72 pedidos de apoio para instalação de jovens agricultores, 325 projetos para modernização de explorações, 37 projetos de investimentos na agroindústria e no que se refere à melhoria do desenvolvimento de infraestruturas já existem projetos aprovados que totalizam 7 milhões de euros, sendo 3,1 para caminhos agrícolas, 1 milhão para abastecimento de água e 3 milhões para eletrificação.

Estes números, Sras. e Srs. Deputados, demonstram a aposta inequívoca dos agentes deste setor assente numa estratégia passiva de críticas, é certo, mas que tem trazido até hoje bons resultados à Região e aos produtores açorianos e que tipificam bem o rumo que pretendemos dar aos lacticínios dos Açores implementando políticas sempre em estreita articulação com os representantes da produção e da agroindústria.

Os indicadores ilustram de forma realista o progresso e o percurso que fizemos. Ao contrário do que alguns dizem não se trata de atirar dinheiro para os problemas, mas sim de investir de forma criteriosa, indo ao encontro das necessidades dos agentes económicos e promotores da infraestruturização rural na nossa Região.

O que podemos e devemos questionar hoje é em que situação estaria a fileira do leite se a estratégia e este percurso não tivessem sido trilhados de forma empenhada, profissional, rigorosa e reformadora.

No capítulo da qualidade, por exemplo, o Governo dos Açores, implementou com excelentes resultados, conforme também já foi aqui referido, o PCOL, tendo-se verificado ao longo dos últimos três anos uma adaptação e uma melhoria muito significativa dos produtores no sentido do cumprimento dos padrões estabelecidos.

Continuamos apostados e confiantes no desenvolvimento da fileira do leite na Região, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

... mas consideramos que não é possível passar mais tempo sem que a União Europeia ultrapasse a letargia com que nos tem brindado e enfrente de forma definitiva o problema do setor leiteiro na Europa.

Nunca é demais repetir que as medidas implementadas por este Governo, elencadas aliás no relatório, representam mais do que a Comissão Europeia

atribuiu a todo o país. Não resolvem obviamente o problema, mas constituem um sinal muito forte da forma como o Governo dos Açores ajuda os agricultores a fazerem face às dificuldades acrescidas com que neste momento se confrontam.

A solução estrutural deste problema não está nos Açores, mas sim na União Europeia por muito que os senhores queiram responsabilizar este Governo pela atual crise.

A produção leiteira açoriana viveu nas últimas duas décadas uma evolução sem paralelo, encontrando-se entre o melhor que se faz no país e na Europa.

Já termino, Sra. Presidente.

Esta é a prova do sucesso do nosso trabalho.

Fora deste Parlamento não estamos sós. Estamos ao lado dos produtores e de todos aqueles que conosco querem estar sempre na procura das melhores opções para o setor do leite açoriano e com uma contínua vontade de consolidar tudo o que já fizemos e de implementar o que ainda é preciso fazer.

Muito obrigado.

Deputado Duarte Moreira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Duarte Moreira pede a palavra para?

Deputado Duarte Moreira (PS): Para uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente é uma interpelação para através de V. Exa., da sua pessoa, e porque não tive oportunidade de o fazer no final da intervenção por falta de tempo, congratular-me, regozijar-me e agradecer a todos os deputados que fizeram parte deste Grupo de Trabalho, pela forma como decorreram todos os trabalhos ao longo de mais de um ano, as audições, as muitas viagens. Todos

colaboraram para que este trabalho chegasse a bom porto (evidentemente e como já foi dito, o Sr. Deputado Paulo Estêvão que teve algumas dificuldades de agenda), mas mesmo assim não me sentiria bem comigo próprio, na qualidade de coordenador deste Grupo de Trabalho, se não deixasse aqui esta palavra pública.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Eu peço aos líderes e à Sra. Secretária Regional o favor de se acercarem da Mesa.

(Pausa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, atingimos o nosso horário regimental, mas como compreendem ainda temos uma Agenda a cumprir.

Teremos que fazer um breve intervalo, porque naturalmente também precisamos de comer, mas eu peço impreterivelmente que estejam todos aqui às 21 horas e 15 minutos para podermos começar os trabalhos.

Relevo que se houver quórum começarei às 21 horas e 15 minutos em ponto, independentemente de quem não estiver.

Eram 20 horas e 25 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 21 horas e 36 minutos.

Entramos agora nas urgências, nomeadamente no ponto 14: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º**

159/X – “Pagamento Único aos Produtores Açorianos de Leite”,
apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Para justificar a urgência tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A urgência desta iniciativa prende-se com o facto de que é um contributo do CDS para a revisão do POSEI que está a decorrer e cujo processo será finalizado a 21 de julho, portanto, daqui a semana terão que finalizar as negociações que estão em cima da mesa em relação a esta revisão e, portanto, se esta iniciativa não for discutida e votada neste plenário torna-se extemporânea.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver. Vamos então votar o pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Dou novamente então a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira para, agora sim, apresentar a iniciativa.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa do CDS-PP, que visa encontrar uma solução para um problema que se está a verificar neste momento no setor, que é um excesso de produção, sugere ao Governo Regional que o pagamento das ajudas à produção de leite deixe-se de fazer pela quantidade. Isso tem incentivado o aumento da produção. Neste momento já existem indústrias que estão a penalizar os produtores que produzem mais do que um determinado teto que está a ser imposto pela indústria. As diferentes indústrias têm diferentes políticas. Portanto, há

produtores que estão a ser penalizados mais do que outros e conseqüentemente aquando do pagamento da ajuda, como esse pagamento é feito em função da quantidade de leite produzido, acabam por ser penalizados duplamente.

O CDS já apresentou claramente qual era a sua posição em relação a esta iniciativa que vem agora pela segunda vez a plenário, porque aquando da sua discussão numa primeira avaliação aqui, no plenário, as várias bancadas acharam que era importante que fosse ouvido o setor, porque o Presidente da Federação não tinha dado parecer sobre esta iniciativa.

O CDS retirou a iniciativa, baixou à comissão.

Aquando da Comissão de Economia tentou encontrar-se uma data para ouvir o Sr. Presidente da Federação. O Sr. Presidente da Federação só podia num dia em que a Comissão de Economia não conseguia reunir os deputados da bancada socialista para ouvir o Sr. Presidente da Federação.

Portanto, esta iniciativa teve que baixar novamente à comissão sem ouvir o setor, porque há um mês atrás o Sr. Secretário considerou prematura a avaliação desta proposta, porque ainda havia muitas negociações a fazer, ainda estavam muitas coisas em cima da mesa.

Daqui a uma semana como se vão fechar as negociações ela vai tornar-se extemporânea. Portanto, esta é a janela de oportunidade que o CDS tem para que, finalmente, a sua iniciativa seja discutida, avaliada e votada nesta Casa.

Muito obrigada.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Neto Viveiros):**

Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não me vou deter em muitos pormenores relativamente àquilo que é o teor desta iniciativa, porque penso que ela já foi amplamente debatida noutra circunstância, no plenário passado. Por motivos que só o CDS sabe retirou-a do plenário, da discussão e agora trá-la outra vez exatamente nos mesmos termos.

A posição que o Governo tomou sobre ela é exatamente igual à que tem neste momento.

O Governo não se quer, nem se pode, nem se deve veicular apenas a uma proposta quando existe um conjunto de outras que já foram amplamente discutidas com os parceiros sociais habituais, como a Federação Agrícola dos Açores.

Neste momento há uma proposta consensualizada com a Federação Agrícola dos Açores que não esta. Não obstante, eu gostaria de informar o plenário, até para que os Srs. Deputados possam fundamentar o seu sentido de voto, que esta proposta foi obviamente também avaliada dentro do conjunto de todas as outras que tinham por objeto exatamente limitar a produção relativamente ao futuro derivando das condições que atualmente se vivem.

Gostaria de dizer, Sra. Deputada Graça Silveira, não sei se teve a cautela de fazer as contas relativamente ao impacto financeiro que uma proposta desta natureza tem em termos de POSEI, se teve naturalmente conhece os números, se não teve gostaria de lhe dizer, de uma forma genérica o que é que isto representa em termos de impacto no POSEI, em termos de impacto orçamental.

Se considerarmos os três melhores anos de cada um dos produtores na Região Autónoma dos Açores, significa que temos uma produção total de cerca de 684 milhões de litros de leite.

Se retirarmos os 5% desse valor significa que temos 650 milhões de litros de leite que é a base de referência para o cálculo que esta proposta indica.

Se aplicarmos o valor do prémio por litro de leite significa que necessitaríamos para satisfazer uma produção dessa natureza (repito: 95% do total dos melhores

três anos de todos os produtores dos Açores), para não haver rateio, de 22,7 milhões de euros.

Ora, o valor do prémio que está aprovado e que está em vigor neste momento são 20,7 milhões de euros, o que significa que a proposta que o CDS traz à discussão provocaria um rateio de 8,62% e naturalmente não é isso que os produtores dos Açores esperam.

Muito obrigado.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

Deputado André Bradford (*PS*): Vai pedir desculpa!

(*) **Deputada Graça Silveira** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, eu percebo as suas contas.

Se não for escolhido o valor de produção do melhor dos três últimos anos a proposta do Governo Regional era que fosse assumido o valor de 2015 e foi escolhido o valor de 2015, porque havia o pressuposto que era o melhor ano de todos, inclusivamente o ano onde nós teríamos atingido o nosso valor de quota se ela ainda existisse.

É de uma enorme injustiça que por acaso um ou outro produtor no ano de 2015, ou porque tenham tido algum problema com o seu efetivo, tenham que ficar com um pagamento desindexado à produção com um ano que não seja o seu melhor.

Portanto, se o problema é encontrar mais dois milhões eu devo relembrar que o senhor tinha dois milhões e não sei quê para o resgate que imagino que não os vai gastar, porque os produtores não aderiram ao resgate, portanto, tem esses

dois milhões que poderiam ser pagos com verbas da Região e não do POSEI para fazer face ao valor adicional, porque caso contrário se o Governo Regional insistir em usar apenas o ano de 2015 como ano de referência (e se é esta a principal bondade desta iniciativa e penso que também do Governo que os agricultores não sejam discriminados e que sejam apoiados por igual), que dê a possibilidade de se utilizar como valor de referência o melhor para todos os produtores que por acaso pode acontecer não ser o ano de 2015.

Já agora, o Sr. Secretário não tem muito a acrescentar não será bem assim, porque agora há uma semana atrás o Sr. Presidente do Governo já fez declarações que neste momento o Governo já está em condições de anunciar uma medida que vai evitar que os produtores sejam duplamente penalizados.

Há um mês atrás, no plenário anterior, o Governo ainda não sabia, porque havia várias questões e várias propostas em cima da mesa. A partir do momento em que o Sr. Presidente do Governo já anunciou que estava em condições de encontrar uma medida que evitaria essa dupla penalização, o Sr. Secretário poderia, no âmbito da discussão desta proposta que visa exatamente isso, adiantar-nos quais são as propostas que o Governo Regional tem que se incompatibilizam ou, pelo contrário, que até tiveram em consideração a proposta do CDS.

Muito obrigada.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Duarte Moreira tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou tentar ser breve, até pelo adiantado da hora, já estamos todos cansados, mas não posso deixar de começar a minha intervenção por lamentar este vai e

vem, esta indefinição, este (entre aspas) “brincar” com os deputados que o CDS aqui traz e passo a explicar.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Desculpe!... Isto é vergonhoso, Sr. Deputado!

O Orador: O CDS apresentou uma primeira proposta com urgência que foi aprovada por unanimidade e que baixou à comissão.

Na comissão foram feitas as diligências com urgência e nessa comissão eu tive oportunidade, porque entendíamos que deveria ser ouvido o máximo representante da agricultura dos Açores, o Presidente da Federação Agrícola dos Açores já na altura, na primeira comissão, na comissão em que tratámos deste assunto, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isto é uma vergonha!

O Orador: ... e eu propus o seguinte (está na página 5 do relatório, diz assim): “O Deputado Duarte Moreira pediu à Deputada Graça Silveira que retirasse a urgência para possibilitar à comissão ouvir presencialmente a Federação Agrícola dos Açores e discutir este assunto no plenário de julho [que é este que nós estamos hoje]. A Deputada Graça Silveira rejeitou esta proposta.”

Tendo rejeitado a proposta ela seguiu os trâmites normais, subiu a plenário ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não, não! Falta uma parte! Se fosse por escrito!

Deputado André Bradford (PS): Não falta nada!

O Orador: ... no mês de junho.

Qual não é a surpresa quando a meio do debate (e provavelmente porque o CDS percebeu que isto não estava a correr muito bem) decidiu apresentar a meio do debate um requerimento para baixar novamente à comissão para ser ouvido aí o Sr. Presidente da Federação Agrícola dos Açores.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, assim não!

O Orador: Surpresa das surpresas volta a trazer uma urgência ...

Quer dizer, deixou de ser urgente, porque baixou à comissão, mas não pediu urgência (note-se!), não pediu urgência e podia tê-lo feito!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não podia!

O Orador: Surpresas das surpresas volta a subir a plenário para uma nova urgência para agora nós decidirmos sem ouvir novamente o Sr. Presidente da Federação Agrícola dos Açores.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, para uma interpelação!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Ora, o CDS tem que se decidir e não pode andar aqui ao ziguezague e a jogar ao pingue-pongue.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isto é lamentável!

Deputado André Bradford (PS): Ora aí está! A jogar ao pingue-pongue com os agricultores!

O Orador: Entretanto, e porque obviamente o Governo Regional não poderia ficar parado à espera da decisão, continuou a negociar as medidas mais adequadas com a Federação para fazer face à atual situação que se vive no setor leiteiro dos Açores ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isto é lamentável!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem observado!

O Orador: ... e o Sr. Secretário acabou de anunciar que chegou a um entendimento com a Federação Agrícola dos Açores para uma medida que visa precisamente não incentivar o aumento de produção sem prejudicar os agricultores.

Ora, posto isto, e porque também o Sr. Secretário acabou de dizer que mesmo assim ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mesmo assim!...

O Orador: ... teve em consideração e analisou (porque não foi aprovado nesta Casa ainda) também a proposta que o CDS entretanto nos tinha apresentado,

considerou-a nas diversas propostas, teve em consideração e fez a análise destas propostas e concluiu que essa proposta trazia um ónus acrescido que o POSEI não disponibiliza neste momento.

Posto isto, e porque nós a aprovarmos a proposta do CDS aqui é uma proposta que não tem o parecer da Federação Agrícola dos Açores e atendendo a que já existe uma proposta concreta, conciliada com a própria Federação Agrícola dos Açores, esta bancada responsabilmente não pode aprovar a proposta do CDS. A esta questão (até pela urgência aplicada daquilo que foi referido pela Sra. Deputada Graça Silveira) há ainda mais que se lhe diga, porque a revisão do POSEI ...

Duas questões até muito concretas relativamente à revisão do POSEI.

A primeira é o seguinte: o POSEI todos anos está em revisão, pode ser revisto até determinado prazo. Nunca nenhum partido (e o CDS muito menos) apresentou aqui qualquer proposta de revisão do POSEI. Apresentou este ano. A revisão do POSEI não termina agora. Para o ano pode haver nova revisão do POSEI e cá estaremos, estará cá o Governo do Partido Socialista (tenho quase a certeza absoluta disso, tenho, aliás, a certeza absoluta disso que estaremos cá) para aplicar as medidas que forem mais adequadas atendendo à evolução daquilo que for o setor do leite nos Açores.

E para já, Sra. Presidente, ficava por aqui.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, para uma interpelação, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Para uma interpelação, Sra. Presidente. O entendimento que existe na condução dos trabalhos desta Casa é que os pedidos de urgência dão entrada até que dia de plenário?

Presidente: Até à quarta-feira, à uma da tarde.

A Oradora: Se eu bem me lembro esta iniciativa foi discutida na quinta-feira, inclusivamente o CDS teve o cuidado de conversar com a Sra. Presidente e não havia a possibilidade de pedir com baixa à comissão com urgência, porque já era uma quinta-feira e os pedidos de urgência tinham que dar entrada até quarta-feira. Correto?

Deputado Lizuarte Machado (PS): É uma boa desculpa, mas não pega!

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira, penso que aqui a questão não é bem essa. A questão que se colocou ...

A Oradora: A minha questão, que coloquei, é se isto é correto? A minha pergunta.

Deputado André Bradford (PS): Oh, Sra. Deputada, deixe a Sra. Presidente falar!

Presidente: Não.

Eu peço alguma calma.

A questão é que na baixa à comissão pode o proponente, ou neste caso o requerente, indicar prazo e se o requerimento for aprovado é aprovada a baixa à comissão com aquele prazo correspondente e penso que era isso que o Sr. Deputado Duarte Moreira se estava a referir.

A Oradora: O Sr. Deputado Duarte Moreira disse que eu podia ter pedido baixa à comissão com urgência e não o fiz. Foram *ipsis verbis* as palavras do Sr. Deputado.

Presidente: O Sr. Deputado Moreira não se expressou convenientemente.

O que pode ser feito regimentalmente é ao abrigo do 134.º, indicar o prazo que se quer ver discutido em comissão.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem, Sra. Presidente! A senhora interpreta corretamente! Deve ser da hora!

Presidente: Penso que assim está esclarecido.

Para se inscrever no debate?

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

Deputado André Bradford (PS): Deixe os outros falarem também!

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Duarte Moreira, é lamentável que a posição do PS em relação a uma matéria desta importância seja de tão pouca substância, mas eu vou explicar-lhe tudo como é que se passou na comissão.

Deputado Duarte Moreira (PS): Não precisa! Está tudo no relatório!

A Oradora: O CDS não fez pingue-pongue nenhum com esta iniciativa. O CDS tinha todo o interesse que esta iniciativa tivesse sido discutida e votada no último plenário.

Acontece que todas as bancadas se recusaram a dar uma opinião, porque o setor não tinha sido ouvido. Baixou novamente à comissão para não haver a desculpa de que o setor não tinha sido ouvido.

O Sr. Presidente da Federação foi chamado a ser ouvido à comissão segunda-feira durante a Comissão de Economia. Não podia.

Deputado André Bradford (PS): Segunda-feira, qual era o dia?

A Oradora: Dia 5. Segunda-feira, dia 5.

Só podia ser ouvido na quarta-feira ...

Foi ao contrário.

Na terça-feira foi o dia da Comissão de Economia e só podia ser ouvido na quarta-feira às duas da tarde.

O Sr. Presidente da Comissão disse que não podia reunir a comissão na quarta-feira às duas da tarde e o CDS disponibilizou-se de imediato, tendo poucos deputados e numa situação em que também tinha CAPAT, para ouvir o Sr. Presidente da Federação.

O Presidente da Comissão disse que não tinha deputados do PS para ouvir o Sr. Presidente da Federação, ...

Deputado André Bradford (PS): O CDS é só a senhora!

A Oradora: ... ao qual eu perguntei como é que um grupo parlamentar deste tamanho, nem que fosse por videoconferência, não podia reunir quarta-feira às duas da tarde se era tão importante ouvir o Presidente da Federação.

O Sr. Presidente da Comissão disse que assumia politicamente essa decisão. Correto?

Deputado André Bradford (PS): Mais ou menos!

A Oradora: Portanto, o Sr. Presidente da Federação não foi ouvido pela forma como foram conduzidos os trabalhos.

Deputado Duarte Moreira (PS): Não foi ouvido da maneira como o CDS quis!

A Oradora: Da primeira vez não se pode ouvir presencialmente o Sr. Presidente da Federação e o CDS disse: “Então o Sr. Presidente da Federação que seja ouvido por escrito” e deu o seu parecer que está anexo ao processo, ...

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Viveiros): O que é que diz esse parecer?

A Oradora: ... que foi “não posso pronunciar-me porque considero prematuro”, mas foi ouvido. Deu uma não opinião, mas deu a sua opinião. Não deixou de ser auscultado no trabalho da comissão. Não quis se pronunciar. Ponto. Achou que não se deveria pronunciar que era prematuro, da mesma maneira que todos os deputados desta Casa também acharam que era prematuro e não se quiseram pronunciar.

Neste momento estamos a uma semana de fechar a negociação do POSEI, já não é prematuro e as pessoas continuam sem se querer pronunciar.

Isto é tal e qual o que se passou. Não houve pingue-pongue nenhum do CDS.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não iria fazer nenhuma intervenção neste âmbito, mas tendo em conta as matérias que foram aqui referidas pela Sra. Deputada e pelo Sr. Deputado Duarte Moreira parece-me conveniente prestar alguns esclarecimentos.

Como todas as Sras. e Srs. Deputados sabem a marcação de comissões nesta Assembleia nem sempre é fácil, porque numa comissão, como na Comissão de Economia, com deputados do PS, do PSD, do CDS e do Bloco de Esquerda, com a presença também do PPM, muitas vezes é difícil compatibilizar a agenda dos nossos convidados, com a agenda de todos os deputados da comissão.

Referindo-me especificamente à audição do Sr. Presidente da Federação Agrícola, desde o início, na primeira vez que este assunto esteve em comissão o Presidente da Federação Agrícola foi decidido que seria ouvido por escrito.

O Presidente da Federação Agrícola referiu (como já foi também salientado pelos Srs. Deputados) que não queria ser ouvido por escrito, queria, sim, ser ouvido presencialmente.

Os deputados do Partido Socialista presentes na comissão salientaram que achavam que, apesar de haver um prazo de urgência, se todos estivéssemos de acordo, nós faríamos um esforço para ouvirmos o Presidente da Federação Agrícola. Não daria para antes do plenário que se seguiria uns dias depois, mas depois do plenário.

Nesta reunião todos os deputados que estavam presentes, com exceção do CDS, acharam por bem esperar e ouvir o Presidente da Federação Agrícola.

O CDS achou que uma urgência era uma urgência e, portanto, deveria seguir a lei e fazer com que o diploma subisse a plenário.

No plenário (não interessam aqui os motivos) decidiu-se descer novamente à comissão. É um facto que quando desceu à comissão não se optou por marcar

um prazo. Podia ser um prazo de 20 dias, 30 dias, 40 dias, o que fosse, mas optou-se por não se marcar um prazo.

De seguida, e nós sabemos todos as dificuldades que há neste momento de agendamento de comissões, porque temos de compatibilizar a agenda do PS, com o PSD, com a do próprio CDS, não nos foi possível agendar a comissão para mais cedo. Fizemos a comissão quando foi possível agendar para que estivessem todos os partidos políticos.

Foi perguntado ao Presidente da Federação Agrícola se tinha possibilidades de estar nesta reunião, salvo erro, de terça-feira.

O Presidente da Federação respondeu e disse que tinha muito gosto em estar, mas não poderia estar nesse dia, da mesma forma que não pode estar em outras datas que lhe foram propostas anteriormente por mim, mas em que não estariam outros deputados ou do PSD, ou até do CDS.

Apenas era possível no dia subsequente. No dia subsequente não existiam os deputados responsáveis sobre essa matéria, nem deputados disponíveis em São Miguel. Portanto, não foi possível agendar.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Faziam por videoconferência!

O Orador: Isto eu assumo, porque o princípio que temos tido na Comissão de Economia é de que nós temos que ter o bom senso de marcar as comissões para a maioria dos deputados presentes. Já aconteceu a pedido do PSD ao Presidente da Comissão não marcar para uns determinados dias, já aconteceu a pedido do PS para não marcar para uns determinados dias, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... a pedido do CDS, talvez a pedido do Bloco de Esquerda (não me estou a lembrar agora), mas é assim que funcionam as comissões, com bom senso e tentando compatibilizar as agendas.

É assim que funciona e eu acho que é assim que devem funcionar, com bom senso, no sentido de compatibilizar as agendas.

Agora, é preciso ter em atenção uma coisa: são os deputados desta Casa que devem definir quando é que têm possibilidade de reunir e devemos dar uma, duas, três datas às pessoas que querem ser ouvidas, ou que nós queremos que sejam ouvidas.

Neste caso, o Sr. Presidente da Federação não teve a possibilidade de ser ouvido em duas ou três datas que foram propostas e na data em que ele propôs a comissão não teve possibilidade de ouvir.

Foi assim que aconteceu.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Com isso não devem ser assacadas nem responsabilidades a nenhum dos deputados que aqui estão presentes, também não deve ser assacada nenhuma responsabilidade ao Presidente da Federação Agrícola, porque é matéria que acontece no dia a dia na comissão.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Duarte Moreira tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Penso que nesta fase já toda a gente percebeu e quem nos estiver a ouvir percebeu claramente que foi o CDS inicialmente que não quis ouvir a Federação Agrícola dos Açores, porque teve toda essa possibilidade de o fazer e nós estaríamos aqui hoje (hoje, na mesma), no mês de julho (estaríamos no mês de julho!) a discutir essa proposta já com todos os pareceres na mão.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Quero ouvir a sua opinião. Fale lá da matéria de facto!

O Orador: Mas em matéria de facto, que é a proposta do CDS.

A proposta do CDS, para toda a gente perceber, considera como produção máxima elegível o melhor dos últimos três anos, depois com uma redução de 5%. Isso significa que a produção máxima elegível iria situar-se num valor superior ao máximo que alguma vez foi produzido nos Açores, cerca das 650 mil toneladas, já com a redução de 5%.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não temos quotas!

O Orador: Isto, obviamente fazendo as contas (o Sr. Secretário já as referiu, eu também fiz as contas), dava um rateio de 9%. O Sr. Secretário referiu, julgo eu, 8,7%. Daria um rateio de 9% no prémio pago se a proposta do CDS fosse aprovada aqui, nesta Casa.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O Sr. Secretário tem 2 milhões!

O Orador: Por outro lado, e é preciso que se entenda, que o Governo Regional já chegou a um acordo com a Federação Agrícola dos Açores dentro das circunstâncias atuais e das possibilidades atuais, que considera o melhor ano o ano de 2015, que teve uma produção das 627 mil toneladas, aliás, como nós pudemos também apurar no relatório que foi apresentado no último ponto.

Este montante traduzido em verba paga aos agricultores dá cerca de 20 milhões 865 mil euros, montante que está dentro dos limites da disponibilidade do POSEI para se efetuar este pagamento.

Tendo em conta estas circunstâncias, tendo em conta que já se chegou a um acordo com a Federação Agrícola dos Açores para este ano e para o ano seguinte, para o ano de 2017, e tendo em conta também que nós em 2017 podemos estar aqui, ou os deputados que estiverem nesta Casa em 2017 podem estar aqui a discutir novamente revisões ao POSEI a apresentar para o ano seguinte, está claro que neste momento o Partido Socialista, esta bancada não poderá viabilizar a proposta do CDS como eu tive oportunidade de referir há pouco.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não disse uma única coisa sobre os pontos resolutivos! Uma única palavra!

O Orador: Isto demonstra que ao ziguezague e ao pingue-pongue do CDS o Governo Regional trabalhou e chegou a uma proposta concreta, a um acordo com a Federação Agrícola dos Açores, como era sua obrigação (como era sua obrigação!) e não estar à espera das indefinições, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Qual é a propositura do PS? O que é que devia ser feito?

O Orador: ... das incertezas que o CDS demonstrou neste processo.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Renato Cordeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, isto é tudo uma novela triste ...

Deputada Zuraida Soares (CDS-PP): Isto é um filme de terror!

O Orador: ... e bastante mal feita.

Às vezes nisto é bom a gente pormo-nos no lugar daqueles que são os verdadeiros implicados aqui em toda esta situação, que são os próprios agricultores.

A quem há pouco tempo foi pedido que fizesse investimentos e agora pedem-lhes para reduzir e há uma hipótese de resolver isto aqui, na Assembleia, eles vão pensar assim: “Quer dizer, houve aqui dois meses em que os Srs. Deputados e o Sr. Presidente da Federação Agrícola nunca se puderam encontrar. Que raio de agendas é que esta gente tem e que raio de importância é que dão a isso?”

Deputado Duarte Moreira (PS): Não se conseguiu agendar porque o CDS não quis!

O Orador: Meus senhores, os senhores num dia não podem, no outro dia o Sr. Presidente da Federação não pode, o Sr. Presidente depois não pode responder por escrito, é presencial, mas depois presencial já não pode ... Sinceramente estamos aqui a fugir àquilo que interessa mesmo e cada um que use da consciência que tem, pouca ou muita.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Presumo que a muita é vossa e a pouca é nossa!

O Orador: Sr. Secretário, pelas contas que fez e havendo, como a Sra. Deputada Graça Silveira já disse aqui, uma medida que os senhores optaram que era de tirar 200 agricultores e só tiraram 69, ou seja, resta dinheiro, há dinheiro disponível, com certeza que isto estava orçamentado, ...

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Neto Viveiros): Não sabe o que é o POSEI pelos vistos!

O Orador: ... e num setor tão importante como a agricultura eu não acredito que na próxima revisão para 2017 não conseguem ter dois milhões de euros.

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Neto Viveiros): O senhor não sabe como é que funciona o POSEI!

O Orador: Não sei. Estou vendo é que ninguém aqui sabe, com tanta corrida para um lado e para o outro.

Sr. Secretário ...

(Diálogo entre os Deputados da bancada do PS e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, para quem está também lá fora, que vê que há uma proposta apresentada por um partido político (seja ela boa, má, com os

seus defeitos, com as suas virtudes) e depois existe uma que ninguém conhece, apenas o Governo e a Federação Agrícola, acho também uma falta de bom senso não trabalharmos todos para o mesmo. Há aqui uma coisa que não se conhece, que vai ser a grande solução e nós não sabemos.

Também queria perguntar ao Sr. Secretário: então o que é que tão diferente tem esta proposta que já deve haver esses tais milhões de euros?

De que forma é que consegue articular para que em 2017 seja posta justiça?

E ficava-me por aqui.

Deputado Duarte Moreira (PS): Peça a revisão do POSEI, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Neto Viveiros):** Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de centrar o debate na sua verdadeira essência.

A esta hora da noite permitam-me, Sras. e Srs. Deputados, não faz qualquer sentido andarmos a discutir se foram ouvidos, se houve agenda, se não houve agenda, porque isto não releva para aquilo que estamos a discutir.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, acho que nos devemos centrar em questões objetivas que é aquilo que estamos aqui a discutir e que fazem parte da proposta do CDS, que é uma recomendação ao Governo para considerar uma determinada condição na revisão cirúrgica de um processo no âmbito do POSEI.

Portanto, vou centrar-me aí. Como disse na minha primeira intervenção não vou alongar-me muito, porque penso que já tudo dissemos no plenário anterior, mas gostaria, em primeiro lugar, de lamentar o Sr. Deputado Renato Cordeiro pois ao fim destes anos todos fico com a convicção de que o senhor não faz ideia de como é que o POSEI funciona.

Deputado Renato Cordeiro (PSD): Não! Não faço!

O Orador: Bem me parecia. Sabe perfeitamente que o POSEI tem um prémio atribuído de um determinado montante, que é redistribuído por um conjunto de medidas e que se tirar de um lado obviamente tem de pôr no outro. Portanto, é assim que o POSEI funciona.

Deputado Renato Cordeiro (PSD): Mas o que é que eu disse mal?

O Orador: Não é com reforços do orçamento regional para reforçar um fundo que é um fundo comunitário e que representa 77 milhões de euros para a nossa Região.

Deputado Renato Cordeiro (PSD): Como é que fizeram os 45 euros por vaca?

O Orador: Isso é outra coisa. Já posso explicar.

Deputado Bruno Belo (PSD): Os 45 euros foram dados! A única diferença é que foi na semana anterior às eleições!

(Apartes dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Sra. Presidente, não tenho condições.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: O que estamos a rever aqui, a discutir aqui, é um critério de revisão de um prémio que faz parte do POSEI e que se chama Prémio aos Produtores de Leite.

Tem uma dotação de 20,7 milhões de euros aprovada pela Comissão, pela Comunidade Europeia e, portanto, é dentro deste valor que nós temos de operar. Recordo que ainda há dois anos atrás este prémio foi alterado, foi reforçado em cerca de dois milhões de euros, dando este total que agora temos disponível e aquilo que se está a discutir é tão simplesmente arranjar um critério que se adapte às novas situações do mercado. Ponto final.

Não estamos a ir muito além disto.

Deputado Renato Cordeiro (PSD): Mas em que consiste?

O Orador: Portanto, dentro daquilo que é a proposta do CDS e que eu já tive oportunidade de dizer com clareza quais são os impactos que ela tem, porque naturalmente ela também foi avaliada e entendemos nós e entendeu também a Federação Agrícola dos Açores, com quem é normal (repito: é normal!), é habitual ao longo destes processos de revisão discutirmos, acordarmos, negociarmos critérios, ponderarmos soluções, nem sequer esta foi a melhor de todas as que estavam em equação exatamente porque provoca um rateio muito forte de acordo com os critérios que estão aqui espelhados.

Nós não estamos aqui a discutir os critérios do POSEI, como é que vamos atuar, como é que não vamos atuar.

O que nós decidimos em função de toda esta análise foi encontrar uma forma de não penalizando os produtores, criando homogeneidade entre todos, também não criássemos rateio como uma base de referência que não é esta, mas a qual durante as negociações, durante os trabalhos, esta também foi considerada.

Portanto, não faz sentido na minha ótica, mas isto o Parlamento decidirá, aprovar neste momento uma resolução que recomenda ao Governo apenas uma solução de entre muitas, coartando todas as outras. Isso não faz sentido.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Diga as outras. Estou inquieta para saber!

O Orador: Eu tive oportunidade de dizer isso no plenário de junho. A Sra. Deputada Graça Silveira e o CDS quando repõem esta proposta vem exatamente igual e, portanto, continuo a dizer que não faz sentido num conjunto enorme de possíveis soluções estarmos condicionados apenas a esta. Para além disso com o correr do tempo já houve evolução, conforme tive aqui oportunidade de referir, e analisada esta proposta ao detalhe cria condições que naturalmente não são as mais vantajosas para os agricultores dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado Renato Cordeiro (PSD): Mas afinal o que é que os senhores propuseram a Bruxelas?

Não podemos saber o que é que enviaram para Bruxelas?

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Neto Viveiros): Não enviámos nada para Bruxelas!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor é que anunciou na comunicação social e a gente não pode saber!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

(Apartes dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Sra. Deputada Graça Silveira está no uso da palavra.

A Oradora: Sr. Secretário, o seu argumento até poderia ser válido se eu não soubesse como é que funciona o POSEI. Exatamente porque o senhor sabe que tem um envelope financeiro fixo e que é de 20,7 milhões os agricultores dos Açores só vão receber 20,7. Aquilo que está aqui em questão é como é que esses 20,7 vão ser distribuídos entre eles ...

Deputado Renato Cordeiro (PSD): Exatamente!

A Oradora: ... e aquilo que o senhor me está a dizer é que se vai escolher o critério de 2015, vão haver uns que vão ser beneficiados e vão haver outros que tiveram um mau ano e que vão ser prejudicados.

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Viveiros): Não é verdade!

A Oradora: Eu vou ficar a aguardar para ver se é o ano de 2015 ou não e não me venha dizer que não quer rateio, porque este ano já teve um rateio de 5%.

Oh, Sr. Secretário, sabe perfeitamente que era 4,7 ou 4,8 de rateio.

Portanto, isto é um envelope fixo que vai ter que ser distribuído pelos vários produtores.

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Viveiros): Não é verdade!

A Oradora: Ele não estica. Essa é a lógica.

Chame-lhe o senhor rateio ou outra coisa qualquer com a produção que vão ter no próximo ano só vão receber aquilo.

O que está aqui em causa é como é que aquilo vai ser distribuído entre eles e que nós achamos que com a nossa proposta é justo, cria equidade, dando a possibilidade de nos últimos três anos todos serem igualmente beneficiados, mas agradeço a sua justificação para dizer que não pode aprovar a iniciativa do CDS.

Não pode aprovar com certeza. A maioria que o suporta.

Agora, o que ficou por dizer é aquilo que o Governo acha, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está em condições de apresentar!

A Oradora: ... porque o Governo já sabe o que é que acha, porque o Presidente do Governo afirmou no fim de semana passado, em declarações públicas e publicadas, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Publicadas pelo GaCS!

A Oradora: ... que estava em condições de anunciar uma medida que não criava discricionariedade entre os vários produtores e mais! Que não seriam duplamente penalizados e eu estou curiosa para saber.

O CDS deu o seu contributo, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Foi só na feira! Foi efeitos de feira!

A Oradora: ... encontrou esta forma, foi chamado pelo Governo a participar na ajuda de uma situação difícil com o seu contributo. Fez, trouxe a esta Casa e o PS lamentavelmente desmerece com uma conversa de pingue-pongue.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Conversa de feira!

A Oradora: Eu gostava de saber o que é que a bancada do PS acha sobre o setor. Gostava o CDS e gostavam os agricultores açorianos, porque só ouvi falar de negociações entre o Governo e a Federação.

Qual foi o contributo do Partido Socialista?

Qual é a sua visão?

Tem alguma proposta?

Tem alguma coisa a acrescentar ou só vem aqui desmerecer o trabalho parlamentar dos outros com uma conversa de pingue-pongue?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Oh, Sr. Deputado Duarte Moreira, se quiser vir ao debate dê o seu contributo, que é aquilo que o setor precisa.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP) e Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, eu gostava de juntar a minha curiosidade a outras curiosidades e perguntar-lhe o seguinte.

O Sr. Secretário Regional diz que a razão fundamental no fundo para não aprovar esta proposta, este Projeto de Resolução do CDS, é o facto de não querer ficar amarrado a uma única solução, quando (diz o Sr. Secretário) há tantas outras melhores e que, portanto, o Governo deve utilizar.

Sr. Secretário, é inevitável a pergunta: então, por favor, diga-nos, diga a esta câmara, quais são essas outras melhores, informe esta câmara quais são essas outras melhores para o setor que o levam a não ter a mínima dúvida que esta não é seguramente a melhor e não quer ficar amarrado a ela.

Tenho acompanhado o debate, Sr. Secretário Regional, com muita atenção, mas na realidade ainda não o ouvi dizer aquilo que é essencial: qual é a alternativa?

Quais são as tanto boas alternativas que existem, que o senhor encontrou, que a Federação encontrou, mas que nós ainda não encontramos?

Nós ainda não as encontramos, porque ainda não as conhecemos.

Se puder fazer o favor de informar esta câmara eu ficar-lhe-ia muito grata.

Muito obrigada.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito obrigada, Sra. Deputada Zuraida!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Neto Viveiros): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós não estamos hoje aqui a discutir as propostas do Governo, aquilo que foi acordado. Teria muito gosto em falar, mas não é isso que nós estamos aqui a discutir.

Nós estamos aqui a discutir um Projeto de Resolução do CDS que tem um determinado enquadramento e que deve ser naturalmente votado a favor ou contra, conforme cada um dos partidos assim o entender.

Deputado Luís Garcia (PSD): Oh senhor, para a gente analisar esta medida precisamos de saber quais são as outras que estão em cima da mesa. Isso é óbvio

Deputado Bruno Belo (PSD): Ou será que o governo não tem nenhuma!

Deputado Luís Garcia (PSD): O Governo não deve saber qual é! A Federação é que sabe!

O Orador: Mas eu digo. Não há qualquer problema.

Aquilo que eu queria relevar, em primeiro lugar, é que também é com alguma curiosidade que agora registo este enorme entusiasmo do CDS em apresentar propostas, em criar um conjunto de iniciativas, quando, por exemplo, há dois anos atrás, quando fizemos a revisão do POSEI, o CDS não disse rigorosamente nada. Agora está com um entusiasmo medonho. Pergunto porquê agora?!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Assim não! Assim não!

O Orador: De qualquer maneira aquilo que eu gostava também de dizer neste âmbito é que aquilo que é hábito o Governo fazer, o Governo nunca decide sozinho este tipo de problemas. O Governo apresenta propostas, discute-as em sede própria e depois de harmonizadas, consensualizadas, leva-as aos órgãos de aprovação, neste caso, a Comissão Europeia.

Aquilo que fizemos neste caso concreto (e repito: neste caso concreto), considerando também como referi em determinados momentos do debate a virtualidade das intenções que o CDS coloca no preâmbulo, que naturalmente são corretas e condizem com aquilo que o Governo também pensa, porque são óbvias, aquilo que nós fizemos foi encontrar uma solução que já está neste momento consensualizada ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sim! Mas qual é?

Deputado Luís Garcia (PSD): Qual é a solução?

O Orador: Já lá vou!

... e que corresponde a dois critérios que nós, desde a primeira hora, fizemos questão de respeitar: não cria rateios, não penaliza ninguém relativamente às produções atuais e não (e é também muito importante que se refira, conforme o Sr. Presidente do Governo, e muito bem, referiu na feira do Pico) ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Para mim é como o melhoral: não faz bem, nem faz mal!

O Orador: ... cria injustiças do ponto de vista de estar a permitir que os agricultores sejam duplamente penalizados, ou seja, aqueles que reduziram a produção não ficariam penalizados relativamente aos outros que porventura crescessem.

Aquilo que vamos fazer, Sras. e Srs. Deputados, é considerar a produção de 2015 com uma redução de 5%. Será essa a quantidade de referência para calcular o prémio e asseguro-vos a todos que ficam todos os agricultores em igualdade de circunstâncias, não há rateio, porque há dinheiro suficiente para satisfazer essa quantidade e quero também dizer que essa proposta devidamente trabalhada, devidamente consensualizada mereceu o apoio, mereceu a concordância dos principais interessados que são aqueles para quem nós todos mais trabalhamos, os agricultores do Açores.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Renato Cordeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, agora além de não perceber nada do POSEI também fiquei duvidoso aqui com esta medida que anuncia.

Tirando os 20% que podiam baixar e a gente se for a ver quando era na altura das quotas até podiam produzir menos 30% do que aquilo que era a quota que recebiam por inteiro, em que é que tanto difere da proposta apresentada, uma vez que a proposta é apresentada pelo CDS-PP já era a contar com 2015 onde tinha os 20 milhões de euros?

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Viveiros): O Sr. Deputado está distraído!

O Orador: Mais! Eu também não consigo perceber que alterações é que houve aqui no POSEI então, quando até no próprio relatório que hoje discutimos aqui sobre o fim do regime de quotas leiteiras, em que nas medidas do Governo diz: “Reforço de prémio à leiteira passou de 96€ para 145 nas ilhas Terceira e São Miguel e para 190 nas restantes ilhas.

O montante global de 8,2 milhões de euros passa para 12,2 milhões”, ou seja, 4 milhões de euros e depois o reforço para 190€ por vaca leiteira na ilha Terceira e São Miguel com um reforço de 3,3 milhões de euros e o seu problema são 2 milhões de euros?

É isto que não se consegue perceber e lá fora muita gente não vai perceber, mas também acredito que sejam como eu, não percebem nada de nada.

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Viveiros): Pelos vistos o senhor não percebe!

O Orador: Pelos vistos não!

Eu gostava é que me explicasse como é que fez isto aqui e em que tanto é que esta medida que anunciou agora difere tanto daquela apresentada pelo CDS-PP.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Duarte Moreira tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tentando sintetizar aqui algumas questões.

Nesta última intervenção do Sr. Deputado Renato Cordeiro (eu acredito que o Sr. Deputado até sabe mais do que aquilo que está a demonstrar aqui), pela sua intervenção, vê-se que o senhor não sabe como é que funciona o POSEI.

Aquilo que referiu dos reforços a diversos prémios, nomeadamente à vaca leiteira, aos produtos láteos que foi efetuada acerca de dois anos, também consensualizada com a Federação Agrícola dos Açores, (permitam-me que diga que, por outras funções, tive oportunidade de participar nalgumas dessas reuniões) teve a ver com uma redefinição das medidas do próprio POSEI, em que houve alguns apoios, nomeadamente ao nível, julgo eu, da transformação e da comercialização que foram substancialmente reduzidos, transferindo essas verbas para os prémios em causa.

Houve também uma redefinição ao nível dos prémios animais que permitiu juntar a verba necessária para reforçar o setor do leite nos Açores e é assim que as coisas funcionam, dentro de um envelope financeiro fixo. Compete à Região determinar onde é que esse dinheiro é aplicado e como é que esse dinheiro é aplicado.

Desculpem que lhes diga, mas se os senhores estivessem tão preocupados com a aplicação do POSEI desde a sua última revisão tinham percebido isso mais cedo e já tinham vindo aqui com outras propostas de alteração, ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem! É verdade!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O PS!

Deputado André Bradford (PS): O PS não, porque está satisfeito com a aplicação!

O Orador: ... tanto ou mais importantes do que aquela que está em cima da mesa neste momento, porque houve realmente uma grande redefinição e uma grande alteração do POSEI anterior, daquele que estava em vigor de há dois anos, para o atual POSEI.

Deputado Bruno Belo (PSD): E o impacto qual foi, de uma alteração para a outra?

O Orador: É preciso perceber essas regras.

Depois toda a gente já percebeu a diferença essencial entre a proposta do CDS e a proposta do Governo. Pura e simplesmente a proposta do Governo é uma proposta que está dentro dos limites orçamentais do POSEI e que permite não haver rateio, rateio que existiria ao nível dos 9% caso esta proposta do CDS fosse apresentada.

Estas são questões fundamentais e com substância suficiente para se perceber a alteração.

Dois milhões de euros podemos dizer que não é muito em 70 milhões, mas se o envelope é fixo e se esses dois milhões não existem não se pode aplicá-los e depois a Região não reforça. O POSEI é transferido e é pago, é uma medida europeia, a 100% do seu valor.

Portanto, não perceber isto, ou não querer perceber e vir aqui fazer esta ladainha porque estamos aqui perto de eleições ... Eu percebo os partidos da oposição, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): O senhor tem que perceber são os açorianos, os agricultores! É isso que o senhor tem de perceber!

O Orador: ... mas o que eu quero dizer é que esta bancada confia, acredita nas negociações e nas medidas que o Governo dos Açores, juntamente com a Federação Agrícola dos Açores consensualizaram e que vão pôr em prática no POSEI para 2017 em benefício dos agricultores dos Açores.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, o CDS congratula-se de ter dado efetivamente um grande contributo para esta negociação ...

Deputado André Bradford (PS): Diria mesmo enorme!

A Oradora: ... já que a proposta do Governo é igual à do CDS só que considera o ano 2015, em vez de considerar o melhor dos três últimos anos.

Foi o que o Sr. Secretário disse. Será usado o ano de referência de 2015 decrescido de 5%.

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Neto Viveiros): Três anos!

A Oradora: Exatamente o que está dito aqui.

A sua premissa de bondade de que nenhum agricultor será prejudicado não é verdade, ...

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Neto Viveiros): E os 20% de redução?

A Oradora: ... porque o Sr. Secretário fez as contas e sabe que considerando o melhor dos três últimos anos dava um valor muitíssimo superior, porque há produtores que o seu melhor ano não foi o de 2015, porque um produtor que tenha tido o azar de em 2015 ter tido um problema com o seu efetivo vai ficar amarrado a um pagamento fixo, ...

Deputado José Ávila (PS): Em 2014 foi igual!

A Oradora: ... único, nos próximos tempos, a um ano de referência que foi por azar um ano mau e isto não é dizer que não vai haver nenhum agricultor que tenha sido prejudicado e depois diz que não vai haver rateio.

Oh, Sr. Secretário, a partir do momento em que faz o decréscimo de 5% que foi exatamente a mesma lógica que o CDS usou é porque no ano de 2015 houve um rateio de 5% e, portanto, para conseguir manter o seu envelope financeiro fixo de 20,7 milhões a esse valor de produção tem de aplicar um corte de 5% (chame-lhe rateio ou outra coisa qualquer) para poder continuar a pagar os 20,7%.

Portanto, a sua segunda premissa de que não vai haver rateio não é verdade.

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Viveiros*): É verdade!

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Muito bem!

A Oradora: É um rateio que já está assumido à partida, mas de qualquer forma o CDS congratula-se que com a sua proposta ajudou o setor, contribuiu e só temos pena que poderíamos ter ido um pouco mais além e a Região tinha dois milhões, porque o senhor sabe que não pode fazer uso adicional do envelope, mas podia criar uma medida (até dou-lhe sugestão de barato) que é: compensação ao rateio com dinheiros próprios da Região. Poderia fazer isso que é uma lógica idêntica à da majoração dos 45€ à vaca leiteira. Sabe que o podia fazer e tem os dois milhões para o fazer. Não o faz porque não quer.

Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Grande lição!

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente** (*Luís Neto Viveiros*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Graça Silveira, é muito fácil chegar aqui ...

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Fácil não! Quem trabalhou para apresentar a proposta foi o CDS!

O Orador: ... com toda esta utopia dizer que é possível fazer, acontecer e não sei quê ...

Eu convido-a novamente a centrar-se naquilo que está a trazer aqui à discussão. A proposta que o Governo consensualizou não é a proposta do CDS, não tem nada a ver com a proposta do CDS. Rigorosamente nada.

Aliás, recordo-me que na proposta do CDS dizia (mais uma coisa que não disse agora) ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É do outro mundo!

O Orador: ... que para além dos 5% pagaria a totalidade àqueles produtores que produzissem até 80% da sua quantidade de referência naqueles três anos. Portanto, até aí é diferente.

Recordo mais uma vez que nós estamos a trabalhar numa alteração pontual de um prémio que tem uma dotação de 20,7 milhões de euros ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Nós sabemos, Sr. Secretário!

O Orador: ... aprovados para este efeito e é nesse envelope que nós estamos a trabalhar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas fazem o rateio antes?

O Orador: É mentira, não é verdade, que no ano de 2015 tenha havido rateio. As contas ainda nem estão fechadas. As candidaturas foram em 2015, os pagamentos são em outubro e em dezembro.

Portanto, a senhora (permita-me dizer desta maneira) não é bruxa e não saberá certamente nesta data se vai ou não vai haver rateio.

Tenha a paciência!

Já agora deixe-me também dizer-lhe: como sabem ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O Sr. Secretário fez as contas e sabe quanto pagam ao litro!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... foi recentemente criado o Centro Açoriano de Leite e Lacticínios que na sua composição reúne, para além do Governo, as indústrias, a comercialização, representantes da comercialização e representantes da produção e em sede do Centro Açoriano de Leite e Lacticínios foi acordado entre todas as partes (exatamente para se conseguir um equilíbrio entre a produção, a transformação e a comercialização), consensualizado entre todos um ano de referência com uma redução de 5% e esse ano de referência foi o ano de 2015.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O senhor sabe o que são os 5%!

O Orador: Portanto, é nessa base que toda a fileira do leite está a trabalhar neste momento nos Açores e foi com este argumento e com esta base que a solução para este prémio foi encontrada de forma a que seja o modo de pagamento justo, que não crie rateio, que não beneficie aqueles que são prejudicados pelos eventuais compradores e, portanto, foram reunidas as condições, consensualizadas (e mais uma vez repito) com os principais interessados, os agricultores, através das suas organizações e é essa base que nós decidimos.

Portanto, é assim que certamente irá ser. É esta a proposta que está neste momento a ser ultimada.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu sei que vai tarde a noite dos nossos trabalhos e não quero eternizar a discussão, mas, Sr. Secretário, não esperava de si e dirigindo-se à minha pessoa que me dissesse que não era possível fazer os cálculos do rateio, porque eu não sou bruxa (nem é pela questão do bruxa), o Sr. Secretário fez os cálculos

colocando os dois cenários: se fosse o melhor dos últimos três anos e o de 2015, o senhor sabe exatamente o volume de litros de leite que foram produzidos, sabe quanto é que paga o litro de leite, sabe que tem um envelope financeiro de 20,7 calcula o rateio.

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Neto Viveiros*): A senhora não sabe que estão fechadas as contas!

A Oradora: Mas não é preciso ser bruxo!

Oh, Sr. Secretário, por amor de Deus!

Pode querer fazer essa conversa política, mas sabe perfeitamente que é fácilimo calcular qual é que é o rateio de 2015. Não está fechado, mas já temos os dados e sabemos que vai ser de 4,8. Foram os cálculos que foram feitos e por isso é que se encontrou o valor de 5%. Não foi por acaso!

Acordámos com a indústria e achámos que 5% era um número giro. Não!

Era porque era realista, foi o rateio que aconteceu.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Penso que o debate está esgotado. Estou esclarecido. Só tenho uma pequena dúvida que é o seguinte: como é que compensa, como é que o agricultor que teve uma produção baixa, abaixo da média em 2015, não é prejudicado através da metodologia que aplica agora?

Explique-me só isto, é uma dúvida.

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Neto Viveiros*): Não percebi!

O Orador: Aquele agricultor que teve uma má produção em 2015 como é que não é prejudicado, de que forma é que não é prejudicado, ou melhor dito, como é que é compensado no âmbito da metodologia que adotou?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente** (*Luís Neto Viveiros*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, o ano de 2015 foi, até agora, o melhor ano de sempre da produção de leite nos Açores.

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Mas não foi para todos!

O Orador: Portanto, a referência que encontrámos foi de facto sobre o ano que teve maior sucesso na sua produção global.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Não foi para todos!

O Orador: Quando estamos a falar de produtores que possam ter sido penalizados estamos a referir basicamente aqueles que foram condicionados pelas estratégias de compra e na generalidade dos casos essas estratégias de compra, de criar algum limite às entregas nas fábricas, situou-se nesse patamar. Portanto, foi com base nesse valor, de uma forma realista que nós encontrámos esta solução.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Há sempre gente prejudicada!

O Orador: Volto a repetir que a proposta que o CDS aqui traz de considerar o melhor de três anos pode ter muitas virtudes, mas peca à partida porque cria uma expectativa que não é possível de satisfazer com o prémio que está disponível.

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Já expliquei qual o mecanismo que o Governo deve usar e onde deve ir buscar o dinheiro!

O Orador: É tão simples quanto isto.

Portanto, nós não podemos assumir um compromisso para o qual não temos depois meios para resolver.

Os Srs. Deputados também fizeram aqui referência, por diversas vezes e já agora (não ia falar sobre isso) terei também oportunidade de referir que fizeram aqui referência por várias vezes à questão da ajuda extraordinária ou excecional à vaca leiteira.

É uma ajuda excecional, paga (é verdade, é público, toda a gente sabe) com verbas do orçamento regional. Representa em dois anos 3,2 milhões de euros dirigida aos agricultores, aos produtores de leite das ilhas de São Miguel e Terceira, balizadas nos anos de 2015 e 2016, exatamente porque foram anos em que, ou estão sendo anos, pelos constrangimentos que todos conhecemos e que não vale pena estar aqui a detalhar novamente estão todos a enfrentar uma situação de maior dificuldade e, por isso, o Governo (e bem!) decidiu acudir a essas pessoas neste período e de uma forma muito concentrada. Foi isso que fizemos.

O que estamos aqui a discutir é uma coisa completamente diferente. É alterar um critério de um prémio que até agora teve um incentivo à produção e que a partir de agora tem um critério diferente que é mais condicionador da produção num determinado nível de forma a que o dinheiro que está disponível possa cobrir todos os candidatos. Tão simples quanto isto.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 13 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos avançar na nossa Agenda.

Entramos agora no ponto 16: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 163/X – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, sobre eventuais sanções a aplicar a Portugal pelas instituições europeias, por incumprimento do pacto de estabilidade e crescimento no ano de 2015”.**

Este pedido de urgência é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS e tem a palavra para justificar a urgência ...

Não é necessário justificar a urgência.

Vamos então passar ...

Pergunto se há inscrições, mas penso que também não há.

Sendo assim, vamos passar de imediato à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência tem então a palavra o Sr. Deputado Berto Messias para apresentar a iniciativa.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Se me permitem, lerei rapidamente a resolução que julgo ser absolutamente clara, quer sobre a pertinência desta pronúncia por iniciativa própria, quer também sobre o conteúdo que a justifica.

«A Comissão Europeia acusou, recentemente, Portugal e Espanha de “ausência de ação efetiva” para cumprir as metas orçamentais, considerando que as

medidas tomadas pelos governos de ambos os países para fechar o procedimento dos défices excessivos em 2015 foram “insuficientes”.

Tal acusação originou, formalmente, a abertura de um processo de âmbito sancionatório.

O passo seguinte foi dado sob a forma de decisão do Conselho de Ministros das Finanças da União Europeia (conhecido por ECOFIN), determinando a aplicação de sanções a estes países.

Independentemente do tipo de sanções a aplicar a Portugal, sejam elas gravosas ou simbólicas, efetivas ou suspensas, importa, desde já, rejeitar liminarmente qualquer penalização que tenha por destinatário o nosso país.

Na génese desta rejeição terá que estar sempre o facto de Portugal ter estado nos últimos quatro anos sob assistência financeira, a qual se traduziu na implementação de uma excessiva e descabida dose de austeridade, que fez do país uma cobaia para experiências políticas neoliberais da área social à economia, da saúde à justiça ou da educação ao poder local.

Nada ficou como estava, sendo que a cegueira do diretório europeu apenas tinha em mente a redução - independentemente da dose de sofrimento a causar aos cidadãos - da dívida e do défice.

Acontece que a receita falhou e falhou porque a dose de austeridade era manifestamente impossível de dar outros resultados. Empobrecer nunca podia ser o caminho para recuperar e crescer. O caminho passa, pelo contrário, por um crescimento com respeito pela dignidade e demais direitos fundamentais dos cidadãos de qualquer Estado-membro.»

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: «Por outro lado, a mera possibilidade de impor sanções ao país, para além de inédita ao nível da aplicação do Pacto de Estabilidade e Crescimento, afigura-se, ainda, infundada, injusta, incompreensível e contraproducente.»

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: «Infundada e injusta, face à grave crise económica e social que afetou Portugal e que teve a respetiva origem nas instituições europeias que agora se apresentam como julgadores; incompreensível, porque representaria um tratamento injustificadamente discriminatório de Portugal face a outros Estados-membros em situação idêntica; e contraproducente, face aos desafios que se colocam para a recuperação económica de Portugal e ao facto de a mesma Comissão Europeia, nas suas piores previsões, reconhecer que Portugal vai ficar, pela primeira vez, com o défice abaixo dos 3%.

Acresce que a eventual aplicação de sanções deterioraria ainda mais a relação entre instituições europeias e Estados soberanos, teria um efeito económico, orçamental e reputacional muito negativo na economia, no investimento, no emprego e, portanto, em suma, nas próprias finanças públicas do nosso país.»

Esta matéria tem ainda especial relevância aqui, no Parlamento dos Açores, porque a «Região Autónoma dos Açores, apesar de não ter contribuído para o défice registado em 2015 (tal como não contribuiu para os défices anteriores), conforme é reconhecido por todas as entidades com competências em matéria orçamental de âmbito nacional e europeu, não pode ficar em silêncio quando presencia tamanha injustiça.»

Neste âmbito parece-nos «fundamental que os representantes do Povo Açoriano se unam na luta por uma Europa que volte a assentar nos respetivos princípios fundadores: igualdade entre os povos; solidariedade entre nações e justiça!»

Assim, apresentamos este Projeto de Resolução que recomenda que este Parlamento aprove uma pronúncia por iniciativa própria afirmando o seguinte que:

«A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores considera infundada, inaceitável, injusta, incompreensível e contraproducente uma decisão da Comissão Europeia de aplicar sanções ao país por incumprimento do

Pacto de Estabilidade e Crescimento» e que desta Resolução seja dado também conhecimento ao Sr. Presidente da República, aos grupos parlamentares da Assembleia da República, à Comissão Europeia, ao Parlamento Europeu e também à Associação Nacional de Municípios Portugueses, à Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, à ANAFRE e à sua Delegação Regional.

E reafirmo aquilo que disse há pouco: esta matéria é também uma matéria de grande relevância para os Açores, porque se se vier a confirmar, se vier a acontecer aquilo que todos nós esperamos que não aconteça, um quadro de sanções para o nosso país, também os nossos concidadãos dos Açores poderão ser injustiçados e confrontados com medidas de austeridade que julgo que nenhum dos partidos aqui representados deseja.

Portanto, aquilo que se pede agora é uma frente unida de todos os partidos neste Parlamento contra qualquer tipo de sanção contra o nosso país.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PPM vai votar favoravelmente esta iniciativa do Partido Socialista tendo em conta aquilo que é a parte resolutiva, que é «A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores considera infundada, inaceitável, injusta, incompreensível e contraproducente uma decisão da

Comissão Europeia de aplicar sanções ao país por incumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento».

É evidente que depois tem aqui algumas habilidades ao longo do texto, mas não é o suficiente para invalidar o nosso apoio a esta iniciativa.

Gostava de referenciar o seguinte: considero também, sendo muito sintético, dado que é um tema que eu gostaria de discutir, mas percebo perfeitamente que a hora não é para grandes filosofias políticas, mas pura e simplesmente fazer três referências.

A primeira é que de facto o processo de saída do Reino Unido da União Europeia enfraquece a determinação de aplicar sanções a Portugal e à Espanha e, portanto, penso que neste momento temos aqui uma conjuntura que nos é favorável, apesar desta situação.

O que é impressionante é que apesar desta situação de fragilidade ainda há quem pense em aplicar e há quem pense em levar o processo até ao fim, ou seja, mesmo num processo de grande debilidade para a União Europeia, mesmo assim, há esta tentação de levar até ao fim este processo de perseguição aos povos espanhol e português.

Em segundo lugar, fazer uma pequena referência: isto não acontecia há uns anos atrás, há vinte e tal anos atrás, porque não tínhamos o problema alemão. Com a unificação alemã temos novamente uma Alemanha que é demasiado grande para a União Europeia, tem vindo a desenvolver posições unilaterais. Não víamos nunca um Ministro alemão dos Negócios Estrangeiros ou um Ministro da Economia tomar decisões ou tomar uma posição isolada sem que a Comissão Europeia tivesse anunciado uma posição prévia, agora é ao contrário. A Alemanha anuncia, depois é que a Comissão Europeia anuncia a sua posição, portanto, é a Alemanha que toma o posicionamento em primeiro lugar e depois, como o Partido Socialista reconhece, há de facto um diretório.

Basta verificar aquela célebre frase: porque é que não aplicam as sanções à França?

Porque a França é a França.

Portanto, a partir daí há uma diferenciação evidente dos estados, há uns que têm mais direitos do que outros no âmbito do processo político da União Europeia. Portanto, é uma União Europeia cada vez mais desigual, com graves problemas e em que de facto os povos europeus e principalmente os povos das periferias se encontram subjugados a uma pressão fiscal tremenda, uma pressão orçamental tremenda e que inviabiliza na prática, unida ao problema das dívidas externas, das dívidas soberanas, o desenvolvimento destes países que se encontram há anos e penso que vamos ficar durante décadas com este tipo de pressões.

Muito mais haveria a dizer, mas penso que isto é essencial.

Acho que uma posição do Parlamento dos Açores é importante no atual contexto e, por isso, o Partido Socialista tem o apoio da Representação Parlamentar nesta matéria, sendo que, já sei, um dia mais tarde, quando se falar nesta questão, foi o Partido Socialista sozinho que tomou este posicionamento.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Obviamente que o Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente este Projeto de Resolução que rejeita qualquer tipo de eventuais sanções que venham a ser aplicadas ou decididas aplicar a Portugal pelas instituições europeias, pelo incumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento do ano 2015 e a este propósito eu gostaria de relembrar o seguinte.

Em outubro de 2012 as notícias da nossa comunicação social diziam o seguinte: “Fundo Monetário Internacional no seu relatório semestral reconhece o erro”, ou seja, reconhece que a austeridade agudizou a crise na Europa.

“O Fundo Monetário Internacional reconhece que subestimou o impacto negativo da austeridade na economia europeia, um erro que custou bem caro aos países intervencionados pela União Europeia e pelo FMI, como é o caso de Portugal.”

Por cada euro de cortes públicos a economia perdeu quase dois euros no nosso país, quando a previsão era de que perderia apenas cinquenta cêntimos, ou seja, aquilo que aconteceu foi que o Fundo Monetário Internacional não levou em consideração o impacto recessivo da austeridade.

Dois anos depois de violentos programas de austeridade terem lançado a maioria dos países europeus na recessão (e recessão quer dizer muito objetivamente redução de salários, precariedade, desregulamentação laboral, empobrecimento e finalmente destruição da economia, originando um mar de desempregados e o aumento em cascata do endividamento público) o Fundo Monetário Internacional reconheceu que afinal nada disto resultou, nada disto serviu para nada. Pelo meio, pelo caminho ficaram milhares e milhares e milhares de famílias e de pessoas no nosso país.

A Sra. Lagarde admitiu, portanto, o erro da política da austeridade e disse mais. Disse que os efeitos da austeridade em Portugal e na Grécia tinham, obrigavam a repensar a receita e os programas de intervencionamento do Fundo Monetário Internacional nos diferentes países resgatados.

A seguir temos aquela verdadeira, fantástica ... Dado o adiantado da hora eu não vou utilizar mais nenhum adjetivo, porque temo não utilizar o melhor, mas que já foi aqui recordada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, que é o Sr. Juncker ter finalmente descoberto que a França é a França e, portanto, no momento em que Bruxelas ameaça com sanções Portugal, o Presidente da Comissão Europeia admitiu que há países mais iguais que outros no que toca à aplicação das regras orçamentais da União Europeia.

A França (reparem bem!) já ultrapassou o teto dos 3% do défice mais de 10 vezes desde que existe o euro, mas apesar disso escapou sempre às sanções previstas nos pactos orçamentais europeus.

A explicação para isso sabemos agora foi dada pelo Sr. Juncker exatamente quando afirmou que as sanções nunca foram aplicadas porque a França é a França, o que quer que isso queira dizer e desconfio bem que não quer dizer coisa boa.

Só para nós recordarmos acho que vale a pena nunca mais esquecermos a carinha deste senhor ...

(Neste momento, a Sra. Deputada mostra uma fotografia à câmara)

... que acha que a França é a França e Portugal e os portugueses e os açorianos e açorianas não são coisa nenhuma.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, quando o texto, a parte da exposição de motivos deste Projeto de Resolução apresentado pelo Partido Socialista diz que o passo seguinte foi dado ...

(Apartes inaudíveis do Deputado André Bradford)

A Oradora: Oh, Sr. Deputado, a sério já é tarde.

Deputado André Bradford (PS): Eu não estou a falar consigo!

A Oradora: Mas não me interessa se esteja a falar comigo. Está a falar e eu também. Estamos os dois a falar ao mesmo tempo.

Deputado André Bradford (PS): Desde quando é que não se pode falar quando a senhora fala?

Deputado Francisco César (PS): Os apartes são regimentais!

A Oradora: A esta hora era melhor que não, Sr. Deputado.

Muito obrigada.

Deputado André Bradford (PS): Assim é pedir com cuidado e com jeitinho!

A Oradora: Estou a pedir-lhe com todo o cuidado.

Deputado André Bradford (PS): Assim já é outra coisa!

A Oradora: Pode ser assim, Sr. Deputado?

Muito obrigada.

Dizia eu que quando na parte da exposição de motivos do Projeto de Resolução do Partido Socialista é dito que o passo seguinte foi dado sob a forma de decisão do Conselho e Ministros da União Europeia, o ECOFIN, determinando a aplicação de sanções a estes países, ou seja, a maior parte dos ministros das finanças da Europa quer sancionar o nosso país e agora perguntemos: porquê?

Porque é que o ECOFIN quer sancionar o nosso país?

Vejam bem: porque nós fizemos exatamente tudo o que eles mandaram entre 2013 e 2015. Isto é excepcional.

Nós somos castigados porque fomos bons alunos.

Isto é de uma lógica absolutamente imparável. Já não é da França ser a França. É da Europa não ser coisíssima nenhuma e menos uma instituição com algum tipo de sanidade mental.

Depois diz também o projeto na sua parte de exposição de motivos: “Independentemente do tipo de sanções a aplicar a Portugal, sejam elas gravosas ou simbólicas, efetivas ou suspensas (...)”.

Sras. e Srs. Deputados, não há sanções simbólicas. As sanções são sempre uma humilhação. São sempre uma perda de soberania. Não há simbolismo nenhum em qualquer tipo de sanção e são sobretudo sempre um dano económico seja para o país, seja para a Região Autónoma dos Açores, ou para o caso para a Região Autónoma da Madeira.

Portanto, para o Bloco de Esquerda que não tem, como eu disse, a mínima dúvida em votar favoravelmente este Projeto de Resolução, as sanções e o

processo de sanções que pende ou impede sobre a nossa cabeça é apenas uma forma de atacar a escolha democrática do nosso país de uma maioria parlamentar para parar o empobrecimento do nosso país, ou seja, é um ataque à democracia e à escolha legítima e livre dos portugueses.

Finalmente quando o primeiro ponto da parte resolutiva diz que “a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores considera infundada, inaceitável, injusta, incompreensível e contraproducente uma decisão da Comissão Europeia de aplicar sanções ao país por incumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento” eu queria acrescentar, em nome do Bloco de Esquerda, que é essencial que ninguém desista perante a chantagem.

Se não tivermos possibilidade de escolher será a democracia a transformar-se numa mera formalidade.

Portanto, o país, o nosso país deixará pura e simplesmente de existir e passará a ser um mero protetorado.

Portanto, para o Bloco de Esquerda nem sanções, nem chantagem. Portugal, os Açores, são uma democracia.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Tratando-se embora de uma pronúncia por iniciativa própria das Sras. e dos Srs. Deputados o Governo entende associar-se com a sua manifestação a propósito desta matéria pela importância que ela reveste e saúda por isso também a pertinência desta iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, iniciativa essa de grande oportunidade.

Se vier de facto a confirmar-se uma eventual decisão de aplicação de sanções a Portugal e a Espanha estaremos perante um tratamento discriminatório em

relação a outros estados que se encontram igualmente, embora não necessariamente da mesma forma, em situação de incumprimento do tratado, estamos perante uma decisão que a confirmar-se será completamente destituída de sentido, porque já como foi aqui referido o resultado que se pretende penalizar é precisamente o resultado daquelas que foram as imposições no que respeita a medidas e políticas por parte da União Europeia para responder à crise que enfrentamos e corremos até o risco de agravar os próprios efeitos que agora pretende sancionar desta forma.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

A Oradora: Eu diria de forma muito sintética que estamos perante uma União Europeia incapaz de ver os enormes elefantes que tem na sua sala, que se esqueceu dos seus princípios fundadores e que se entretém a desviar as atenções com assuntos desta natureza.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Julgo que este é um tempo muito triste para a Europa e queria por isso saudar a iniciativa do Grupo Parlamentar que é de uma absoluta pertinência.

Necessitamos de todas as vozes para afirmar esta enorme injustiça que a Europa pelo que parece se prepara para fazer a Portugal e a Espanha.

Seria melhor que a Europa olhasse para si própria, que tirasse algum tempo de reflexão e que pudéssemos reconstruir a União Europeia que correspondesse aos princípios que a fundaram.

Muito obrigada.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Para dizer desde já que o Grupo Parlamentar do PSD/Açores subscreve integralmente a parte resolutiva deste Projeto de Resolução que foi apresentado e que agora está em debate relativamente à pronúncia por iniciativa própria do Parlamento dos Açores sobre a eventual aplicação de sanções a Portugal pela União Europeia e pegando aliás no próprio Projeto de Resolução consideramos que esta aplicação é infundada, é inaceitável, é injusta, é incompreensível e é contraproducente, portanto, subscrevemos integralmente a parte resolutiva deste Projeto de Resolução e pensamos que há essencialmente duas razões para que assim se considere com adjetivos que foram utilizados, para que se considere que são esses os adjetivos adequados.

Por um lado, e de alguma forma a questão foi aflorada já por algumas das intervenções anteriores por desorientação de Bruxelas, por uma manifesta desorientação de Bruxelas, e, por outro lado, também naquilo que nós consideramos pela passividade do Governo de Portugal.

Vamos à primeira. Desde logo da parte de Bruxelas quando se refere que se está a sancionar o passado, revela-se uma incongruência manifesta quando, em simultâneo, se aponta para que não existam sanções se forem adotadas medidas que corrijam a trajetória deste ano em que nos encontramos. Das duas, uma: ou as sanções resultam de uma análise sobre o passado e então são aplicadas por esse motivo; ou então o problema é a trajetória que está a ser seguida neste momento e nesse caso não faz sentido invocar o passado. As duas coisas em simultâneo é que não podem ser, porque são absolutamente incongruentes. Mas pensamos (e essa questão também já aqui foi falada) que esta desorientação de Bruxelas vai ainda mais longe. Portugal foi indubitavelmente dos países que mais esforço estrutural fez e muito superior a países como por exemplo a França, que já aqui foi referida neste plenário, sendo no mínimo pouco transparente dizer que a França fez um esforço efetivo quando aquele que Portugal foi largamente superior, largamente mais forte.

O Governo atual (e aqui passamos para o segundo nível de razões para que se considere esta aplicação de sanções, tal como aqui está adjetivada) tinha a obrigação de ter feito esta discussão com a Comissão Europeia e tinha a obrigação de apresentar que a alegada falha na correção do défice estrutural tinha resultado de uma retificação estatística que tinha sido efetuada pelo Instituto Nacional de Estatística e que transformou uma melhoria do défice estrutural numa degradação do esforço.

É curioso aliás que ontem mesmo foi divulgado que tudo pode voltar à estaca zero. Numa notícia ontem divulgada o défice de 2015 ainda não está fechado e pode baixar em outubro, imagine-se, com algumas contas, para 3%, ou seja, para o nível que permite sair do procedimento por défice excessivo.

Portanto, tudo isto devia ter sido explicado pelo Governo, não foi e inclusivamente neste momento existe a possibilidade de em outubro possa ser o momento em que fecha definitivamente o défice de 2015 e que afinal nem sequer exista razão para aplicação do que quer que seja.

As políticas levadas a cabo entre 2011 e 2015 (e obviamente existem aqui diferentes perspetivas relativamente a esta matéria, não tenho dúvidas em dizer) foram impostas (é preciso lembrar a génese destas medidas) e foram acordadas com Bruxelas. Foram mais uma coisa: foram também cumpridas. Mesmo num ano de eleições como aquele que deu origem a este défice em 2015 o país diminuiu a despesa pública, o que pensamos ser um caso único em ano de eleições.

Daí que seja incompreensível a passividade que foi evidenciada pelo Governo português, que aceitou que este fosse o ponto de partida para 2016.

Lamenta-se assim, da nossa parte, que não tenha sido defendida eficazmente pelo Governo da República aquele que foi o legado que recebeu de extraordinária redução do défice, fruto do esforço dos portugueses e isso, esta

falta de empenhamento, esta falta de defesa, deveu-se objetiva e exclusivamente a razões de políticas internas.

Não teriam faltado seguramente argumentos de natureza técnica para defender Portugal. Efetivamente não devia estar sujeito sequer a esta discussão de aplicação de sanções.

É importante, assim, que se assuma, sem complexos, que o legado que o atual Governo recebeu não era um legado do Governo anterior. Era, sim, um legado do esforço que todos os portugueses fizeram durante quatro anos e meio e que levou a um ajustamento das contas públicas que, seja qual for o critério, está entre os maiores dos nossos parceiros da União Europeia.

É lamentável que o Governo português não tenha feito passar esta mensagem e é por esses motivos que consideramos que, relativamente ao preâmbulo deste Projeto de Resolução, entendemos que o mesmo não faz qualquer sentido, é descabido, é eventualmente pensado, fruto do tempo que vivemos, fruto dos tempos que se aproximam.

Contrasta de alguma forma com as intenções perfeitamente meritórias que estão patentes na componente resolutiva deste Projeto de Resolução.

Da nossa parte e como aquilo que estamos aqui a votar não é o preâmbulo, aquilo que estamos aqui a votar é a componente resolutiva, o PSD/Açores convictamente dá o seu voto favorável a esta iniciativa.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS fez parte de um governo de coligação durante o período de aplicação do recente programa de ajustamento financeiro a Portugal que assumiu a responsabilidade de governar o país com a herança de um défice que

ultrapassava os 11%, tendo deixado no final da sua governação um défice que, segundo os nossos cálculos, não atingiria os 3%.

Deputado Berto Messias (PS): Segundo os vossos cálculos!

A Oradora: Tal só foi possível com uma política orçamental e fiscal rigorosa.

Não foi o PS que fez esses cálculos seguramente.

Conseguimos resultados ímpares num contexto de impacto recessivo ...

(Apartes dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: Enquanto o Sr. Deputado Berto Messias leu o preâmbulo da sua iniciativa, com a qual o CDS também não concorda, apesar de concordar na íntegra com a parte resolutiva, ...

Deputado Berto Messias (PS): Eu achei piada foi aos vossos cálculos!

A Oradora: ... não fez comentários e ouviu.

Conseguimos resultados ímpares num contexto de impacto recessivo. Modernizou-se o nosso tecido produtivo através do incentivo ao investimento interno e externo e ao fomento das nossas exportações que duplicaram.

Implementaram-se importantes reformas estruturais destinadas a aumentar decisivamente a nossa competitividade e produtividade, como de resto a comissão tantas vezes reconheceu.

Tal só foi possível com o contributo da população portuguesa que respondeu de uma forma irrepreensível aos sacrifícios que foram pedidos às famílias e às empresas.

Depois de todos estes esforços a aplicação de sanções será manifestamente incompreendida pelo povo português.

Depois de passar por difíceis anos de ajustamento e sacrifícios, depois de convocado para um esforço nacional que implicou o maior ajustamento

orçamental da nossa história e depois de demonstrar uma postura de responsabilidade e resiliência ímpares o povo português não poderá senão reagir com, no mínimo, perplexidade a eventuais sanções.

No atual contexto europeu em que se espera um espírito de aproximação aos cidadãos e perante uma população que ultrapassou uma das mais graves crises da sua história a aplicação de sanções constituirá um golpe rude no sentimento europeu.

Se é verdade que o CDS tem muitas dúvidas quanto ao rumo escolhido pelo atual Governo, não é menos verdade que a Comissão Europeia tem os instrumentos para acompanhar a ação deste Governo e prevenir atempadamente, na medida das suas competências, os desvios que coloquem em causa o cumprimento das regras pactuadas no seio da União Europeia.

A nossa oposição a sanções anunciadas não constitui qualquer adesão às políticas do atual Governo. Aliás, o CDS tem afirmado publicamente a necessidade do atual Governo dar garantias firmes de que irá efetivamente cumprir as metas fixadas no quadro do Orçamento de Estado e do programa de estabilidade.

A aplicação de possíveis sanções a Portugal só pode contar, pois, com a nossa oposição pública que entendemos, aliás, coerente e conseqüente com o posicionamento do CDS a favor de uma Europa onde todos os países e cidadãos se sintam parte ativa de um projeto comum de paz, desenvolvimento e solidariedade.

Num momento em que a Europa se divide e perde a sua economia, todos os que continuam a acreditar no projeto europeu precisam que a comissão dê sinais claros de união e esse sinal não será seguramente a aplicação de sanções a Portugal e neste sentido o CDS-Açores irá votar favoravelmente o Projeto de Resolução aqui trazido pelo Partido Socialista.

Obrigada.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretário, Sr. Secretário:

Serei muito breve, apenas para dizer o seguinte, tendo em conta sobretudo a intervenção do Sr. Deputado António Marinho.

Aquilo que me parece fundamental que nós não podemos fazer e que belisca a tal frente comum unida de que eu falava era precisamente neste processo, que é um processo eminentemente político, e até diplomático se quisermos, é que quem está a liderar o Governo de Portugal possa abrir portas ao famoso plano *b*, à aceitação de medidas adicionais, porque isto será subjugar-se à chantagem que está a ser feita pelas instâncias europeias.

Portanto, na nossa perspetiva estarem a dizer que Portugal devia ser mais ativo, que tinha que ser mais proactivo e que tinha que mostrar a Bruxelas estar disponível para criar um plano *b* ou para criar mais medidas parece-nos, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Nada disso foi dito! Isso era o que estava preparado para a réplica!

O Orador: ... na perspetiva do Partido Socialista, que é um erro, sobretudo quando nós temos no contexto europeu e no quadro europeu várias questões localizadas que podem ser absolutamente fundamentais para que Portugal saia bem deste processo sem sanções, como é por exemplo o exemplo que a Sra. Deputada Zuraida Soares deu com a frase do Sr. Juncker, dizendo que França é a França e, portanto, não deve ser considerada como os chamados países do sul, se bem que agora já tratam a Espanha como os chamados *pegos*, os antigos *pegos*, o que é também um quadro novo neste contexto negocial europeu.

Portanto, apenas para dizer isto: é absolutamente legítimo aquilo que todos disseram, são perfeitamente legítimas as posições de todos e a forma como constroem o vosso raciocínio à volta desta questão, mas não nos parece um bom contributo para a defesa de Portugal e para a reafirmação da tal frente unida que é fundamental nesta fase que se esteja permanentemente a dizer que o Governo português devia ser mais proactivo e devia defender melhor, porque aquilo que nos parece é esta postura firme, de não admitir um plano *b*, de recusar terminantemente medidas adicionais, parece-nos nesta fase a melhor postura para recusar qualquer tipo de chantagem que nos chegue de Bruxelas.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu compreendo aquilo que o Sr. Deputado Berto Messias acabou de dizer, mas aquilo que o Sr. Deputado Berto Messias acabou de dizer entra em contradição com outra questão é que se considerasse efetivamente necessário (e eu considero necessário, não sei se lhe chamarei frente unida ou não), mas havendo uma posição firme do Parlamento que é desejável (é, sim senhor), então o senhor devia ter tido o cuidado (o senhor, ou os senhores deveriam ter tido o cuidado) de na construção deste Projeto de Resolução não invocarem o que invocaram para chegar à parte resolutiva. Nós com a parte resolutiva estamos completamente de acordo, agora nós temos a nossa coerência e naturalmente que a nossa coerência assenta no facto (deixe-me dizer-lhe desde

logo) desde logo de considerar que há razões a dois níveis: a desorientação de Bruxelas e a passividade do Governo português que entendemos que ela existiu. Os senhores entendem que existem outras questões. Nós consideramos que houve isso e deixe-me dizer-lhe também que provavelmente não foi ingénuo da vossa parte colocarem um preâmbulo daquela natureza ...

Deputado André Bradford (PS): Qual natureza?

O Orador: ... que consideramos que é um preâmbulo que está assente numa certa guerrilha política, inclusivamente na base daquilo que lá é referido, são provocações estéreis de política pré-eleitoral a quem pegou num país na zona da bancarrota e o reencaminhou para a zona da credibilidade, tendo alcançado inclusivamente uma vitória eleitoral em outubro.

Por isso, aquilo que nós consideramos é que tudo isto é essencialmente decorrente de um acentuado esforço, de um grande esforço por parte dos portugueses e é isso que deveria ter sido valorizado e consideramos que isso não consta da maneira adequada no preâmbulo e, por isso, naturalmente tem de contar que da nossa parte tenha que existir o recurso àquilo que consideramos ...

Deputado Berto Messias (PS): Legitimamente! Nem eu esperava outra coisa do senhor!

O Orador: Exatamente e é natural.

Por isso mesmo também, embora vá fazer uma declaração de voto em termos formais a seguir, digo-lhe desde já, para que tudo isso fique claro, que apresentaremos uma declaração de voto por escrito e que será entregue já na Mesa da Presidência no imediato.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Entramos nos últimos dois pontos da nossa Agenda. Ponto 18:

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 165/X – “Resolve recomendar ao Governo Regional que altere as disposições, relativas ao procedimento concursal para docentes contratados, em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo, lançado no dia 30 de junho de 2016, que discrimina docentes entre si”, apresentado pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Vou pedir à Sra. Deputada Zuraida Soares para justificar a urgência, mas alerto já a câmara que entretanto foi distribuída por todos uma proposta de substituição integral. Portanto, a justificação da urgência é já sobre esta proposta de substituição que foi entregue.

Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se a Sra. Presidente me permitir eu vou usar a mesma figura do Sr. Deputado Berto Messias e escuso-me a fazer a justificação da urgência.

Muito obrigada.

Presidente: Pergunto então apenas se há inscrições.

Julgo não haver. Vamos então votar o pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passo então novamente a palavra à Sra. Deputada para apresentar a iniciativa.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

“Todos têm direito ao trabalho. Para assegurar o direito ao trabalho, incumbe ao Estado promover:

- a) A execução de políticas de pleno emprego;
- b) A igualdade de oportunidades na escolha da profissão ou género de trabalho e condições para que não seja vedado ou limitado, em função do sexo, o acesso a quaisquer cargos, trabalho ou categorias profissionais.”

Acabei de citar o artigo 58.º da Constituição da República Portuguesa.

No dia 15 de junho deste ano, no plenário anterior, foi amplamente discutido nesta Assembleia Legislativa o Projeto de Decreto Legislativo Regional 61/X e reconhecido pelo Governo Regional, por todos os grupos parlamentares e representações parlamentares, que terão de ser introduzidas alterações no regulamento de concursos de pessoal docente na Região, nomeadamente, no âmbito do concurso de oferta de emprego centralizada, no que concerne à aceitação do lugar e apresentação, com a finalidade de garantir direitos fundamentais previstos na Constituição da República Portuguesa, como é o caso da assistência na doença e na proteção da paternidade e da maternidade.

Recordamos o artigo 68.º da Constituição da República que reza e garante que “Os pais e as mães têm direito à proteção da sociedade e do Estado na realização da sua insubstituível ação em relação aos filhos, nomeadamente quanto à sua educação, com garantia de realização profissional e de participação na vida cívica do país. A maternidade e a paternidade constituem valores sociais eminentes. As mulheres têm direito a especial proteção durante a gravidez e após o parto, tendo as mulheres trabalhadoras ainda direito a dispensa do trabalho por período adequado, sem perda da retribuição ou de quaisquer regalias.” Fim de citação do artigo 68.º da nossa Constituição.

Ora, pela Oferta n.º 8273, de 01/07 deste ano, foi publicado o Aviso relativo ao Procedimento concursal – Oferta de emprego para recrutamento de pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, da educação especial e do ensino vocacional da música, para o ano escolar de 2016/2017, em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo.

Determina o ponto 13.2 do referido procedimento concursal que e cito: “13.2. Os candidatos que se encontrem impedidos de se deslocar por avião à data da colocação, por motivo de doença, gravidez de risco, acidente de trabalho, doença profissional ou outro devidamente comprovado e considerado atendível, podem requerer, durante o prazo referido no ponto anterior (13.1), perante a Direção Regional da Educação, a prorrogação do prazo de aceitação para o termo dessas situações, apresentando documento médico comprovativo da impossibilidade de se deslocarem para a ilha de colocação nesse período.” Fim de citação.

Aparentemente estamos perante um ato de discriminação, em paridade com os docentes dos quadros, seja na Região Autónoma dos Açores, seja no Continente, senão vejamos.

Na Região como é que se passam as coisas e vou citar: “4-Os docentes colocados no âmbito dos concursos interno e externo de provimento consideram-se contratados por tempo indeterminado a 1 de setembro seguinte e devem apresentar-se ao serviço no 1.º dia útil do mesmo mês na unidade orgânica onde obtiveram colocação.

5-Nos casos em que a apresentação dos docentes a que se refere o número anterior não puder ser presencial, por motivo de férias, licença parental, doença ou outro previsto na lei, devem os mesmos, no 1.º dia útil do mês de setembro, por si ou por interposta pessoa, comunicar o facto à unidade orgânica onde obtiveram colocação, com apresentação, no prazo de cinco dias, do respetivo

documento comprovativo.” Citei o n.º 4 e 5 do artigo 16.º do DLR, 22/2012/A, de 30 de maio).

Isto é a situação na nossa Região.

No Continente: “1- Os candidatos colocados nos concursos interno e externo devem apresentar-se no agrupamento de escolas ou escola não agrupada onde foram colocados no 1.º dia útil do mês de setembro.

2- Os candidatos colocados nos restantes concursos devem apresentar-se no prazo de setenta e duas horas após a respetiva colocação, sem prejuízo do disposto no n.º 10 do artigo 37.º e no n.º 4 do artigo 40.

3- Nos casos em que a apresentação por motivo de férias, maternidade, doença ou outro motivo previsto na lei não puder ser presencial, deve o candidato colocado, no 1.º dia útil do mês de setembro, por si ou por interposta pessoa, comunicar o facto ao agrupamento de escolas ou escola não agrupada com apresentação, no prazo de cinco dias úteis, do respetivo documento comprovativo.” Citei o n.º 1, 2 e 3 do artigo 17.º do DL n.º 83-A/2014, de 23 de maio.

Da leitura destas duas normas afigura-se uma desigualdade de tratamento na Região, desigualdade entre os professores do quadro e os professores contratados e também desigualdade de tratamento entre os professores contratados na Região e os professores contratados no Continente, no que diz respeito à aceitação e apresentação.

Mais parece que a prorrogação da aceitação, com efeitos nefastos na apresentação, constitui uma ilegalidade e uma violação clara dos direitos dos professores que estão em situação de licença de gravidez de risco e constitui mesmo uma clara violação do direito à Licença da Paternidade e Maternidade, uma vez que a escolha, por parte dos professores, será sempre a apresentação imediata constituindo aquela norma uma clara violação do direito à saúde e do direito da maternidade.

Vejam, por exemplo, a obrigação de uma mulher em adiantado período de gestação e que viaja de avião para uma das Ilhas, para se apresentar na Escola e no mesmo dia regressa para continuar a licença de gravidez de risco.

Perguntamos:

E se um dia acontece um problema grave?

A Assembleia, a nossa Assembleia Legislativa, continuará a incriminar as mulheres e as mães desta Região?

Considerando estas novas disposições seria, no mínimo, expectável que a tutela esclarecesse as seguintes perguntas;

1. Quais as consequências de uma prorrogação da aceitação destes professores que se encontram impedidos de viajar de avião?
2. E aqueles professores que residem na ilha onde foram colocados e se encontram, por motivos atendíveis, impedidos de se deslocarem para fora da sua residência?
3. Que direitos ficam assegurados durante este período de prorrogação da aceitação, no que diz respeito à contagem de tempo de serviço, para aposentação, progressão, concurso, subsídio de desemprego?

Face a esta situação a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda apresenta o seguinte Projeto de Resolução:

Nos termos legais, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores resolve recomendar ao Governo Regional que desencadeie o processo de alteração do artigo 23.º do DLR 22/2012/A, de 30 de maio, que aprova o Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário no sentido de salvaguardar as situações em que o docente contratado a termo resolutivo, por motivo atendível não se possa apresentar ao serviço no 1.º dia útil subsequente ao prazo de aceitação da colocação, eliminando assim neste âmbito as diferenças de soluções legais entre os docentes contratados por tempo indeterminado e os docentes contratados a

termo resolutivo de forma a que 2016 (portanto, setembro deste ano) seja na nossa Região o último ano em que essa diferenciação existe.

Para já, Sra. Presidente, ficar-me-ia por aqui.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, e como referiu a Sra. Deputada Zuraida Soares na discussão que tivemos neste plenário a propósito de uma iniciativa sobre o regulamento do concurso, esta questão foi colocada com uma ênfase muito particular no que respeita à questão dos direitos da maternidade e da paternidade e à norma que temos neste momento em vigor no regulamento poderia colidir com esses interesses.

Como julgo que a Sra. Deputada reconhecerá, porque ela própria mencionou o aviso que foi publicado posteriormente à discussão que decorreu aqui nesta câmara, o Governo procurou encontrar uma solução que permitisse obstar na máxima extensão possível à situação que estava sinalizada.

Há, contudo, aqui uma contextualização que importa fazer relativamente àquela que foi a *ratio legis* da norma que está neste momento em vigor e essa norma surgiu num contexto muito complexo para as escolas e julgo que muitas das Sras. e Srs. Deputados reconhecerão isso, em que muitas vezes aquilo que acontecia era termos candidatos colocados nestes concursos que imediatamente

apresentavam baixa enquanto aguardavam a colocação em concursos no continente e na Madeira e foi preciso de alguma forma obstar a que essas situações acontecessem pelo manifesto prejuízo que elas traziam para o funcionamento das escolas e para os alunos.

Contudo, esta circunstância não deve sobrepor-se àquele que é efetivamente um princípio constitucional de proteção da parentalidade e de proteção também por essa via das próprias crianças e do seu direito a sempre que possível crescerem na sua família e rodeadas dos seus progenitores.

Não pode também, naturalmente, colidir com o direito que assiste a uma mulher em processo de gravidez de tomar as providências que necessita para acautelar eventuais riscos que essa gravidez acarreta.

Portanto, quanto à sinalização do problema e quanto à necessidade de se encontrar para ele uma solução que permita conciliar este conjunto de interesses que estão aqui em jogo, estamos de acordo. Tanto estamos de acordo que como eu referi no início da minha intervenção neste aviso o Governo Regional, através da Direção Regional da Educação, fez já aquilo que à luz da lei vigente, à luz das regras que estão neste momento previstas no regulamento é possível fazer e o que é possível fazer é a prorrogação do prazo para a apresentação e essa situação está garantida, afastando-se assim a aplicação das penalidades que o mesmo regulamento prevê para o candidato que não se apresente na data prevista, penalidades essas que podem ser desde o afastamento desse concurso a até não poder candidatar-se nos dois anos seguintes.

Portanto, este é um primeiro passo que foi dado, que julgamos que é um passo importante e que resolve já uma parte relevante do problema com que estávamos confrontados que era um cidadão numa das situações aqui descritas encontrar-se verdadeiramente perante um dilema: ter de decidir entre aquela que era a sua condição e a necessidade de se apresentar.

Isso está afastado. A prorrogação ocorrerá pelo prazo em que ocorra o impedimento e não terá lugar, como referi, a aplicação das penalidades.

No entanto, neste momento, Sra. Deputada, e referindo as questões que coloca relativamente a outros impactos que isto tem, nomeadamente ao nível da carreira do candidato não é possível ir mais longe. Não é possível ir mais longe porque isso implicaria uma violação flagrante daquele que é o regulamento atual que prevê a celebração do contrato na data da efetiva apresentação ao serviço.

Aliás, eu chamaria a atenção que nem mesmo ao abrigo da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas poderíamos fazer retroagir os efeitos da celebração do contrato.

Portanto, para dizer às Sras. e aos Srs. Deputados e à camara que da parte do Governo fizemos aquilo que neste momento era já possível fazer, mas naturalmente que tendo já sido assumido um compromisso de se trabalhar num conjunto de aspetos do regulamento, nomeadamente naquilo que tem a ver com a periodicidade dos concursos, com as obrigatoriedades de permanência, esta será, em devido tempo e em sede própria, que é de revisão do regulamento do Concurso do Pessoal Docente, naturalmente uma matéria que merecerá toda a atenção por parte do Governo em que se procurará construir uma solução que permita (eu não vou dizer o melhor dos dois mundos, mas se calhar é isso que ambicionamos) salvaguardar os interesses destes candidatos, causando naturalmente o mínimo prejuízo às escolas e aos alunos que as frequentam.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão é de facto como a Sra. Deputada Zuraida Soares a colocou e também conforme o Governo acabou de responder.

A questão às vezes tem a ver com o seguinte que é também com a preocupação que os governantes nos Açores devem ter de proteger os interesses das suas escolas e dos seus alunos no sentido de permitir que o ano letivo decorra com regularidade e ter a certeza que não somos afetados como nalgumas situações no passado. Como ex-responsável por uma escola tenho essa experiência infelizmente e que prejudica de facto o funcionamento das escolas.

É evidente que há aqui um conjunto de garantias constitucionais, eu diria um conjunto também de obrigações civilizacionais por todos nós, da parte de todos nós, e há aqui que realmente proteger um conjunto de situações nomeadamente as situações que a Sra. Deputada Zuraida Soares refere e que refere muito bem.

Nesse sentido penso que a formulação da parte resolutiva vai de encontro também à preocupação que o Governo Regional neste momento acabou de descrever, ou seja, porque no fundo o que a Sra. Deputada Zuraida Soares diz é que “de forma a que 2016 seja o último ano em que essa diferenciação existe.”

Por isso, nesse sentido é possível alterar o regulamento para impedir que esta situação volte a suceder em próximos concursos.

Interpretei realmente a intervenção de V. Exa. como uma abertura em relação a estas questões e de facto encontrar uma solução que defenda os professores e que defenda também os interesses dos alunos e das escolas dos Açores.

Eu penso que isso é possível e nesse sentido o PPM junta-se a este esforço, a esta intenção e anuncio que vamos votar favoravelmente esta iniciativa do Bloco de Esquerda.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver. Sendo assim vamos então passar à votação.

Sra. Deputada Zuraida Soares, de uma forma muito excepcional, vou dar-lhe a palavra para acabarmos em bem este dia, mas foi no limite.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de dizer duas coisas.

Primeira: o Bloco de Esquerda apresentou uma primeira versão deste Projeto de Resolução e lutou por ela até ao fim e dentro dos limites e das possibilidades que a lei lhe permite e o nosso Regimento também. Ou seja, aquilo que nós de facto pretendíamos é que já no ano 2016 as mulheres grávidas, os homens ou as mulheres que estejam a gozar (que são docentes) a sua licença de paternidade ou de maternidade, que estejam comprovadamente doentes e impossibilitados de se deslocarem que já neste ano não fossem penalizados por essa situação, porque na realidade vão continuar a sê-lo.

Porque é que eu digo que vão continuar a sê-lo?

É certo que o Governo deu um passo na publicação deste aviso para o processo concursal e deu o passo na medida em que a diferença entre a aceitação com a prorrogação do prazo de apresentação na escola é o reconhecimento de um direito que até agora não existia para os/as docentes contratado(a)s, mas faltou-lhe dar o passo essencial.

Porque, Sras. e Srs. Deputados, se qualquer um de nós fosse professor (e alguns de nós até são, mas não serão eventualmente contratados) e estivéssemos, no caso de uma mulher, num processo de gravidez de risco, vivemos em São Miguel, somos colocados na Graciosa, não somos obrigados a apresentação, somos obrigados a comunicar a aceitação daquela colocação e avisamos que só daqui a dois, ou três ou quatro meses é que nos apresentaremos de facto na escola.

Mas o que é que acontece entre o dia em que eu aceito e o dia em que eu me apresento?

Além de uma gravidez de risco eu perco salário, perco tempo de serviço, perco direitos.

Portanto, este passo que o Governo deu e que o Sr. Secretário Regional da Educação e da Cultura deu é reconhecido, mas foi tão curto que quase não se nota.

Portanto, a nossa intenção era que ele pudesse ser aplicado no ano de 2016 já, em setembro. Tal não é possível pelas razões que a Sra. Secretária Regional, do ponto de vista legal e jurídico, acabou de apresentar e o Bloco de Esquerda obviamente que aceita essa argumentação e no mínimo quer garantir que este é o último ano em que esta situação de discriminação entre professores contratados e não contratados e sobretudo entre os professores da Região Autónoma dos Açores e do continente existe, porque também é possível fazer uma pergunta ou duas, se me permitem, apesar da hora tardia: porque é que no continente não há esta discriminação?

Lá a preocupação de estabilidade e de moralização é a mesma com certeza desta Região.

Porque é que aqui há discriminação e no continente não há?

Já agora uma última pergunta: porque é que o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura quando mandou publicar este aviso do processo concursal não o fez avançando no sentido de que a prorrogação do prazo, que é bem-vinda, não penalizaria os docentes, porque assim é dar com uma mão e tirar com a outra?

De qualquer modo o Bloco de Esquerda, não se congratulando totalmente, fica convicto que este será de facto o último ano em que esta situação ocorrerá e também regista o facto do Governo Regional e do Grupo Parlamentar do Partido Socialista ter manifestado sensibilidade e compreensão para ultrapassar logo que possível esta situação de discriminação do nosso ponto de vista inaceitável.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pensei que a sua intervenção fosse dar menos azo a debate.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Serei breve. Só porque a Sra. Deputada dirigiu duas perguntas, eu gostaria de responder, embora eu saiba que a senhora sabe a resposta, mas se eu não responder corremos o risco das suas perguntas ficarem no ar.

Eu acho que é evidente a diferença que existe entre a situação que se viveu no continente e a que se viveu nos Açores e o esforço muito maior que nós tivemos que fazer para estabilizar os nossos quadros docentes. Foi um trabalho longo que exigiu várias abordagens.

Julgo que fomos bem sucedidos neste processo e, portanto, julgo que nesta parte a sua pergunta era meramente retórica, até porque eu já me tinha referido aos fundamentos desta norma, achando que é importante que se reconheça porque é que esta norma apareceu. Ela teve uma razão de ser. Ela visou um fim que foi proteger o interesse dos nossos alunos.

Porque é que o Sr. Secretário não foi mais longe?

Pois, eu fiquei surpreendida com a sua pergunta porque a Sra. Deputada tinha acabado de dizer que aceitava os argumentos. Julgo que eles são bastante fortes.

Deputada Zuraída Soares (BE): Resigno-me! Não aceito, Sra. Secretária!

A Oradora: Nós não podemos fazer retroagir. Ir mais longe neste momento seria uma violação grosseira do regulamento. Portanto, julgo que também não é essa a sua intenção, não é recomendar ao Governo que viole a lei. É recomendar ao Governo que resolva um problema que está identificado e será isso que faremos com certeza.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sra. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rápido. Aliás, este debate já devia ter terminado se as regras se aplicassem para o PPM também, se fossem regras do PPM, que são aplicadas no caso do PPM.

Muito rapidamente só dizer o seguinte.

A Sra. Deputada Zuraida Soares tem razão, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Então se tem razão, tem razão!

O Orador: Mas eu tenho que dizer que ela tem razão. É importante para o PPM dizer isto.

A Sra. Deputada Zuraida Soares tem razão, porque de facto nós temos aqui o problema do período de prorrogação de aceitação, que de facto cria aqui um problema em relação ao vencimento do docente e à situação em que uma docente que por exemplo está em gravidez de risco já está numa situação difícil e uma situação de risco, como a própria terminologia indica e depois ainda por cima cria este problema suplementar.

Há aqui uma questão que nem de perto, nem de longe está resolvida e depois é preciso ter em conta o seguinte.

Tendo em conta também os efeitos da preferência regional que foi introduzida ao longo destes anos todos esses fantasmas do passado hoje já não terão o impacto que tiveram há umas décadas. Também por aí penso que a questão já estará em muito ultrapassada, mas eu considero importante referenciar isto.

A Sra. Deputada Zuraida Soares tem razão. Realmente isto é um pequeno passo, mas que coloca realmente os docentes nesta situação de se adotarem realmente

a prorrogação de aceitação. As consequências do ponto de vista profissional, do ponto de vista do vencimento são graves.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Dando conta aos imensos pedidos vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passo a ler a proposta de deliberação final: **A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de julho.**

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de deliberação final foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Boa noite a todos.

Muito obrigada. Um bom regresso a casa e até setembro.

Eram 23 horas e 52 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio Bradford

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Nuno Miguel Aguiar de **Meneses**

Paula Alexandra Pires Silveiro **Bettencourt**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Documentos entrados

1 – Projetos de Resolução:

Assunto: Substituição integral do Projeto de Resolução - Criação de um grupo de trabalho para avaliar e fiscalizar situações de abuso ao recurso de beneficiários dos programas de incentivo à empregabilidade para satisfação de necessidades permanentes de trabalho, nos órgãos de Administração Pública Autónoma e Autarquias – n.º 151/X

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2016 – 07 – 13

Assunto: Pagamento Único aos Produtores Açorianos de Leite – n.º 159/X

Proveniência: CDS-PP

Data de Entrada: 2016 – 07 – 11

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão;

Assunto: Pronúncia por iniciativa própria da ALRAA, sobre eventuais sanções a aplicar a Portugal pelas instituições europeias, por incumprimento do pacto de estabilidade e crescimento no ano de 2015- n.º 163/X

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2016 – 07 – 13

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão;

Assunto: [Resolve recomendar ao Governo Regional que altere as disposições, relativas ao procedimento concursal para docentes contratados, em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo lançado no dia 30 de junho de 2016, que discrimina docentes entre si.– n.º 165/X](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2016 – 07 – 13

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

3 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Carta Regional das Obras Públicas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 07 – 13

Referência: 54.01.00 – N.º 501/X.

4 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício sobre Perguntas com resposta escrita transformadas em perguntas orais, nos termos do n.º 3 do artigo 182.º do Regimento da ALRAA

Proveniência: Artur Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2016 – 06 – 12.

5 – Relatórios:

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante Período Legislativo de julho de 2016](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 07 – 12;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante Período Legislativo de julho de 2016](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2016 – 07 – 11;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma, referente ao Ante Período de julho de 2016](#)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 07 – 13;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 64/X – Condiciona o apoio institucional à realização de espetáculos que inflijam sofrimento físico ou psíquico ou provoquem a morte de animais.](#)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 07 – 13;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 67/X – Altera o Vale Saúde e aprova o Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para cirurgia da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 07 – 13;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 123/X – Recomenda ao Governo Regional a realização de um estudo sobre a problemática da toxicodependência.](#)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 07 – 13;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 158/X – Dotar e aumentar o número de Terapeutas da Fala nas Unidades de Saúde de Ilha do Serviço Regional de Saúde](#)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 07 – 13;

Assunto: [Petição n.º 43/X – Pela recuperação do Campo de Jogos da Mãe de Deus em Vila Franca do Campo](#)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 07 – 13;

Assunto: [Petição n.º 45/X – Para construção de novas instalações da EBI de Capelas](#)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 07 – 13;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante Período Legislativo de julho de 2016](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 07 – 12.

11 – Diários:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 140 e 141.

As redatoras, Ana Machado e Sónia Nunes